



**ENTRE O PODER IMPERIAL ROMANO E AS ELITES SOCIAIS
PROVINCIAIS: ESTUDO SOBRE OS *IULIUS*, *AEMILIUS* E *CORNELIUS* EM
AUGUSTA EMÉRITA (I SÉC A.C. AO II SÉC D.C.)**

PEDRO GABRIEL DOS SANTOS SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUAMANS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – METRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA III: LINGUAGENS, IDENTIDADES E ESPACIALIDADES

**ENTRE O PODER IMPERIAL ROMANO E AS ELITES SOCIAIS
PROVINCIAIS: ESTUDO SOBRE OS *IULIUS*, *AEMILIUS* E *CORNELIUS* EM
AUGUSTA EMÉRITA (I SÉC A.C. AO II SÉC D.C.)**

PEDRO GABRIEL DOS SANTOS SILVA

NATAL, JUNHO DE 2024

PEDRO GABRIEL DOS SANTOS SILVA

**ENTRE O PODER IMPERIAL ROMANO E AS ELITES SOCIAIS
PROVINCIAIS: ESTUDO SOBRE OS *IULIUS*, *AEMILIUS* E *CORNELIUS* EM
AUGUSTA EMÉRITA (I SÉC A.C. AO II SÉC D.C.)**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa III: Linguagens, Identidades e espacialidades, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da Profa. Dra. Marcia Severina Vasques

NATAL, JUNHO DE 2024

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências
Humanas, Letras e Artes - CCHLA

Silva, Pedro Gabriel Dos Santos.

Entre o poder imperial romano e as elites sociais provinciais: estudo sobre os Iulius, Aemilius e Cornelius em Augusta Emérita (I séc. a.C. ao II séc. d.C.) / Pedro Gabriel Dos Santos Silva. - 2024. 203f.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em História, Natal, RN, 2024.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Marcia Severina Vasques.

1. Augusta Emérita. 2. Epigrafia. 3. Elites Sociais. I. Vasques, Marcia Severina. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 903.2:003.071"-/01"

PEDRO GABRIEL DOS SANTOS SILVA

**ENTRE O PODER IMPERIAL ROMANO E AS ELITES SOCIAIS
PROVINCIAIS: ESTUDO SOBRE OS *IULIUS*, *AEMILIUS* E *CORNELIUS* EM
AUGUSTA EMÉRITA (I SÉC A.C. AO II SÉC D.C.)**

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

Nome do Orientador

Nome do Avaliador Externo

Nome do Avaliador Interno

Nome do Suplente

Natal, _____ de _____ de _____

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a prática de produção epigráfica vinculada às elites sociais emeritenses como um hábito introduzido na região provincial a partir do contato com o Império Romano, no estabelecimento de redes de trocas, confrontos culturais e sociais que dão forma e moldam o espaço social e memorial de Augusta Emérita enquanto capital provincial da Lusitânia. Entre o I século a.C. e o II século d.C., observamos o crescimento progressivo da produção epigráfica vinculada a grupos específicos da elite emeritense que, de alguma forma, estão envolvidos na dinâmica provincial, possuem cidadania latina e localizam-se em meio a reprodução e adaptação de práticas culturais que moldam as relações de Emérita com o Império através da adoção do hábito epigráfico. Neste meio, propomos a análise do conjunto epigráfico emeritense vinculado às gens dos *Iulius*, *Cornelius* e *Aemilius*, entre as epígrafes votivas, funerárias e, em menor medida, imperiais, para compreender e problematizar novas formas de entender o *Imperium* como uma construção histórica, em que os textos/monumentos epigráficos servem de indicadores de como as redes de costumes compartilhados pelas elites do Império preenchem os espaços de memória e constituem uma cultura viva de representação social e preservação da genealogia familiar, frente às negociações com a dominação romana. Para tanto, pretendemos, metodologicamente, analisar a epigrafia emeritense a partir de duas ênfases: (1) como um fator ligado a nova gestão do espaço e a introdução do direito latino como regulador do processo de integração; por conseguinte (2) em um contexto conjuntural de práticas *globais* – no sentido de ser e existir no Império – no qual, o monumento epigráfico assume-se como um contrapoder, evocando a imagem de uma memória de uma identidade que não se quer perder, que não hesita em se fazer presente, em um meio artificialmente do espaço criado.

Palavras-Chave: Epigrafia. Augusta Emérita. Elites Sociais. Escrita. Poder. História Global.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the practice of epigraphic production linked to the social elites of Emerita as a habit introduced in the provincial region after the contact with the Roman Empire, in the establishment of exchange networks, cultural and social confrontations that shaped the social and memorial space of Augusta Emérita as the provincial capital of Lusitânia. Between the 1st century BC and the 2nd century AD, we have the progressive growth of epigraphic production linked to specific groups of the provincial elite who, in some way, are involved in the provincial dynamics, have Latin citizenship and are located in the midst of reproduction and adaptation of cultural practices that shape Emérita's relations with the Empire through the consumption and production of the epigraphic habit. In this way, we propose the analysis of the Emeritus epigraphic set linked to the *gens* of *Iulius*, *Cornelius* and *Aemilius*, among the votive, funerary and, to a lesser extent, imperial epigraphs, to understand and problematize new ways of understanding the Imperium as a historical construction, in that epigraphic literature serves as an indicator of how networks of customs shared by the Empire's elites fill memory spaces and constitute a living culture of social representation and preservation of family genealogy, in the face of negotiations with Roman domination. To this end, we intend, methodologically, to analyze the epigraphy from two emphases: (1) as a factor linked to the new management of space and the introduction of Latin law as a regulator of the integration process; therefore (2) in a conjunctural context of global practices – in the sense of being and existing in the Empire – in which the epigraphic monument assumes itself as a counter-power, evoking the image of a memory of an identity that does not want to be lost, that does not hesitate to be present, in an artificially created environment, as an external decision.

Keywords: Epigraphy. Augusta Emerita. Social Elites. Writing. Power. Global History.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Ilma, e à minha irmã, Luisa, por serem, para mim, sinônimos de perseverança e inspiração. Não teria conseguido sem vocês, que tanto me sustentaram em minha jornada e me ensinaram, diariamente, como ser forte. Carrego em comigo o orgulho de ter chegado até aqui.

Aos meus amigos de longa data, que levarei para a vida, Beatriz e Ramon, não posso expressar o quanto vocês sempre me ajudaram só por estarem ao meu lado, me dando força e ânimo para nunca desistir.

A Felipe, por ser casa, apoio, companheiro e amigo. Se a vida é feita para se partilhar a dois, certamente não há ninguém além de você para isso. Obrigado por ser meu apoio e acreditar em mim, até mesmo quando nem eu acredito.

Agradeço a professora doutora Márcia Severina Vasques (UFRN), coordenadora do MAAT e orientadora desta dissertação. Sob seu acompanhamento, paciência e confiança, a pesquisa chegou ao resultado atual. Em nossas reuniões, consegui sempre achar um rumo para continuar escrevendo, obrigado por sempre me auxiliar e não deixar que esse projeto, que tanto gosto, se perdesse.

Agradeço também a professora doutora Airan dos Santos Borges de Oliveira (UFRN), que desde a graduação me acompanha e me ensinou a ter gosto pelo Mundo Antigo. Obrigado por também ter me auxiliado, junto a Márcia, na construção dessa dissertação. Seus comentários foram muito valiosos e fazem parte da construção de cada capítulo dessa dissertação. Para mim, você sempre será uma inspiração.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFRN/Natal) por ter me aberto a possibilidade de continuar minha formação como professor e pesquisador, que esta seja a primeira de muitas outras portas que se abrirão na minha jornada acadêmica.

Lista dos Mapas

Mapa 1 – A expansão romana durante o principado de Otávio Augusto	2
Mapa 2 – mapa feito por Agripa, representando o então mundo conhecido e dominado por Roma.....	41
Mapa 3 - divisão da província da Hispânia.....	67
Mapa 4 - as cidades e colônias da Península Ibérica.....	68
Mapa 5 - as vias de conexão de Augusta Emérita.....	72
Mapa 6 - Produção epigráfica nas províncias ocidentais.....	112

Lista das figuras

Figura 1 - O louvor a Nice	47
Figura 2 - Epitáfio de Júlia Vítula.	49
Figura 3 - Semis da casa colonial de Emérita	73
Figura 4 - Nominas de origem Itálica em Emérita	77
Figura 5 - Estela Funerária de C. Iulius Mandi f. Sangenus.....	79
Figura 6 - Recriação da cidade de Augusta Emérita (I século a.C.).....	82
Figura 7 - Ponte sobre o rio Anas (I a.C.)	83
Figura 8 - Ponte atual sobre o rio Guadiana.....	83
Figura 9 - Planta do planejamento urbano de Augusta Emérita	84
Figura 10 - Marco referencial do imbricamento das rotas do território de Emérita	85
Figura 11 - Planta do edifício C.....	121
Figura 12 - Telha Carimbada com as iniciais CIAE	122
Figura 13 - Artefatos encontrados nas escavações	121
Figura 14 - Ara de Gaius Lancius Iulianus	125
Figura 15 - área do texto epigráfico	125
Figura 16 - Altar de Lucio Iulio Amoeno	127
Figura 17 - Os libertos de Amanda	130
Figura 18 - Epitáfio de Cneu	132
Figura 19 - Lápide de Cornélio Oristis.....	134

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
O acesso às fontes	5
O corpus epigráfico.....	6
Vinculação da pesquisa com a temática de espaços	8
Organização dos capítulos	10
1. CAPÍTULO 1: O GÊNERO HISTORIOGRÁFICO E A NARRATIVA SOBRE A PENÍNSULA IBÉRICA	13
1.1. Primeiras Considerações.....	13
1.2. A literatura latina e a construção narrativa do Império.....	15
1.3.1. A Geografia, de Estrabão	27
1.3.2. A História Natural, de Plínio	32
1.4. A crítica.....	36
1.4.1. Objetivos	36
1.4.2. Crítica literária	38
1.4.3. A virada material	42
1.4.4. Literatura e Materialidade: as possibilidades do estudo epigráfico.	43
2. CAPÍTULO 2: O ESPAÇO SOCIAL DA LUSITÂNIA E A FORMAÇÃO DE AUGUSTA EMÉRITA	51
2.1. A produção do espaço provincial.....	51
2.2. As formas de integração	57
2.3. Augusta Emérita: fundação e sociedade	70
2.3.1. A gestão do espaço emeritense e a designação como capital provincial	75
2.3.2. O planejamento urbano	81
2.3.3. O planejamento monumental de Emérita e os impactos sociais	89
3. CAPÍTULO 3: AS ELITES EMERITENSES E A PRODUÇÃO EPIGRÁFICA	92
3.1. As elites sociais da Lusitânia	92
3.2. A História Global e o Território Provincial	99
3.3. A Produção epigráfica emeritense	107
3.4. A produção epigráfica aplicada à análise da sociedade emeritense.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
REFERÊNCIAS	143

Referências da documentação textual.....	143
Documentação Epigráfica.....	143
Catálogos online	144
Bibliografia geral	144
CORPUS EPIGRÁFICO	156
<i>Epigrafias imperiais</i>	<i>156</i>
<i>Epigrafias vinculadas a gen dos Iulius</i>	<i>169</i>
<i>Epigrafias vinculadas a gen dos Aemilius</i>	<i>187</i>
<i>Epigrafias vinculadas a gen dos Cornelius</i>	<i>198</i>

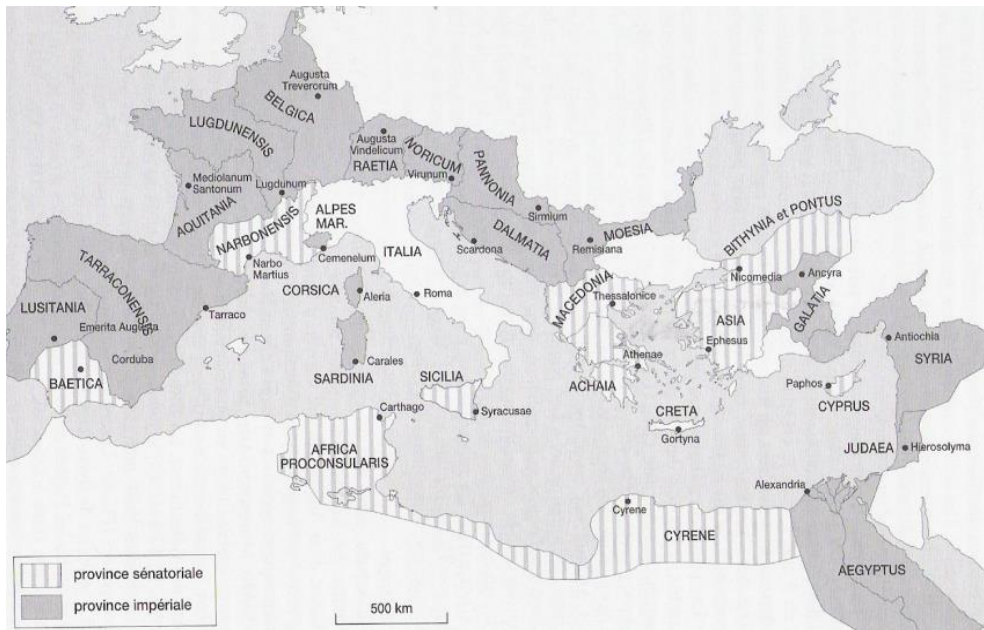
INTRODUÇÃO

Frente à expansão imperial romana, operacionalizada pelo imperador Otávio Augusto, durante o século I a.C., que se estendeu até o início do século I d.C., percebemos como a conquista da Hispânia, ao fim das guerras cântabras, em 25 a.C., solidificou o domínio romano na província e, frente a isso, há um novo arranjo do território a partir da gestão social do espaço e da nova formação de uma sociedade provincial com base nos mecanismos utilizados para integração da província ao domínio de Roma.

Com a repartição do território em três novos espaços sociojurídicos: Lusitânia, Bética e Tarraconensis, percebemos, neste meio, como a função da colônia Augusta Emérita, transformada na nova capital e centro administrativo da Lusitânia, fundamentou tanto uma das estratégias de organização provincial operacionalizada por Augusto, quanto também serviu como uma forma de assentar aqueles antigos veteranos que, à serviço de Roma, lutaram nas tropas de conquista da região. Neste meio, na constituição da Lusitânia enquanto província e de Emérita como sua capital, foi no confronto entre os documentos escritos gerados pela construção narrativa da conquista, e aqueles referentes à cultura material produzida pelas vivências do espaço, que, conseqüentemente, conseguimos identificar e analisar os diálogos e as intercessões entre as especificidades locais e a estrutura de domínio desenvolvida na região para entender seus mecanismos de funcionamento.

De modo geral, o presente estudo tem como objetivo analisar a prática da produção epigráfica funerária, votiva e honorífica, em Augusta Emérita, a partir do ano da fundação da cidade e sua progressão até o século II d.C., como forma de entender as relações da cidade, e a própria formação da sociedade emeritense, inserida no cerne do contato cultural e social com o Império Romano. Focaremos nossa tese ao que tange os debates identitários e culturais que servem de apoio aos nossos estudos sobre a constituição dos espaços provinciais romanos, sob a ótica da produção material de uma elite, que gozava do uso do direito latino, além dos mecanismos incumbidos pela representação e performance frente ao contato com o Império, responsável por gerenciar os espaços dominados por Roma.

Mapa 1 – A expansão romana durante o principado de Otávio Augusto



Divisão das conquistas romanas entre as províncias senatoriais e imperiais¹.

Até o momento focamos nossa tese a partir de duas vertentes: (1) a contextualização do surgimento de Augusta Emerita enquanto capital da Lusitânia; (2) a análise da produção epigráfica vinculada às gens dos *Iulius*, *Cornelius* e *Aemilius* como um produto cultural, social, econômico e político que surge em meio ao contato entre Roma e a nova gestão do espaço provincial, fundamentada no direito latino e em novas formas de representação ligadas ao poder exercido no contexto local por essas elites - entre os cargos públicos e a vivência cotidiana.

No decorrer desta pesquisa, nos propomos a entender o surgimento das epigrafias, na sociedade emeritense, a partir do contato com o Império, em um contexto de práticas compartilhadas pelas elites sociais romanas envolvidas na administração provincial ou integradas social e culturalmente ao Império. Em suma, como os cidadãos de Emerita expressam, através da epigrafia, o contato com a cultura imperial em um sistema de redes estabelecidas frente às tensões da conquista e à pluralidade que o “ser” e “estar” no Império representou diante das diversas interações socioculturais entre esses grupos de pessoas.

Considera-se, então, pelo uso dos estudos de Hingley² e as práticas culturais de integração e o estabelecimento de redes de comércio no Império Romano, uma elite,

¹ WATTEL, O. *Petit atlas historique de l'Antiquité*. Paris: Armand Colin, 1998, p. 61.

² HINGLEY, 2005, p. 50.

sobretudo local-provincial, formada não pela cultura imperial, mas pela comunicação: práticas compartilhadas, sistemas identitários baseados na performance e representação, além da integração jurídica como papel de destaque perante à criação de um espaço provincial artificial, moldado a partir das possibilidades e necessidades do território. O Império passa a ser, deste modo, visto por nós como uma construção, sustentada pelo trânsito de mercadorias e práticas culturais consumidas, que diversificam as formas de se entender os espaços provinciais.

Nossa perspectiva conceitual e metodológica passa a entender o *Imperium* e a cidade de Augusta Emérita pela ótica da globalização, como conectado por práticas de produção cultural³. Exploramos, assim, o conceito de conexão global – não do mundo todo, mas aplicado ao universo romano – para compreender as trocas culturais que resultaram na difusão da prática epigráfica, sobretudo no surgimento de novas apropriações do espaço, identidades e novas formas de desigualdade que pressupõem o contato com o Roma⁴. O global, portanto, implica nosso entendimento, a partir da produção epigráfica, na formação de uma elite social que transformou os padrões de vida nas localidades provinciais a partir da performance e da auto-representação por meio de uma nova cultura material, que dota as paisagens provinciais de sentido e poder, a partir da necessidade e das possibilidades econômicas/sociais encontradas, nem sempre uniforme, porém adaptativa a gestão territorial e a inserção perante o direito latino.

Frente à nova realidade social do espaço emeritense, combinado com a materialidade dos sujeitos, combinados com as novas dinâmicas de poder e representação a partir da produção epigráfica, nos propomos a analisar a memória, ligada ao nosso conjunto epigráfico, por meio de suas bases sociais⁵, que definem o que é lembrado (a partir do texto epigráfico), assim como os meios que constituem sua perpetuação (material, forma e conteúdo).

Pois, consideramos que pelo intercurso entre aquilo a ser rememorado (os indivíduos, seus feitos, suas redes de parentesco) e aqueles que o lembram, temos a formação de uma memória coletiva, compartilhada por grupos que possuem bases identitárias em comum. A memória passa a ser constituída, por esse viés, por elementos

³ Apesar de o Império ser muitas vezes desconexo, em que os níveis de integração diferem entre as regiões, e o direito latino e as formas de planejamento territorial seguem de acordo com o espaço em contato, falamos de conexão através de práticas compartilhadas, no sentido da produção material na Lusitânia, especialmente em relação às epigrafias.

⁴ Assim como trabalhado por autores como Rafael Scopacasa (2018); Fabio Morales e Uiran G. Silva (2020).

⁵ HALBWACHS, 1990, p. 30.

como aspectos exteriores aos indivíduos que são internalizados. Dito isto, também é de nosso interesse perceber como a própria construção da memória, pelo texto e monumento epigráfico, é parte integrante de um conjunto simbólico de práticas comunicativas, e através de sua adoção, ela ganha sentido.

No geral, nossa hipótese central, frente à análise epigráfica, será sustentada tanto pelo entendimento que: (1) a construção dos monumentos funerários, votivos e honoríficos representam uma ação que reverbera a preservação da memória familiar, para que o defunto seja recebido entre os Manes e sua memória vença o tempo; a religião como uma prática social (e também material); e as honras públicas como forma de representar tanto homens importantes na família imperial, como também na administração local.

Por conseguinte, (2) o monumento epigráfico também é um gesto social, ao qual é empregado recursos financeiros não acessíveis a qualquer público, revelando o local social desses homens e mulheres em uma rede de homenagens que os colocam no mundo, eternizando o que foram em vida, assim como sua apresentação para os transeuntes que se depararem com seus túmulos ou dedicações públicas.

Para fundamentar a análise documental, o conceito de Epigrafia por nós assumido, que definirá os pressupostos metodológicos seguidos, possui uma delimitação etimológica designada por José D'Encarnação: “epigrafia é a escrita (grafia) sobre (epi) determinado suporte⁶”. A mensagem epigráfica parte da agência individual, materializa em suportes de pedra, metal, cerâmica ou qualquer material que mantivesse a mensagem acessível, presente, na tentativa de vencer o tempo. As epígrafes nos mostram as apropriações do espaço. Elas nos interessam porque remetem a locais específicos. Estão fincadas na região à qual pertencem, tornando-se também um ponto de referência ao próprio espaço, sobretudo em menção aos indivíduos que as produziram.

A prática epigráfica seria, então, um dos marcos importantes que denotam a construção de um espaço social privilegiado que congregasse os mais diversos símbolos que corresponderam ao novo estilo de vida, na província, em diálogo com a nova gestão territorial, fundamentada no direito latino, e que pudesse, de maneira efetiva, integrar as comunidades locais entre práticas compartilhadas. Gerando uma nova elite aristocrática local como um mecanismo de controle e administração, além da difusão dos valores romanos, adaptados à esfera regional.

⁶ D'ENCARNAÇÃO, 2010, p. 17,

Pois, concordando com Norma Musco Mendes e Yuri Corrêa Araujo, a modificação da paisagem provincial em decorrência à latente urbanização ocorrida no Ocidente, impactou a quebra da lógica organizacional e da visão de mundo das comunidades nativas, através da criação de novos tipos de relações sociais e de poder locais. Desse modo,

A cidade surgia assim como centro difusor do domínio e da cultura romana, sendo também o principal agente de ordenação do território, para onde convergiam as decisões políticas, militares e o controle econômico regional através do sistema tributário. Portanto, era um local privilegiado para as relações de poder, tanto em nível local como imperial⁷.

A cidade e a concessão da cidadania aos grupos locais impunham limites e modelavam de várias formas a vida pública e privada através de um arcabouço de mecanismos capazes de veicular a adoção do ideal de ser romano, entre a produção intelectual, a religião e a educação, organização administrativa, instituições e organização militar. Nesta aproximação, entre as elites locais e as instituições e elementos culturais romanos, temos a construção de novas relações de identidade e alteridade em todo o Império.

Deste modo, as inscrições epigráficas reforçam uma modalidade de discurso que une a complexa estrutura de poder que sustentava a hegemonia romana, junto às ‘táticas’⁸ da população nativa, frente ao domínio de Roma. Reforçando os ajustamentos da vida social nas províncias, meio a um contato cultural dinâmico, o que reforça que, culturas, povos e espaços em contato, tendem mais a se interpenetrarem e a se conjugarem do que a adotarem práticas de exclusão.

O acesso às fontes

Em referência à acessibilidade aos monumentos disponíveis, utilizamos como base acervos epigráficos *online*. Damos maior importância ao conjunto epigráfico vinculado aos catálogos do projeto de pesquisa da *Hispania Epigraphica Online*⁹ (HEpOnl); assim como as produções associadas ao *Museo Nacional de Arte Romano*¹⁰,

⁷ ARAÚJO; MENDES, 2007, p. 264.

⁸ CERTEAU, 2003, p. 99.

⁹ Acesso disponível pelo link: http://eda-bea.es/pub/search_select.php. Acessado em 20 de janeiro de 2024.

¹⁰ A revista *Anas*, além dos catálogos físicos dos *Cuadernos Emeritenses*.

localizado em Mérida. Priorizamos as epigrafias que foram encontradas em Mérida, ou nos entornos da cidade, entre o I século a.C. ao II século d.C., recortando, ainda mais, aquelas vinculadas às *gens* dos *Iulius*, *Cornelius* e *Aemilius*, entre os tipos funerários e votivos, que estão, em grande medida, envolvidas entre as práticas culturais e sociais associadas aos grupos mencionados.

Para mapeamento das inscrições imperiais, utilizamos como base o *corpus documental* presente, em anexo, a tese de doutorado da pesquisadora Airan dos Santos Borges, em seu trabalho intitulado de “A paisagem imperial em cidades da Lusitânia: um estudo comparado das formas de integração da elite provincial entre os séculos I a. C. e III d. C.”. Devido ao recorte amplo dado ao trabalho da autora, comum a uma pesquisa de doutorado, selecionamos para o nosso *corpus* apenas as epigrafias vinculadas ao *conventus emeritensis*, utilizando os critérios de adoção ou exclusão a partir dos grupos previamente citados e no mesmo recorte temporal/espacial estabelecido.

A escolha dos *gentílicos* mencionados se deve a uma série de fatores: a presença de Júlio César e Otávio Augusto na Ibéria, fundamentando uma nova gestão do espaço a partir do final da República e início do Principado. Além dos intensos processos migratórios ocorridos para a região, incentivados tanto pelo comércio, carreira pública e pelo exército, o que fez, paulatinamente, com que esses três grupos mencionados, entre tantos outros, como veremos no decorrer dos capítulos, se destacassem perante a produção material encontrada. Deste modo, pela atuação pública, representação familiar e status, conseguimos mapear, com consistência, uma produção material vinculada a esses indivíduos, sendo assim possível estruturar o presente trabalho.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, o pressuposto da seleção documental partiu diante da busca das especificidades locais frente ao embate identitário que deu forma ao espaço, como também no tocante à produção epigráfica oriunda desse processo. Definimos o critério para mapeamento da documentação, primeiro, pela seleção em relação à localização geográfica, assim como à vinculação e contextualização dos dados epigráficos no quadro cultural e social da formação das elites sociais emeritenses.

O corpus epigráfico

No processo metodológico, utilizamos do chamado “método epigráfico moderno”, ou seja, um conjunto de métodos científicos vinculados ao exercício da pesquisa epigráfica que pretende fornecer uma visão completa da inscrição a partir da valorização

da escritura do texto, sua vinculação com o espaço que foi produzido, o material e os indivíduos envolvidos em sua execução¹¹. Desse modo, autores como Ramsay MacMullen¹², John Bodel¹³ e Francisco Beltrán Lloris¹⁴ nos auxiliam a pensar esta produção epigráfica como um hábito, que possui estruturas de escrita, suportes específicos de acordo com a finalidade, além disso, como uma união indissolúvel entre texto (o que se diz) e monumento (onde está escrito).

Em diálogo com José D'Encarnação¹⁵ e Airan dos Santos Borges¹⁶, daremos importância na análise das fontes epigráficas às seguintes informações: [1] ao estatuto social dos indivíduos analisados; [2] à indicação da naturalidade e da profissão (quando possível); [3] ao estudo onomástico da inscrição por meio da tradução do texto (quando não disposta), a fim de compreender melhor o conteúdo escrito; [4] ao suporte utilizado para sua materialização.

Dito isto, o nosso *corpus* será sistematizado em um inventário, em anexo à dissertação, com as seguintes informações: [1] **dados gerais**, com foto (se houver), procedência, localização no acervo físico, número do inventário, tipologia, material do suporte e as medidas do monumento e datação; [2] **comentários paleográficos**, isto é, comentários técnicos (estado de conservação da fonte, tipo de escrita empregada na inscrição do texto e dificuldades de leitura); [3] **a transcrição do texto em latim da inscrição, assim como sua tradução**; [4] **comentário histórico**: a importância do monumento e do texto epigráfico como fonte histórica e, sobretudo, como a fonte epigráfica nos ajuda a entender o espaço social de Augusta Emérita; [5] **designação da bibliografia da inscrição** (citando autores que já analisaram as peças), informação sobre onde foi adquirida (no caso dos catálogos online).

Por fim, a partir da categorização das inscrições, o inventário foi construído para se destacar os elementos importantes para a análise. Partimos de categorizações que envolvem o território, a cronologia e a temática, a fim de viabilizarmos um panorama preciso do monumento e sua inserção como uma prática social dentro da sociedade e entre os indivíduos que o produziram. Deste modo, pretendemos alcançar algumas explicações ligadas a produção epigráfica, entre elas:

¹¹ FERNANDÉZ, 2004, p. 203.

¹² MACMULLEN, 1982, p. 233.

¹³ BODEL, 2014, p. 745.

¹⁴ LLORIS, 2014, p. 143.

¹⁵ D'ENCARNAÇÃO, 1984, p. 50.

¹⁶ BORGES, 2016, p. 10.

1. A materialidade da fonte: que une os tipos de suportes (pedra, granito, mármore), as formas de escrita e a lapidação da epígrafe ao modelo de integração da região; a depender da função exercida pelo espaço no contexto provincial e quais grupos puderam ser percebidos a partir dos monumentos.
2. O texto como uma mescla entre os valores e instituições que integravam as bases sociais e culturais romanas, juntamente com as releituras simbólicas locais;
3. A produção de uma mensagem e da construção do monumento que geralmente envolve um cidadão, um núcleo familiar ou agentes imperiais (até mesmo o próprio Imperador);
4. A quem o texto/monumento está vinculado, revelando a proeminência social/política intrínseca ao indivíduo que está referenciado na mensagem epigráfica.

Vinculação da pesquisa com a temática de espaços

Para entender a construção de um espaço, é necessário ater-se a sua construção social, seus mecanismos de organização interna e o dinamismo da estrutura ao qual ele está envolvido - levando em conta os agentes, outros espaços em contato e sua estrutura de representação de poder. Augusta Emérita foi uma cidade, uma capital, que não estava limitada às suas muralhas e à localização geográfica de seu circuito urbano, seu poder e sua participação política no Império a expandiu, sua rede de conexão e influência ampliou-se de acordo com seu papel na administração provincial e local, atingindo o alcance de laços interprovinciais e diálogo intermitente com o Império.

Nesse aspecto, a produção epigráfica, relacional ao espaço social de Emérita, nos permite compreender os meios simbólicos, através da cultura material, de perpetuação de indivíduos inseridos na trama provincial, dando-lhes forma e nuances sociais. Para tanto, localizando-nos no universo romano, o estudo se trata da vivência dentro desse espaço. Nesta perspectiva, ao visualizarmos o contexto provincial da Península Ibérica ao qual Emérita estava inserida como fértil para novas pesquisas, podemos utilizá-lo para irmos além da camada romana, percebendo e desconstruindo diversas generalizações sobre o *Imperium*, não o tomando mais como uma unidade, mas como uma construção. Ao nos apropriarmos da sociedade emeritense, procuramos entender a atuação política das elites

dentro da cidade por meio de uma perspectiva que as enxerga em meio à dinâmica social e de práticas culturais compartilhadas, marcada por processos de construção histórica da identidade e da alteridade sociais dentro de uma cultura e realidade em constante transformação.

Perante o estudo das vivências e construção de redes de sociabilidade entre as elites emeritenses, do século I a.C. ao II d.C., analisamos, através da produção epigráfica, homens que experienciaram e viveram as amplitudes do espaço que ocupavam, na construção de uma realidade ímpar para crítica e problematização do Império Romano. As inscrições latinas nos são interessantes enquanto fontes porque elas estão indissolavelmente ligadas ao local que estão situadas, elas comprovam que a malha urbana da cidade não é fria, ela é vivida, produzida e reflete práticas sociais. O texto epigráfico, os suportes utilizados e as referências dos textos designam uma força potente de conhecimento do passado de um grupo de elite que, mesmo seletos, são essenciais ao funcionamento e administração imperial.

Dito isto, se esse espaço é construído, podemos pensá-lo a partir de um conjunto de práticas que o dão forma e caracterizam às vivências cotidianas. Assim, Henri Lefebvre¹⁷ nos auxilia a deslocar nossa análise pela perspectiva da produção desse espaço provincial, em que sua organização social e as práticas culturais compartilhadas pelas elites do Império (a epigrafia) mostram as dinâmicas sociais geradas pela nova organização territorial. Pensamos, frente a isso, essa organização espacial muito mais comunicativa, do que necessariamente imposta pelo poder imperial. Aliado a isso, nossa base conceitual-metodológica se operacionaliza ao problematizar esses processos de domínio e integração das províncias ao Império pela ótica da globalização. Nesse meio, Sebastian Conrad¹⁸ fundamenta as bases para nossa utilização da História Global como um método de análise e Richard Hingley¹⁹ nos direciona a sua aplicabilidade ao contexto imperial romano.

Entre o espaço pensado como social e produzido pelas vivências cotidianas, nosso entendimento do Império e da produção epigráfica emeritense torna-se muito mais fluído se visualizado pela perspectiva da globalização, na formação de uma elite que se apresenta a partir das possibilidades identitárias que as vivências cotidianas proporcionam. A epigrafia evidencia o contato com as práticas romanas e não somente

¹⁷ LEFEBVRE, 1991, p. 22.

¹⁸ CONRAD, 2016, p. 10.

¹⁹ HINGLEY, 2005, p. 80.

isso, mas como essas práticas se adaptam à realidade local, e formam estruturas culturais de sobrevivência simbólica. A própria noção de uma ‘cultura romana’ passa a ser visualizada como construção. Pela epigrafia, as práticas sociais se especializam e formam a memória ligada à identidade dos grupos que as produziram, cabendo aqui, analisar os modos em que essa memória se manifesta pelo texto epigráfico.

Pelas fontes, Emérita aparece para nós como uma mescla de cidadãos romanos oriundos da Península Itálica e indivíduos que migraram de cidades locais, gerando um contexto misto de formação da *civitas*, em que o espaço designa uma cultura viva de convívio entre a ordem romana imperial e a realidade provincial-local. O corpo de inscrições nos revela informações que, mesmo que restritas e parciais, ainda são importantes sobre os grupos sociais que tinham condições de financiar sua produção²⁰.

A pesquisa trata-se, sobretudo, em colocar os indivíduos, ou melhor, cidadãos, libertos, homens, mulheres, crianças, dentro da dinâmica provincial, evidenciando os modos pelos quais o domínio de um espaço também se reverbera no controle das relações político-religiosas. O ocidente peninsular ainda tem muito a nos informar sobre a constituição do Estado romano. Pelas inscrições, percebemos o espaço como produto das relações sociais e como produtor das dinâmicas sociais. Os textos e monumentos integram um sistema que revela a adoção da onomástica latina pelos cidadãos emeritenses, as formas do poder imperial e seus ordenamentos de acordo com o espaço e aos indivíduos que Roma entra em contato.

Organização dos capítulos

O primeiro capítulo, tem por foco a análise de como a província da Hispânia, ou o território peninsular como um todo, foi, a primeiro momento, construído narrativamente a partir de dois testemunhos escritos: *A Geografia*, de Estrabão (Livro III), e *História Natural* de Plínio (Livro III). Para tanto, iniciamos introduzindo ao contexto da produção literária e a própria formação do gênero, em Roma, para entendermos as bases que dão sustentação à narrativa e ao discurso historiográfico produzido sobre as regiões que entraram em contato com o Império. Estruturando as bases da escrita, retórica e do discurso que, a partir do II ao I século a.C., passam a registrar, progressivamente, as dinâmicas políticas, econômicas, culturais e sociais do Império Romano.

²⁰ BORGES, 2016, p. 70.

Desta forma, a partir de uma discussão sobre o gênero historiográfico em Roma, estruturamos os modos como o espaço peninsular foi lido, interpretado e escrito por Estrabão e Plínio, em meio a relatos esquemáticos, baseados nas riquezas mineiras, no exame das cadeias montanhosas, na nomeação dos vales, rios, serras, do clima, e, a partir de um pressuposto identitário romanocentrado, na descrição das comunidades locais.

Por meio das fontes literárias, e da crítica às mesmas fontes, nos propomos a introduzir o estudo epigráfico como um meio, um recurso necessário, para ir além da literatura greco-latina. Pois, se os fatos e as narrativas escritas buscam indiferenciar as comunidades peninsulares, prezando mais pelas vantagens econômicas da região, do que pelo seu povo; na epigráfica, temos um movimento contrário. Pelas fontes materiais, buscamos conduzir o texto a uma crítica centrada nos modos de construção dados ao Império Romano a partir dos espaços provinciais, tornando-o mais fluido, multicultural, com agentes locais que fogem da preocupação dos autores clássicos. Para, a partir disso, tecer o primeiro fio argumentativo que guiará a construção dos capítulos seguintes.

Frente a isso, o segundo capítulo se inicia com uma discussão teórica sobre a categoria de espaço, fundamentada pela teoria de produção do espaço de Henri Lefebvre²¹. Porque, com base nisso, procuramos explorar o espaço provincial como um produto social, marcado por agentes, meios e sistemas de representação e performance, suportados por um aparato jurídico que o deu forma, além de um planejamento urbano pensado para viabilizar o controle econômico, político e administrativo da região.

Nessa linha de análise, continuamos a problematização do espaço provincial a partir das formas de integração ao Império, sobretudo em dois períodos específicos: aos fins da República, com a atuação de Júlio César, e no início do principado, com Otávio Augusto. O pressuposto que deu forma à nossa argumentação foi a partir de como o espaço foi reorganizado durante a gestão de César, e continuado por Augusto, e como essa organização teve por base a introdução do direito latino na região por meio da concessão de cidadania à alguns grupos/indivíduos envolvidos na administração local; no planejamento urbano de cidades que, a partir da definição de um estatuto jurídico próprio, compuseram uma variedade de tipos de assentamentos: *civitas*, municípios, colônias, enfim; e pela introdução de práticas sociais novas a partir das necessidades de adaptação à nova dinâmica espacial, entre elas, a produção epigráfica.

²¹ LEFEBVRE, 1991, p. 22.

Construída essa base argumentativa, procuramos entender como a fundação de Augusta Emérita, em 25 a.C., serve tanto como um marco dentre a reorganização da Lusitânia por Augusto, como fundamenta um novo assentamento de antigos legionários que, mais tarde, seria transformada na nova capital da província. Conferindo-lhe poder e prestígio perante os outros centros urbanos, e, devido ao seu caráter administrativo de colônia, como a cidade transforma-se, paulatinamente, em um polo de comunicação, transporte de mercadorias e trânsito de pessoas, responsável por criar uma sociedade com mesclas entre a cultura romana e as adaptações à realidade social regional - expressa em um novo contingente populacional de cidadãos com direito latino, dos quais analisaremos a produção epigráfica a eles vinculada.

Por fim, no capítulo três, a partir da contextualização dada nos capítulos um e dois, analisamos algumas das epigrafias do *corpus epigráfico* em anexo à dissertação. Deste modo, procuramos, a início, discutir a concepção adotada pelo trabalho a respeito da definição das *elites sociais emeritenses*, como um conjunto de indivíduos, com menor ou maior participação na dinâmica local, mas que, de alguma forma, estão envolvidos na construção social de Emérita, sendo assim agentes sociais em meio a outros agentes que dão forma e sentido a experiência cultural na sociedade emeritense.

Para, frente a isso, conectar as elites sociais de Augusta Emérita, a partir do uso da teoria da História Global aplicado ao nosso estudo, como grupos sociais imersos em uma rede de práticas compartilhadas por aqueles indivíduos ou comunidades integrantes das dinâmicas de poder que dão forma ao Império Romano, e que, além disso, fundamentam a expansão do poder de Roma com base nos mecanismos de integração que são responsáveis por criar uma aristocracia provincial que garante coesão e respalda a experiência imperialista romana.

Não obstante, ao analisar as epigrafias imperiais, funerárias e votivas, procuramos entendê-las como produtos sociais, envoltas em uma materialidade que lhe dão significado, além de representarem os esforços desses indivíduos em preservarem a própria proeminência social, em conservar a memória familiar, e ressignificar as práticas religiosas como um exercício cívico - intrínseco a vida em comunidade.

1. CAPÍTULO 1: O GÊNERO HISTORIOGRÁFICO E A NARRATIVA SOBRE A PENÍNSULA IBÉRICA

1.1. Primeiras Considerações

O território hispânico, sob domínio romano, foi organizado geograficamente em dois polos que o coordenavam e melhor distribuíram as forças romanas, visando a otimização da exploração e consolidação do poder na província. A região tornou-se importante devido a uma série de fatores específicos, sobretudo a proximidade com o mar como propulsor da história de formação dos povos peninsulares, além das atividades econômicas ligadas à mineração em algumas regiões, no mais, as capacidades de poder administrativo e trânsito de pessoas e informações estabelecidas ao longo do tempo.

Neste capítulo, o foco principal será dissertar sobre as principais características ligadas à construção narrativa da Península Ibérica que se desenvolveu a partir do contato dos povos e do território peninsular com as forças do Império Romano, em grande parte, fruto de experiências culturais distintas. Deste modo, condensamos nossa análise ao que tange os registros literários de Plínio, O Velho, em *História Natural* (Livro III); em complemento às descrições geográficas de Estrabão, em *Geografia* (Livro III).

Nosso principal objetivo, ao trazer uma visão comparativa, e problematizadora, desses registros literários e sua construção idealizada em relação àqueles povos que entraram em contato com a cultura romana, é de tecer um suporte argumentativo que insere a análise da cultura material – base da construção dissertativa dos próximos capítulos – como uma forma de contrapor, ou pelo menos de estender, a crítica em torno do processo de integração e conquista dos territórios provinciais pelo Império Romano descrito dentro e a partir da literatura greco-latina.

Pois, como bem argumentamos, utilizando os escritos de José D'Encarnação²², as epigrafias, nosso objeto documental de estudo que dará forma ao trabalho, é um meio por nós recortado de contemplarmos uma história que certamente foi haurida dos livros clássicos. Autores como Tácito, Tito Lívio, Díon Cássio, Plínio, entre tantos outros, estavam preocupados em reafirmar um ideal cultural, até mesmo identitário, reforçando a construção de uma memória que tinha como principal foco a glória do Império. Fontes importantes, contudo, quando bem suportadas por uma crítica que coloca os autores e obras dentro do local de produção dos textos. É nesse meio que as inscrições são por nós

²² D'ENCARNAÇÃO, 2018, p. 20.

inseridas como relatos documentais importantes, porque, se nos textos literários o foco é a honra, a piedade e o elogio a figuras/exemplos importantes dentro do contexto político/social/econômico do Império, a cultura material, sobretudo nossas inscrições funerárias, preocupam-se com os indivíduos, seus feitos e sua inserção na sociedade à qual fizeram parte em vida.

Quando nos apropriamos dos argumentos de Valerie Hope²³, passamos a entender como os rituais funerários, a construção de monumentos fúnebres e o próprio luto, servem para a construção da memória daqueles aos quais estes rituais são dedicados. Para a maioria das pessoas, ser lembrada era a constante batalha contra²⁴ o esquecimento. A fama, as honras e as carreiras políticas/militares são formas da construção da memória para esses grupos de elite inseridos no âmago da cultura romana. Contudo, para além das elites, é uma característica humana a luta pela preservação da memória, e entre o contingente epigráfico analisado, os exemplos refletem muito bem esse valor pela rememoração, entre grupos de homens ricos, de libertos, de mães e filhos que dedicam monumentos para aqueles que se foram – para honrar suas almas e preservar a memória individual e do grupo.

Frente à construção de prédios públicos, estátuas, cidades, entre outros modos de elogio público, percebemos como esses exemplos são registros que reverberam não somente o prestígio para aqueles aos quais são dedicados, mas também de Roma como um todo. É somente nas inscrições epigráficas funerárias que apenas aquele indivíduo que morreu torna-se o único objeto memorialístico: nas nossas fontes não há menção ao imperador, a Roma, a nada que não diga respeito apenas à memória do falecido, para que seu nome, sua família e seus feitos jamais sejam esquecidos. As inscrições funerárias são universos particulares que, quando analisados junto ao contexto sociopolítico de sua produção, nos revelam formas de existir dentro de um Império Romano multicultural²⁵.

²³ HOPE, 2009, p. 50.

²⁴ Valerie Hope (2009, p. 50) já nos informava sobre isso em relação aos processos ritualísticos funerários no universo romano, além do mais, nas próprias práticas de celebração da morte e da memória, os grandes homens, com feitos notáveis, tinham destaque dentro de uma sociedade encarregada por preservar sua memória.

²⁵ Importante reforçar que nosso acervo possui inscrições funerárias, votivas e imperais. O exemplo apresentado foi utilizado para expor o potencial documental presente nas epigrafias para análise do contexto provincial romano.

1.2. A literatura latina e a construção narrativa do Império

Na escrita de uma obra, quando relacionamos a construção de uma narrativa com os aspectos de sustentação do discurso, Cícero afirma, no prefácio do livro I do *Diálogo do orador*²⁶, que o papel da memória é de tornar-se a guardiã de tudo o que o orador pensou e refletiu, sobre os temas e as palavras que usará, deste modo, sem ela, por mais ilustres que sejam a sua retórica e os aspectos de sua oratória, tudo cairá por terra, ou, utilizando de uma terminologia mais fiel ao autor, tudo mais morrerá (*omnia peritura*). A memória, assim, no universo literário latino, era essencial tanto para a fruição das obras, quanto para sua composição.

A ordem seria, pois, a base de sustentação da memória, da narrativa e de sua construção retórica. O sistema dos lugares, as imagens, devem ser ordenados por uma disposição que confere firmeza e solidez à memorialização dos fatos, por consequência, à memória. O conceito de memória, para os antigos, é associado a *thesaurus*²⁷, por vezes traduzida como “tesouro”, daquilo que se precisa lembrar, que é provido de sentido; ou então, podemos associar seu significado a “repositório”, ou seja, a memória é metaforicamente o lugar onde todos os elementos necessários para o sucesso do orador estão guardados²⁸.

Por vezes, essa memória, que suportou construção de um passado em comum, utilizada por Tito Lívio, Tácito, Salústio, entre tantos outros, seria alicerçada em exemplos. Após a ascensão de Augusto, o devir de Roma passou a ser vinculado às ações e ao comportamento dos imperadores. A persona do imperador e a corte passariam a monopolizar as atividades político militares e também passaram a redefinir o nosso entendimento das questões ligadas a autoridade social no âmago do mundo romano, aspectos refletidos no modo de se construir, narrativamente, os eventos históricos de Roma, no qual, a literatura passa a exemplificar como os vícios e as virtudes individuais podem ressoar no interior da própria coletividade²⁹.

Os gregos e romanos se esforçaram ao máximo para transmitir a história de seu povo e da própria sociedade, em uma mescla entre a tradição oral – ligada ao exercício da retórica –, a escrita e fatos por eles mesmos vivenciados. Assim, a vida poderia ser classificada, para os autores clássicos, como um somatório de experiências ultrapassadas

²⁶ Cic. *De Orato*. 1.18.

²⁷ Cic. *De Orato*. 1.18.

²⁸ SCATOLIN, 2016, p. 30.

²⁹ ANTIQUERA, 2014, p. 39.

por elementos divinos e reais (explicando a composição argumentativa das obras), de modo que a História não recairia somente sobre um modelo. Em que a composição narrativa seria sustentada pela eloquência dos pensamentos verbalizados e a influência da escrita, junto a uma propaganda de um conjunto de ações políticas, bélicas e sociais³⁰.

Com Heródoto³¹, vemos a História antiga ganhar novos rumos, como investigação, pesquisa, observação. No prefácio de suas histórias, o autor demonstra, em um só plano ou tempo narrativo, o interesse latente em preservar a memória das ações humanas, dos gregos, dos *bárbaros* (não-romanos), para que não sejam esquecidos, e em meio a tradição oral e a escrita, os feitos perdurem. No entanto, há também a investigação sobre os eventos, buscando suas causas. Já com Tucídides³², por exemplo, temos a narrativa viva da Guerra do Peloponeso, pelos olhos de um autor cuja escrita literária se centra no fato dele mesmo ter vivido na época do desenrolar dos acontecimentos, fazendo com que seu estilo de escrita e narrativa fossem marcados pela interpretação, com uso de documentos e textos transmitidos pela tradição e informações orais³³.

Na poesia, com Virgílio, percebemos como a escrita pode combinar elementos míticos à história romana, e na fusão entre mito e História, as ações dos heróis são interligadas as ações humanas, onde Roma emerge de uma fusão entre troianos e os nativos latinos, fazendo com que a narrativa heroica dê sentido ao surgimento do Império, assim, um dia, os romanos vingarão os crimes cometidos contra os antepassados troianos. Não obstante, em *Eneida*, Virgílio continua a tradição de utilizar autores antecesoros a ele, fato que faz com que a obra se “aproprie”, por vezes, dos poemas homéricos, incitando o leitor a relê-los sob outra ótica³⁴. Nessa fusão de argumentos que constitui a narrativa épica, a história factual tem suas raízes na história mítica, promovendo um elo entre o passado lendário e o presente de glória (ou assim ele se propõe a nos mostrar) dos tempos vividos pelo autor.

³⁰ SILVA; SILVA, 2017, p. 9.

³¹ Heródoto foi o primeiro a utilizar a expressão *historia* ligada a investigação e pesquisa sobre as causas entre os conflitos dos gregos com os persas, incluindo a investigação sobre o passado, mas não necessariamente se restringindo a ele (FUNARI, 2011, p. 141).

³² A narrativa de Tucídides, assim como para Heródoto, parte do presente, da busca das causas (*aitiai*) da Guerra que testemunhou entre os próprios gregos. Deste modo, “Tucídides, testemunha ocular de muitos episódios que narra, recria, em sua obra, inúmeros discursos de personagens, como no caso notável de Péricles. Os discursos foram escritos por Tucídides e são verdadeiros exercícios de retórica e, em certo sentido, podemos dizer que a própria forma literária História é filha direta da Retórica e esta da *Pólis* democrática” (FUNARI, 2011, p. 141).

³³ SILVA; SILVA, 2017, p. 11 – 12.

³⁴ VASCONCELLOS, 2017, p. 417.

Mito e História se relacionam, imbricando-se em uma dupla rota narrativa: o passado mítico descrito, que une homens e deuses, prenuncia o futuro romano, de Roma, um elo entre os eventos históricos fundacionais e o presente do autor, e o presente do autor e de seus leitores passa a reinterpretar os mesmos eventos a partir das possibilidades e necessidades da época, que potencialmente se imanta de uma camada de significados pra além da intriga, em uma rede de paradoxos, exemplos morais, pois sob a sombra dos heróis, repousam associações a figuras políticas (como Enéias e Augusto), criando uma certa imagem do romano arquetípico³⁵.

Dentro da escrita latina, o texto historiográfico em suas modalidades antigas, guarda em si não somente o registro de eventos, como também documenta um agente histórico e as possibilidades de decodificação por seu público. Deste modo, as narrativas seguem a tutela e são delimitadas por *technai* específicas, que os norteiam e instruem a recepção diante do discurso. Os documentos construídos de acordo com os procedimentos retórico-poéticos estão acordados entre o *autor*, que produz o texto, e por sua audiência, que constitui para ele a sua *auctoritas*³⁶.

Essa relação “[...] se impõe justamente por serem essas modalidades regidas discursivamente por preceitos retóricos-poéticos que enquadram, modalizam, norteiam o discurso, e conseqüentemente, tornando o texto resultante virtuosamente apto³⁷.” Para fazer com que o texto se torne eficaz, justamente por sua relação intelectual com o público. Os escritos, que já possuem significado por si só, começam a ganhar novos sentidos quando se relacionam com meios vinculados à reprodução de poder (cultura material, circulação, discursos políticos, enfim). Cada uma dessas formas com elocução própria, que são resultado da ação de pensar, lembrar, e por conseguinte, esclarecer, instruir, ensinar.

A trajetória de desenvolvimento de uma escrita literária, em Roma, perpassa séculos de desenvolvimento da própria cidade, chegando a sua expressão mais alta e aperfeiçoada no século I a.C. Pois, nesse momento, Roma havia conquistado a Itália meridional (metade do século III a.C.), tornando-se uma grande potência no Mediterrâneo, ocupando a Sardenha, a Sicília e a Ilíria (terceiro quartel do século III a.C.), assim como o Vale do Pó e a Gália Cisalpina (final do século III a.C.), tinha anexado a Macedônia (II a.C.), derrubou Cartago (146 a.C.). Com as conquistas, as transformações

³⁵ VASCONCELLOS, 2017, p. 418.

³⁶ MARTINS, 2017, p. 441.

³⁷ MARTINS, 2017, p. 441.

sociais e culturais acompanham os avanços econômicos e políticos de Roma. Quando Júlio César assume o poder, o gênero literário se afirma e as primeiras grandes figuras de prosadores aparecem³⁸.

Em consequência, a chamada “Época de Augusto (43 a.C. – 14 d.C.) é o momento áureo da poesia: surgem escritores de talento indiscutível e a arte poética, incentivada oficialmente, alcança seu brilho maior³⁹.” Após a morte do *princeps*, em especial pós dinastia júlio-claudiana, Roma começa a apresentar um horizonte em transformações, com a introdução de novos valores, e a partir do século III d.C. No século V d.C., com o aparecimento do cristianismo, as tensões entre Estado e Igreja se intensificam, fazendo com que alguns dos costumes romanos tendessem a entrar em esfacelamento.

De modo geral, as fases de desenvolvimento da literatura latina são: [1] fase primitiva, isto é, uma época pré-literária, com aparecimento de algumas inscrições por volta do século VII a.C. e alguns textos em latim (240 a.C.); [2] fase helenística, com influência Grega na produção de textos poéticos e o aparecimento de Cícero como orador (81 a.C.); [3] fase clássica, com a época de Cícero (81 a 43 a.C.), a época de Augusto (43 a 14 d.C.) e a época dos imperadores júlio-claudianos (14 – 68 d.C.); [4] fase pós-clássica, da morte de Nero (68 d.C.) até à queda do Império Romano do Ocidente (século V)⁴⁰.

Na escrita da história no III século a.C., em latim⁴¹, os escritores romanos, ao exemplo de Catão com as *Origens (Origines)*, discorriam, numa linguagem ainda arcaica, sobre a História de Roma e das cidades itálicas. Nestes aspectos, observamos como a Itália, para Catão, aparece como um território em comum, onde os fatos e os eventos são descritos e relacionados com a formação da própria cidade.

No momento em que Catão escreve as *Origens*, podemos perceber a História escrita especificamente na língua latina, com características consolidadas que mantêm o modo operacional narrativo. Indo além, é perceptível também a influência dos anais pontificais e das tradições particulares das famílias tradicionais aristocráticas romanas na narrativa histórica latina, enviesando um típico caráter romano: a importância da preservação da memória dos antepassados e da valorização dos exemplos morais, éticos, políticos e sociais temporalmente construídos⁴².

³⁸ CARDOSO, 2011, p. 11.

³⁹ CARDOSO, 2011, p. 12.

⁴⁰ CARDOSO, 2011, p. 13 – 14.

⁴¹ Pois, durante a fase helenística, os primeiros historiadores romanos escreveram em grego.

⁴² MARQUES, 2007, p. 6.

As transformações no modelo discursivo da escrita da história, na sociedade romana, mudam substancialmente com Júlio César, que durante sua época de general, especialmente durante sua atuação na Gália, escreveu uma das maiores obras memorialísticas romanas. Ao utilizar uma linguagem simples, sem ornamentos e em sobriedade, passou a alternar, muitas vezes, entre a promoção pessoal (apesar de negar que tenha feito) com a descrição dos fatos, em um estilo claro e linguagem correta, como podemos observar no trecho adiante:

Entre os helvécios, Orgetórige era, sem dúvida, o mais nobre e o mais rico. Induzido pela ambição de reinar, quando Messala e Pisão eram cônsules, ele organizou uma conspiração da nobreza e persuadiu os cidadãos para que saíssem de seus territórios com todas as tropas.⁴³

Salústio (*Caius Salustius Crispus* 87 – 35 a.C.) também tem muito a nos informar com suas contribuições ao gênero historiográfico. Por viver na mesma época que Cícero e César, se dedicou à vida intelectual após abandonar a vida pública. Suas obras, *A Conjuração de Catilina* (47 a.C.), *A guerra de Jugurta*, escrita pouco tempo depois e *Historias (Historiae)* – que temos somente uma parte, observamos a construção psicológica dos fatos e dos personagens, onde os vícios humanos são evidenciados e os retratos sociais são narrados com a clareza a partir dos personagens que aparecem em cada história. Na *Conjuração de Catilina* e na *Guerra de Jurgurta*, observamos as digressões, descrições, a construção dos discursos, em um estilo sóbrio e elegante⁴⁴.

Percebemos o estilo de Salústio na descrição de Catilina:

Lúcio Catilina, nascido de uma família ilustre, tinha grande força física e inteligência, mas era de natureza maldosa e depravada. Desde a adolescência gostava de guerras, dos assassinios, dos roubos, da discórdia civil, e nisso se exercitou durante toda a sua juventude⁴⁵.

De certo, essa evolução nas formas de narrar, na escrita vívida, que mistura mito com a história de Roma, pode ser observada em grande força durante o I século a.C., no durante o governo de Otávio Augusto. Após o colapso do sistema republicano, Augusto foi conquistando espaço de governo através da ressignificação de títulos republicanos anexados a sua fama e carreira política de acumulação de poder pessoal. Construindo sua

⁴³ Caes. N. G. I, 2 – 3. *Apud.* CARDOSO, 2013, p. 133.

⁴⁴ CARDOSO, 2011, p. 138.

⁴⁵ Sal. C. Catil. V. *Apud.* CARDOSO, 2013, p. 138.

influência por meio do domínio das principais bases da sociedade romana: a religião, a política e o exército. Norma Musco Mendes⁴⁶ indica que, ao assumir os títulos de *tribunícia potestas* (controle legislativo e do povo romano), aliado ao *pontifex maximus*⁴⁷ (assume o controle dos rituais religiosos da pólis, tornando-se a “cabeça” da religião do Estado; colocando assim, seu governo aliado à vontade divina), o *princeps* legitimaria seu governo e poder imperial. Desta feita, conectado à expansão territorial, Augusto teria controle e influência sobre toda a extensão do Império Romano.

Ao longo do século I a.C. Roma passava por um período marcado por crises políticas, encontrando-se à deriva de uma desagregação do sistema republicano, meio a disputas políticas concomitantes a intensas guerras civis que, paralelamente à expansão territorial e domínio das áreas anexadas, não mais podiam suportar as necessidades e anseios de uma *civitas*⁴⁸ que estaria se transformando em uma Cosmópolis. Pois, com o acúmulo de conquistas militares e aumento da influência, Roma torna-se a capital de um Império que abarcava não somente a Itália, mas também outras regiões, que se tornaram suas províncias⁴⁹.

A regência de Augusto foi se maturando ao longo de seu governo, apresentando-se como processualmente lenta e gradativa. Entretanto, a construção do novo sistema político deveria ser feita fora do âmbito republicano, mas centrando-se na repaginação das instituições e titulações nele existentes; focando sua desenvoltura em torno da figura do *princeps* e, ademais, na tentativa de reviver a *Res publica*, paralelamente ao esforço para manutenção do status de *Imperium*. Feito isso, o controle dessa nova forma de governo se deu através da concentração pelo *imperator* da *tribunícia potestas*, *pontificatus maximus* e do *imperium majus*. Factualmente, Otávio Augusto “[...] assumiu, assim, uma posição retora para consolidar e integrar o *Imperium*, cujo significado se adequa à nova realidade imperial de Roma⁵⁰.”

⁴⁶ MENDES, 2006, p. 24.

⁴⁷ Claudia Beltrão, ao trabalhar os principais aspectos envolvendo a religião romana, afirma que: “Augusto tomou a si a responsabilidade da restauração de templos e da construção de novos. A ele é atribuída à restauração de algumas instituições perdidas para nós. Os detalhes podem não nos ser muito claros, mas o significado geral é: uma vez que detentor do poder religioso é o mesmo indivíduo que mantém o controle político do novo regime do Império [...]” (BELTRÃO, 2006, p. 147)

⁴⁸ Pensado na cultura romana como um assentamento intrinsecamente ligado ao meio urbano (URNS) e rural (AGER), na qual era independente e soberana em relação aos seus indivíduos e bens, além de ser cunhada na religião e nas leis. Em suma, pode ser classificava como uma união de um determinado número de homens associados por consenso, no direito e na concordância dos interesses coletivos.

⁴⁹ BORGES; PIRES, 2016, p. 52.

⁵⁰ MENDES, 2006, p. 27.

Nesse contexto, podemos perceber uma consistente produção literária que, em suma, estariam alinhadas ao discurso expansionista do governo imperial. Paul Veyne⁵¹, ao trabalhar a produção artística na Antiguidade Clássica, passa a entender a arte como um meio de comunicação de longo alcance, no qual, estas produções – principalmente arquitetônicas e, em segunda instância, literárias – se manifestam de forma bastante expressiva perante aqueles que as observam. Propagando uma mensagem peculiar a respeito de seus responsáveis, ou seja, a manifestação do próprio ‘eu’, ou, como coloca Veyne, de um cinismo puro, fundamentado em um narcisismo glorioso. Grandes obras simbolizavam a grandiosidade do governador vigente, um meio amplamente explorado para propaganda política imperial.

Tito Lívio, autor contemporâneo a Augusto, além de estar inserido nesse contexto de transformações sociopolíticas, também atesta a questão da sucessão da legitimidade nos historiadores latinos. Com sua obra *Ab urb condita*, que começa a ser escrita no ano de 27 a.C., Lívio apresenta o grandioso plano de escrever, narrar, a história de Roma, algo antes nunca feito por qualquer outro intelectual – atestando desde as mais origens da cidade até o presente do autor.

Até então, uma característica da historiografia latina é que, ao apresentar sua escolha de balizamento, os autores pretendem continuar mais ou menos do ponto de onde seu antecessor parou. Pois, “isso significava que, ao admitir determinados antecessores como representantes legítimos na narrativa do passado, o historiador assumia que a tradição por eles estabelecida se tornava geralmente canônica⁵².” Lívio, apesar de assumir uma postura humilde diante de seus objetivos, não deixa de pôr em destaque o caráter inovador de sua obra.

Passamos a perceber a preocupação com a restauração dos antigos valores – em Tito Lívio ou como visto em Virgílio – que caracterizou a política do imperador. Com a valorização da austeridade, da moderação, da coragem, da lealdade, do civismo e da piedade. A escrita e construção dos textos apresenta uma conotação pedagógica, de valorização do passado, em um tom apologético, na qual as fontes se misturam entre a tradição oral, as origens míticas do povo romano e a estrutura política de Roma⁵³.

A idealização do passado romano reflete a edificação da memória, esta que, em segunda instância, ressignifica ideologias, padrões, arquétipos e aspirações a partir de

⁵¹ VEYNE, 2009, p. 204.

⁵² MARQUES, 2007, p. 8.

⁵³ CARDOSO, 2011, p. 140.

seus arquitetos. Na ótica em análise, a escrita de um objeto representacional deseja perpetuar o que já se foi e prover ao vivo seu espaço na eternidade, mantendo assim a sua lembrança para as gerações vindouras. Nessa linha de pensamento, a escrita codifica e fixa as representações daquilo a ser celebrado, combinando a fluidez da tradição oral com a escrita historiográfica⁵⁴.

A própria escrita, a partir do Principado augustano em diante, assume uma proposta de formulação de novos conceitos sobre a identidade romana, com o trabalho de representações abstratas dos elementos que definem o “ser romano” - representações que são construídas com o passar do tempo no discurso literário (mas também por que não também no oral e imagético), e no final da República, constituem um conjunto uniforme de conceitos vividos – ou melhor, exemplares – aplicados dentro do discurso dessa elite produtora de textos⁵⁵.

Lívio presenciou um contexto de extremas transformações materiais, sua participação no círculo de poder imperial de Otaviano transformou-o em uma testemunha ocular do milagre que ele atribui aos deuses e ao imperador, conceituado historiograficamente como o período de *pax Augustana*. As transformações sociopolíticas reverberam tanto no contexto urbano (*urbs*) quanto no campo agrícola dos domínios romanos (*uillae rusticae*). Nos textos que chegaram até nós pela tradição, é possível perceber os aspectos que o historiador utiliza para solidificar sua obra e, grosso modo, a consolidação do povo romano em bases militares (*domi militiaeque*) – evidenciando suas conquistas; e em seu veio político, a autoridade senatorial na caracterização dos homens envolvidos nas instituições políticas⁵⁶.

O modelo narrativo de Lívio se assenta na moral e nas virtudes cívicas, ao exemplo de como ele constrói a dama Lucrecia, no Livro I, a mesma que após a sua morte, fruto do abuso sofrido por Sexto Tarquínio, filho do último rei etrusco em Roma, dá início a processo de luta pela independência do povo perante o domínio estrangeiro na cidade e é pressuposto para o início da República. Observemos as passagens do aparecimento de Lucrecia:

Já noite avançada, entre as escravas que a acompanhavam na vigília, Lucrecia estava sentada no meio da sala e se dedicava ao trabalho de lã⁵⁷.

⁵⁴ Utilizamos a discussão sobre memória e escrita de GAGNEBIN, 2009, p. 11.

⁵⁵ MARQUES, 2007, p. 21.

⁵⁶ FUNARI; GARRAFFONI, 2016, p. 73.

⁵⁷ Ab Vrbe Condita, L. 1, 57 – Tradução de Mônica Costa Vitorino.

A obsessão do Sexto Tarquínio pela dama:

Então, um desejo sinistro de possuir Lucrecia à força apoderou-se de Sexto Tarquínio. A beleza, mas, sobretudo, a integridade comprovada o incitava⁵⁸.

O discurso de Lucrecia para seu marido, Colatino, após o incidente:

O que resta de bom em uma mulher, perdida a sua honra? As marcas de outro homem, Colatino, estão no teu leito: mas somente o corpo foi violado, o espírito está inocente; a prova será a morte⁵⁹.

Ao fim da trama, a personagem se suicida, absolvendo-se da culpa, mas não de sua punição. A morte da esposa reverbera a vergonha de si e a perpetuação da honra do marido. O punhal que crava em seu peito incita o espírito de rebeldia no povo romano. Sua morte, constituída pela simbologia do heroísmo, é representacional da sua caracterização como mártir na revolta contra o governador despótico de Roma, que serve como exemplo de civismo e é utilizado como ponto de partida para início do governo republicano de Roma.

Frente ao exposto, ao criticarmos a produção literária latina, podemos perceber como essas abstrações não são necessariamente coerentes, mas frutos das suas adequações em um determinado gênero literário e associados à uma tradição historiográfica específica, e que reflete também seus objetivos e as perspectivas de seu tempo. Dito isso, é importante problematizar a construção de várias “identidades romanas” através do papel das virtudes romanas e de seu estado no tempo, percebidos pela produção literária, enquanto entramos em contato com o processo de criação, decadência e retomada de determinados padrões e valores perpetuados pela escrita. Ela nos ajuda a atentar para o fato de que o discurso historiográfico é específico, que pertence a uma elite centrada na cidade de Roma, e está localizado dentro de uma tradição historiográfica antiga, que obedece a uma lógica interna de produção⁶⁰.

A historiografia latina apresenta a História de Roma – como visto no caso de Lívio – como um processo análogo ao dos seres vivos, tendo, assim como os homens, uma cronologia de surgimento, ascensão e queda; os personagens seguem uma definição ética

⁵⁸ Ab urbe condita, L. I, 57 – Tradução de Mônica Costa Vitorino.

⁵⁹ Ab Vrbe Condita, L. 1, 58 – Tradução de Mônica Costa Vitorino.

⁶⁰ MARQUES, 2007, p. 22.

e moral característica dos valores caros ao povo romano, reformulada no período de regência de Augusto. Os dramas e eventos históricos nos ajudam a interpretar os acontecimentos elaborados a partir de fórmulas técnicas, com embasamento no uso da retórica e toda a conjuntura lexical de construção do texto, que viabiliza comportamentos que transparecem os modelos de construção dos personagens como paradigmas, idealizando a Roma das origens em continuidade à Roma augustana⁶¹.

Na literatura, Roma passa a assumir o significado de um símbolo, uma ideia, uma abstração, que transcende a cidade real e tem um significado próprio. Na antiguidade, os escritores clássicos nos servem para analisar o desenvolvimento político e econômico de Roma acompanhado de seu horizonte cultural, social e simbólico, com ambas as instâncias relacionadas diretamente ao que podemos entender como base de sustentação para a construção de uma “identidade romana”⁶².

A escrita da História dos gregos e dos romanos, cobre séculos de fatos, eventos, mitos arquitetados por grupos seletos de homens que almejavam criar recortes do passado, seja este passado vivenciado por eles ou então de eventos anteriores, em uma variedade de formatos e discursos. Dessa variedade de relatos, pouca parte dessa literatura histórica chegou até nós, algumas em recortes, outras obras completas, que descrevem eras, guerras, governos, territórios, povos, nas quais alguns tipos específicos de público aparecem com grande frequência (famílias aristocráticas, os interesses nos recursos provinciais), enquanto outros dificilmente são representados. Portanto, esses testemunhos devem ser utilizados com bastante cuidado, pois alguns fatos recortados, selecionados, escolhidos ideologicamente, se sobressaem a outros⁶³.

A própria poesia épica grega, depois romana, conectava passados remotos, recorrendo a origem dos povos, criando uma indistinguível mistura do passado com o presente suportado por características épicas, por eventos mitológicos⁶⁴. Percebemos, pois, um grupo de autores instruídos em gramática, retórica e pertencentes a grupos sociais com acesso a instrução específica, gerando um espaço representacional que não seria heterogêneo, muito menos inclusivo culturalmente.

A própria relação dos escritores antigos em confronto com o poder imperial nos introduz a um tema chave para o debate: a relação da escrita com o poder político. Alguns

⁶¹ FONTÁN, 2007, p. 308.

⁶² MARQUES, 2007, p. 30.

⁶³ MARINCOLA, 2007, p. 1 – 2.

⁶⁴ NICOLAI, 2007, p. 14 – 15.

historiadores, ao exemplo de Calístenes e Ptolomeu, os primeiros historiadores de Alexandre, estavam envolvidos diretamente com os conflitos descritos, fornecendo visões parciais, focadas no próprio autor e nos agentes da trama. Enquanto outros, como Brutus e Cássio, defenderam a liberdade republicana⁶⁵.

Desse modo, os mitos passam a compor as narrativas históricas. Na História, os mitos passaram a ser usados como argumentos, entre os debates levantados, as origens dos heróis e a releitura mitológica de um passado que se faz constantemente presente na escrita dos autores. Portanto, os mitos são historicizados, seja na forma como Heródoto constrói os persas, ou como Tucídides relata a história de Alcmeon em uma digressão dedicada às ilhas Echinades. Mesmo fundamentando o argumento, percebemos como esses mesmos mitos são recortados, reinterpretados e modificados para que os contos heroicos sejam fortemente influenciados pelos eventos contemporâneos aos autores⁶⁶.

A forma de narrar a História na antiguidade surge na vida cotidiana, a partir do uso da retórica, nas disputas em praça pública, por meio do embate de um *rethor* – traduzido como “autor de uma arenga” – com outro. Dito isso, representa um tipo de persuasão, de convencimento, pelos fatos, sobre as causas dos acontecimentos narrados. Os *Mythos*, que constroem os heróis intrínsecos a história dos homens, dos povos, passa a significar “relato”, “uma narrativa”. Os mitos são passados e repassados, tornando-se uma tradição. A forma que sustenta a narrativa épica pertence ao primeiro milênio a.C., na qual os heróis passam a representar a sociedade aristocrática, “[...] pois são os ‘melhores’ (*aristoi*), superiores aos outros, mas, em princípio, simples mortais, mesmo se filhos de deuses ou deusas⁶⁷.”

Em consequência, a retórica, de forma direta, é usada na construção dos personagens históricos e da iconografia clássica. Nesse sentido, a persuasão do discurso escrito e oral dá-se, como antes dito, pelo uso das fontes, pelo arranjo de argumentos e pela seleção de um repertório de imagens e de elementos da cultura material que se conformam à cadeia explicativa das obras.

Diante do exposto, agora podemos entender como a escrita literária, em Roma, foi responsável por construir exemplos morais, baseados em mitos, heróis, na tradição oral e no uso das fontes para construção do passado e dos fatos narrados-vivenciados pelos escritores clássicos. Não somente isto, com a expansão dos domínios romanos, a escrita

⁶⁵ NICOLAI, 2007, p. 25.

⁶⁶ SAID, 2007, p. 83 – 84.

⁶⁷ FUNARI, 2011, p. 143.

também foi responsável por construir retórica e discursivamente, como veremos nos próximos tópicos, espaços, sociedades, confrontos e as estratégias de domínio de Roma perante suas províncias.

Construções discursivas/espaciais elaboradas nas primícias do Império Romano, na perspectiva dos autores que integram camadas sociais e espaços de poder muito específicos frente ao embate identitário entre romanos e não romanos, por isso percebemos certos padrões narrativos em relação à forma construtiva dos povos e espaços provinciais nas obras oficiais: uma formação intelectual sedimentada na instrução de mestres de Gramática, Retórica e Filosofia; a experiência direta e indireta de sujeitos em constante movimento, orientados por ideologias políticas e filosofias; e a dedicação da produção de um conhecimento geográfico e etnográfico com a maior riqueza de detalhes – em aspectos descritivos, mas também sociais, culturais e econômicos – que marca a produção do conhecimento em questão.

A anexação das províncias romanas integra um conjunto de experiências históricas, marcadas por processos de rupturas e continuidade de práticas, responsável por formar espaços regidos pela mescla entre valores locais e práticas adquiridas com o contato com Roma, suportada por uma nova gestão do espaço e de novos grupos sociais que possuem a responsabilidade de gerir este espaço. Contudo, esses processos nem sempre nos aparecem de forma tão clara nas obras escritas, nas quais o viés romano prevalece, e a exuberância do *Imperium* é priorizada. Com isso, precisamos ir mais a fundo na crítica, percebendo o local de produção das obras, a trajetória de formação dos autores e para quem eles escreviam – isto é, com quais fins.

Nos tópicos a seguir, analisaremos a produção da *Geografia*, de Estrabão, e da *História Natural*, de Plínio, como produtos resultado do contato do Império Romano com a Península Ibérica. Dentre as estruturas dissertativas esquemáticas da geografia do espaço, dos interesses econômicos e da construção etnográfica dos povos ibéricos, centraremos a nossa crítica no entendimento da construção narrativa da Península Ibérica frente ao contato com o poder romano, e problematizando as novas formas de gestão do espaço gerado pela anexação do território ao Império.

Na análise literária acerca das fontes escritas produzidas dentro do contexto imperial romano, estamos face a autores e obras, indissolúveis entre si, tanto porque, a escrita no contexto da expansão imperial romana é permeada pela construção de uma identidade em comum, que agrega valor à construção de um mundo conhecido em que

Roma é o centro; assim como estamos trabalhando com sujeitos e fontes históricas singulares, em que ambos devem ser considerados como uma reflexão mútua um do outro.

Em relação à *Geografia* de Estrabão, a construção dessa obra colossal é marcada por um relato microcósmico, parte do olhar de um homem formado no âmago das elites tipicamente latinas, isto é, que na Ásia Menor foi educado a partir de uma tradição helênica e que produziu uma narrativa geográfica de acordo com isso. Com destaque na sua formação suportada pela instrução em Gramática, Retórica e Filosofia⁶⁸.

O mesmo ocorre na escrita de Plínio, O Velho, em *História Natural*: um homem que, ao tentar descrever e informar sobre o mundo conhecido, entre a natureza e a etnografia, recai sobre seu próprio crivo para construir, narrativamente, regiões que entram em contato com Roma e que são anexadas pelo Império. Entre uma obra que pretende informar, com uma riqueza de detalhes, todo aquele mundo conhecido e dominado por Roma, encontra-se uma escrita permeada pela visão de um sujeito à serviço do Império. Em que sua maior preocupação, ao escrever, é reverberar o poder de uma identidade a qual faz parte.

1.3.1. A Geografia, de Estrabão

Sobre a biografia de Estrabão, grande parte da sua trajetória de vida, formação intelectual e influência perpassa a análise de sua obra mais ilustre, *Geografia*. É de conhecimento historiográfico que o autor viveu entre 64 a.C. e 24 d.C., sendo oriundo da cidade de Amásia⁶⁹, localizado no Vale do rio Íris, atual Yeshil Irmak, interior do Ponto Euxino, na Turquia, uma região que pouco antes do seu nascimento havia se tornado uma província romana⁷⁰. O geógrafo pertencera a uma família ilustre, da aristocracia regional do Ponto, e, de certo, essa influência familiar o proporcionou condições de viajar por várias regiões, principalmente para o Mediterrâneo Oriental – o local mais ocidental que visitou fora a Sardenha. Também esteve em Roma por quatro vezes⁷¹.

Estrabão recebeu uma educação helênica, com ênfase nos estudos filosóficos, com prática da retórica e aprofundamento na gramática, cumprindo papel importante no teor

⁶⁸ Utilizamos como uma das bases para a escrita de Estrabão a dissertação de mestrado de Alaíde Matias Ribeiro, intitulada de “A ÁFRICA NA GEOGRAFIA DE ESTRABÃO: A CONSTRUÇÃO DE PAISAGENS EGÍPCIAS, ETÍOPES E LÍBIAS NO IMPÉRIO ROMANO”, de 2022.

⁶⁹ Amásia foi uma cidade interiorana, situada a cerca de 82 km da costa sul do mar Negro e considerada, posteriormente, um ponto de cruzamento importante entre Oriente e Ocidente (LINDSAY, 2005, p. 180)

⁷⁰ DUECK, 2000, p. 1.

⁷¹ CLARKE, 1999, p. 30.

de suas produções, característica a um sujeito erudito, que transitava entre os mundos helênico e romano. A própria escrita estraboniana é um reflexo de seu tempo, como um homem pertencente aos principais círculos de poder político romano, colocando-o como espectador privilegiado da passagem da República para o Império⁷².

A composição da obra *Geografia* é diversa, no total, contam-se dezessete livros, os dois primeiros, introdutórios, versados sobre conceitos gerais, entre geográficos e o uso das fontes, enquanto os demais se referem a uma ou mais regiões da *oikoumene*, começando na Ibéria (Livro III), terminando no Egito, Etiópia e Líbia (Livro XVII). Estrabão também conseguiu escrever uma outra obra, chamada *Comentários Históricos* - dos quais poucos fragmentos chegaram até nós. *Geografia* certamente é amplamente conhecida pelo mundo moderno, tanto pela tradição dos copistas ao longo do tempo, assim como sua popularização durante o período Bizantino e na Renascença⁷³.

Muito mais se pode dizer sobre a formação de Estrabão, sua família, entre outras questões. Contudo, aplicando nosso recorte, o foco dissertativo deve recair sobre a produção do Livro III, e as descrições narrativas do Estrabão sobre a Península Ibérica. Deste modo, aceitamos como hipótese inicial que a obra tenha sido escrita entre os primeiros anos de governo dos imperadores Augusto e Tibério, favorecendo nosso olhar interpretativo para o terceiro livro de *Geografia* ter sido focado na conquista da Península Ibérica no século I a.C., exatamente porque perpassa as reformas provinciais propostas por Augusto na região peninsular.

O foco dado ao território peninsular, assim como bem aponta Estrabão, deve-se ao fato das especificidades territoriais, ligadas tanto ao espaço⁷⁴, como sua população. Pois, “os romanos submeteram os gauleses muito mais rapidamente que os Ibéricos, com os quais começaram a combater antes e terminaram depois, enquanto os primeiros foram derrotados em metade do tempo⁷⁵”

⁷² Enquanto autoras como a canadense Sarah Potheary (2002, p. 387-438) e a americana Katherine Clarke (1997), recuam a data do nascimento de Estrabão para 50 a.C., fazendo com que o geógrafo alcance um posto especial de observador da transição da República para o Império, observando, para além o governo dos dois primeiros imperadores, ora com orgulho do poder romano, ora com ressentimento pela suspensão de alguns direitos do mundo helênico (ZULIANI, 1999, p. 20-30); Claude Nicolet, em seu *L'Inventaire du Monde*, apresenta um Estrabão propagandista e apologético de Augusto. Por isso, apesar de a historiografia moderna ter plena noção do pertencimento de Estrabão aos círculos de poder romano, ainda se debate seu nível propagandístico das transformações romanas na virada do I século a.C. ao I século d.C.

⁷³ DUECK, 1999, p. 1.

⁷⁴ Fatores climáticos, fertilidade do solo e riqueza mineral.

⁷⁵ Estrabão, Geog. III. *apud*: ZULIANI, 1999, p. 106

Estrabão segue uma lógica interpretativa de um mundo conhecido pelo “antes” e pelo “depois” do domínio romano. O texto, em dedicação ao *princeps*, se insere no conjunto de discursos que celebravam e elogiavam o Império Romano, pela sua extensão sobre todo o *orbis terrarum*⁷⁶, proporcionando-lhe uma unidade política. O discurso estraboniano, conseqüentemente, dá sentido à conquista: o texto é um conflito entre os costumes romanos e o estranhamento com os povos peninsulares, tidos como ‘bárbaros’ e ‘primitivos’, em oposição aos romanos.

A *Geografia* tem como objetivo ser útil aos homens em ação, aqueles ligados a uma determinada elite, que dispõem de poder político e militar. Por isso, que, na seguinte passagem, o autor nos indica que: “em larga medida a geografia serve às necessidades da administração do estado⁷⁷”. Como uma obra sobre as regiões conquistadas por Roma, ele ainda afirma que: “é, de facto, evidente que toda a geografia prepara os detentores do poder para a acção⁷⁸”. Estrabão passa a se referir aos ‘homens de estado’ (*politikos*), ou ‘cidadãos ativos’, aqueles cuja preparação de vida é voltada à atuação pública, e na participação, em níveis variados, dentro das tarefas de administração e governo⁷⁹.

Pelo modelo de escrita, além das referências, o Livro III parte da perspectiva de um homem grego-asiático que esteve em Roma, a serviço do governo, entre os reinados de Augusto e Tibério. Por meio de uma ‘ilusão de benevolência⁸⁰’, o autor apresenta uma pretensão de um “relato sistemático acerca das características de cada território⁸¹”, em que, para caracterizar a ação imperialista romana, tudo que ele descreve é dominado por Roma, “[...] onde a oposição à *humanitas* trazida pelo *Imperium* apenas confirma a necessidade de dominação dos povos⁸².”

Estrabão preocupou-se em descrever a região antes da população. Portanto, inicia sua fala afirmando que “a maior parte dela [Península Ibérica] é escassamente habitada, pois numa grande extensão habita-se sobretudo montanhas, florestas e planícies de solo pobre e nem sequer irrigado de modo uniforme⁸³”. Enquanto o Norte é classificado pela

⁷⁶ O conceito com extensão universal: *imperium sine fine e o orbis terrarum imperium* passavam a conter duas partes: o território organizado pela administração romana que poderia ser ampliado, e as *externae gentes*, as quais estavam submetidas, mas não anexadas. Vide: Estrabão, *Geog.* L.2, Cap. 5, v. 8.

⁷⁷ Estrabão. *Geog.* L. I, 1, 16.

⁷⁸ Estrabão. *Geog.* L. I, 1, 16

⁷⁹ Vide: Introdução ao Tomo III, traduzido por Jorge Deserto e Susana da Hora Marques Pereira (2017, p. 19)

⁸⁰ Reflexão vide: PETIT, P. **A paz Romana**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1984.

⁸¹ Estrabão. *Geog.*, L. III, 1, 1

⁸² BORGES, 2016, p. 50.

⁸³ Estrabão. *Geog.*, L. III, 1, 2.

sua aspereza, fria e vizinha ao Oceano, o Sul é fértil, em especial nas regiões das Colunas. A caracterização do solo pelo autor segue uma construção precisa, de modo que busca sustentar e consolidar os usos econômicos dos romanos na região. Inclusive, ao longo do texto, apontando questões que fazem referência aos atos de resistência ao domínio, e a expansão segue conforme os níveis de reação local ao domínio⁸⁴.

Greg Woolf, portanto, nos é muito útil na medida em que ele se preocupa com as construções narrativas sobre o contato entre romanos e grupos locais das regiões anexadas, no sentido de optar por analisar essas relações, e os registros produzidos a partir disso, como trabalhos de pessoas preocupadas em estabelecer relações entre locais distantes e eventos distantes ao mesmo tempo. Deste modo, Estrabão passa a ser lido por nós como um reprodutor, difusor ou então criador de lendas, de estereótipos, a fim de reforçar uma visão romana e conquistadora meio ao contexto da expansão romana. Pois,

as conquistas romanas promoveram uma visão global do Mediterrâneo e seu passado, e o imperialismo romano providenciava as facilidades para os estudiosos reunirem, compararem e conciliarem as notícias dispersas das atrocidades dos bárbaros⁸⁵.

Esses recortes, eventos e suas re-criações, possuíam usos específicos e variados a depender da necessidade na Antiguidade. Possivelmente, poderiam servir de evidência para a construção de quadros de referência para decidir qual evento histórico ou ação política iria adquirir significado. De certo, é importante levarmos em conta que Estrabão foi muito preciso em suas construções geográficas, não obstante, não podemos tomar seu olhar como régua para classificar os grupos ibéricos que Roma entrou em contato. Poetas, historiadores, intelectuais de um modo geral, mobilizaram-se para construir cenários onde o exótico, o outro, o diferente, prevalece, pois, “panegíricos em prosa e verso estabeleciam os bárbaros como antítipos dos imperadores, assim como escultores⁸⁶.”

Por isso que a Tudetânia é descrita como “admiravelmente afortunada: como produz de tudo e em grande quantidade, duplica estas potencialidades com a exportação”⁸⁷, e as vias fluviais pelo Anas são destaque em navegação, o que gera contato, e “elevam-se igualmente sobre ele montanhas com minério, que se prolongam até ao

⁸⁴ BORGES, 2016, p. 50.

⁸⁵ WOOLF, 2010, p. 76.

⁸⁶ WOOLF, 2010, p. 113.

⁸⁷ Estrabão. Geog. L III, 2, 3.

Tejo⁸⁸”. Ressaltando aquelas vantagens naturais que são mais caras aos romanos, favorecendo o interesse do Império na região. Estrabão, na lente que o guia através dos interesses romanos, aponta, com ênfase

Na verdade, todo o território dos Iberos está repleto deste recurso, ainda que nem todo seja tão fértil e próspero, sobretudo o que abunda em minério. É raro que uma região seja afortunada em ambos os recursos; e também é raro que a mesma região seja copiosa em todo o tipo de minério numa área reduzida⁸⁹.

Na escrita estraboniana o solo, o clima e as riquezas minerais da Ibéria são exaltados, motivo de glória, sobretudo quando frente ao domínio romano que irá usufruir das benevolências naturais do espaço.

Todavia, os povos que ali habitam a região não são vistos pelo mesmo olhar, a lente de observação do autor para os grupos que habitam o território peninsular é perpassada pelo crivo descritivo de uma noção clara de ‘civilização’ *versus* ‘barbárie’. Para tanto, ao descrever os povos que se situam no extremo dos flancos ocidental e setentrional da Ibéria, Estrabão os narra da seguinte forma:

Deste modo, pois, cerca de uns trinta povos ocupam o território entre o Tejo e os Ártabros. Apesar de a região ser próspera em frutos, gado e abundância de ouro, prata e metais semelhantes, a maior parte deles, contudo, abandonou a exploração da terra: passavam o tempo em piratarias e em guerras contínuas, quer entre si, quer (atravessando o Tejo), contra os seus vizinhos, até que os Romanos os impediram, humilhando-os e reduzindo a maior parte das suas cidades a aldeias, e associando também colonos a algumas delas, para melhor resultado. Deram início a esta anarquia os habitantes das montanhas, como é natural, pois como ocupavam uma terra pobre e possuíam territórios reduzidos, cobiçavam o alheio⁹⁰.

Percebamos: Estrabão enfatiza o caráter bárbaro, quase vil, dos povos da região que, preocupados com a guerra, ignoravam arbitrariamente o bom solo, as riquezas minerais e o cultivo para guerrear como selvagens. Até serem contemplados pela ‘civilização’ romana, que os subjuga, os humilha e coloniza aquela região, transformando-a em um domínio de Roma. Em seguida, aqueles que resistem,

⁸⁸ Estrabão. Geog. L III, 2, 3.

⁸⁹ Estrabão. Geog. L III, 2, 8.

⁹⁰ Estrabão. Geog. L. III, 3, 5.

E os outros, ao defenderem-se deles, tornaram-se necessariamente impotentes em relação às actividades próprias, de modo que também eles guerreavam em vez de cultivarem as terras. E sobreveio que o território, descuidado, como estava estéril dos seus recursos naturais, era habitado por bandidos⁹¹

Pois, como atesta Estrabão, “diz-se que os Lusitanos são dados a emboscadas, à espionagem, que são vivos, ligeiros, bons em manobras⁹²”. De certo, aqueles fatores ligados à etnografia peninsular não são vistos com tamanha benevolência, aquela que é direcionada exclusivamente aos fatores climáticos, minerais e à prosperidade do solo.

Bruno Silva⁹³ apresenta que Estrabão se encaixa nos termos conhecidos como ‘preconceito cultural’ das elites mediterrânicas sobre os povos fronteiriços. Em consoante, a *Geografia*, para Claude Nicolet, é política, com constatações do bom governo romano, o que explicaria seu domínio sobre o mundo, deixando bem clara a existência de uma simbiose entre conhecimento e poder. A obra não é somente uma coisa, não é caracterizada como prática, ou até mesmo teórica, não é pública e não chega a ser privada, é um conjunto de todas essas classificações, “pois conhecimento é necessário para se agir, e sem dúvidas, entender deve preceder dominar⁹⁴”.

1.3.2. A História Natural, de Plínio

Gaio Plínio Secundo, conhecido também como Plínio, O Velho, nasceu entre 23 e 24 d.C., e foi oriundo da cidade de Como. Em vida, ocupou uma posição de cavaleiro dentro das forças romanas, viajando e relatando nas suas obras as várias áreas do Império ao qual entrou em contato. Sua carreira teve início na ordem equestre, quando ocupou funções preliminares de um *cursus honorum* coerente a sua posição na província da Germânia. Plínio viveu o auge da dinastia dos Flávios, concluindo sua obra, *História Natural*, em 77 d.C. Pelo tempo em que viveu e o que escreveu, Plínio é testemunha ocular das transformações perante a expansão imperial romana. Tanto que o prefácio do primeiro livro, escrito em forma de epístola, é uma dedicatória ao imperador Tito.

Historia Naturalis, ou História Natural, é uma obra considerada uma das primeiras enciclopédias do mundo ocidental, sendo um catálogo monumental de fatos diretos,

⁹¹ Estrabão. Geog. L. III, 3, 5.

⁹² Estrabão. Geog. L. III, 3, 6.

⁹³ SILVA, 2019, p. 30.

⁹⁴ NICOLET, 1991, p. 73.

misturados com histórias fantasiosas, suportados por um relato sobre a natureza das coisas, em que Plínio está “sempre ameaçando esmagar o leitor sobre o peso do seu conhecimento⁹⁵” fornecendo informações claras entre agricultura até zoologia. Para tanto, no início do terceiro livro, que foca sobretudo no sul da Espanha, no sul da Gália, na Itália e no Mediterrâneo Ocidental, o autor inicia sua fala apontando alguns elementos que irão ser discutidos em seu texto de forma central, a saber: “tanto quando a situação e as maravilhas da terra e da água e das estrelas, assim como o plano e as dimensões do universo⁹⁶”.

Seu objetivo era claro, entre a natureza e o universo, haveria a descrição do mundo conhecido, não somente conhecido, mas dominado por Roma, entre os astros, seres animados e seres inanimados. Pois,

desde a ampliação do conhecimento sobre o universo conhecido, da descoberta de novos pontos geográficos e as informações etnográficas subsequentes às conquistas de Alexandre, o Grande, aliados ao impulso dado ao ‘conhecimento’ e à técnica pela época helenística, o espaço sociocultural romano oferecia a unidade de um âmbito comum. Logo, o contexto histórico vivido por Plínio pode ser caracterizado como um segundo momento de consolidação e organização das áreas conquistadas⁹⁷.

História Natural passa a ser entendido por nós como um conjunto de textos, e como tais, devem ser lidos e interpretados por esse viés, ou seja, como estruturas narrativas que elaboraram maneiras de entender o Império Romano, sobretudo com relação ao livro III. O autor fala partindo de um espaço, um grupo, um viés idealista ao qual pertence, e através de sua escrita, percebemos os mais tradicionais valores romanos sendo expostos⁹⁸.

Adentrando a divisão territorial da Hispânia no Livro III, Plínio explora a organização da região ao apontar a repartição do território lusitano entre duas províncias sobre domínio romano, a Lusitânia, ao norte, e a Bética, separadas pelo rio Anas - importante no contexto de conexão e transporte entre os territórios provinciais. No decorrer do texto, o autor também menciona a importância dos célticos na Lusitânia, influenciando na linguagem, religião e até mesmo nos nomes das cidades, o que ocorre

⁹⁵ DOODY, 2010, p. 1. Tradução nossa.

⁹⁶ Plínio, Hist. Nat. L. III, 1. A tradução do inglês ao português é nossa.

⁹⁷ BORGES, 2016, p. 50.

⁹⁸ DOODY, 2010, p. 3. Tradução nossa.

de maneira similar na Bética, aos exemplos de Fama Julia, Nortebriga e Concordia Julia, identificadas pelos seus sobrenomes - cidades sob a jurisdição romana.

Frente a essa divisão, utilizamos dos fatos trazidos por Audrey Doody, na medida em que a autora classifica que essa forma de apresentar argumentos e organizações geográficas, tão caras a Plínio, leva à criação de um catálogo referencial onde nomes de diferentes tipos e de diferentes contextos podem ser ligados entre si sem parecer incongruente. O autor tem essa capacidade ao construir seus argumentos sobre a natureza em relação ao espaço social, assim como observado na seguinte passagem, de descrição da Bética, na qual encontramos uma mistura ousada de lugares, cujas diferenças são niveladas no processo de listagem:

A primeira terra neste golfo é chamada de Espanha Adicional, ou Bética, e então, a partir da fronteira de *Murgitanum*, torna-se a Espanha mais próxima, ou Tarraconensis, até os Pirineus. Além disso, a Espanha está dividida longitudinalmente em duas províncias: a Lusitânia, que se estende ao longo do lado norte da Bética, separada pelo rio Anas. Este nasce nos campos de *Laminium*, na Espanha mais próxima, e às vezes deságua em lagos, às vezes estreitando-se em tocas e reemergindo alegremente, deságua no Oceano Atlântico⁹⁹.

Nessa passagem, é possível achar os nomes dos distritos romanos na Hispânia, além de uma escrita lírica, em que os espaços se conectam. Observamos o nome de um rio, de uma montanha e até mesmo de um oceano. A descrição acima é responsável pela ordenação natural das coisas. Contudo, para que isso aconteça, ele precisa criar um contingente regional que uniformiza os espaços, diferenciando-os pela posição do arranjo sob o domínio imperial, em particular, uma construção pela perspectiva romana do espaço provincial¹⁰⁰.

Esses problemas de ordem temporal, imperial e romanos não são exclusivos ao terceiro livro, nem mesmo ao território peninsular, são fatores recorrentes à escrita pliniana que, para tomar de conta de um contingente de informações e lugares, por vezes os descreve a partir de aspectos rasos ligados ou à organização e divisão das províncias em territórios administrativos, ou pelo recorte ligado à exploração da riqueza do solo.

Adiante, a prosperidade do solo na Hispânia entra em destaque:

[...] há lãs de variadas colorações de tal modo que, de tantos tipos que existem, faltam os nomes para as que chamam naturais. As melhores

⁹⁹ Plínio. HN. L. III, 6. A tradução do inglês ao português é nossa.

¹⁰⁰ DOODY, 2010, p. 69.

lãs de velo negro produzem-nas a Hispânia; Polência, junto aos Alpes, as de velo branco; a Ásia as do avermelhado a que chamam eritreias, e a Bética também; Canúsio as de fulvo e Tarento as do seu pardo característico. As gorduras que todas elas produzem têm propriedades medicinais. As da Hístria e da Libúrnica são mais pelo do que lã, impróprias para vestuário paliçado, e o mesmo acontece com as que Salácia, na Lusitânia, recomenda para tecidos axadrezados¹⁰¹.

A cochinilha da Galácia, um grão escarlate, como diremos quando tratarmos dos produtos terrestres, ou a das proximidades de Emerita, na Lusitânia, é a mais apreciada¹⁰².

Há também azeitonas muito doces que secam por si, mais doces que uvas passas; são bastante raras e produzem-se na África e próximo de Emerita, na Lusitânia¹⁰³.

A excelência do solo seria de real valor ao Império, porque além do controle político, o poder econômico e as possibilidades de exploração da região tornam o espaço um ambiente de disputa, onde Roma poderia sair privilegiada. Essa escrita, além de descritiva, é uma forma de controle, em como as coisas são descritas, ou melhor, construídas, pela narrativa. Uma visão que podemos atribuir sobre a História Natural, além do conhecimento geográfico e etnográfico, é o discernimento em como a natureza ou os conhecimentos naturais sobre o espaço, foram construídos a partir publicação da obra¹⁰⁴.

De fato, a competência do que é omitido ou incluído passa pela repercussão concreta das preocupações das elites romanas. Nas omissões mais óbvias de Plínio, sua geografia apresenta um vácuo na listagem dos nomes que são de origem indígena ou estrangeira, podendo ser atribuído “[...] tanto à ignorância: Plínio simplesmente não conhece nenhuma língua celta ou germânica e nem suas fontes [...]”¹⁰⁵; ou ao “[...] preconceito contra nomes estrangeiros que é comum aos geógrafos antigos em geral [...]”¹⁰⁶. O que também acontece com Estrabão, na sua recusa em nomear os “menos significantes”¹⁰⁷, em meio a sua descrição/construção narrativa.

¹⁰¹ Plínio, Hist. Nat., L. VIII, 191. *Apud.* BORGES, 2016, p. 53.

¹⁰² Plínio, Hist. Nat., IX, 141. *Apud.* BORGES, 2016, p. 53.

¹⁰³ Plínio, Hist. Nat., XV, 17. *Apud.* BORGES, 2016, p. 53.

¹⁰⁴ DOODY, 2010, p. 14.

¹⁰⁵ DOODY, 2010, p. 69. Tradução nossa.

¹⁰⁶ DOODY, 2010, p. 69. Tradução nossa.

¹⁰⁷ Como podemos observar no seguinte trecho: “Hesito em dar muitos nomes, evitando a tarefa desagradável de anotá-los - a menos que alguém sinta algum prazer em ler “Pleutauros”, Bardyetans”, “Allotrigans” e outros nomes ainda menos agradáveis e menos significativos que estes.” (ESTRABÃO, Geog. L.III, 3, 7.)

O texto de Plínio representou uma conceitualização poderosa do que significava saber sobre o *rerum natura* na Roma do primeiro século. A natureza das coisas significa o conhecimento dos detalhes, em seus devidos lugares. Por isso que a obra é tão massiva, a natureza é elaborada por Plínio em uma cadeia de detalhes amarrados entre si, que o seu próprio discernimento sobre os fatos serve como régua para medir quais são mais importantes que outros. Seu olhar como homem à serviço do Império é responsável por difundir um ideal identitário que o coloca como detentor das formas de se narrar um mundo antigo por meio de seu texto¹⁰⁸.

Ao longo do Livro III, vêm à tona uma série de nomes e línguas estrangeiras, e apesar dos problemas em muitos pontos destas descrições, a presença desses elementos pode se dar ao fato do esforço de Plínio ser voltado a dar ao leitor, em geral, o máximo de informações sobre os lugares do mundo possível, em que o valor descritivo de sua obra faz referência a uma tradição de escritores médicos, por isso a formação de esquemas e o entendimento das coisas, pessoas e espaços a partir de detalhes minuciosos¹⁰⁹.

Enquanto isso, sua listagem de cidades é feita a partir daquelas que possuem conexões mais próximas a Roma, sobretudo aqueles com direitos latinos, que começaram como colônias romanas. Na maioria das passagens, dois fatores estão explicitamente associados: tanto o caráter descritivo das cidades e sua posição dentro da geografia regional, como a facilidade da nomenclatura em latim. Pois, pelo visto, Plínio está preocupado, quando escreve, em ser entendido entre seus pares, “com a descoberta de um mundo romano para um público leitor romano¹¹⁰”.

1.4. A crítica

1.4.1. Objetivos

Frente ao exposto, iniciamos agora a problematização com uma crítica literária - sobretudo ao que tange o uso de fontes escritas para conhecimento do território lusitano -, que complementa tanto a análise textual das obras previamente exploradas, assim como abre uma gama de possibilidades para que, indo além dos textos escritos, com uso da

¹⁰⁸ DOODY, 2010, p. 14.

¹⁰⁹ Fato percebido nas passagens presentes em *H.N.*, L. III, 28, quando o autor realiza uma listagem de tribos.

¹¹⁰ DOODY, 2010, p. 71. Tradução nossa.

cultura material, referente a análise epigráfica, possamos ampliar os horizontes de estudo do Império Romano e sua diversidade sociocultural.

Em suma, o objetivo desse tópico é dividido em duas etapas: (1) explorar como as narrativas literárias foram responsáveis por construir a Península Ibérica – e o Império como um todo –, partindo do que foi discutido com Estrabão e Plínio, entre as possibilidades de análise e os limites impostos; (2) seguido por dissertação sobre a vantagem de se unir os conhecimentos trazidos pela cultura material aos elementos descritos nos textos literários. Pois, ao nosso ver, isso se deve a um fim específico: elencar as epigrafias funerárias, votivas e imperiais, como um intercâmbio entre a escrita e a materialidade, uma forma de entender os espaços provinciais por meio de elementos produzidos a partir desses espaços, como um produto social daquela territorialidade, e também como uma resposta à nova gestão espacial empregada por Roma nas províncias¹¹¹.

Entre as possibilidades do exame da experiência imperial romana, a diversidade de fontes torna-o muito mais fluido, marcado por narrativas que tentam construí-lo a partir dos espaços que são produzidas. Dessa forma, é comum aos que trabalham com fontes materiais, um problema característico de interpretação: é necessário decodificar o enunciado presente na materialidade; enquanto, a primeiro momento, os textos escritos parecem permeados por informações mais homogêneas, por se situar ao nível da linguagem, aparentando deixar claro o que querem dizer.

Enquanto o terreno arqueológico resulta de um jogo conjunto da fabricação humana (atos humanos) instaurador de um sistema técnico, somado aos fatores naturais que destroem esse mesmo sistema; a literatura dá a impressão de que sua interpretação é menos problemática e mais imediata – apesar de não ser. Portanto, isso faz com que esses documentos, textuais e materiais, apresentem-se a nós como duplamente heterogêneos: não são da mesma natureza, e entre eles há somente analogias em comum, por tratarem de questões semelhantes¹¹².

¹¹¹ É importante reforçar que não estamos tentando opor fontes literárias e fontes materiais, estamos tentando mostrar como a Península Ibérica pode ser lida através das produções escritas fruto da expansão romana, e como essas mesmas fontes possuem seus limites. Para então, introduzir a discussão sobre epigrafia como uma fonte de exploração dos territórios provinciais que vai ser aprofundada nos próximos capítulos.

¹¹² Reflexões trazidas a partir da leitura do texto de Philippe Bruneau, em “Fontes textuais e vestígios materiais: reflexões sobre a interpretação arqueológica”, In: *Melanges G. Daux*. Texto datilografado, tradução de Flávia Faleiros. Paris, 1974.

De certo, os textos têm uma característica fundamental, os acontecimentos lá relatados, os procedimentos e as necessidades às quais eles respondem estão lá indicados. O mesmo não ocorre na arqueologia, os registros materiais são encontrados e seus usos devem ser analisados a partir do contexto de sua produção. Contudo, a cultura material é imprescindível, tanto para complementação a tudo aquilo que já se sabe pelas fontes escritas, quando para aprofundamento a uma série de questões não explicitadas ou não trabalhadas pelos textos¹¹³. São fontes que, mesmo com naturezas distintas, se complementam, sendo importantes ao pesquisador que quer compreender o Império Romano em sua complexidade e formas.

A partir da junção entre as fontes literárias e materiais, existe a epigrafia, enquanto documento que carrega características de um texto escrito (o suporte - podendo ser lido, copiado), além daquelas ligadas à cultura material (é formado pela materialidade, foi encontrado em escavações, têm forma particular e é integrante de uma simbologia que pode informar tanto quanto o texto)¹¹⁴.

1.4.2. Crítica literária

Ao reiterarmos a discussão acerca de Estrabão e Plínio, os textos nos parecem dados: descrições ora geográficas, com pinceladas sobre as comunidades indígenas, e uma ambientação nos espaços sociojurídicos provinciais. Contudo, como antes dito, não há obra desenraizada de seu espaço de produção, e o autor - produtor dessa narrativa - é formado por suas experiências, refletidas no texto. O Império nos mostra experiências culturais distintas, em que as narrativas textuais buscavam elaborar uma interpretação para o novo contexto erguido pelo contato entre Roma e suas províncias¹¹⁵.

Estrabão dedicou sua obra ao imperador Otávio Augusto, já Plínio, a Tito. Momentos cronológicos distantes, com décadas que os separam, mas a ordenação das coisas, do mundo conhecido, seguia a mesma fórmula: sistemas de classificação simbólicos, sociais e representacionais, em uma linha que dividia romanos de não romanos¹¹⁶.

¹¹³ BRUNEAU, 1974.

¹¹⁴ CUTRO, 1999, p. 127.

¹¹⁵ Aqui, leiamos contato entre *civilização e barbárie, colonizador e colonizado, o eu e o outro*, entre tantas outras possibilidades.

¹¹⁶ BORGES, 2016, p. 47.

Os reflexos da expansão romana na antiguidade não são unicamente representados por Estrabão e Plínio, vários autores foram capazes de construir testemunhos sobre as preocupações e anseios acerca da realidade que presenciaram. Já nos informava sobre isso a historiadora Juliana Bastos Marques¹¹⁷, sobre A História de Roma, escrita pelo historiador Tito Lívio, que, assim como Estrabão, também dedica sua obra a Augusto. Não somente isto, Lívio narra - e louva -, a história de formação de um povo, de contínuos momentos em que a atuação em prol da comunidade suplanta os mesquinhos interesses particulares, refletindo-se, em última instância, em uma força militar irresistível.

Valorizamos esses autores não por serem apresentadores de um contexto histórico, geográfico, político ou social *sine qua non* ao existente na época, mas pela forma como a linguagem deles é responsável por construir uma mesma realidade, que serviria a fins específicos: testemunhos com uma lógica interna que é representacional de uma identidade romana em construção, que atestam a retomada de valores ‘essenciais’ - *virtus, pietas, fides, gravitas, auctoritas* - baseado na tradição e nos costumes¹¹⁸.

O próprio Augusto, em sua **Res Gestae**, através de suas memórias, honra e comemora seus atos em conjunto com a prosperidade do *Imperium*. Colocando-se como fundador do regime imperial, suas conquistas e feitos são triunfos pertencentes não somente a ele, mas também ao povo romano. O Império passa a ser relacionado à extensão das fronteiras do mundo conhecido,

reforçando um *terminus* para a presença romana, isto é: o oceano, que circunda a terra (que, em sua leitura, Roma foi a primeira a chegar e controlar), a *Galia*, as *Hispanias*, a *Germania*, os Alpes, a *Ethiopia*, a Arábia, Índia e Egito¹¹⁹.

Suetônio¹²⁰ afirma que grande parte da **Res Gestae** de Augusto foi escrita pelo imperador, com ‘seus próprios pulsos’, para ser, *postmortem*, exposta na entrada de seu mausoléu, o que aconteceu em 19 de agosto de 14 d.C., e como desejou *Augustus* o documento fora afixado em pranchas de bronze, em um lugar visível para todos os transeuntes que tivessem acesso a Roma.

Por meio do monumento epigráfico do *princeps* - que combina texto e materialidade -, cabe-nos entender que Augusto buscou explicar toda a natureza e origem

¹¹⁷ MARQUES, 2015, p. p. 469.

¹¹⁸ MARQUES, 2015, p. 475.

¹¹⁹ BORGES, 2016, p. 47.

¹²⁰ SUETÔNIO - CI, 2007, p.114.

de seu poder, desejando também produzir uma memória sobre seus feitos e advertir seus sucessores de que eles deveriam se mostrar prudentes e atentos com o antigo código, estando representadas as bases desse novo poder - do Principado, do *Imperium*. As informações ali presentes

[...] foram alvo de seleções, o que presume exclusões de fatos e fortalece a abordagem do documento enquanto monumento não apenas pela sua estrutura física ou conjunto em que estava inserido, mas por ser resultado das relações de poder entre Augusto e a sociedade romana¹²¹.

Frente a isso, Augusto se apresenta, através de suas memórias, como um modelo de imperador, e seu governo, como modelo de Principado. E assim ele foi apresentado pelos autores latinos de sua época em diante, fazendo com que sua própria memória discursiva permaneça ao longo de milênios após a sua morte¹²². Deste modo, a manipulação da cultura escrita seria, de acordo com Regina Bustamante¹²³, um instrumento básico para os segmentos dirigentes, seja com fins políticos ou administrativos, neles estão contidos hierarquias e sólidas relações de poder, entre Roma e suas províncias, entre magistrados e as elites locais, e no caso de Augusto, entre um imperador e seu império.

Os testemunhos de Augusto, Estrabão, Plínio, Tito Lívio, Ovídio, entre outros, nos mostram várias perspectivas de um Império Romano em que as fronteiras de seu domínio se enlaçam, por vezes se confundem, com as da *oikoumene*, baseada na hegemonia de Roma. Todo o controle do mundo habitado (*Orbis Terrarum*), passava a ser escrito como submetido à autoridade do povo romano¹²⁴. O Império passa a assumir uma noção de domínio universal, dividido entre o território organizado pela administração romana - sempre possível de crescer, ampliar-se; e as *externae gentes*, submetidas, porém não anexadas.

Entre 2 e 10 d.C., Agripa (genro de Augusto e corregente do Império), elabora um mapa a fim de representar esse mundo conhecido, corroborando com a noção da dominação universal romana. Considerado o mais completo mapa (não o primeiro) global apresentado publicamente em Roma no período, foi iniciado por Agripa e finalizado por Augusto, indicava o território conquistado pela dominação romana e colocava todo o

¹²¹ BARROS; CANDIDO, 2019, p. 121.

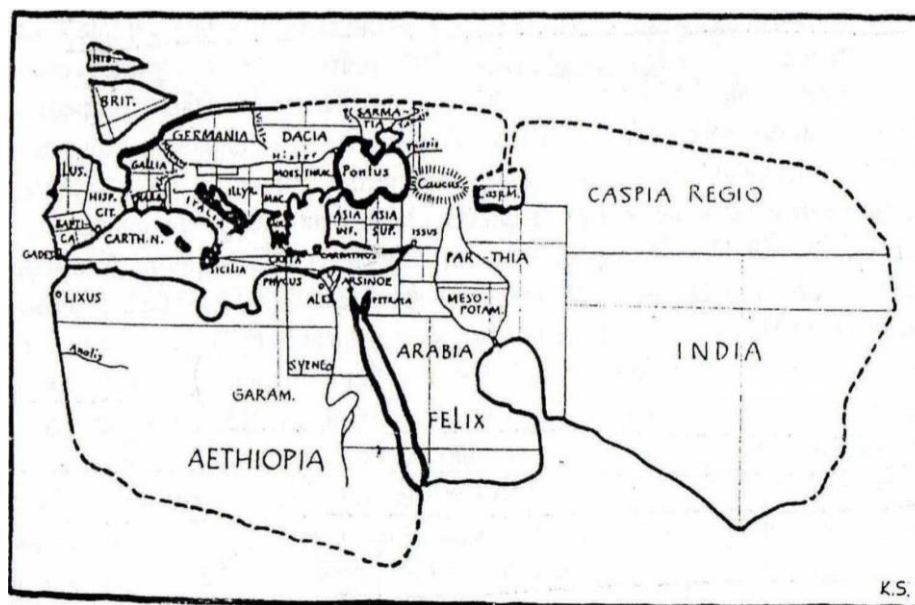
¹²² BARROS; CANDIDO, 2019, p. 122.

¹²³ BUSTAMANTE, 2006. p. 110-123.

¹²⁴ HIDALGO DE LA VEJA, 2005, p. 273-278.

mundo antigo sob tutela de Roma¹²⁵. No mapa, há uma concepção dual de domínio muito clara, na divisão do território conhecido em dois espaços fundamentais que estruturavam o universo mental dos romanos: *Urbs et orbis terrarum*. “A *Urbs* é o centro do mundo, a cidade da vida social, do prazer, dos templos, da riqueza, da cultura e do poder e o *orbis terrarum* é representado através do registro das regiões de forma geral, da posse do mundo e suas zonas de influência¹²⁶”.

Mapa 2 – mapa feito por Agripa, representando o então mundo conhecido e dominado por Roma



No mapa, observamos as regiões conhecidas pelos romanos: a *Galia*, as *Hispanias*, a *Germania*, os Alpes, a *Ethiopia*, a *Arábia*, *Índia* e *Egito*¹²⁷.

Não obstante, se pelos registros literários essa visão de um mundo dominada por Roma, apresenta-se como um consenso, na medida que reforça que Roma é o centro do mundo conhecido e as províncias são povos e regiões submetidos a ela, a partir de agora nos dedicaremos a análise de como essa construção da realidade pode ser melhor problematizada através das fontes materiais, que constitui nosso objetivo principal de estudo. Pois, se pela literatura a identidade romana aparece como um consenso, compartilhado por todo o Império, o estudo epigráfico nos mostra formas de integração

¹²⁵ NICOLLET, 1991, p. 95-122.

¹²⁶ BORGES, 2016, p. 49.

¹²⁷ NICOLET, C. ‘L’Empire Romaine: espace, temps et politique’. *Ktéma*, Strasbourg, v. 8, 1983, pp. 163-173. *Apud*. BORGES, 2016, p. 48.

que variam de acordo com as territorialidades que são integradas ao domínio de Roma. Deste modo, nos propomos a analisar como o domínio imperial dependeu, por muitas vezes, muito mais de acordos e transformações nas práticas sociais entre Roma e seus domínios, que de uma forma militar irresistível.

1.4.3. A virada material

Ao analisarmos a História Natural de Plínio e a Geografia de Estrabão, entramos em contato com formas de produzir sentido em um mundo em expansão dentro da experiência imperialista romana. Os relatos literários serviram como forma de representar os espaços, as culturas e os povos que Roma entrou em contato, na medida em que procurava-se reforçar o ideal identitário romano – ou melhor, construir padrões comportamentais e performáticos do que significava ‘ser romano’.

Quando expandimos nosso uso documental para além dos relatos escritos, podemos conceber a cultura material, assim como foi com a literatura, como um respaldo das práticas sociais e dos símbolos culturais que representam significados e ideias a partir de sua produção. Deste modo, é possível entender tanto as funcionalidades sociais, política, econômicas da literatura, quanto as possibilidades e complementariedade que a cultura material tem a oferecer na análise do Império Romano¹²⁸.

A ‘virada material’ ou ‘material turn’, assim como apresentado por Sonia Hazard¹²⁹, serve aos nossos fins argumentativos na medida em que passamos a conceber que a materialidade também é fruto de práticas sociais. A tese de Hazard trata-se, principalmente, de entender religião como uma expressão mental, espiritual, respaldada pela materialidade a qual ela é concebida; pois, em conjunto a experiência humana, a religião também é social, ou seja, uma combinação entre os fenômenos e suas formas de representação – em objetos, práticas, espaços, corpos, sensações, efeitos etc. Deste modo, a religião, a partir da segunda metade do século XX, com a virada cultural, passa a ser concebida como um sistema de símbolos, que trabalham em conjunto com a linguagem ou com o texto; complementada por suas práticas materiais – santuários, danças, peregrinações e amuletos –, funcionando como uma rede de significados da crença.

Por não haver como conceber o homem desvinculado dos espaços que ele ocupa, a materialidade não é oposta à concepção da experiência humana, as coisas e os homens

¹²⁸ O que, em consequente, justifica a construção do nosso corpus e também o uso das epigrafias para entender o espaço social provincial.

¹²⁹ HAZARD, 2013, p. 58–78.

se apresentam como codependentes, o homem habita a natureza, da mesma forma que a modifica. A agência da experiência humana é a capacidade de causar efeitos no mundo. O novo materialismo implica em entender como as coisas, o material, é produzido e implica na realidade social do mundo.¹³⁰

O material não pode ser reduzido a uma visão intercambiável com o texto. As coisas não são simplesmente ‘objetos’ no sentido semiótico do termo. As coisas devem ser entendidas, a partir da fenomenologia, como entidades que fazem parte da cultura, são fruto da experiência vivida. Deste modo, “os fenomenólogos já obscurecem a suposta separação entre sujeito e objeto ao enfatizar a corporeidade – isto é, a materialidade – do homem¹³¹.”

A agência das coisas é o entendimento que a produção material não é ligada apenas ao indivíduo que a produziu, mas ao grupo que faz parte, ao espaço, ao sistema cultural e as práticas identitárias. Deste modo, as coisas estão presentes ou ausentes de acordo com os propósitos e necessidades que impulsionam nossas atividades. Essas coisas tem existência independente e própria – seu próprio peso, cor, forma, textura e assim por diante. Elas se tornam apenas significativos na medida em que atuam como um palco no qual um ator social, uma pessoa, um ser humano toma seu lugar¹³². As coisas materiais são construtivas e geradoras da realidade.

Por isso que, em termos práticos, a análise epigráfica consiste em uma rede de símbolos, signos e significados que existem de acordo com as transformações espaciais frente ao domínio romano, assim como a resposta dos territórios provinciais à gestão do espaço. Uma união indissolúvel entre texto e materialidade, reverberando o sentido de sua produção. Existindo para além dos indivíduos, chegando até nós como artefatos de rememoração de um passado através das informações contidas na fonte. É um produto social que existe a partir do contato com Roma, das formas de exploração e os mecanismos de integração dos povos provinciais.

1.4.4. Literatura e Materialidade: as possibilidades do estudo epigráfico.

As inscrições epigráficas formam um conjunto que, para nós, é muito precioso, especialmente em relação aos dados que tornam possível o acesso a informações que, por

¹³⁰ HAZARD, 2013, p. 60.

¹³¹ HAZARD, 2013, p. 67.

¹³² HAZARD, 2013, p. 63.

várias vezes, escapam da esfera escrita. O próprio monumento epigráfico passa por seus mecanismos de seleção: o suporte, o modelo, o estilo das palavras - bem como a omissão de outras -, o espaço onde são colocadas e o seu campo de visibilidade, afirmando sua funcionalidade.

Nas produções epigráficas encontramos informações condizentes às dinâmicas locais dos procedimentos, estruturas administrativas e jurídicas das cidades e de sua população, enriquecendo a análise dos espaços localizados nos territórios transformados em províncias¹³³. Para José D'Encarnação¹³⁴, algumas questões são intrínsecas à análise epigráfica, isto é, a razão porque aquilo foi escrito naquele tipo de suporte, por qual motivo um monumento foi utilizado no lugar de outro, qual a explicação para as palavras selecionadas terem sido aquelas, enquanto outras foram omitidas, enfim; como essa seleção e omissão operam na transmissão de várias informações que nos ajudam a entender as vastas regiões do Império e suas formas de integração.

A epigrafia representa uma gama de informações de tipos distintos de textos, sob uma diversidade de suportes materiais, podendo ser feitas de pedra, metal ou entre outras superfícies que têm como maior objetivo sobreviver ao tempo¹³⁵. Diante da diversidade epigráfica existente no contexto do Império Romano, a depender de seus usos e funcionalidades, nós focaremos, neste tópico, nas epígrafes funerárias e às práticas funerárias para melhor entender a serventia da cultura material para estudo do espaço provincial lusitano.

Valerie Hope¹³⁶ afirma que o maior medo dos homens é o esquecimento, e uma das formas dos feitos serem lembrados e da sobrevivência simbólica desses sujeitos perdurar pela eternidade, é através do culto à memória dos mortos. Na época romana, o mundo dos mortos constituiu um dos melhores mecanismos para se evocar o mundo dos vivos, na medida em que foi através dos monumentos funerários que se materializou o cenário ideal para propaganda e autorrepresentação das elites urbanas. Alguns elementos estão ligados ao contexto funerário: um arranjo sepulcral, acompanhado de um espólio funerário; um suporte epigráfico, onde se recordaria todos os feitos do defunto; e um ritual

¹³³ BORGES, 2016, p. 77.

¹³⁴ D'ENCARNAÇÃO, 2010, p. 14.

¹³⁵ BELTRÃO, 2018, p. 3.

¹³⁶ HOPE, 2009, p. 50.

de enterramento. Assim, o túmulo, a depender de sua monumentalidade, garantiria a legitimação da *nobilitas* individual e do prestígio familiar¹³⁷.

Os usos epigráficos seguiam um ordenamento jurídico com base nos estatutos municipais, que apresentavam informações sobre o funcionamento das cidades, assim como testemunha a *Lex Irnitana*¹³⁸ (cap. LXXVI), onde é descrito sobre os magistrados que seriam responsáveis pela fiscalização dos terrenos funerários. “Enquanto a divisão propriamente dita de parcelas regulares de terreno público para a construção de sepulcros seria fixada por *agrimensores*¹³⁹”. No mundo funerário, as dinâmicas de poder nos centros urbanos se mostram explícitas, envoltas em uma complexa teia de relações política e econômicas, que alcançam a gestão municipal.

Na morte, os funerais uniam indivíduos socialmente dispares, exercendo um papel coletivo em uma identidade partilhada entre seus membros, baseada na honra e na preservação de uma memória em comum. Os túmulos, os epitáfios e o simbolismo da morte, produziram memórias seletivas, à medida em que criaram um passado comum a ser incorporado à memória social¹⁴⁰. Já dizia Aleida Assman sobre a memorização dos mortos:

a piedade é a obrigação dos descendentes de perpetuar a memorização honorífica dos mortos. Já a fama, isto é, a memorização cheia de glórias, cada um pode conquistar para si mesmo em certa medida, no tempo de sua própria vida. A fama é uma forma secular de autoeternização, que tem muito a ver com a autoencenação¹⁴¹.

No mundo romano, os mortos existiam entre os vivos, a memória pairava entre aqueles que ficaram, para que sempre se lembrem daqueles que já se foram. Por isso que, em tempos de festividades, vários rituais funerários passam a existir, a exemplo da *Parentalia*¹⁴², que através de oferendas que os familiares deixavam nos túmulos de seus entes queridos, reafirmava-se o papel social da morte e à produção de uma memória partilhada entre o grupo, que, de certa forma, os unia¹⁴³.

¹³⁷ REIS, 2018, p. 99.

¹³⁸ É uma coleção de 6 tabuletas de bronze que contêm fragmentos das leis municipais romanas.

¹³⁹ Vide: REIS, 2018, p. 100.

¹⁴⁰ OMENA; GOMES, 2017, p. 340.

¹⁴¹ ASSMAN, 2011, p. 37.

¹⁴² Festival funerário de honra aos mortos, onde os familiares levavam oferendas aos túmulos de seus familiares. Ocorria entre 13 e 21 de fevereiro.

¹⁴³ OMENA; GOMES, 2017, p. 341.

Na *Urbs*, a morte produz narrativas a partir dos monumentos, das inscrições e seus significados, que transformam esse espaço, que aparenta ser unicamente físico, em um discurso de poder: quem será lembrado, como será e, sobretudo, o que estará associado à sua memória¹⁴⁴. Esta mesma memória nunca é dada, é selecionada, alvo de recortes, que faz com que a identidade que é associada a rememoração dos fatos, seja sempre um produto continuamente atualizado de um passado em comum¹⁴⁵.

De acordo com a associação do mundo dos mortos ao mundo dos vivos, a morte, ou melhor, os ritos e monumentos funerários, também podem ser uma fonte que, por excelência, é poética. Em um artigo de 2012, José D'Encarnação analisa em seu texto intitulado de “O epitáfio poético: modelo literário, reflexo de mentalidades”, as narrativas presentes nos monumentos funerários do território português, não somente isto, mas como a cultura material produz relatos sensíveis que, por meio da epigrafia, unem a memória dos mortos a sua rememoração pelos vivos.

Entre os exemplos citados, está o epitáfio de Nice, presente numa ara que hoje se encontra no Museu Regional de Évora, proveniente de Pax Iulia, datada no I século d.C., apresentando um dos poemas mais extensos dessa área da Lusitânia. O suporte dado à inscrição é de granito, e, assim como apresentado a seguir, a superfície está bastante deteriorada, dificultando a interpretação/leitura. No mais, a beleza do seu caráter poético a coloca como um exemplo único da relação que as epígrafes funerárias tinham com os indivíduos que representavam.

A inscrição apresenta a seguinte fórmula em latim:

Quisq(uis) praet[eris hic]
sitam viato[r postquam]
termine legeri[s mori]
me aetatis vicesim[o]
dolebis, etsi sensus er[it]
meae quietisque lasso
tibi dulcius precabor
vivas pluribus et diu [se]
nescas qua m[ihi non
]licu[it] fruaré vita...
[t]e flere iuvat qui+ni+e+
++is ann · Inachus han[c] m[e
ri]to fac(it) i potius propera nam [

¹⁴⁴ Utilizamos do conceito de memória proposto por Paul Ricoeur em: RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. de Alain François. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

¹⁴⁵ Discussão sobre memória e identidade presente em: CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

tu l]egis ipse legeris i Nice a(nnos) XX v(ixit)¹⁴⁶

Quando traduzido, o texto pode ser assim apresentado:

“Viajante, quem quer que seja você que passa diante de mim, enterrada aqui, quando ler o que está escrito nesta pedra e ver que morri no vigésimo ano da minha vida, terá pena de mim, quando perceber meu descanso, eu docemente desejarei a você, que está cansado, que viva mais anos e que envelheça mais. Desfrute da vida que não me foi permitida desfrutar. Eu estou feliz que você chore por mim... Ínaco me fez mercidamente esta lápide. /Vá, se apresse, pois você que me lê, você mesmo será lido; vá embora. / Nice viveu vinte anos¹⁴⁷”

Figura 1 - O louvor a Nice¹⁴⁸



Na imagem, o suporte utilizado em granito, assim como o texto original em latim. A imagem apresenta baixa qualidade, mas serve aos fins propostos¹⁴⁹.

Não é uma epígrafe fácil, mas sua narrativa poética sobre a morte, e a posição do próprio texto como interativo com o leitor transeunte, tem um rico valor sociológico. Análises arqueológicas apontam que tanto *Inachus* como Nice foram escravos, e se no texto a escrita se traduz baseada em algumas concepções epicuristas, possivelmente serviam em ambientes militares.

Com o louvor a Nice, além de seu texto singular e poético, gostaríamos de reforçar um dos pontos de destaque que a cultura material tem a nos oferecer: a construção de monumentos de pedra como esses tem uma função social muito clara, possibilitava aos grupos e aos seus mortos a transmissão de suas *uirvitudes*, que quando, “incorporadas à *Res Publica*, transformavam, a partir dos epitáfios, dos ornamentos móveis e imóveis da

¹⁴⁶ D'ENCARNAÇÃO, 2012, p. 185.

¹⁴⁷ D'ENCARNAÇÃO, 2012, p. 186. A tradução do espanhol ao português é nossa.

¹⁴⁸ D'ENCARNAÇÃO, 2012, p. 184.

¹⁴⁹ D'ENCARNAÇÃO, 2012, p. 184.

sepultura e da própria monumentalidade da tumba, a história familiar em questão pública¹⁵⁰.” Nas tumbas, os indivíduos são rememorados.

O mesmo ocorre em outra epígrafe da região peninsular. Essa, datada no II século d.C., não possui o caráter poético do louvor a Nice, é apenas um fragmento de uma estela de mármore, cor de creme, que ao longo do tempo sofreu fraturas, contudo, seu conteúdo ainda permaneceu intacto. A epígrafe funerária é de Júlia Vitula¹⁵¹, encontrada em Mérida, na Espanha, e atualmente permanece armazenada no acervo do Museo Nacional de Arte Romano - localizado em Mérida¹⁵².

O epitáfio seguia uma fórmula comum aos monumentos funerários, possuindo nome, idade, dedicação aos Manes e um elogio à memória. A saber:

*[Dis] Manibus sacrum Iulia Vitula • ann(or)um XXX h(ic) • s(ita) • e(st) • s(it) • t(ibi) • t(erra) •
l(evis) •*

Traduzindo:

Consagrado aos deuses Manes, Júlia Vitula de 30 anos. Aqui jaz. Que a terra lhe seja leve¹⁵³.

¹⁵⁰ OMENA; GOMES, 2017, p. 342.

¹⁵¹ O contexto de produção epigráfica na Lusitânia, sobretudo em Augusta Emérita, será melhor discutido e contextualizado nos dois próximos capítulos, aqui a discussão centra nos usos que a cultura material, sobretudo as fontes epigráficas, tem a contribuir nas análises sobre o Império Romano. No mais, essa epígrafe faz parte do *corpus documental* da pesquisa, que em anexo à dissertação, tratará das fontes com uma maior riqueza de detalhes.

¹⁵² Epigrafia analisada por Jonathan Edmondson e José María Murciano Calles, vide: EDMONDSON, Jonathan; MURCIANO CALLES, José María. Las Estelas Funerarias Marmóreas de Augusta Emerita: novedades, revisiones y apuntes tipológicos, técnicos e iconográficos. *Anas*, Mérida, n. 25-26, p. 133-17, 2012/2013.

¹⁵³ A tradução do latim ao espanhol por EDMONDSON & MURCIANO CALLES (2013, p. 138), do espanhol ao português é nossa.

Figura 2 - Epitáfio de Júlia Vitula.



No registro, sua parte superior esquerda e inferior à direita sofreram fraturas que causaram a perda da primeira linha de consagração ao *Dis Manes* e os traços superiores das três primeiras letras da linha 2¹⁵⁴.

O epitáfio, segundo Edmondson e Murciano Calles¹⁵⁵, conservava a memória de uma mulher que morreu com 30 anos de idade. Não podemos designar sua condição social porque sua denominação não inclui filiação nem libertação. Sabe-se que o *cognimen* latino *Vitulus* (que significa bezerro/vitela) é mais documentado no centro urbano de Emérita. A vinculação a *gen* dos *Iulius* é clara, provavelmente possuía cidadania latina, mas aspectos mais precisos sobre sua condição social ainda são imprecisos.

Entre os exemplos citados, alguns dados são fundamentais: a quem os monumentos funerários são dedicados, a vinculação dos agentes aos quais a memória é preservada pela epígrafe, o local que esses sujeitos viveram, com quantos anos morreram e, em alguns casos, o dedicante do epitáfio, que encomendou a peça e mandou esculpir o texto (presente no relato de Nice, mas não no de Júlia - contudo, é um elemento que percebemos em grande parte das epígrafes funerárias¹⁵⁶). Esse conjunto de fatos nos leva a uma interpretação da centralidade da família como uma unidade social na sociedade romana. Estruturante das obrigações sociais - neste caso, a preservação da memória dos

¹⁵⁴ EDMONDSON; MURCIANO CALLES, 2013, p. 138.

¹⁵⁵ CALLES; EDMONDSON, 2013, p. 138.

¹⁵⁶ Sobretudo aquelas presentes no *corpus epigráfico* da dissertação.

mortos, em segunda instância, à memória familiar -, por meio do qual o status desses grupos era transmitido.

As famílias romanas se configuraram como um microcosmo da sociedade, com estruturas sociais e relações de poder, onde seus laços transformaram-se em uma unidade de sobrevivência social e simbólica, “à medida que se tornavam não apenas números demográficos, mas, a partir dessa unidade, estabeleciam relações políticas e religiosas¹⁵⁷.” Como as pessoas morriam, como eram enterradas, comemoradas, lamentadas e lembradas eram alguns dos aspectos sociais e culturais mais importantes em Roma e seu Império, conseqüentemente, esses fatores “[...] demandam escrutínio, comentários, e em última instância, julgamento¹⁵⁸.”

Por fim, diante ao que exposto, entende-se que, no universo romano, o uso das inscrições não se limitou aos grupos privilegiados da sociedade, era difundido em vários níveis e camadas sociais, se manifestando quando a necessidade de preservação da memória era necessária. Da mesma forma, a produção epigráfica era baseada em fórmulas, fazendo com que a utilização intensiva de documentos epigráficos fosse compatível com um baixo nível de capacidade de leitura – em outras palavras, acessível, em que os monumentos tinham a função de dialogar com aqueles que os liam. Para o cidadão comum seria suficiente reconhecer as letras capitais, alguns nomes ou as letras maiúsculas para ler textos inscritos¹⁵⁹.

Enquanto certas particularidades do mundo antigo não foram registradas pelos historiadores clássicos, por possivelmente serem de conhecimento óbvio para todos ou não servissem a fins políticos, pelas inscrições tomamos conhecimento desses mesmos fatos excluídos das narrativas oficiais. Através das epigrafias, a tessitura da vivência cotidiana ganhou nova tonalidade e evidenciou aquilo que a literatura manteve desfocado, entre as escolhas dos indivíduos, suas estratégias políticas, suas omissões, a adaptação à gestão espacial e as distintas formas de apropriação dos elementos culturais.

¹⁵⁷ PARKIN; POMEROY, 2007, p. 72. *apud*. OMENA; GOMES, 2017, p. 348.

¹⁵⁸ HOPE, 2009, p. 2. Tradução nossa.

¹⁵⁹ CORBIER, 1987. p. 27-60.

2. CAPÍTULO 2: O ESPAÇO SOCIAL DA LUSITÂNIA E A FORMAÇÃO DE AUGUSTA EMÉRITA

2.1. A produção do espaço provincial

A experiência da expansão imperial romana se desenvolveu como uma construção ao longo do tempo. O Império nunca foi dado como um produto pronto, foi constituído a partir de trocas de mercadorias, pessoas e espaços. O Mediterrâneo passa a ser visto por nós, deste modo, como uma junção de fatores que convergem entre si: localidades, diferenciadas pelo adensamento populacional, a quantidade maior ou menor de fluxos que gera para si, e um espaço livre para comunicação e contato. O Império Romano, bem como escreveu Luiz Norberto Guarinello¹⁶⁰, é permeado por um vasto processo de integração de sociedades humanas, em que o tempo e o espaço são fatores decisivos para o tipo de integração e o modelo de espaço criado a partir do contato.

Frente a isso, quando suportamos nossa análise em conjunto com a virada cultural das décadas de 1960/70, em meio aos processos de descolonização e dos movimentos nativistas ao redor do globo, temos o desenvolvimento de uma teoria pós-colonial nos estudos literários e históricos que nos ajuda a repensar o poder e influência de Roma na Antiguidade como múltiplos processos que relacionam-se entre si. Ou seja, quando aplicados ao revisionismo histórico da experiência imperial romana, a chamada ‘teoria pós-colonial’ estimulou o surgimento de novas temáticas de análise para as estruturas e os sistemas culturais das sociedades nativas; os conceitos de poder e exploração das redes de poder das sociedades imperialistas; a formação de um discurso de poder e a conexão entre ‘poder e cultura’¹⁶¹.

Portanto, em meio à complexificação da natureza do imperialismo romano, os termos ligados à romanização passaram a ser revistos, criticados, na medida em que isso também implicaria na discussão sobre cultura, identidade e poder entre o Império Romano e as zonas que ele entrou em contato. Priorizou-se cada vez menos uma visão romanocentrada, tão consolidada na historiografia tradicional, enquanto as regiões provinciais romanas foram levadas para o centro dos estudos sobre a construção de poder e identidade em meio à formação do *Imperium*. Em suma, o papel que os espaços integrados ao Império tinham na produção do *outro* frente à construção de uma identidade

¹⁶⁰ GUARINELLO, 2010, p. 113-127.

¹⁶¹ Nesse ponto, o livro organizado por J. Webster e N. Cooper, intitulado *Roman imperialism: post-colonial perspectives*, publicado em 1996, é essencial para pensarmos o tema.

que definia o que era *ser romano* durante expansão e influência de Roma na Antiguidade¹⁶².

Não obstante,

as pesquisas desenvolvidas a partir da teoria pós-colonial proporcionaram a refutação da ideia de romanização como uma transferência unilateral de cultura ou como um processo generalizado e homogêneo ocorrendo entre dois sistemas culturais autônomos, um romano e outro indígena, e de acordo com a lógica binária: conquistador e conquistado¹⁶³.

Na investigação dos processos ligados à procedência de mercadorias ou pessoas, extração mineral, trocas culturais e a interação entre as regiões mediterrâneas e da fachada atlântica, esses temas encontram respaldo quando relacionados à experiência de globalização e glocalização direcionados à análise do Império Romano, que nos aproxima cada vez mais das regiões provinciais e de formas múltiplas de entendimento do Império Romano¹⁶⁴.

Em termos práticos, os emaranhamentos entre Roma e suas províncias podem ser entendidos pela perspectiva da História Global, esta que redireciona nosso entendimento do Império a partir de suas redes e contatos estabelecidos entre romanos e povos integrados à dinâmica imperial romana. Quando aplicamos o conceito ao território peninsular, partimos de duas perspectivas que se complementam e diversificam a análise: um império como um todo e a experiência espacial local. Antes de observarmos a formação de um espaço social enquanto conceito e sua prática, o surgimento de perspectivas baseadas no global desenvolvem um modelo de entendimento que nos move para longe de uma análise tradicional, que explicava as engrenagens do Império apenas por meio de uma visão parcial¹⁶⁵.

Enquanto conceito heurístico, esta perspectiva teórica nos ajuda a abarcar uma estrutura de fenômenos e a fazer comparações entre temas recorrentes, isto é, entre as forças que estão em contato e a noção de uma pluralidade de culturas que não se anulam, mas se adaptam e se transformam, produzindo algo novo. Passamos a perceber as

¹⁶² BORGES, 2016, p. 40.

¹⁶³ BORGES, 2016, p. 39.

¹⁶⁴ GARDNER, 2024, p. 1-25.

¹⁶⁵ Utilizamos dos elementos trazidos por Sebastian Conrad, em *What is Global History* (2016) para ênfase nos usos da História Global para o nosso trabalho. No mais, nos aprofundaremos ainda mais na teoria da História Global no capítulo seguinte, ao qual abordaremos a produção epigráfica emeritense. Aqui apenas introduzimos o tema.

transformações históricas na velocidade do ritmo dos meios de comunicação para as mercadorias, informações e pessoas - formando novas identidades, marcadas pela interação entre padrões globais e locais. No mais, ponderamos os limites de nossas afirmações, não recaindo sobre os mesmos parâmetros conceituais utilizados para entender os fenômenos globais contemporâneos; observamos os modelos de contato e fluxo de informações sob a ótica dos parâmetros do mundo antigo¹⁶⁶, entre suas próprias capacidades e possibilidades de análise.

Deste modo, objetivamos evidenciar que a perspectiva romana da conquista não pode ser o único contexto histórico em evidência, porque ele por si só não se sustenta mais. Em um sistema de integração e trocas identitárias, deslocamos nossa postura analítica para uma reflexão do território provincial como um espaço social, cuja construção está diretamente relacionada com a dinâmica das relações sociais geradas pela nova estrutura territorial e administrativa, introduzida pelas práticas romanas de institucionalização do poder; o que, na prática, não desconecta tanto a influência romana nas províncias, quanto à negociação de quais elementos são institucionalizados. O espaço provincial, por ser marcado por uma interação cultural muito forte, além de trocas de mercadorias, informações, trânsito de pessoas e desenvolvimento de novos costumes, passa a ser considerado, nesse sentido, como um centro de produção de identidades, hábitos e formas de convívio.¹⁶⁷

As novas formas de gerenciar e organizar o espaço não foram uniformes dentro do que passou a ser a extensão máxima do Império Romano. Os usos espaciais estavam condicionados às possibilidades encontradas, tanto na geografia local, como também nos fatores populacionais e econômicos. Partindo dos argumentos sinalizados por Richard Hingley¹⁶⁸, o consumo e as transações econômicas tiveram um poder decisivo muito forte quando analisadas comparativamente. Pois, enquanto podemos encontrar uma tradição de produção de cerâmica, com poucos núcleos urbanos, nas regiões que hoje correspondem ao território da França, entre os séculos I a.C. e I d.C.; a experiência de integração dos territórios de Portugal e Espanha, por serem zonas de mineração, foram muito mais marcados pelo surgimento de uma elite aristocrática forte, aparecimento de núcleos urbanos para administração do território e uma produção epigráfica consistente.

¹⁶⁶ MORLEY, 2007, p. 90

¹⁶⁷ DAVIDSON, 2004, p. 28.

¹⁶⁸ HINGLEY, 2005, p. 74.

Enquanto postura analítica, esses aspectos abrem espaço para a interpretação de que a influência romana não foi o único fator decisivo para essa transformação espacial. Ao longo do contato e das trocas culturais, certos elementos tiveram um potencial mais adaptativo que outros devido a uma série de características ligadas às localidades e aos seus povos. Assim, torna-se possível o estudo de como esse espaço era concebido e assimilado em meio a indivíduos com sistemas culturais diferentes¹⁶⁹. Isso faz com que o território seja uma construção que deu forma ao gerenciamento do espaço e das formas de integração através de um sistema de planejamento urbano na Península Ibérica. Deste modo, para entendermos a formação do espaço social na Lusitânia e em Augusta Emérita, é necessário defini-lo enquanto conceito.

Espaço, enquanto categoria teórica, ganhou grande força, historiograficamente, na segunda metade do século XX. Frente aos intensos e acelerados processos de globalização, as noções tradicionais sobre as espacialidades passaram a ser problematizadas, e entre as Ciências Sociais e a Geografia, a História também se aproveitou muito da renovação dos discursos que tinham como novo foco a influência das espacialidades na vida das sociedades, fundamentados em um contexto social e histórico que dava suporte à sua formação¹⁷⁰.

A “virada espacial” tomou forma nesse contexto, em que o espaço se desloca de um objeto apenas geográfico e torna-se também um produto social. Para nosso trabalho, a teoria do espaço social de Henri Lefebvre, em “A Produção do Espaço”¹⁷¹, é a que mais se encaixa com a análise sobre a produção do espaço provincial que procuramos problematizar. A significância da teoria de espaço de Lefebvre reside especialmente no fato de que ela integra sistematicamente as categorias de cidade e espaço em uma única e abrangente teoria social, permitindo a compreensão e a análise dos processos espaciais em diferentes níveis¹⁷².

O território provincial, enquanto produto das relações sociais, faz com que o próprio espaço seja uma junção de elementos que o compõem e dão forma e sentido a partir das experiências ali presenciadas. Portanto, esse ‘espaço social’ inclui o espaço físico natural, assim como suas projeções, os projetos, os símbolos e utopias, característicos da sociedade que o formulou. O ‘espaço’ representa um conceito

¹⁶⁹ DAVIDSON, 2004, p. 28.

¹⁷⁰ SCHMID, 2012, p. 90.

¹⁷¹ Utilizamos a versão: LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Oxford/ Cambridge: Blackwell, 1991.

¹⁷² SCHMID, 2012, p. 90.

relacional entre espaço físico e tempo: espaço enquanto simultaneidade, a ordem sincrônica da realidade social; e tempo, enquanto ordem diacrônica e, assim, direcionador do processo histórico da produção do social. No ordenamento entre espaço e tempo, existem os seres humanos que entram em relações entre si por meio de suas atividades e práticas¹⁷³ que passam a ser temporalmente espacializadas¹⁷⁴.

Assim, observamos como “nenhum espaço chega a desaparecer por completo; nenhum espaço é abolido sem deixar rastros. Mesmo Troia, Susa ou Leptis Magna persistem como espaços superpostos, ocupados pelas sucessivas cidades¹⁷⁵”. Lefebvre distancia a categoria teórica do espaço enquanto frio, isotópico, colocando-o como consoante às ações humanas. As espacialidades estão em constante transformação, logo, a compreensão da produção das formas espaciais pressupõe o estudo da estrutura social que a contextualiza.

Deste modo, a produção do espaço social segue uma divisão em três dimensões ou processos dialeticamente interconectados, isto é: a ‘prática espacial’, as ‘representações do espaço’ e os ‘espaços de representação’. Em que esse mesmo espaço também é classificado entre, ‘percebido’, ‘concebido’ e ‘vivido’. Simplificando, o espaço é produto de um conjunto de práticas que, quando combinadas, lhe dão forma:

- a. Práticas espaciais: marcado pela materialidade, o espaço enquanto algo concreto, físico, modificado pelo homem que o habita. Característico de cada sociedade;
- b. Representações do espaço: os conhecimentos que permitem ordenar e compreender as práticas materiais (a geografia, arquitetura e o planejamento);
- c. Espaços representacionais: implica a vivência cotidiana, a produção de signos, símbolos e códigos que dão sentido àquele espaço e criam novas possibilidades de vivência simbólica. Ele é vivo e falado.

Essas três dimensões de concepção do espaço de Lefebvre têm, fundamentalmente, igual valor. O espaço é sempre inacabado, ele é continuamente produzido e isso está ligado ao tempo¹⁷⁶. A estrutura espacial não possui leis que a

¹⁷³ SCHMID, 2012, p. 91.

¹⁷⁴ SCHMID, 2012, p. 91.

¹⁷⁵ LEFEBVRE, 2013 [1974], p. 212.

¹⁷⁶ SCHMID, 2012, p. 107.

precedem, elas são formuladas em consoante a sua formação, é uma ação humana. As relações sociais e espaciais estão dialeticamente inter-relativas e interdependentes. De modo geral, o espaço é organizado e socialmente produzido, em que as relações de produção são formadoras de espaço e contingentes a ele¹⁷⁷.

Na análise da sociedade romana estabelecida na província da Lusitânia, consideramos a reflexão proposta pela rede teórica de Lefebvre como pertinente para crítica dos conhecimentos (geográficos, arquitetônicos e de planejamento) responsáveis pela modificação e leitura do espaço provincial. De forma substancial, a teoria *lefebvreana* é consistente para problematização de como esses conceitos foram introduzidos e gradualmente aplicados na reorganização do território provincial lusitano e, não obstante, refletidos na construção da nova capital, Augusta Emérita.

Quando tomadas conjuntamente, estas posturas teóricas auxiliaram na contextualização das regiões provinciais como experiências sociais e espaciais distintas, mesmo quando conectadas frente ao domínio romano. Ao que tange às cidades provinciais, compreende-se que as relações entre os indivíduos e a vivência urbana são imersas em um complexo dinamismo cotidiano que envolve um conjunto de elementos que norteiam as visões tanto do mundo em que vivem, quanto da sua própria identidade. Passamos a ver, pois, os aspectos de qualquer conjunto urbano não mais restringidos apenas as suas características urbanísticas-arquitetônicas, mas também às estruturas simbólicas e sociais que os formam¹⁷⁸.

Se o espaço é um produto social, a vivência do espaço passa a destacar um elemento fundamental para o estudo das cidades romano-provinciais, isto é, a cidade enquanto um elemento vivo, como um ponto de diálogo entre a cultura romana e as comunidades locais. Outrossim, as epígrafias funcionam como um reflexo dessa interação entre o poder imperial e as comunidades locais, porque nos mostram a inserção dos indivíduos no espaço urbano. Seja em sua construção (como observado nas epígrafias imperiais e honoríficas), ou na adaptação e ressignificação dos costumes romanos introduzidos naquela espacialidade¹⁷⁹.

O espaço social enquanto transformado pela ação humana e também permeado de símbolos e signos que lhe dão sentido, abre margem para que a teoria do espaço também seja tomada em conjunto com as dinâmicas da paisagem, isto é, como um

¹⁷⁷ SOJA, 1993, p. 99 - 103

¹⁷⁸ BORGES, 2016, p. 44.

¹⁷⁹ BORGES, 2016, p. 45.

conjunto de processos naturais e sociais que podem ser lidos, descritos, interpretados e representados. Quando combinados, o espaço físico, as representações espaciais e a seus mecanismos de perpetuação, evidenciam processos dialéticos que nos levam a percebê-los, em conjunto, como ferramentas de integração simbólica de lugares em uma construção cultural global, tal como foi o Império Romano na Antiguidade¹⁸⁰.

Essa base teórica se torna essencial para nossa análise, especialmente para o entendimento de como funcionou a agência dos grupos das elites locais provinciais na construção, consolidação e manutenção das redes que, paulatinamente, servem como suporte para a integração das comunidades locais (nas cidades - sobretudo na formação de uma malha urbana que suporta essa integração) e regionais (na província - na formação de estatuto jurídicos, criação de cargos para administração territorial e do sistema tributário) na estrutura de domínio imperial. Deste modo, ao contextualizarmos a dinâmica sócio-espacial da região antes do domínio romano, juntamente ao seu papel após formação da província, não cairemos no erro de localizar no espaço preexistente uma necessidade ou função, mas sim de espacializar a atividade social¹⁸¹ ali desenvolvida, mostrando suas formas de apropriação a partir do uso dado ao território provincial.

2.2. As formas de integração

Os meios de consolidação do poder romano na Antiguidade dependeram da forma como Roma estabeleceu contato com as comunidades locais. Por muito tempo esse processo de anexação dos espaços provinciais à dinâmica imperial passou pelas lentes conceituais que definiam o processo como assimilação, isto é, a inclusão social de elementos exógenos (romanos-latinos) através de um processo unilateral. Prevendo a renúncia de todas as particularidades culturais prévias aos povos provinciais que antecederam a conquista (fossem estes aspectos linguísticos, culturais ou sociais). De modo que essas sociedades se tornassem uniformes, indiferenciadas, com respeito a maioria populacional daquele espaço¹⁸².

Neste ponto, precisamos delimitar uma concepção interpretativa desse processo do contato que ultrapasse os limites impostos pela definição fornecida pelo conceito de

¹⁸⁰ TORRE, 2008, p. 1127-1144

¹⁸¹ LEFEBVRE, 1991, p. 8 – 22.

¹⁸² BRAVO; SALINERO, 2009, p. 12.

assimilação. Ao abandonarmos a visão limitada, imóvel e rígida da assimilação e a substituímos pela interpretação que caracteriza as formas de união entre Roma e suas províncias como processos de integração, a análise toma novos rumos, torna-se mais fluida, de modo que passamos a perceber que o prolongado domínio da cultura romana durante os séculos de duração do império foi resultado de um delicado equilíbrio (nem sempre perfeito, mas com certa estabilidade), entre força e aliança de um lado, e pela persuasão e aceitação, de outro¹⁸³.

Para formação do espaço provincial enquanto um produto social, fruto de disputas ideológicas e batalhas identitárias que condicionam sua concepção, a progressiva influência de elementos exógenos condicionou, gradualmente, unido à mescla com traços da cultura local, a construção paulatina dos elementos socioculturais do mundo romano¹⁸⁴. Frente a isso, o direito passou a executar um papel essencial: fez com que a tradição jurídica romana se tornasse um elemento regulador indispensável dos modos de acesso à cidadania; da mesma forma que suportava os mecanismos legais de ordenamento social do espaço¹⁸⁵.

É impossível conceber o crescimento de Roma enquanto desvinculado do processo de integração, da adaptação durante a anexação de povos provinciais e da regulamentação jurídica que direcionava as formas estabelecidas para a formação dos espaços sociais que deram forma ao Império. Em paralelo, como aponta Francisco Javier Guzmán Amario¹⁸⁶, o crescimento territorial foi acompanhado de novas formas de urbanismo, com novos modelos econômicos de produção dentro do Estado e aumento da mão de obra escrava como consequência das guerras exteriores. Tanto que, ao final do período Republicano, a população romana aumenta em um percentual de 40%¹⁸⁷, fundamentando problemas de ordem (revoltas de escravos, a exemplo de Espártaco) e a necessidade de uma adaptação do poder político de Roma para manter a coesão territorial.

Roma, então, se abre aos mais diversos povos que passam a integrar-se ao Império (isto, em fins do período republicano e início do principado augustano em diante), estimulando alianças e anexação por meio em uma espécie de ‘imigração interior’,

¹⁸³ BRAVO; SALINERO, 2009, p. 12.

¹⁸⁴ Que, a depender do espaço, por mais que Roma tente uniformizar, ganha características únicas.

¹⁸⁵ Inegavelmente um mecanismo de integração marcado por conflitos. Em complemento, Gonzalo Bravo e Raúl González (2009, p.13) apontam que, neste sentido, o direito romano foi tanto um mecanismo de regulamentação, quanto uma barreira defensiva frente aos costumes locais, especialmente em relação àqueles incompatíveis com o *Romanitas*.

¹⁸⁶ GUZMPAN AMARIO, 2009, p. 21.

¹⁸⁷ BRADLEY, 2008, p. 45.

processo facilitado pela existência de uma religião eminentemente política, que unia os romanos em torno de um ideal identitário, ao mesmo tempo que permitia que outros povos pudessem ser integrados ao Estado, sem terem que renunciar às suas crenças e nem aos seus deuses locais¹⁸⁸.

Consequentemente, a mão de obra militar passa a desempenhar um papel cada vez mais decisivo nos territórios provinciais, tendo em vista que o alistamento no exército supunha a existência de auxiliares que não possuíam cidadania latina junto aos legionários que atuavam em determinada região. Nesse ponto, a partir de uma carreira militar, há a formação de um novo grupo de homens que ganham a cidadania latina por meio do exercício de uma função ligada ao exército, facilitando o processo de integração e a obtenção de privilégios por mérito e conquistas¹⁸⁹.

O uso da concessão da cidadania como recompensa por serviços prestados ao Império fundamentava um processo relativamente pacífico, e eficaz, de integração dentro dos territórios conquistados. Permitiu tanto a formação de um corpo civil-militar de cidadão que passa a atuar politicamente a serviço de Roma, além um alargamento da atuação urbanística romana (municípios e colônias) como marco organizacional das províncias, dentro de um aparato jurídico que seguia três segmentos principais: (1) autonomia - arranjos internos; (2) definição social da comunidade cívica (*civis* frente a *incolaes*); (3) caráter censitário e aristocrático da organização dos direitos e das obrigações que se obtém em função da capacidade econômica da região (a ocupação dos cargos depende da carreira de honras, das conquistas e do evergetismo)¹⁹⁰.

Deste modo, mesmo que a integração não seja uniforme, nem mesmo ocorra como um modelo único - vai depender muito da região, das possibilidades econômicas e do contingente populacional -, o Império passa a ser formado por um emaranhado de culturas e de tipos humanos. Regulamentado pelos elementos latinos, pelos valores da *humanitas* e, de forma abundante, por um urbanismo ligado diretamente às cidades como pontos administrativos.

A Península Ibérica passou por duas fases importantes de gestão que levaram ao seu desenvolvimento pleno - no sentido de integração ao Império, e a consolidação do domínio romano na região. Isto é, durante a administração cesariana, no período tardo-republicano, e durante o principado augustano.

¹⁸⁸ GUZMÁN AMÁRIO, 2009, p. 25.

¹⁸⁹ GUZMÁN AMÁRIO, 2009, p. 25.

¹⁹⁰ GUZMÁN AMÁRIO, 2009, p. 22.

Durante o período tardo-republicano, a Província da Hispânia Ulterior foi o principal território que Júlio César deu início a sua prática de gestão territorial, caracterizada, principalmente, pela implantação de um modelo de *civitas* já antes aplicado na Itália, que consistia no incentivo ao aumento demográfico da região pela imigração, tanto de romano-itálicos, quanto de veteranos de guerra. A imigração se deu de forma eficaz por uma série de motivos: a riqueza mineral da Hispânia; a escassez de *ager publicus*¹⁹¹ na Itália; e a concessão de privilégios políticos àqueles veteranos que foram assentados nas regiões peninsulares¹⁹².

Partindo disso, a formação das cidades na província consistia em um agrupamento étnico de grupos de origem indígena, sendo estes geralmente governados por antigos chefes militares que tiveram competência de deduzir as fundações coloniais ou municipais, junto a grupos advindos da Península Itálica e outras regiões da mesma província. No mais, os limites territoriais da cidade passaram a fundamentar sua importância no contexto provincial, juntamente ao seu arranjo jurídico que a dotava de maior ou menor importância/participação.

Neste momento, a fundação de colônias pode ser interpretada como “[...] uma estratégia pela qual se buscava a defesa e estruturação do território e de seus diversos recursos naturais¹⁹³.” Por onde as capitais provinciais e centros administrativos estavam ligados a uma série de núcleos dependentes de menor atuação política, formando uma unidade territorial pela qual se pôde manter o controle do território.

Em termos jurídicos, as terminologias utilizadas mostram diferentes tipos de ocupação a depender da função. Miguel Ángel Novillo López indica que, enquanto *civitas* designa um ordenamento sociojurídico da cidade, isto é, uma organização política regida por uma lei e dotada de direitos básicos e institucionais, entre eles a cidadania dos seus habitantes; a *urbs* designa a estrutura material do núcleo; enquanto *populus* assinala ao conjunto de homens vinculado por meio da *civitas*¹⁹⁴. Esses fatores, em conjunto, davam forma e designavam a atuação da malha urbana provincial frente ao domínio romano; enquanto também seria um fator decisivo para ocupação de cargos e concessão da cidadania como fator regulador do controle populacional. No mais, para poder compreender o estatuto jurídico de cada cidade e sua posição de destaque, tomando em

¹⁹¹ Entendido aqui como terras ou bens públicos, concedidos a população.

¹⁹² NOVILLO LÓPEZ, 2009, p. 282.

¹⁹³ NOVILLO LÓPEZ, 2009, p. 282. Tradução nossa.

¹⁹⁴ NOVILLO LÓPEZ, 2009, p. 282.

conta a atuação de indivíduos ou de um coletivo populacional, torna-se necessário analisar o contexto da dominação.

A presença de César na região teve destaque sobretudo no controle das regiões além da linha do Guadalquivir e nas regiões do Tejo. Apesar da presença dele naquelas terras estar intimamente ligada aos seus interesses no consulado romano, tanto César, quanto sua infantaria, tiveram um grande papel na pacificação do território. Principalmente nas empreitadas militares empreendidas na região do Douro e na Serra da Estrela (região da cordilheira de Portugal)¹⁹⁵.

Entende-se que, a partir dessa atuação, o Vale do Guadalquivir, a costa sul e as regiões de mineração da alta Andaluzia experimentaram um intenso processo de assentamento de colonos, de fundação de centros urbanos, romanos ou mistos, da concessão de privilégios aos indígenas mais envolvidos na nova dinâmica social e a extensão da participação da província com personalidades importantes na política romana. Enquanto,

[...] no Oeste, pela sua prolongada conquista durante a atuação de César, não experimentou o mesmo processo, ficando de fora das transformações socioeconômicas relevantes, como terra simples conquistada, com o propósito de exploração econômica e da erradicação de um possível perigo sobre as mesmas¹⁹⁶.

Novillo López¹⁹⁷ afirma que, com base nos estudos historiográficos, César desempenhou um papel muito importante na latinização da Hispânia Ulterior, no passo que foi responsável pela inserção do direito latino nas regiões pacificadas, com a criação de colônias¹⁹⁸ acompanhadas pelo epíteto de *Iulia*¹⁹⁹. Esse processo foi acompanhado igualmente pela formação de um ramo senatorial que, durante o governo de Augusto, e também por obra de Agrippa, será responsável pela transformação das colônias cesarianas em municípios, além da expansão da malha urbana responsável pela administração da provincial, e o manutenção da concessão da cidadania como mediador do processo de integração das comunidades locais.

¹⁹⁵ NOVILLO LÓPEZ, 2009, p. 290.

¹⁹⁶ NOVILLO LÓPEZ, 2009, p. 295. Tradução nossa.

¹⁹⁷ NOVILLO LÓPEZ, 2009, p. 285.

¹⁹⁸ Centros urbanos criados a partir de cidades ou núcleos populacionais preexistentes.

¹⁹⁹ Embora estudiosos como José Carlos Saquette Chamizo (1984, p. 50) já tenham nos informado que, apesar da força verídica da latinização da Hispânia ulterior ter sido obra de César, nem todas as fundações cesarianas apresentam a presença do *cognomen Iulia*.

No entanto, é necessário também corroborar que nem todas as fundações com o epíteto de *Iulia* podem ser atribuídas a César, pois durante o governo de Otávio Augusto, muitos municípios criados por ele irão também apresentar o *cognomen* no nome de criação, apesar de que, nas criações de Augusto, o nome *Augusta*²⁰⁰ também será muito presente (ao exemplo de Augusta Emérita, capital da Lusitânia e criada sob a tutela de Augusto). Em termos práticos:

São fundações augustanas aqueles casos em que o *cognomen Iulia* aparece dobrado; são fundações cesarianas aqueles casos em que apresentam o *cognima* vinculado à família cesariana; existe um terceiro grupo que é mais difícil de determinar se foi obra de César ou de Augusto por utilizar adjetivos ou substantivos sem o *cognomen Iulum*²⁰¹.

A política de municipalização da Hispânia, iniciada por César, foi baseada no direito latino e na organização já antes empreitada por Roma na Itália. O contato que Roma passa a estabelecer na região seria a partir de uma variedade de sistemas administrativos, deste modo: a anexação territorial, trazendo consigo a criação de colônias e municípios fundamentadas pelo direito romano; e o estabelecimento do controle militar com a criação de um amplo número de colônias com fins militares²⁰².

A gestão cesariana do território também foi responsável pela criação de duas *leges municipales*: as *leges Aemilia de dictatore creanda*, de 49 a.C., e da *lex de dictatore creanda* de 48 a.C., bem como as diferentes disposições que foram aprovadas como ditador perpétuo. Parte da administração de César também se deu em função da tribo *Sergia*²⁰³, em meio a integração jurídica de uma nova população de cidadãos na órbita do universo romano.

A base para a fundação de novas colônias seguiu, para além da integração jurídica, também como um modo para assentar veteranos militares. Assim, se teria uma base

²⁰⁰ Nas criações de Augusto, o imperador seguiu utilizando o *cognomen Iulia* nas leis da cidade, sendo mais provável que uma colônia com o *cognomen Iulia Augusta* apareça com sua fórmula abreviada de *Iulia* ou *Augusta*.

²⁰¹ NOVILLO LÓPEZ, 2009, p. 286.

²⁰² NOVILLO LÓPEZ, 2009, p. 286.

²⁰³ É importante reforçar que a participação de cidadãos em tribos era fundamental pela concessão de direitos. Tradicionalmente se tem defendido que a tribo que desempenhou um papel importante para César na criação das colônias da Hispânia foi a *Sergia*, mas também utilizada por Otávio Augusto, juntamente com a tribo *Galeria*. García y Bellido (1959, p. 447 - 512) já mostrou que a presente da tribo *Sergia* foi registrada em *Hispalis*, *Hasta Regia*, *Scallabis Praesidium Iulium*, *Norba Cesariana*, *Cartago Nova* e *Tuci*.

populacional que poderia suportar a promoção de cidades preexistentes à categoria de município com cidadania plena para seus habitantes. Neste meio, haveria a criação de centros urbanos provinciais habitados por cidadãos romanos e situados em pontos estratégicos dentro do território dominado por Roma na Península Ibérica, proporcionando polos administrativos de defesa e controle.

César foi responsável por uma transformação nas estruturas sociais, econômicas e políticas preexistentes ao contato com Roma, que em consoante aos interesses econômicos e políticos das províncias, implementou paulatinamente as estruturas romanas de administração na Hispânia. A organização das cidades, entre limites e terras disponíveis, foi bastante heterogênea, muito adaptada pela necessidade e as circunstâncias de cada momento, influenciada pela resistência das comunidades indígenas. O programa de César buscava realizar o máximo de acordos possíveis, tanto na integração da população, como também na extensão da rede de clientes²⁰⁴.

Com o progresso do estabelecimento do domínio romano na Hispânia Ulterior, a transformação da estrutura social nas áreas anexadas permitiu que a província contasse com uma base social muito similar a presente em Roma (no sentido de divisão de cargos, criação de uma base jurídica que suportasse a ocupação), mas diferenciada pelas nuances próprias à Península Ibérica. Ainda assim, devido à presença militar na região, ainda eram frequentes, durante a presença e gestão cesariana da Hispania, a eclosão de conflitos civis, fazendo com que muitos legionários itálicos se estabelecessem na região, durante seu tempo de serviço na Península Ibérica, como colonos antes de regressarem para a Itália²⁰⁵.

A maioria das colônias deste período respondiam à finalidade de acabar com a necessidade de terra apresentada pela plebe urbana dos fins da República. A própria constituição delas era um processo complexo, deduzido por um grupo de colonos e que tinha como base uma lei agrária genérica ou específica a um fim - definindo o território a distribuir, o estatuto jurídico, os direitos de seus habitantes. As colônias constituíram um

²⁰⁴ NOVILLO LÓPEZ, 2009, p. 90.

²⁰⁵ Pelos conflitos constantes, há uma intensa massa populacional de escravos, que pela necessidade, vão ganhar a liberdade como forma de garantir a voluntariedade dos indígenas, além de aumentar o corpo militar para consolidação do poder romano na região. A própria organização da escravidão urbana leva ao condicionamento de uma maior existência de libertos na região. Essas medidas nos levam a crer, como apontado por Miguel Ángel Novillo López (2009, p. 289), que dentre a presença dos 351 *Iulia* registrados como gentílicos na Hispânia, eles se diferenciam em três níveis de privilégios: (1) a imunidade imposta e a concessão territorial, (2) a concessão da cidadania latina, (3) a *deductio coloniarum civum Romanorum*.

mecanismo por meio do qual as particularidades da formação social romana se estendiam e desenrolavam do centro às periferias²⁰⁶.

As áreas designadas como municípios correspondiam a uma comunidade plena em direitos romanos, com concessão de cidadania, inscrita em uma tribo correspondente, e que, quando se tratava de um *município optimo iure*, possuía autonomia administrativa, com magistrados próprios e uma certa independência de jurisprudência. Os municípios foram fundados a partir de cidades nativas preexistentes, tinham autonomia local, um governo próprio, contando com um Senado constituído pelo *ordo* de decuriões, permitindo a criação de normas próprias a cidade, combinadas com as bases legislativas romanas. “A *civitas romana* permitiu assim a adesão do território conquistado ao proporcionar simultaneamente núcleos de domínio e padrões de integração social²⁰⁷.”

Para além da gestão de Júlio César, a Hispânia passou novamente por uma reorganização espacial durante o principado de Otávio Augusto, em 24 a.C. Pois, ao nosso ver, durante o governo de Augusto, a questão espacial dentro do território do *Imperium* representou uma política sistemática de organização das regiões, que teve início durante a República, nas estratégias de integração e ordenação das áreas conquistadas. Enquanto isso, manteve-se o sistema de gestão dos territórios provinciais de acordo com as estratégias das cidades, que passam a paulatinamente ganhar novas funções e fundamentam os recursos necessários ao poder romano para essa contínua reorganização do espaço²⁰⁸.

O Principado, à medida que se configurou como um sistema político, caracterizou uma série de fatores que, quando combinados, elevam a figura de Augusto²⁰⁹ enquanto governante, como uma figura de destaque nas transformações ocorridas a partir do final do I século a.C., preconizando um fortalecimento pessoal do *princeps*²¹⁰, em consoante à valorização e resgate do sistema republicano de governo. Deste modo, os conceitos e

²⁰⁶ NOVILLO LÓPEZ, 2009, p. 292.

²⁰⁷ NOVILLO LÓPEZ, 2009, p. 295.

²⁰⁸ BORGES, 2016, p. 63.

²⁰⁹ Augusto reúne para si os títulos de *tribunicia potestas* (podendo tomar iniciativas legislativas que tinham como justificativa ‘proteger o povo romano’; *imperium proconsulare maius* (governador das províncias senatoriais); e *pontifex maximus* (condutor das tradições religiosas e protetor dos *mores*, os costumes ancestrais). Vide: ZANKER, P. **Augusto y el poder de las imágenes**. Madrid: Alianza Forma, 2008.

²¹⁰ Define-se o *princeps* como o primeiro entre os cidadãos. “Durante a República, o *princeps* é o primeiro cidadão a falar durante as sessões do Senado, aquele que tem a superioridade para amenizar as diferentes posições políticas. Além da esfera senatorial, o *princeps* deveria ser capaz de manter boas relações com outras camadas sociais, dentre elas, o exército e o próprio povo. Para tanto, ele deveria possuir sólidas bases políticas, morais e culturais, um modelo a ser seguido por seus concidadãos” (BORGES, 2016, p. 62).

princípios que sustentavam a noção de República, enquanto *Res Publica*²¹¹, foram alterados conforme a necessidade dos novos tempos, em um balanço social entre o Senado, o Povo e os magistrados²¹².

Augusto procurou, durante seu governo, de 27 a.C., até 14 d.C., incluir no perímetro fronteiriço²¹³ da costa atlântica as *Hispanias*, a *Aquitania*, *Lugdunensis* e *Belgica*. Ao norte/nordeste da Itália, *Raetia*, *Noricum*, *Pannonia*, *Dalmatia*; a Leste, *Moseia*, *Macedonia*, *Archaia*, *Asia*, *Bithynia et Pontus*, *Galatia*, *Syria* e *Judea*. Ao sul/sudeste da Península Itálica, *Africa Proconsularis*, *Cyrene* e *Aegyptus* (ver o mapa o mapa 1, presente na introdução).

A expansão de domínio foi acompanhada por uma repartição do território entre províncias senatoriais e imperiais. Enquanto as senatoriais eram regidas pela tradição republicana, eram governadas por um *pro-consul* (da ordem pretoria ou consular), com um *quaestor* e vários *legati*, que variam em numeração de acordo com o território. As províncias imperiais eram comandadas por homens escolhidos pelo imperador e chamados de ‘delegados’ - conhecidos como *legati Augusti pro praetore* (pertencentes ou a ordem consular ou pretoria)²¹⁴.

Durante o Principado, na Hispânia, os núcleos populacionais galaico-lusitanos seguiram um ordenamento que fundamentou o domínio de Roma. Muitos castros do Nordeste de Portugal foram progressivamente abandonados, enquanto a população passou a se instalar nos *vici*²¹⁵, em *villae*, quintas ou casas. Os castros foram renomeados de *castellum*, alguns foram transformados pela oficialidade romana em colônias, *civitates* ou *municipia*. Os sistemas de propriedade indígenas foram utilizados pela oficialidade romana com fins administrativos, sobretudo na criação dos chamados marcos demarcatórios (*termini augustales*) supervisionados por uma *civitas* capital da região

²¹¹ De bem público, algo que une a coletividade romane em prol da formação do Estado.

²¹² Vide: MENDES, 2006, p. 20; EDER, 2007, p. 15

²¹³ As fronteiras são os *limes*, rotas de passagem de tropas e suprimentos para os exércitos, possibilitando, além disso, a construção de caminhos para comunicação e contato, além dos fins militares também servem para delimitação e controle do território. Vide: MENDES, 1997, p. 323.

²¹⁴ De modo prático, “a nomeação era realizada pelo Imperador, que poderia mantê-los no posto pelo tempo que fosse necessário, muito embora habitualmente os governadores permanecessem por apenas três anos. Além disso, algumas províncias eram nomeadas pelo imperador a procuradores equestres, e não a senadores, que como careciam de *imperium*, tendo sob seu mando unicamente tropas auxiliares. Em um primeiro momento, receberam o título de *praefectus* e se encontravam sob a supervisão do governador senatorial de alguma província limítrofe” (BORGES, 2016, p. 65),

²¹⁵ Formas de organização menores, remanescentes de pequenas comunidades locais.

correspondente. Alguns exemplos indicados por Alonso Sánchez e Fernández Corrales, e Airan dos Santos Borges²¹⁶ são *Aeminium* (Coimbra), *Talabriga* e *Longobriga*.

Em paralelo, também observamos o surgimento de várias casas fortes romanas, tanto na Lusitânia, quanto na Bética, como forma de defender o espaço e ordenar as áreas de mineração do sudoeste peninsular. As construções estão presentes em quatro regiões distintas: no Alentejo (principalmente na Serra do Caldeirão), em Badajoz (na comarca da Serena), em Serra Morena (na comarca da Carolina) e, por fim, na campina do Alto Guadalquivir. Inicialmente forjadas ao estilo dos *atrium* itálicos, depois, foram transformadas em vilas, estrategicamente utilizadas para a presença romana no campo, ligadas a atividades agrícolas²¹⁷.

Um marco referencial da consolidação do domínio romano do sudoeste peninsular é datado em 25 a.C., com a fundação da nova capital da Lusitânia, Augusta Emérita. A capital estava localizada no curso do rio Anas, estrategicamente posicionada a fim de exercer controle da via que unia as terras do sul com as do norte e noroeste. A Hispânia tinha valor, pois, como antes dito, oferecia solos férteis aos veteranos e itálicos que ali se assentaram, sobretudo na planície do Rio Guadalquivir, além da exploração mineira no sul.

Ao fim das guerras cântabras, contra os cântabros e áusteros, o noroeste da península foi pacificado e a Hispânia Ulterior foi dividida, dando origem a duas novas províncias, Lusitânia e Bética, entre 27 a.C. e 13 d.C. A antiga Hispânia Citerior tornou-se a província Tarraconense, junto à Bética e à Lusitânia, registrando uma tripartição²¹⁸ do território provincial da Hispânia sob domínio romano e gestão de Otávio Augusto²¹⁹ (ver mapa 3).

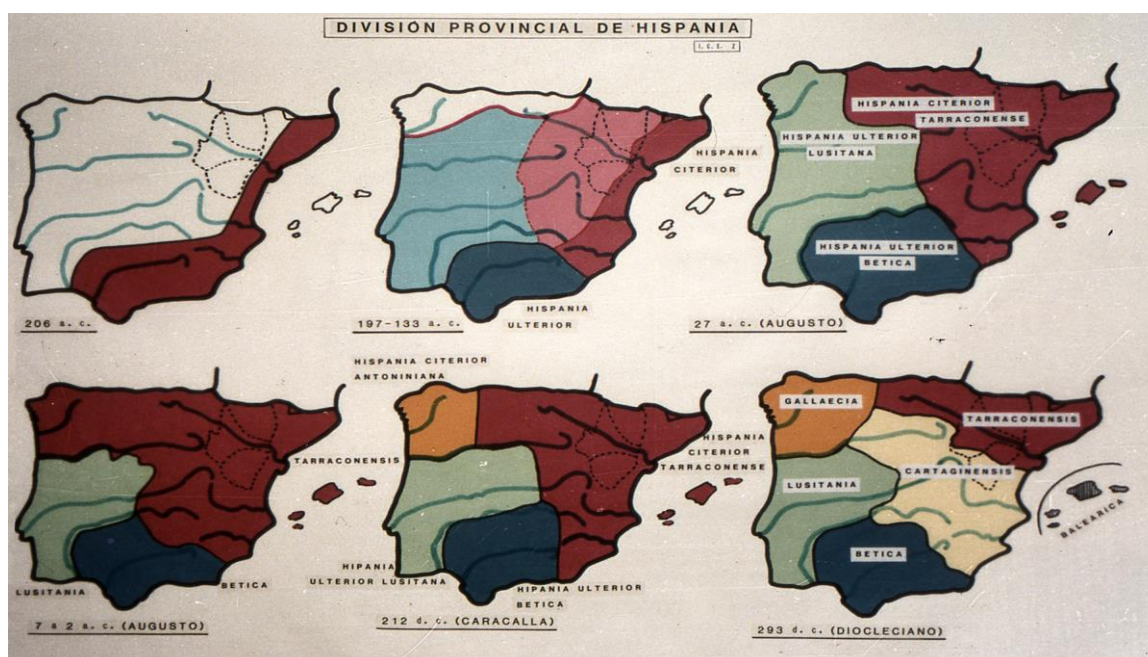
²¹⁶ BORGES, 2016, p. 74. SÁNCHEZ; CORRALES, 2000, p. 85 - 100.

²¹⁷ BORGES, 2016, p. 75.

²¹⁸ Enquanto a Bética seria um território senatorial, a Lusitânia foi convertida em uma província imperial pretória e a Tarraconense uma província imperial consular.

²¹⁹ BORGES, 2016, p. 75.

Mapa 3 - divisão da província da Hispânia



No mapa, pode-se observar como a Hispânia foi gradualmente integrada e seu território foi sendo reorganizado, de 206 a.C., até 293 d.C. Nosso foco se dá principalmente em 27 a.C., quando Augusto divide a Província em Lusitânia, Bética e Tarraconense²²⁰.

A partir da criação de Emérita, a Lusitânia tornou-se um novo polo de integração de regiões e de povos com características identitárias próprias num quadro administrativo único. A operação de criar uma nova província, seguida por uma nova capital provincial, além de ser uma criação artificial para gestão política, econômica e social do território, é “resultante do imbricamento entre a intencionalidade imperial, a persuasão e a transformação das culturas locais, dando sentido [...] ao estabelecer um novo sistema de administração [...]”²²¹.

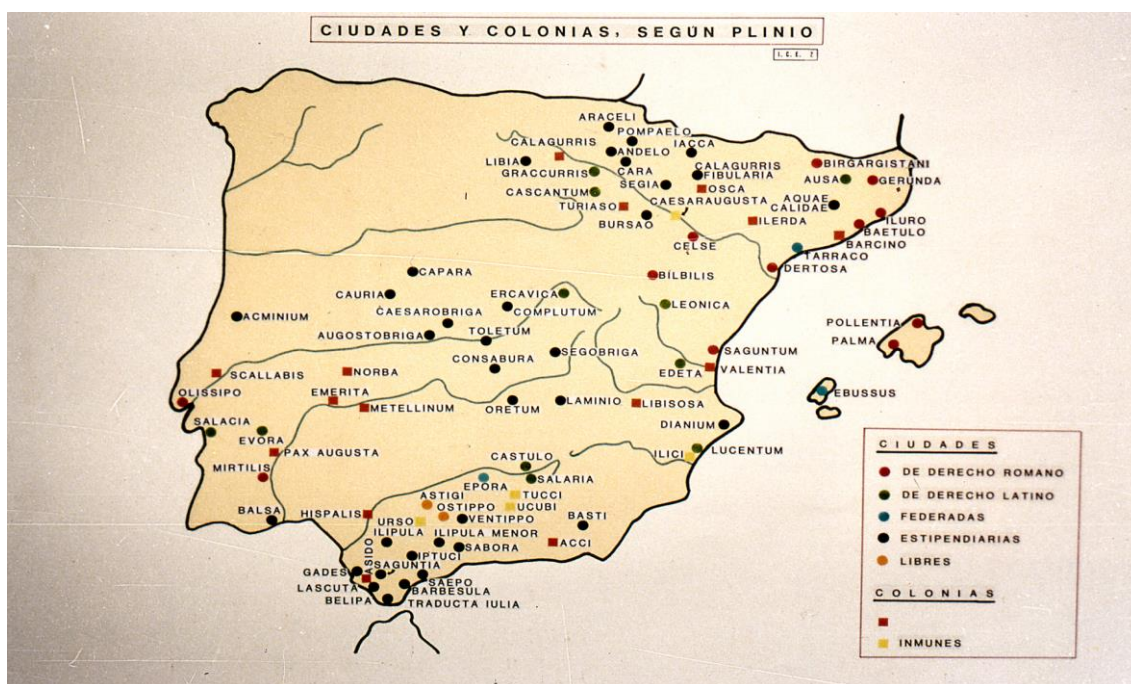
A Lusitânia, além de representar uma mistura de culturas que se integram, se modificam e dão forma ao espaço provincial, fez parte de um conjunto de rede de produção econômica e estratégias de produção que atribuiu à região significado no conjunto dos territórios romanos. A geografia da região, pela proximidade com o Mediterrâneo e sua ligação com o oceano Atlântico, favoreceu o intercâmbio de produtos e artigos manufaturados no interior da rede de produção e consumo do Império. o Território passou a ser dividido em *conventus* para melhor gestão espacial: *Emeritensis*,

²²⁰ Disponível em: http://clio.rediris.es/n32/atlas_espana.htm, acessado em 15 de fevereiro de 2024, às 11h 09min.

²²¹ BORGES, 2016, p 75.

Pacensis e Scallabitanus. 45 povos, cinco colônias (*Augusta Emérita, Metellinum, Pax Iulia e Norba Cesariana*, dependentes administrativamente de *Castra Seruilia* e *Castra Caecilia*), um município de cidadãos romanos (*Olisipo*), três de direito latino antigo (*Ébora, Mírtilis e Salácia*) e trinta e 36 são estipendiários (ver mapa 4).

Mapa 4 - as cidades e colônias da Península Ibérica.



Mapa das cidades ibéricas, divididas entre aquelas de direito romano, de direito latino, federadas, estipendiárias e livres. Mapa criado a partir das descrições de Plínio, O Velho, em *história natural*.²²²

Essa nova política urbanística tinha por objetivo facilitar o equilíbrio entre a região e os povos (locais e aqueles que chegaram a partir do domínio de Roma). Os núcleos urbanos preexistentes continuaram a ser aproveitados, tanto para fundação de cidades novas, como também para a promoção destas ao estatuto político-jurídico de colônias ou ao estatuto municipal. Em consoante, a malha urbana variou de acordo com sua importância política e/ou administrativa e econômica no Império²²³.

A administração e gestão territorial de Augusto passou a incluir, além da fundação de novas colônias e municípios, um programa de monumentalização dos centros urbanos hispanorromanos. Deste modo, os edifícios passam a transformar-se em monumentos que

²²² Disponível em: http://clio.rediris.es/n32/atlas_espana.htm, acessado em 15 de fevereiro de 2024, às 11h 09min.

²²³ JIMÉNEZ SALVADOR, 1992, p. 4.

configuram a organização e o planejamento das cidades, indo além de aspectos de defesa, religião ou administração, adentrando um programa urbanístico que converte estes monumentos em símbolos de identidade e prestígio em relação à cultura romana. Nessa interpretação, os núcleos urbanos foram formados de um conjunto de edifícios públicos e privados que atendiam a modelos preestabelecidos por Roma²²⁴, assim, incluindo uma muralha, fórum ou praça pública, templos, banhos públicos, edifícios de espetáculo e as construções privadas²²⁵.

Para tanto,

A nova disposição urbana trazida por Roma contribuiu, assim, para transformar a mentalidade e os hábitos de vida das comunidades locais. Não eram apenas novas concepções arquitetônicas ou estruturas político-administrativas, tratava-se de uma nova visão de mundo, de novos elementos a definirem as relações sociais cotidianas transformadas pela consolidação da conquista²²⁶.

Citamos isso, pois, de acordo com a concepção de mundo no universo greco-romano, a cidade era interpretada como um elo intermediário entre estado e família. Assim, dois princípios fundamentais irão reger a organização urbana: (1) a cidade enquanto comunidade de direito, uma associação política; (2) como um espaço representacional dos valores da visão mundo. Desta forma, a cidade era o espaço fundamental do exercício da *humanitas*, representava, no território provincial, um ato capital dentro uma política administrativa, interferindo na dinâmica urbana e nos modos de vida da população peninsular²²⁷.

Por isso que, para a gestão de Augusto, a definição jurídica e organização social do espaço provincial foi tão importante. A expressão da *civitas*²²⁸ passa a compreender as principais áreas da organização do espaço, de um estatuto sócio-jurídico materializado no espaço urbano (*Urbs*) e rural (*Ager*), cimentada pelas leis e pela religião. No mais, nas novas relações sociais estabelecidas na dinâmica provincial, torna-se expressiva uma

²²⁴ Através dos monumentos e artefatos, Jorge de Alarcão (2004, p. 261) apresenta que também se transformam as mentalidades, criam-se e aprofundam-se distâncias sociais. A cultura material contribui para alterar o que os indivíduos pensam ou sentem e transforma as relações sociais.

²²⁵ ALARCÃO, 2004, p. 261.

²²⁶ BORGES, 2016, p. 79.

²²⁷ KOLB, 1992, p. 20.

²²⁸ Nesse meio, o reordenamento espacial de Augusto fez com que cada *civitas* passasse a constituir verdadeiras unidades político-administrativas, cada um possuindo uma cidade capital e outros aglomerados urbanos secundários.

associação utilitarista entre os indivíduos, mediada pelo benefício pessoal e pela contribuição, fazendo com que, tanto sacrifícios, quanto a concessão de direitos, formassem a ação individual e coletiva, prezando pelo bem comum e da própria cidade, onde as relações eram reguladas por um direito comum²²⁹.

As cidades recebem, desde sua fundação, um regulamento que as classificam juridicamente, determinando que tipo de cidadania foi concedido às elites que passaram a integrar a administração romana. A própria concessão da cidadania foi um fator dependente da cultura da região, além do tipo de contato estabelecido, no mais, dependeu também do nível de interação das elites locais com as elites do centro imperial.

Enquanto as *civitas*²³⁰ são um resultado da cultura romana, possuindo governo próprio, uma Assembleia local e tinham autonomia em relação ao governador de província e seus agentes; a *colonia* resultava de uma *deductio*, ocorrida a partir de uma instalação de imigrantes na região promovida pela autonomia romana - uma fundação nova ou correspondente a uma renovação urbanística de um local previamente habitado. A colônia de cidadãos romanos é caracterizada como um aglomerado de habitantes que tinham cidadania romana (exclui-se aqui os escravos); enquanto as colônias latinas, tinham só o *ius Latii*, onde apenas alguns eram cidadãos.

2.3. Augusta Emérita: fundação e sociedade

No terceiro livro de *Carmina* (III, 14, 1- 4)²³¹, Quinto Horácio Flaco escreve o seguinte verso, em dedicação a Augusto, no momento em que o imperador retorna de sua missão na Hispânia, no ano de 25 a.C.:

*Herculis ritu modo dictus, o plebs,
morte venalem petiisse laurum
Caesar Hispana repetit penatis
victor ab ora*

À maneira de Hércules, aquele de quem ainda há pouco foi dito, ó plebeu (romano), que ele havia partido para ganhar seus louros ao preço da morte, César retorna novamente a seus Penates [isto é, a seus deuses domésticos] vitorioso das margens da Hispânia²³².

²²⁹ NICOLET, 1991, p. 30

²³⁰ Plínio, O velho, mostra 5 tipos de *civitas* que já dissertamos anteriormente: *colonia, municipium civium Romanorum, oppidum Latinum, oppidum liberum, oppidum foederatum e oppidum stipendiarium*.

²³¹ *Apud*. EDMONDSON, 2018, p. 55.

²³² A tradução do texto do latim ao espanhol foi feita por Jonathan Edmondson (2018, p. 55). A tradução do espanhol ao português é nossa.

O texto, pela análise historiográfica, entre uma combinação de elementos históricos e mitológicos, suportado pela associação entre Augusto e Hércules, faz referência ao fim das campanhas militares romanas na Península Ibérica, com a conquista e o domínio da região do sudoeste peninsular após as guerras cântabras, quando as legiões do exército romano, V *Alaudae* e X *Germina*²³³, derrotaram os astúrios e cântabros, anexando a região ao domínio romano.

Dito isso, se remontarmos ao contexto da Península Ibérica no século I a.C., pela ótica dos textos clássicos sobre a expansão imperial romana e a conquista da região peninsular, centrando-nos nas descrições de Dion Cássio²³⁴, a fundação da colônia Augusta Emérita, em 25 a.C., marca a solidificação do domínio romano na Lusitânia Extremenha, sobretudo dentro de um projeto político de Augusto de reorganização político-administrativa da recém-criada província. Neste meio, a nova capital constituiu um elo intermediário entre a oficialidade romana e o meio indígena do sudoeste peninsular²³⁵.

Augusta Emérita foi fundada como forma de beneficiar os antigos legionários de Augusto, a qual, logo após a guerra, serviu como uma nova *colônia civium Romanorum*, fundada longe da zona de conflito, a 450km ao sul, próximo às águas do rio Anas²³⁶ (atual Guadiana), em um lugar estratégico do setor ocidental da Península Ibérica, com vias de comunicação (ver mapa a seguir) que passavam por Hispalis (Sevilha) e Asturica (Astorga), além de outras cidades importantes dentro da dinâmica provincial que tinham um vau do mesmo rio²³⁷.

Emérita passou a se configurar, progressivamente, como uma comunidade cívica voltada para a administração dos assuntos provinciais, além de sua composição política e a natureza de sua sociedade a inseriram no cerne da dinâmica imperial, em uma realidade que a liga tanto aos ritos das comunidades locais, como também ao contexto das práticas imperiais. A nova capital, embora fundada pelos *veterani emeriti* de Augusto, não se deu

²³³ Sobre este tópico, estudos historiográficos revelam que grande parte dos legionários próximos a Augusto foram assentados na Península Itálica, enquanto aqueles outros legionários “pertencentes às tropas de Antônio”, como é o caso dos *Alaudae* e *Germina*, foram assentados nas zonas distantes do centro do Império. Sendo tratados de forma diferente, mas que assegurasse que não poderiam criar eventuais problemas (CHAMIZO, 1997).

²³⁴ Dion Cássio, LIII, 26, 1. A fonte produzida é interessante tanto pela sua perspectiva historiográfica, assim como a partir de uma construção de um homem que não é contemporâneo aos eventos, sendo assim uma releitura do processo da conquista da Hispânia.

²³⁵ BASARRATE; MARTÍNEZ, 2014, p. 209.

²³⁶ Além de, claro, os aspectos vinculados à utilidade diária: eliminação de resíduos, poços de água para consumo populacional e as zonas de condução (CRUZ, 2011, p. 15).

²³⁷ EDMONDSON, 2018, p. 30.

em função militar, seu propósito serviu como símbolo para a manutenção de longos tempos de paz em um diálogo intenso com a representação imperial formulada por Augusto²³⁸.

Mapa 5- as vias de conexão de Augusta Emérita



Como capital, Emérita foi fundada em um local estratégico, suas vias de comunicação interprovincial a interligam à outras cidades provinciais, como é o caso de Hispalis, Olisipo, Scallabis etc²³⁹.

O nome da nova capital, por extenso, seguia uma designação muito precisa, em referência ao seu fundador e a relação com o *Imperium*. Sua denominação oficial –

²³⁸ ALVAREZ MARTINEZ, 1988, p. 185 - 192.

²³⁹ MANTAS, V. G. 'As Cidades Marítimas da Lusitania'. In.: **Les Villes de la Lusitanie Romaine: hiérarchies et territoires: table ronde internationale du CNRS**, Talence, le 8-9 décembre 1988, 1990, pp. 149-205, e 'A Lusitânia e o Mediterrâneo: Identidade e Diversidade numa Província Romana'. In.: **Arquivo de Beja. Actas das III Jornadas Culturais Identidades e Globalização**, tomo I. Beja: Câmara Municipal de Beja, 199, p. 151-167.

Colonia Iulia Augusta Emerita, enfatizava bem a gênese de sua criação como uma colônia de veteranos militares. Nos estudos de Jonathan Edmondson, o autor analisa como as próprias moedas, os *semisses* de bronze, cunhados no fim do reinado de Augusto e início do governo de Tibério, faziam referências às origens romanas da cidade (Figura 3). A denominação abreviada e marcada nas moedas apontava tanto a Augusto, como também às legiões que povoaram a colônia: *C(olonia) A(ugusta) E(merita) le(giones) V(e) X*. Deste modo, torna-se evidente como “esta mensagem foi claramente central para a ideologia política que Augusto e seu legado desenvolveram ao embarcar na reorganização de longo alcance das províncias hispânicas [...]”²⁴⁰

Figura 3 - Semis da casa colonial de Emérita



Representa uma águia entre dois estandartes com a legenda *C(olonia) A(ugusta) E(merita) le(giones) V(e) X*. Em propriedade do MNAR, Mérida.²⁴¹

Em tese, a partida de dar seu próprio nome a uma cidade indica uma certa vontade de Augusto de estabelecer na região, desde a criação da colônia, um laço com a nova comunidade e com seus membros, indivíduos que, em troca, passam a mostrar devoção a ele. A colônia foi povoada essencialmente por ex-veteranos, que se destituem de suas funções militares e passam a ocupar cargos de natureza administrativa. Processo que se deve tanto ao fato de que, no território lusitano, a maioria dos indígenas viviam em núcleos populacionais afastados, assim como organizados em pequenas *uillae*, ou seja, em virtude dos recursos do espaço, não existiam comunidades importantes ao redor do

²⁴⁰ EDMONDSON, 2011, p. 33.

²⁴¹ EDMONDSON, 2018, p. 57. Arquivo fotográfico do MNAR.

território de Emérita, favorecendo a integração dos novos habitantes ao local e o estabelecimento de redes administrativas²⁴².

A partir das assertivas de Trinidad Nogales Basarrate e José Maria Álvarez Martínez²⁴³, entendemos como a fundação de Augusta Emérita se deu em meio à reorganização da Hispânia Ulterior, quando o território foi dividido em duas novas províncias: Lusitânia e Bética, como proposta da gestão do Principado de Otávio Augusto, tanto em prol da exploração do território, como também baseado na gestão social do espaço.

Por causa de a datação da fundação da cidade ser atribuída ao Principado augustano, de acordo com José Carlos Saquette Chamizo²⁴⁴, tanto a placa de *inauguratio* do teatro da cidade, como também de sua designação como capital provincial, estão demarcadas no recorte entre 16 e 13 a.C. Delimitações temporais associadas ao governo e à gestão de Augusto frente ao território peninsular. No mais, mesmo antes desse recorte, em que há de certa forma um vácuo na produção material da cidade entre 25 a.C. e 16 a.C., supõe-se que houve um período de designação de lotes territoriais aos veteranos que foram ali assentados; no mais, assume-se que nesses primeiros anos houve o povoamento da colônia e a definição de seu estatuto jurídico que foi responsável por ordenar suas funções políticas e administrativas frente à designação de capital provincial.

Com o tempo, a cidade passou a concentrar homens romanos ou juridicamente cidadãos romanos que foram à região exercer alguma função, como também pequenos e grandes comerciantes, além das elites sociais dos municípios vizinhos, tanto do *conventus emeritense*²⁴⁵, como da província da Lusitânia em geral. Nisto, “essas elites virão à capital para resolver questões [...], tentando participar, por prestígio, na vida e nas instituições da cidade, especialmente como se verá, no culto imperial”²⁴⁶. Esses movimentos são frequentes, sobretudo ao que se refere a esses grupos de elite, havendo também migrações de fora da província, fazendo com que os indivíduos que participaram dessas transformações integrassem esferas sociais distintas.

²⁴² CHAMIZO, 1997, p. 70.

²⁴³ BASARRATE; MARTÍNEZ, 2014, p. 220.

²⁴⁴ CHAMIZO, 1997, p. 70.

²⁴⁵ A divisão da Lusitânia se deu de forma geográfica e jurídica a partir dos conventos: *Emeritense*, *Scallabitanus* e *Pacensis*. Seus conventos foram organizados com base no direito latino antigo, suas colônias arranjadas de acordo com a exploração e visando facilitar a administração provincial.

²⁴⁶ CHAMIZO, 1997, p. 66

2.3.1. A gestão do espaço emeritense e a designação como capital provincial

Como antes dito, Augusta Emérita foi fundada no bojo da política de reestruturação territorial realizada por Augusto, como um centro nuclear dentro da região a fim de substituir a antiga interseção viária local. O *deductor* da colônia, de acordo com Jonathan Edmondson²⁴⁷, foi feita por Públio Carísio, um *legatus Augusti pro praetore*, da Hispânia, entre 27/26 a.C. a 23 a.C. Inicialmente, seus limites territoriais (*limitio*) foram impostos e houve a inscrição da população inicial (a *adscriptio*), seguido pela chegada dos primeiros colonos do assentamento, junto a uma realização do cerco de seu centro urbano, que formalizou a *deductio* propriamente dita.

A *priori*, nos primeiros anos da cidade, a ocupação dos cargos políticos da *urbs* pelos antigos veteranos militares seguiu a ordem hierárquica preexistente da legião, que foi repetida na organização social da cidade. As legiões foram assentadas no local em sua totalidade, os *tribuni militum* foram convertidos em magistrados e sacerdotes da colônia, os *primi pilares* e centuriões formaram o novo *ordo decurionum*²⁴⁸, e os soldados comuns, os *milites gregarii*, formaram o corpo de cidadãos da colônia (todos com cidadania romana). Da mesma forma ocorreu a distribuição dos lotes de terras entre os tributos, de acordo com seus méritos e distinções militares²⁴⁹ – A distribuição de terras tentou seguir uma certa horizontalidade a fim de manter uma certa equidade entre os cidadãos dessa primeira geração²⁵⁰.

Com o passar dos anos, muitos desses veteranos morreram sem herdeiros, processo que dá início à compra e venda dessas terras, o que com o tempo aumenta a desigualdade do tamanho de terras entre proprietários e, aos poucos, forma uma sociedade com distinções hierárquicas mais claras, com níveis de riqueza e dignidade social. Isso diversifica a atuação e o papel de destaque social destes indivíduos com o passar das gerações dentro da dinâmica política da cidade.

A fundação de Emérita seguiu a mesma ideologia fundacional das colônias da mesma província, mas que, na prática, teve algumas distinções dos *municipia* e *civitates*

²⁴⁷ EDMONDSON, 2018, p. 57

²⁴⁸ Cabia aos decuriões da colônia organizar o planejamento urbano, organizar o calendário sacro da colônia (sobretudo na organização dos cultos cívicos e da vida religiosa da cidade, com representações dos principais deuses do panteão greco-romano: Júpiter, Juno, Minerva, Marte, Vênus, Apolo e talvez o culto de Roma personificada). Contudo, as evidências epigráficas sobre a religião cívica são muito parciais, e não relatam toda a complexidade do panteísmo que se desenvolveu na colônia.

²⁴⁹ Tácito (*Ann.*, XIV, 27).

²⁵⁰ EDMONDSON, 2017, p. 30.

stipendiariae da região (comunidades de longa duração), com certa igualdade na distribuição de terras nos anos iniciais mas que, dentre a sociedade emeritense, essa igualdade entre os colonos ia reduzindo a cada geração.

Os primeiros colonos, da leva inicial de povoamento de Emérita foram aqueles das legiões *V Alaudae* e *VII Germina*, que lutaram em nome de Augusto para consolidação do domínio na região. Muitos desses legionários tinham origens itálicas, e em sua maioria, eram oriundos das tropas que anteriormente teriam lutado em nome de Marco Antônio durante a batalha do *Actium*, quando Otaviano os obteve como recompensa de sua vitória. Aqueles derivados das tropas de Antônio foram recrutados por volta de 30 a.C., nas províncias da Macedônia e Ásia, o restante, como antes dito, vieram de domínios romanos na Península Itálica.

Dentre a variedade da onomástica emeritense, se construirmos um panorama geral da população, é possível encontrar tanto a presença de grupos variados de gentílicos que são pouco recorrentes entre a população emeritense e entre outras partes da província: *Baberius*, *Barbarius*, *Camulius*, *Cominius*, *Fuficius*, *Herennius*, *Murrius*, *Ofilius*, *Titinius* e *Tursidius*. Nomes típicos da Itália republicana, mas pouco difundidos durante a época imperial, sobretudo nas áreas provinciais. Como também nomes mais populares, amplamente encontrados nos registros epigráficos e muito presentes na onomástica do período imperial: *Iulius*, *Valerius*, *Cornelius*, *Pompeius*, *Caecilius*. Nem todos vão ser encontrados na primeira geração da população de Emérita, contudo, com a evolução geracional, sua presença torna-se mais constante entre os cidadãos da cidade.

Na tabela a seguir, construída a partir dos estudos de Jonathan Edmondson²⁵¹ acerca dos gentílicos emeritenses, podemos ter uma amplitude dos nomes conhecidos entre o contingente populacional que se estabeleceu ou foi encontrado nos registros epigráficos de Emérita, que fogem ao padrão mais popular, mas que, ainda assim, apresentam origem itálica, reafirmando a conexão entre Roma e Mérida entre diferentes períodos geracionais da cidade e seus habitantes.

²⁵¹ EDMONDSON, 2018, p. 62.

Figura 4 - Nominas de origem Itálica em Emérita

*Aculeius	*Baberius	*Duccius	Maecius	*Petrusidius	Talenus
Aebutius	Baebius	Ebrilius	*Maelonius	Plautius	Talius
*Acfulanus	*Barbatius	Egnatius	Magius	Pontius	Tauonius
*Aequanius	*Betutius	Etrilius	Mallius	Popillius	*Tettonius
*(A)esyrius	**Camartius	*Felginatius	*Mansuanus	Prosodius	Titinius
Afinius	*Camerius	Frontonius	*Matius	Publilius	Titius
Agilius	Camilius	Fuficius	Mattius	*Puccius	**Tongidius
*Aiatius	*Cantinius	Furius	*Mitonius	*Roucius	Trebicius
Albanius	Cantius	Furnius	Modestius	Rufrius	Trebius
Albicius	Cartilius	Gellius	Monteius	Rutilius	Tursidius
Alfidius	Castricius	Helvius	Mucius	Salvius	Tutilius
Alfius	Catius	(H)erennius	Munatius	Satrius	Umerius
Ammonicus	Cincius	Hirrius	Murrius	Scandilius	Ursius
Ancharius	*Clarinius	Hostilius	Mussidius	Scantius	Varius
Antistius	Clouatius	Irtius	Mussius	Sentius	Vettius
*Aplanius	Cominius	*Iustulenus	Naevidius	Sergius	*Vibidius
Aponius	*Cordius	Iuventius	Nonius	Severius	Viccius
Aquilius	Coronius	Iuvinus	*Ofilius	Sexticius	Vinicius
*Articuleius	Coutius	Laberius	Orbius	Sextius	**Viriadius
Artorius	Curtius	*Lancius	Paccius	Sinnius	Voconius
Asellius	*Cussius	*Lebisinius	Papirius	Sittius	*Volosinius
Atanius	*Decidius	Lovesius	**Pecellius	Spurius	
Attenius	Dionysius	Lucanius	Peticus	Statius	
Axonius	*Doccyricus	Lucceius	Petreius	**Statulicus	

Nominas recorrentes encontrados entre os gentílicos emeritenses que fogem aos padrões itálicos vistos na região.²⁵²

Reafirma-se que sejam nomes de origem itálica, pois, se fossem gentílicos locais que tivessem adquirido a cidadania latina e se integrado a população colonial,

sem dúvida teriam selecionado um tipo de gentílico mais recorrentes, tal como *Iulius*, *Valerius* ou *Cornelius*, por exemplo, ou adotado um *nomen gentile* de um governador romano ou outro oficial romano que tivesse selecionado o processo de sua promoção a cidadão romano²⁵³.

É importante reforçar que nem todos os habitantes no início eram veteranos. Ao que parece,²⁵⁴ alguns indígenas de zonas limítrofes também se inscreveram entre a população emeritense nos primeiros anos de formação da colônia. A partir de Estrabão

²⁵² EDMONDSON, 2018, p. 63.

²⁵³ EDMONDSON., 2018, p. 63

²⁵⁴ Como bem aponta EDMONDSON, 2018, p. 64.

(III, 2, 15) podemos perceber como a consolidação social de Emérita²⁵⁵ está associada a uma comunidade que se desenvolveu baseada no processo de sinecismo com as comunidades preexistentes da região. Em outras palavras, de grupos isolados, os indivíduos passam a auxiliarem-se mutuamente, por interesses em comum, fortalecendo alianças políticas e o trânsito de pessoas no território provincial. Por conta disso, percebemos um número considerável de peregrinos que possuíam cidadania romana, inicialmente se assentando nessas regiões como *incolae*.

Um exemplo claro desse processo de um peregrino tornar-se um *cives romani* é apresentado por Edmondson²⁵⁶ a partir de um registro epigráfico funerário encontrado em Mérida de um indivíduo chamado de *C. Iulius Mandi f. Sangenus*. O registro é datado cronologicamente entre o final do século I a.C. a início do século I d.C. No caso, é possível observar uma combinação clara de seu *praenomen* e *nomen* – *Caius Iulius*, com um *cognomen* indígena – *Sangenus*, assim como sua filiação (*Mandi*) que faz referência ao nome indígena de seu pai, pelo genitivo *f. (filius)*. Um registro que, ao nosso ver, indica um *peregrinus*²⁵⁷ a quem Augusto concedeu a cidadania e que foi integrado aos primeiros colonos de Emérita. Um caso interessante a ser colocado dentro da historicidade da formação social emeritense – com diferentes influências sociais e onomásticas.

Mérida, inicia, assim, em seus primórdios como uma colônia de cidadãos romanos bastante horizontal (ao menos superficialmente): composta por veteranos que haviam servido as tropas de Augusto na conquista da região peninsular. Contudo, com um olhar mais preciso – sobretudo frente à produção material epigráfica –, percebemos uma organização social bastante diversa, com indivíduos de origem itálica, outros de províncias orientais, e alguns de origem desconhecida provenientes de comunidades indígenas locais que, gradualmente, foram incorporados à população e tornaram-se *cives romani*²⁵⁸.

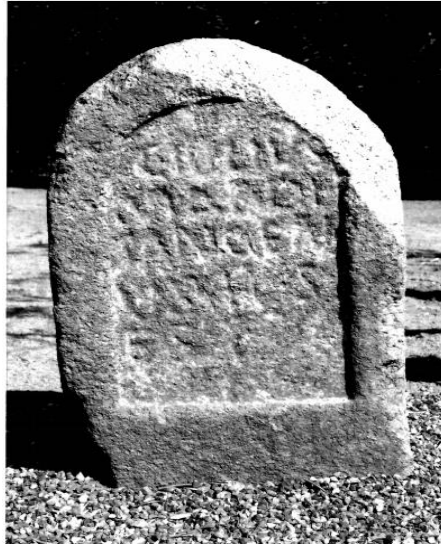
²⁵⁵ O mesmo pode ser visto no caso de Pax Iulia.

²⁵⁶ EDMONDSON, 2018, p. 66.

²⁵⁷ Indivíduo livre que não possuía cidadania romana.

²⁵⁸ EDMONDSON, 2018, p. 66.

Figura 5 - Estela Funerária de C. Iulius Mandi f. Sangenus



Mérida: Los Columbarios. Foto: J. Edmondson²⁵⁹

Feita a dedução, a separação dos lotes, a inscrição dos primeiros habitantes e o desenvolvimento inicial da colônia enquanto uma mescla de cidadãos romanos e comunidades locais; as ações fundamentais que o *deductor* da colônia teve que fazer foram de ordem organizacional, tanto da política, quanto dos arranjos sociais e religiosos da nova colônia. Inicialmente, os *cives* foram distribuídos nos cargos políticos ligados à *curiae*²⁶⁰, em divisões pelas quais se organizavam as eleições aos cargos públicos e outros aspectos essenciais da vida cívica da colônia.

Nas colônias da Península Ibérica, que também é o caso de Emérita, a administração provincial constituía uma rede de diversos agentes mediados por um sistema jurídico²⁶¹ de aporte aos decuriões, magistrados e outros agentes públicos que compunham o *ordo*²⁶² responsável pela direção dos assuntos coloniais. Tanto que, mesmo com a consolidação do poder na região e a estruturação urbana, política e social de

²⁵⁹ EDMONDSON, 2001, p. 384-386, n° 1 (*HEp* 9, 1999, 95); EDMONDSON, 2006, p. 145-146, n° 15 (*AE* 2006, 597).

²⁶⁰ Não possuímos evidências diretas das *curiae emeritenses*, mas sua existência enquanto órgão político não reserva margem para dúvida.

²⁶¹ As *leges datae* mais conhecidas são a “*Lex Osca Tabulae Bantinan*”, a “*Lex Municipii Tarentini*” e a “*Lex Coloniae Genitivae Iuliae*” (que tem a mesma tradição jurídica); as mais particulares, como é o caso da “*Tabula Heraclensis*” e “*Lex de Gallia Cisalpina*”, além dos regulamentos cívicos da Hispania. Entre suas aplicações, estas cumprem funções administrativas, políticas e econômicas de uso das finanças públicas, gestão dos espaços públicos, controle dos cargos públicos, entre outros (BORGES, 2016).

²⁶² Em nota, até mesmo o processo de entrada na “*ordo*” municipal também envolvia um aporte econômico, de um alto nível de renda para manutenção de um patrimônio imprescindível a cargos aristocráticos; como também jurídico, de forma a dar sustento e manter a “*dignitas*” e adquirir prestígio através da realização do *cursus honorum* desses indivíduos.

Emérita, foi apenas com o estatuto de *colonia civium romanorum*²⁶³ que houve a garantia aos habitantes do direito de cidadania e ao *Ius Italicum*²⁶⁴.

A partida de tornar Emérita a capital da província teve um impacto considerável na trajetória política, econômica e social da colônia, porque a promoção a transformou na sede principal da nova província, a *caput provinciae*, ao mesmo tempo, a região de controle administrativo de um dos seus três centros jurídicos, o *conventus Emeritensis*, onde anualmente o *legatus Augusti praetore* da Lusitânia administrava a justiça da corte²⁶⁵. A partir de 16 a.C., Emérita assegura seu papel como célula administrativa da Lusitânia, lidando com questões de ordem econômica e jurídica, tornando-se uma ferramenta de controle, produção cultural e gestão populacional da província.

Nos primeiros anos, Emérita era uma colônia de veteranos e nada mais. A promoção à capital a converteu em uma cidade mais ocupada, com pessoas que chegavam do resto do *conventus* no momento em que o governador da província celebrava os tribunais judiciais. A importância de Emérita como *caput provinciae*, tornava-a centro das comunidades cívicas da província, onde os militares realizavam anualmente seu juramento de lealdade ao imperador e sua família; onde o governador fazia votos anualmente *pro salute* do *princeps* – seu bem-estar, de toda a família imperial e a *res publica Populi Romani*. Sendo assim, sede de onde os homens provinciais celebravam a ascensão ao poder (*dies imperii*) e os aniversários do imperador (*dies natalis*)²⁶⁶.

A importância contextual que Emérita possuía enquanto capital alçava aqueles responsáveis pela sua administração a uma rede de conexão com o Império, implicando em um contato regular com os representantes do poder imperial romano, principalmente o governador senatorial do ramo pretoriano – *legatus Augusti pro praetore provinciae Lusitanae* – e com o *procurator* fiscal da província, do ramo equestre, “os dois com uma equipe composta por libertos e escravos imperiais que funcionavam como *tabularii*, *commentarienses* e subprocuradores, sem esquecer os contingentes de soldados da sua

²⁶³ Uma colônia com cidadãos romanos. Fundamentando o tipo ordenamento jurídico e social da cidade, além da organização política que é regida na região e sua diferenciação perante as outras, com leis de direito e instituições próprias, também conhecida como cidadania (BORGES, 2016, p. 70).

²⁶⁴ Em Augusta Emérita, o *Ius Italicum* acompanhava a *immunitas*, com a isenção do tributo (BORGES, 2016, p. 70).

²⁶⁵ EDMONDSON, 2018, p. 66.

²⁶⁶ Além disso, as elites da capital se ocupavam em estabelecer redes de sociabilidade com as elites urbanas vizinhas a província, ao se auxiliarem mutuamente na realização de projetos monumentais nos entornos das cidades como forma de estabelecer relações oficiais com outras comunidades dentro e fora da própria província (EDMONDOSON, 2018, p. 70).

comitiva²⁶⁷”. Assim, a cidade torna-se um ponto de encontro em diversos sentidos, fazendo com que seus cidadãos tivessem muito contato com outras zonas da província²⁶⁸, não somente isso, com o restante do Império Romano, aumentando as possibilidades do estabelecimento de redes sociopolíticas de ajuda mútua e, em algumas vezes, de melhora do *status* social frente a administração provincial.

Emérita foi alvo de fluxos migratórios que se estenderam durante os séculos I, II e III d.C. Um fator decisivo para o início desse processo foi, como antes dito, sua promoção a *caput provinciae*, iniciando os ciclos migratórios que vinham tanto de outras cidades da Lusitânia, como da Bética e da Tarraconense, incluindo, além, regiões fora da Península Ibérica. A própria decisão dos veteranos da *legio VII Germina* e outras unidades militares de se assentarem na capital depois de licenciados, assinalam o atrativo econômico e social de formar parte da população social da colônia: a disponibilidade de terras públicas, o incentivo dado pelo acesso à cargos públicos e a participação de destaque na administração do território²⁶⁹.

2.3.2. O planejamento urbano

Em relação à estrutura urbana da cidade, utilizamos a tese de Hernández Ramírez²⁷⁰ para realizarmos os apontamentos sobre os anos iniciais da fundação da cidade. Deste modo, o autor indica que a construção de uma base urbana inicial da colônia a moldou de acordo com as rotas que esta estaria interligando na província e sua função dentro do contexto político-administrativo da região. O urbanismo de Emérita, assim como os de outras cidades do Império criadas em um contexto similar, devem ser entendidos em uma relação de estabelecimento de sentido entre seus centros monumentais e seus edifícios, pois estes apresentam uma rede de significados que relaciona uns com os outros²⁷¹. A cidade, nesse contexto, passa a atuar como uma célula de controle e exploração do território, em que as instituições romanas, suportadas por uma definição jurídica e morfológica das cidades, relacionam o poder central e local, juntamente aos tipos de ocupação.

²⁶⁷ EDMONDSON, 2018, p. 72.

²⁶⁸ Nota-se a relação comercial, geográfica e política com a Bética.

²⁶⁹ EDMONDSON, 2018, p. 76.

²⁷⁰ HERNÁNDEZ RAMÍREZ, 1998, 30.

²⁷¹ CRUZ, 2011, p. 127.

Figura 6 - Recriação da cidade de Augusta Emérita (I século a.C.)



Recriação da colônia durante o governo de Augusto. Arquivo do *Museo Nacional de Arte Romano*, sobre domínio de Golvin-Álvarez-Nogales²⁷².

Percebemos, então, o cuidado no planejamento do traçado da malha urbana de Emérita que a assegurou no papel de capital²⁷³ como centro administrativo da província da Lusitânia. Sua muralha, ao cercar a cidade, simbolizava tanto proteção, como também o poder urbano, este que, dentro da ideologia colonizadora de Augusto, valorizava o status dos centros urbanos como modelo irradiador da influência de Roma²⁷⁴. Seu conjunto de portas de entrada, quatro ao todo, davam acesso às vias principais da cidade e a sua estrutura urbana. A ponte (figuras 7 e 8) construída sobre o rio Anas, de granito, realizada aos moldes da arquitetura tardo-republicana, foi ali feita pelos romanos com interesse no seu ponto estratégico, que serviu como rota de trânsito de pessoas e mercadorias ao longo dos séculos. O seu fórum colonial, representava uma célula de controle político-administrativo, responsável por gerir as questões referentes à administração da província e os assuntos de ordem jurídica e econômica da região.

²⁷² BASARRATE; MARTÍNEZ, 2014, p. 218.

²⁷³ O impacto sociopolítico causado pela promoção de Emérita à nova capital provincial da Lusitânia transformou sua importância no contexto provincial. Nos primeiros anos, Emérita era uma colônia de veteranos localizada na Hispania ulterior e nada mais. Com a promoção, emérita tornou-se a sede principal da Lusitânia, a *caput provinciae*, e um dos três centros jurídicos, o *conventus emeritensis*. (Estrabão III, 2, 15; Plínio, *N.H.*, IV, 22, 117).

²⁷⁴ Vide. Trinidad Nogales Basarrate e José Maria Álvarez Martínez (2014, p. 209); Pedro Mateo Cruz (2011, p. 127).

Figura 7 - Ponte sobre o rio Anas (I a.C.)



Recriação da ponte no tempo augustano. Vid: Golvin-Álvarez-Nogales²⁷⁵.

Figura 8 - Ponte atual sobre o rio Guadiana



Vista atual da ponte sobre o rio Guadiana. Foto do arquivo do MBAR, autoria de C. López²⁷⁶.

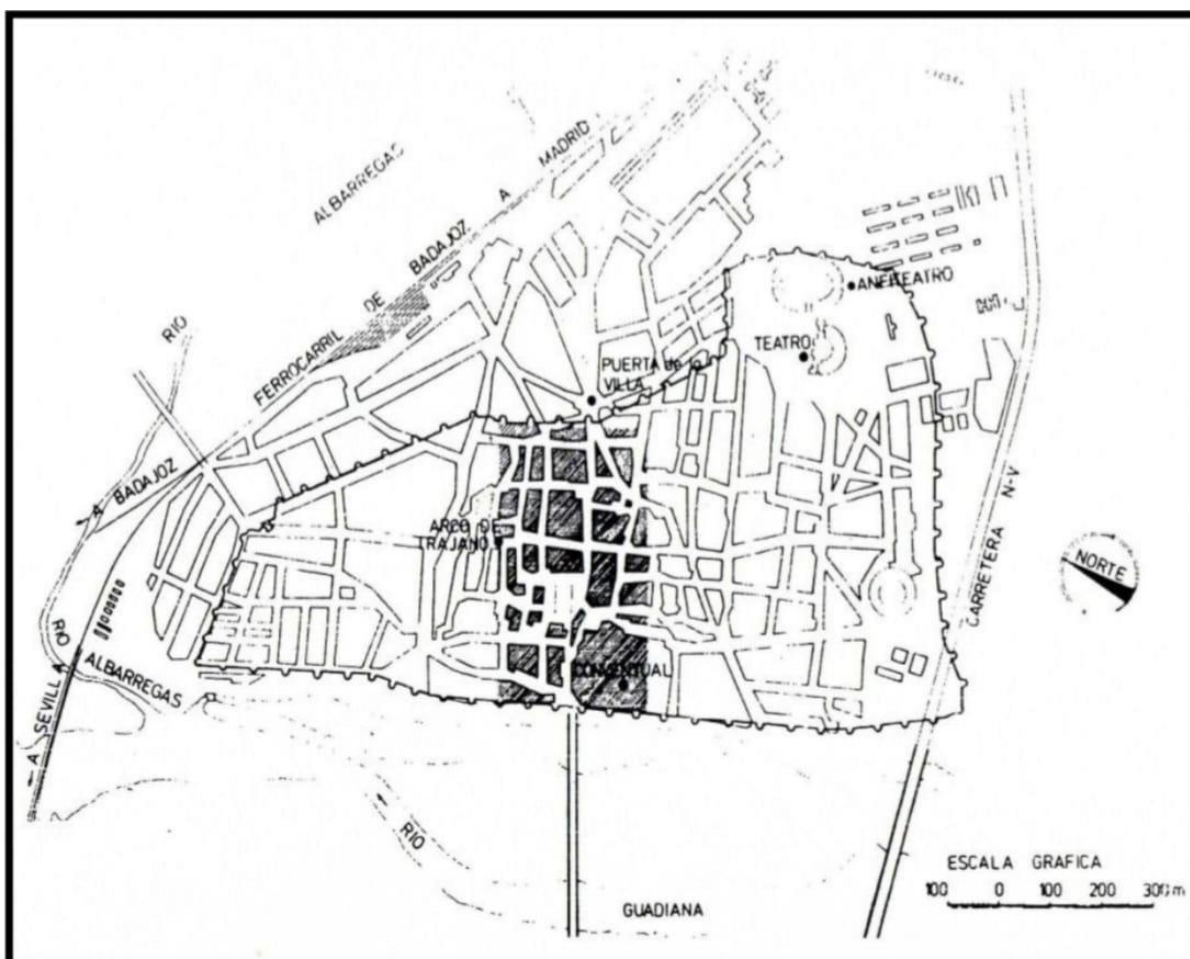
A ponte da cidade seguia a tradição romana, possuindo quatro portas principais localizadas nos extremos das vias de acesso à cidade: uma situada a leste, outra a oeste, uma ao sul e outra ao norte da cidade. A porta norte, que dava acesso à ponte sobre o rio

²⁷⁵ BASARRATE; MARTÍNEZ, 2014, p. 224.

²⁷⁶ BASARRATE; MARTÍNEZ, 2014, p. 224.

Anas, seguia uma formatação com um duplo vão de passagem, correspondendo a uma clara necessidade de solucionar os problemas de tráfego da saída da ponte, enquanto uma foi de entrada, a outra foi de saída (ver o planeamento a seguir)

Figura 9 - Planta do planeamento urbano de Augusta Emérita



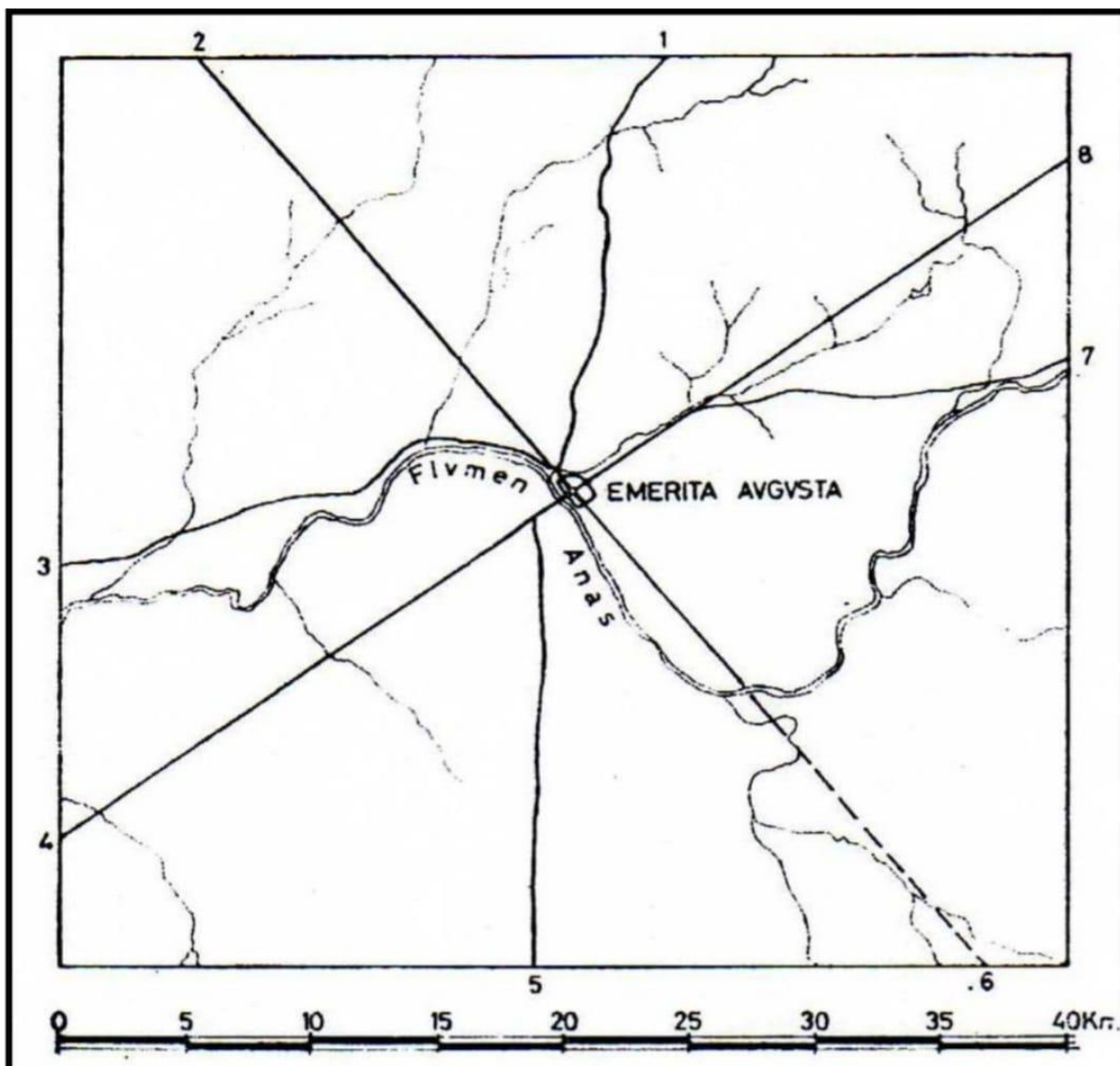
Na imagem podemos observar as portas de acesso à cidade, em destaque, aquela sob o rio guadiana, contendo a dupla via de entrada e saída da cidade²⁷⁷.

Emérita foi fundada num elo de coordenadas que estão explicitadas no registro a seguir. Na imbricação entre o *cardo maximus* (caminhos 2 e 6) e o *decumanus maximus* (caminhos 4 e 8). Entre o *cardo* e o *decumanus*, o território onde a nova capital foi construída foi um resultado de uma planificação que tinha como meta realizar a união

²⁷⁷ DURÁN-CABELLO, R-M. **El Teatro y el Anfiteatro de Augusta Emerita: contribución al conocimiento histórico de la capital de Lusitania**. Oxford: BAR International Series 1207 / Archaeopress, 2004, anexos.

entre coordenadas e marcos geográficos, especificamente escolhido pelas possibilidades de comunicação com os territórios circundantes.

Figura 10 - Marco referencial do imbricamento das rotas do território de Emérita



Podemos observar o território de Emérita na união entre o *kardus* e o *decumanos maximus*, no quadro geográfico elaborado por C. Sanchez²⁷⁸.

No mais, percebemos até mesmo como o tamanho de Emérita era superior a outras colônias da região, se feita a comparação com os casos de *Metellinum* (antiga capital

²⁷⁸ CORZO-SANCHEZ, D.R. 'In finibus emeritensium'. In.: BLANCO FREIJEIRO, A. (org). **Augusta Emerita**: actas del simpósio internacional conmemorativo Del bimilenário de Mérida. Madrid: Ministério del Patrimonio Artístico y Cultural del Ministério de Educación y Ciencia / Patronato de la ciudad de Mérida, 1976, p. 217.

provincial da Lusitânia), além de *Pax Iulia, Scallabis e Norba*. Devido ao seu tamanho, podemos identificar a necessidade que a cidade possuiu de comportar um sistema de distribuição de água que suportasse seu funcionamento e uma estrutura urbana favorável à sua proteção. Além disso, referente aos assuntos de ordem social-religiosa temos o chamado “Templo de Diana”, destinado ao culto direcionado à família imperial²⁷⁹; na esfera do lúdico e do lazer, a cidade também possuía um teatro e anfiteatro. Sob a áurea do Principado romano, seu planejamento urbano se assemelhava cada vez mais a uma cidade essencialmente augustana, refletindo, deste modo, a exuberância do *Imperium*²⁸⁰.

Na colônia, uma rede de estradas localizadas no sudoeste da Lusitânia seria responsável pela formação de um amplo sistema de comunicação através do qual se organizou todo o território provincial, sendo em Emérita, o núcleo de intercessão²⁸¹. Deste modo,

[...] duas pontes, em conjunto com a ponte sobre o rio Guadiana, realizavam a integração da colônia com as vias de circulação intercolonial, uma construída sobre o rio Albarregas que dava saída para as estradas do norte e oeste desde o *cardo máximo* (ainda que menor, sua arquitetura e monumentalidade mostram ser contemporâneas à ponte do Anas) e outra, popularmente denominada de ‘Alcantarilla Romana’, se localiza fora da cidade, cerca de dois quilômetros ao oeste, servindo para permitir o acesso às estradas em direção a Olisipo (atual Lisboa)²⁸².

Emérita, por integrar um conjunto de fundações do período que tinham por objetivo sustentar ideologicamente o conceito de *pax romana*, seguia uma fórmula em comum: proximidade a rios, caráter de cidade-ponte, e potencial comunicativo (com *Hispalis, Scallabis, Corduba*), além da estrutura defensiva possibilitada pela proximidade à água, o acesso principal via ponte e a muralha que cercava o núcleo urbano. O entroncamento de rotas, via *cardo e decumanus maximus*, favoreceu tanto o contato provincial, quanto o interprovincial com a Bética²⁸³. Onde, pelo sistema territorial pré-estabelecido, e em função da rica produção de minérios e gêneros alimentícios, a produção mineral, piscícola e agrícola eram facilmente transportadas para a capital do Império através das vias e portos, tanto via Atlântico (Olisipo), como também pelo

²⁷⁹ Localizado no fórum de Emérita.

²⁸⁰ EDMONDSON, 2011, p. 115.

²⁸¹ ALMAGRO-BASCH, 1976, p. 93.

²⁸² BORGES, 2016, p. 120.

²⁸³ ALMAGRO-BASCH, 1976, p. 192

Mediterrâneo (Gades). A capital da Lusitânia foi integrada e ampliou o sistema econômico gerenciado por Roma.

Emérita não iniciou de imediato como essencial à administração romana, foi somente com sua promoção à capital da Lusitânia (em 16 a.C.) que ela recebeu uma renovação urbana e um florescimento construtivo. O que vemos nos primeiros anos, em relação ao urbanismo da colônia, é a ausência de benemerência nos grandes monumentos públicos, os investimentos iniciais na arquitetura da colônia foram obra de Augusto e seus representantes no governo provincial. Em termos práticos, quando alçada à capital, seu *status* perante às demais *civitates* ganhou uma ampla projeção. Emérita passou a concentrar o governador, órgãos administrativos (de justiça e recolhimento de impostos), edifícios de lazer, templos que realizavam atividades religiosas de culto ao Imperador, sendo assim, um polo de circulação de pessoas e ideias. Ali, os funcionários romanos realizavam suas tarefas, comerciantes transitavam pelo espaço da capital e as elites locais dos municípios também se direcionaram à capital para resolver assuntos diversos.

Quando as relações sociais no espaço emeritense começam a se complexificar em termos políticos, jurídicos e de ordem social, passamos a perceber como o pertencer a Emérita, para grande parte desses indivíduos, significava também se inscrever em uma tribo, a Papiria, que a partir do que conhecemos pela *Lex Irnitana*²⁸⁴, lhes garantia a cidadania romana (latina) e, por conseguinte, estava integrada como parte do nome de cada indivíduo, aparecendo nas inscrições como forma abreviada, normalmente por suas três primeiras letras (*Pap.*). A partir disso, os integrantes de uma tribo podiam votar, dependendo da tribo a qual estavam inseridos, nos *comitia tributa*, que elegiam os magistrados menores e também decidiam certos procedimentos judiciais e legislativos da província²⁸⁵.

A participação de uma tribo era igualmente vantajosa, pela cidadania, como também pela necessidade e vontade de controle que proporcionavam às partes integrantes. Todos os novos cidadãos eram votantes, a variante entre os territórios da província eram as tribos que formavam enclaves separados. Havia na região provincial peninsular tribos muito grandes, como a *Pollia*, assim como tribos muito pequenas, as *Lemonia* e *Romilla*,

²⁸⁴ Nos municípios latinos, ao menos na época flávia, todos os cidadãos estavam inseridos em uma tribo e possuíam o *tria nomina*. Vide: GONZÁLEZ, J. El ius Latii y la Lex Irnitina. *Athenaeum*, v. 65, p. 319, 1987.

²⁸⁵ CHAMIZO, 1997, p. 30; BORGES, 2016, p. 75.

mas o ideal de participação do *imperium*²⁸⁶ instigava a inscrição dos homens nessas tribos, independentemente de seu tamanho, de acordo com a região da província à qual pertenciam. Se a tribo de Emérita fosse a Papiria, ou outra, isso não necessariamente importava; segundo Chamizo²⁸⁷, a real importância da tribo estava em sua concessão de direitos.

Em linhas gerais, as tribos também tinham um papel essencial para o Império além da concessão da cidadania – embora esse direito fosse de suma importância para entendê-las socialmente. Também auxiliavam na realização dos censos, que durante o Principado augustano, foram realizados três vezes: 28 a.C., 8 a.C., 14 d.C., funcionando também como um sistema de controle de homens e propriedades que estavam à serviço de Roma. No geral, a dedução de uma colônia, as legiões que ali estão alocadas e os soldados em cada unidade, formavam um acordo e mantinham uma unidade comunitária (*res publica*) nas regiões provinciais, ordem refletida em grande medida pela organização de tribos, utilização da onomástica latina pelos habitantes e a transformação dos costumes locais; em termos práticos, era responsável pela reorganização social do território.

Mencionamos o ordenamento jurídico e a divisão social pelas *tribu* porque, em Mérida, necessitava-se de uma organização social precisa que assentasse aqueles antigos soldados visando evitar futuros conflitos. Essa prevenção ocorria porque grande parte desses homens tinha lutado em nome de Marco Antônio nas guerras civis e, posteriormente, integrado os exércitos do *princeps* no norte da Hispânia. Em outras palavras, antigos soldados de Antônio formaram o núcleo inicial de Emérita. Não podemos afirmar com precisão até que ponto isso influenciou a organização administrativa da cidade²⁸⁸ nos primeiros anos, contudo, sabe-se que Mérida possuía uma ausência de magistrados coloniais, o que não ocorreu da mesma forma em regiões como Caesaraugusta (Zaragoza), ou outras regiões da Hispânia (*Carthago Nova, Ilici, Saguntum, Clunia*), que também mostram magistrados a partir de registros epigráficos encontrados sobre a definição de seus estatutos jurídicos e civis.

Virgílio Hipólito Correia salienta bem que, toda a experiência cultural na Lusitânia, antes da criação de Emérita, se dava em locais que já eram de antiga habitação

²⁸⁶ Muitos integrantes de tribos, inclusive, podiam participar de eleições em Roma, prática que os fazia se deslocar à cidade, até fins da República, mas que com o passar do tempo, tornou-se algo muito complicado e dispendioso de se fazer.

²⁸⁷ CHAMIZO, 1997, p. 80.

²⁸⁸ Enquanto as legiões próximas ao *princeps* foram assentadas em regiões da Península Itálica, os veteranos militares restantes, sobretudo no caso dos que serviram as antigas tropas de Marco Antônio, foram assentadas em regiões periféricas do império.

e relevante importância regional. Uma criação *ex nihilo* é particularmente revestida de uma importância singular²⁸⁹.

2.3.3. O planejamento monumental de Emérita e os impactos sociais

A colônia emeritense passou por fases construtivas que a dotam de sentido, entre 25 a.C. e 15 a.C., há a construção de seu *templum rostrarum*, dedicado às atividades políticas e religiosas da cidade, e que pode considerar-se filiado na tradição césaro-otaviana iniciada em Roma com os templos de *Venus Genetrix* (posterior a 54 a.C.) e de *Divus Iulius* (c. 29 a.C.). Um segundo campo de indubitável importância do impacto da capital provincial nas cidades lusitanas pode reputar-se ter sido a engenharia hidráulica. A construção da muralha da cidade, como apontado do Correia²⁹⁰, levou em conta a designação de um espaço de convivência que suportasse seus outros espaços públicos, tais como o teatro (16-15 a.C.) e o anfiteatro (8 ou 7 a.C.).

A arquitetura monumental da colônia não foi um processo rápido, o urbanismo da capital provincial passou por fases construtivas de Augusto em diante. Simplificando,

A implementação dos programas ou, dito de outra forma, a espessura temporal em que os fenômenos de influência desencadeiam e vêm a tomar forma é aqui questão importante. A própria muralha não pode garantidamente ser atribuída a datas anteriores a Cláudio e o anfiteatro, nas mesmas condições de rigor pode chegar até Nero²⁹¹.

A construção de Emérita estava emaranhada em processos culturais que a consideram como o principal, mas não o único, foco de inspiração dos modelos arquitetônicos provinciais. Sendo a renovação urbana, juntamente com a adoção do latim, os principais elementos de integração da província, neste meio, os processos de mudança cultural global podem direcionar a importância que a capital teve dentro da gestão territorial e da transformação social na província.

A partir da participação nesse cenário de mudança territorial, gestão de pessoas e construção da sociedade emeritense, os indivíduos incluídos nessa dinâmica passam a aprender como colocar-se nesse mundo em contato com o Império e a interpretá-lo,

²⁸⁹ CORREIA, 2018, p. 179.

²⁹⁰ CORREIA, 2018, p. 178.

²⁹¹ CORREIA, 2018, p. 179.

modificando os costumes, as tradições, em respostas às situações emergentes da nova dinâmica provincial, afetando o posicionamento dos indivíduos, habitantes dos núcleos urbanos da Lusitânia, que passam a integrar um mundo em constante transformação. Frente a isso, “estes indivíduos, e nomeadamente os mais notáveis de entre eles, constituem ancestralmente uma elite, originalmente de guerreiros, que sempre teve na competição violenta, interna e externa, a principal forma de afirmação e sustentação do poder.”²⁹².

Paulatinamente, a convivência no espaço provincial passa a substituir a violência dos conflitos por interações sociais dinâmicas, onde o evergetismo e a *aemulatio*²⁹³, passam a formar um quadro urbano de uma comunidade ampliada pela *contributio* na formação desse espaço urbano, modelando, em Emérita, a experimentação de soluções urbanísticas inovadoras e a formação de uma comunidade política (*romana optimo iure*) transplantada *ex novo* para a província.

O maior impulso de imigração para Emérita ocorreu dentro da Lusitânia, pois, enquanto capital, aconteceu um fenômeno de atração de grupos sociais distintos, viabilizado pelas facilidades que a infraestrutura da colônia proporcionou para os indivíduos, ou ainda por iniciativa pessoal, para a constituição de família, ou por razões econômicas²⁹⁴. Portanto, na medida em que as novas elites locais passam a conquistar *status* na aristocracia imperial, as formas de representação e marcos identitários também começam a se adaptar, fazendo com que esses homens, enquanto membros das sociedades locais, também tivessem que se identificar como membros da nobreza romana. Logo, os intensos e dinâmicos contatos culturais devem ser vistos num contexto de extrema variabilidade.

Frente aos espaços públicos, a produção epigráfica²⁹⁵ desses grupos são por nós entendidos como documentos/monumentos que, quando analisados conjuntamente, nos auxiliam na compreensão da dinâmica social desenvolvida no contexto provincial. A prática da produção epigráfica possibilitou a inserção dos indivíduos no espaço da cidade, integrando-os aos espaços públicos, e, em paralelo, as epigrafias tinham potencial de preservar a memória desse corpo civil que as produziram²⁹⁶.

²⁹² CORREIA, 2018, p. 180.

²⁹³ Combinação de elementos para criação de novas práticas sociais.

²⁹⁴ FORNI, 1982, p. 74-79.

²⁹⁵ Importante reforçar que tanto a formação de uma elite emeritense, como também a produção epigráfica e os materiais que darão suporte a sua materialização serão discutidos no capítulo seguinte.

²⁹⁶ BORGES, 2016, p. 129.

No espaço urbano, formavam-se esferas sociais distintas, que davam forma à vida comum, em um espaço marcado pela ‘cultura convivial’, que sustentava redes de relações que, por sua vez, criavam e recriam a linguagem e produziam um espaço de comunicação e performance social. Deste modo, a vida na cidade foi marcada por um contínuo processo de criação e recriação de identidades, alteridades, entre a produção de objetos, utensílios, edifícios, rituais, ações e crenças compartilhadas; adaptáveis na medida em que as pessoas as criam, experimentam, utilizam e vivenciam²⁹⁷.

As epígrafes funerárias, imperiais e homenagens públicas passam a povoar os espaços públicos e privados do Império, fazendo com que esses homens sobrevivam simbolicamente ao tempo, nos revelando seus modos de atuação. A adaptação onomástica, a adoção de elementos parciais do estilo de vida romano, são exemplos deste processo, sobretudo enquanto vistos como respostas dos indivíduos em relação aos distintos níveis de diálogo com o sistema cultural romano. As epigrafias são aspectos materiais de representação social, de identificação e inclusão em redes sociais de valores e atitudes cosmopolitas e heterogêneas frente a sistemas de gestão do espaço e organização social, com base nas relações de parentesco e regras sociais de comportamento²⁹⁸.

Diante disso, veremos, no capítulo a seguir, a relação entre a produção epigráfica emeritense com os novos mecanismos de promoção social, fundamentados em práticas culturais de preservação da memória individual e familiar. Isto, é, como a adoção da prática de produção epigráfica, em Emérita, foi um dos fatores adaptáveis e utilizados pela população provincial como forma de promoção pessoal e representação simbólica de poder.

²⁹⁷ BELTRÃO, 2015, p. 9

²⁹⁸ LEMING, 2015, p. 41

3. CAPÍTULO 3: AS ELITES EMERITENSES E A PRODUÇÃO EPIGRÁFICA

3.1. As elites sociais da Lusitânia

Como falado nos capítulos anteriores, o Império Romano se formou a partir de um intenso e contínuo processo de conquista militar, viabilizado por uma centralização política, que se inicia na Península Itálica, se expande pelo Mediterrâneo e foi responsável por integrar áreas distintas ao domínio de Roma. Durante séculos, essa unidade política demandou o agenciamento de diversos povos, fazendo com que essa unidade de domínio fosse marcada por uma profunda diversidade social, política e cultural que teve sua gênese no próprio processo de criação do Império.

Conforme o domínio de Roma na antiguidade passa a abarcar os territórios provinciais, os grupos pertencentes a estes espaços começam, paulatinamente, a serem inseridos dentro do aparato administrativo e urbanístico responsável por introduzir novos hábitos sociais, econômicos e políticos, para viabilizar o estabelecimento do poder romano naquelas regiões.

Desta forma, exploramos como esse poder foi construído narrativamente, no capítulo um, como ele se expressa através de uma gestão do espaço romano na região da Península Ibérica a partir de uma complexa estrutura jurídica e social que modifica o território para sua integração, no capítulo dois, e nesta parte, procuramos entender como as engrenagens que sustentavam esse sistema de poder e representação também poderiam ser expressas através da introdução do hábito epigráfico no território provincial. Pois, considerando que a cultura material, entre suas várias formas de expressão, desde construções públicas, dos projetos urbanos, e a formação da ossatura das cidades, podem ser expressas pela relação das províncias com Roma, é na produção epigráfica que, de maneira efetiva, temos grupos sociais que se destacam perante seu financiamento e produção.

Aqueles responsáveis pela representação que cabia a um monumento epigráfico, estavam incluídos dentre os indivíduos com predisposição econômica e pelas relações desenvolvidas com a administração imperial, que, em termos práticos, podem ser considerados como grupos de elite - apesar de que, muitas vezes, a epigrafia nos mostra um grupo muito mais diversos e menos homogêneo de homens, mulheres e crianças, com faixas etárias e participação social distinta na dinâmica imperial, ou seja, não podemos presumir que nos relatos epigráficos encontraremos uma população homogênea e linear.

De toda forma, nosso principal objetivo neste capítulo é analisar como a produção epigráfica, em Augusta Emérita, foi uma resposta ao nível de integração da cidade e de seus habitantes na dinâmica imperial e no papel de centro administrativo da Lusitânia, no mais, como as epigrafias - funerárias, votivas e imperiais - funcionaram como mecanismos de representação, construção da memória de um grupo e, além disso, quais grupos podem ser observados a partir da análise de sua produção - entre cidadãos (homens, mulheres e crianças), libertos, escravos, funcionários do Império, entre tantos outros.

Para análise dos indivíduos incluídos dentro da dinâmica social de produção epigráfica, torna-se necessário, antes disso, construí-los conceitualmente enquanto um contingente populacional diverso e necessário de delimitações teóricas. Pois, no cerne dessa questão, com o passar das décadas da fundação da cidade, forma-se o que vamos entender neste trabalho como *elites sociais emeritenses*, das quais analisaremos, sobretudo, a produção material epigráfica vinculada a elas – e aos habitantes da colônia de um modo geral. Portanto, nossa definição inicial para essas Elites²⁹⁹ segue uma caracterização que as enquadra conceitualmente em um grupo de indivíduos com notoriedade social. Aqui incluímos esses cidadãos emeritenses em um grupo de destaque, que determina sua atuação na sociedade: eram tão notáveis os líderes políticos, como também os libertos ricos que, segundo José Carlos Saquete Chamizo³⁰⁰, desempenhavam a *augustalidade*. Grupos que não cabem na definição teórica de classe, pois eram diversos, por vezes estrangeiros à colônia e que, no entanto, ocuparam progressivamente um papel de destaque dentro da massa social emeritense.

De fato, a estrutura social na Lusitânia não era homogênea, assim como no restante do Império. Discutiremos as elites enquanto conceito por serem o grupo mais abrangente e com maior fonte de dados dentre o conjunto epigráfico conhecido, mas, entre as epigrafias, também podemos encontrar indivíduos, de origens sociais diversas que, de alguma forma, apareceram nos registros epigráficos, caracterizando os monumentos como mais plurais do que uniformes, assim como foi a sociedade que os produziu.

Dito isso, falar sobre ‘sociedade romana ou emeritense’, trata-se muito mais de uma abstração, uma generalização, que erroneamente cria interpretações equivocadas

²⁹⁹ O termo elite tem origem francesa, contudo, devido ao contexto, nos bastamos com a definição trazida tanto por Saquette (1997, p. 40) ao trabalhar o contexto das elites emeritenses, como também a contida no MOLIER, M. **Diccionario de uso del español**. Madrid: Editora Gredos S.A, 1996.

³⁰⁰ CHAMIZO, 1997, p. 70.

sobre a construção do Império Romano ao longo do tempo. Frente à diversidade cultural e social das regiões que integram o Império, foram as clivagens sociais e jurídicas que separaram cidadãos de não cidadãos (até o século III d.C.), evidenciando identidades sociais a partir dos estatutos jurídicos: eram homens livres, escravos, ricos ou pobres, letrados ou iletrados, proprietários de terra ou trabalhadores manuais e estrangeiros. Assume-se então que,

não havia, portanto, uniformidade de direitos, tampouco uma única legislação para todo o Império. Contudo, é possível observar, em relação às elites, uma progressiva unificação política e social, produzindo uma cultura erudita, tanto em grego como em latim³⁰¹.

As elites, enquanto grupo social e agente teórico, passaram por diversas definições durante o início do século XX que as classificavam como grupos dirigentes *versus* grupos dirigidos, *elite de governo*³⁰², entre tantas outras delimitações teóricas que buscavam propor uma rede teórica argumentativa desses grupos enquanto uma unidade e minoria que gozava de privilégios, divididos entre aquelas elites de governo e elites não governamentais, unidos por interesses em comum, a partir do poder, cargos administrativos e forças materiais. Contudo, com o revisionismo teórico, essa teoria das elites passou a ser classificada como uma base com carga antidemocrática e antissocialista, refletindo o receio das classes dirigentes dos países onde os conflitos sociais eram ou estavam a ser tornar mais intensos³⁰³.

Ao final do século XX, com a escola dos Annales e o revisionismo histórico, o embate teórico do estudo das elites ultrapassou os limites de grupos homogêneos, ora vistos pelas lentes do liberalismo da década de 1920 ou pela produção marxista da década

³⁰¹ BORGES, 2016, p. 28.

³⁰² Os estudos políticos tem muito a nos informar a partir das teorias desenvolvidas no século XX, sobre as elites e as estruturas de poder que envolvem sua formação. A teoria sociológica das elites, passou a classificar a sociedade como dividida entre dois grupos: aqueles que dirigem (funções políticas, menos numerosa, monopoliza o poder) e aqueles que são dirigidos (ora mais ou menos arbitrária e violenta). Vide: MOSCA, G., **Elementi di scienza política**. Edição especial com uma segunda parte inédita. Torino: F. Bocca, 1923 (1ª Edição em 1896).

³⁰³ Desse modo, a minoria domina pela sua capacidade de organização sobre uma maioria desorganizada. A organização dos grupos de poder se dá a partir de duas bases: (1) relações e interesses que os unem enquanto grupo, frente a maioria desarticulada; (2) acesso aos meios de coerção necessários, pela hierarquia, cargos administrativos e forças materiais. Frente a coesão de domínio daqueles que se unem por interesses em comum, respaldados no poder e hierarquia, forma-se o que passa a ser chamado de 'elite governante': indivíduos que direta ou indiretamente participam de forma considerável do governo; e da mesma forma, há aquela elite não-governante, compreendendo os demais grupos que, apesar do poder e unidade, não estão envolvidos no governo ou administração da sociedade. Vide: PARETO, V. **Systèmes socialistes**. Paris: V. Giard & E. Brière, 1902.

de 1930³⁰⁴. O estudo das elites começa a integrar a compreensão da cultura política de uma sociedade, que contextualiza a formação do grupo, junto ao seu desenvolvimento e renovação. Assumindo uma postura mais plural por considerar as camadas presentes na distinção dentro do grupo, os diversos tipos de elite passam a ser vistos como agentes sociais em meio a outros agentes sociais. Envolvendo as sociedades como um todo: os centros e as comunidades locais. Em meio à cultura política, as elites tornaram-se muito mais orgânicas, unindo as classes com as relações políticas estabelecidas a partir de um conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores³⁰⁵.

No contexto do Império Romano, as elites provinciais constituíram-se como grupos de destaque, enquanto agentes sociais, em meio a tantos outros agentes envolvidos nas dinâmicas de gestão do espaço e renovação das práticas sociais nos territórios provinciais. Deste modo, o direito foi considerado pelos povos indígenas, de acordo com Maurício Pastor e Héctor Andrés³⁰⁶, mais como um acordo, ou melhor, uma concessão, do que um jugo; operando tanto para a ascensão de novos personagens na dinâmica administrativa do espaço, quanto uma adaptação frente à expansão romana.

O *ius Latium* desempenhou, neste meio, um papel importantíssimo como veículo de integração das comunidades peregrinas da Hispânia. Por meio dele, Roma reconhecia os direitos dos *iura e instituta* locais das comunidades peregrinas em questão e facilitava aos seus membros das elites locais o acesso a *civitas Romana per honorem*, isto é, concedia às elites locais privilégios a partir do desempenho de alguma magistratura local. A extensão do *ius Latium* supunha a conversão imediata daquela comunidade a um município, regido por um estatuto municipal, e seus habitantes tornavam-se cidadãos com direito latino³⁰⁷.

³⁰⁴ A partir das décadas de 1920 e 1930, a teoria das elites ganha novas formas a partir da crítica pela via liberal e via marxista. Enquanto o liberalismo colocou as elites enquanto grupo em torno de uma consciência, coesa e conspiradora que a identificaria. Já pela via marxista, a articulação entre consciência, coesão e conspiração é negada, pois a classe dominante seria formada a partir do poder econômico e daqueles que são detentores dele. a teoria marxista parte da contraposição entre as duas classes antagônicas dos donos dos instrumentos de produção e dos proletariados e considera o conflito entre as duas classes sociais o principal motor do movimento histórico (BOBBIO, 1998, p. 387).

³⁰⁵ BORGES, 2016, p. 36. KUSCHNIR; CARNEIRO, 199, p. 227-250.

³⁰⁶ ANDRÉS; PASTOR ANDRÉS, 2009, p. 298.

³⁰⁷ PASTOR; PASTOR ANDRÉS, 2009, p. 300.

No que diz respeito à condição social dos indivíduos da Hispânia, percebemos uma variedade de determinações de atuação e classificações jurídicas: *servi, dedititii*³⁰⁸, *peregrini, cives Latino iure, cives romani* sem *ius Italicum* e, por último, *cives Romani optimo iure*. Os escravos não poderiam almejar a nada sem a manumissão, contudo, quando conquistada, a ascensão social tornava-se possível. Aos peregrinos, nascidos livres, primeiro teriam que conseguir o direito latino e depois poderiam alcançar a cidadania latina graças ao *ius Latium*. A promoção social também se dava por meio da carreira militar, que garantia o acesso ao direito latino e depois alcançar a cidadania³⁰⁹. Alguns mecanismos excepcionais também existiam, por exemplo, quando o Senado ou o Imperador podiam conceder a cidadania como fator especial, tanto individualmente (*viritalim*), como a uma comunidade que passa a ser uma *colonia civium Romanorum*, sem perder os antigos direitos e os vínculos pessoais da antiga cidade³¹⁰.

As definições de cada indivíduo se deviam a alguns elementos específicos a partir do território. A obtenção da cidadania exigia que o indivíduo pertencesse a uma *civitas*. Ele deveria estar fixo em alguma região, ou no seu lugar de origem (*origo*) ou no seu lugar de residência (*domicilium*). Sua *origo* determinava a qualidade do *civis municipales* da cidade, e enquanto o *domicilium* determinava sua condição como *incolae*. Normalmente, era um *incolae*, com residência em uma cidade, proprietário de parcelas do *ager* da mesma, que recebia a *adlectio inter cives* da cidade. A *adlectio* estabelecia um vínculo entre um beneficiário e os *munera* da cidade, ao qual não se poderia renunciar, pelo menos a partir do século II d.C. Um indivíduo residente em alguma cidade poderia receber a *adlectio* em outras cidades e ser nomeado *patronus* de algumas delas.

De modo prático, o pertencimento a uma cidade garantia ao indivíduo a participação das assembleias municipais e a apresentar-se nas eleições para os cargos públicos, assim como também beneficiar-se dos privilégios concedidos à cidade pelo imperador. Da mesma forma, o pertencimento a uma *civitas* também envolvia uma série de obrigações: acatar as leis e a jurisdição dos magistrados, contribuir aos *munera* (contribuir com a comunidade), ou a participação individual na administração da cidade, sem receber qualquer dignidade ou prestígio em troca – a não ser que seja um cargo envolvendo uma carreira pública (*honores*). Os magistrados, em função do *Imperium*,

³⁰⁸ Considerados um tipo distinto de peregrinos, de regiões tidas como desorganizadas e de organização tribal, sem regimento jurídico próprio e sem direito à cidadania.

³⁰⁹ Depois de exercer alguma função nas legiões romanas durante 20 anos, ou em tropas auxiliares por 25 anos. Ao final do serviço, recebiam um diploma de *honesta missio*, com a concessão à cidadania.

³¹⁰ PASTOR; PASTOR ANDRÉS, 2009, p. 301.

podiam exercer o *ius edicendi*, isto é, podiam emitir disposições de caráter obrigatório no espaço e tempo de seu mandato³¹¹.

A integração jurídica das comunidades da Lusitânia permitiu a transformação da paisagem a partir da conseqüente adaptação à cultura local, tanto no âmbito privado quanto público. Enquanto isso, Roma passa a outorgar à população lusitana os mesmos direitos, bases legislativas e urbanísticas tão caras a sua civilização - favorecendo a formação de novos mecanismos de destaque social e surgimento de novos tipos de elites provinciais. Isto permitiu ao poder romano desenvolver uma nova rede de relações com os indivíduos da região, da mesma forma que também uniu os grupos locais com outros grupos que faziam parte do Império, através da imigração. Nessa perspectiva, a integração não foi linear para todos, alguns conseguiam maior, enquanto outros tinham menor inserção entre a nova jurisdição do espaço³¹².

Ser cidadão deixava implícito uma série de vantagens jurídico-políticas, porque o *populus romanus* deixou de ser uma caracterização étnica, e adquiriu um significado político. A cidadania foi uma consequência utilizada para determinados fins. A *civitas* se converteu, em meio à expansão romana, em um nexos que unia Roma com o resto dos seus habitantes. Deste modo, o *ius civile* alcançou um significado territorial que abarcava um conjunto de habitantes com um ordenamento jurídico em comum. Por meio de uma língua em comum, as relações sociais são transformadas mais tarde em um motor da integração territorial e cultural³¹³.

O Império passa a ser representante de um processo de vertebração, compatível com a hegemonia de Roma e a preservação das particularidades locais. Deste modo, esse processo que leva ao surgimento de novos agentes sociais tem uma fórmula tripla: implantação de um processo de alto alcance de fórmulas cívicas de etiologia romana, conversão da participação no Império em algum aspecto político da vida cívica, e a gestação de uma aristocracia imperial. As elites romanas e provinciais foram geradas a partir de modelos de comportamento e pautas de referência. Isto, de acordo com Antonio Caballos Rufino³¹⁴, garantiu a conservação da essência mais genuína da identidade romana, o *mos maiorum*; tornando-se um dos principais instrumentos de expansão e integração.

³¹¹ PASTOR; PASTOR ANDRÉS, 2009, p. 305.

³¹² PASTOR; PASTOR ANDRÉS, 2009, p. 315.

³¹³ PASTOR; PASTOR ANDRÉS, 2009, p. 315.

³¹⁴ RUFINO, 2012, p. 14.

As elites das províncias eram camadas e agentes sociais compostos por magistrados e funcionários que personificavam o Estado, também frente aos exércitos, e nas comunidades urbanas, onde o exercício do poder político foi somado ao impacto ideológico, à capacidade econômica, à influência social, ao prestígio moral, ao papel frente às clientelas, famílias e ao apoio do círculo social. Na Hispânia, as elites formavam grupos de poder e destaque, porém, em constante renovação pela transformação do espaço e a gestão territorial. A integração foi uma ferramenta de controle, tênue, porém eficaz, fazendo com que as comunidades locais pudessem exercer cargos de poder frente ao Império, sem que isso implicasse uma radical substituição dos valores regionais, deste modo, o *mos maiorum*, ao ser incorporado, representava muito mais uma expressão de elementos aceitos frente à administração provincial, que uma coerção, gerando novas formas de vida e a modificação dos modelos de comportamento³¹⁵.

A integração e a vertebração social frente à formação de novos grupos de gestão e administração na província, se deu a partir da possibilidade de mobilidade social e a gradual incorporação de poucos escolhidos para compor cargos políticos (nos *ordines*) a depender da índole legal, jurídica, familiar, moral e econômica; o que, para isso, necessitava de capacidade e formação por parte dos indivíduos. Contava-se também a tipologia, a continuidade e a profundidade dos contatos com as altas esferas, como fatores controláveis para os aspirantes à ascensão de *status*, dependendo também das possibilidades externas de promoção. Contava-se, além, os méritos concretos a favor da cidade ou do Estado: entre a honra, o oportunismo e habilidades, eram requeridas todas as virtudes exigidas no jogo político, pois desempenhar funções públicas era um dos símbolos externos de lealdade ao Império, além de configurar uma prova palpável de um elevado estatuto social, cuja base e condição prévia seriam a riqueza de terras³¹⁶.

A integração aos grupos de elite de novos membros e a ampliação do espaço de recrutamento, em consoante a novas formas comportamentais, se mostrou como a melhor fórmula para reforçar os vínculos das comunidades urbanas da província com Roma. Com a incorporação dos membros com maior visibilidade entre as elites provinciais, a aristocracia imperial conseguiu uma integração de maior eficiência e com maior amplitude nos territórios sob domínio de Roma. Da mesma forma que uma nova elite dirigente que teve origem nas províncias se mostrou como uma resposta operativa,

³¹⁵ RUFINO, 2012, p. 15.

³¹⁶ RUFINO, 2012, p. 16.

promovida pelos gestores desses espaços integrados ao Império, a uma rede cada vez mais complexa de administração imperial³¹⁷.

Pela forma com que esses homens pertencentes às elites foram incorporados ao Império, de certo, eles tiveram que entender-se, em primeiro momento, como representantes de suas comunidades, e depois como cidadãos romanos. Dentro dos aparatos jurídicos e sociais que fundamentaram a funcionalidade das elites, podemos compreender como a medida de promoção estatutária não foi somente um movimento de mobilidade vertical, mas sim a adaptação a novos horizontes universais de incorporação das províncias ao domínio de Roma. Frente a isso, as elites romanas passaram a ser compostas por um alto percentual de indivíduos nativos dos espaços provinciais, como consequência, mas também como motor da transformação da Roma imperial no que conhecemos como Império Romano³¹⁸.

3.2. A História Global e o Território Provincial

A História Global, enquanto conceito teórico-metodológico, ainda pode ser considerada um campo de estudo relativamente novo, ainda mais quando voltado para a tão tradicional História Antiga e suas formas de rever e repensar a Antiguidade Oriental e Ocidental. Sebastian Conrad³¹⁹ apresenta que o Global enquanto perspectiva de análise surgiu nos anos finais do século XX, na revolução da comunicação que começou na década de 1990, e teve um importante impacto sobre nossas interpretações sobre o passado. A mobilidade, o nível comunicativo, a circulação de informações em um contexto amplo tornaram-se possíveis, fazendo com que novas narrativas, experiências culturais e sociais passassem a moldar nossa forma de ver e lidar com o passado, através de múltiplas perspectivas a partir da diversidade de vozes que surgem com o mundo moderno.

Consequentemente, isso teve respaldo na eclosão de novos objetos e abordagens na História Antiga, levando à problematização do campo e incentivo a construção de alternativas que alteraram os parâmetros espaciais da disciplina. Entre as novas propostas apresentadas pelo câmbio entre História Global e Antiguidade, estão a comparação e a

³¹⁷ RUFINO, 2012, p. 14.

³¹⁸ RUFINO, 2012, p. 18.

³¹⁹ CONRAD, 2015, p. 10.

conexão. A primeira, considera que as experiências sociais da Antiguidade são descoladas do *continuum* temporal para serem comparadas a casos similares de outros lugares e tempos. Portanto, o modelo comparativista, ao abandonar uma narrativa unificada, em busca de um contexto amplo, se afasta progressivamente das macronarrativas, fazendo com que o ganho heurístico desse exercício de análise seja significativo, pois, fundamenta uma “[...] contribuição para a superação do eurocentrismo de uma história como ‘coletivo singular’, ou seja, no âmbito de uma narrativa contínua, é limitada³²⁰.”

A segunda perspectiva, de conexão, foi a que mais se fundamentou em uma natureza globalizante do mundo antigo. Pois, aplicada ao Mediterrâneo³²¹, constitui o que passou a ser chamado de perspectiva mediterrânica, juntamente aos estudos pós-coloniais e globais. Evocando a imagem de um Mediterrâneo essencialmente conectado, com sujeitos históricos móveis e fronteiras fluidas. O paradigma, por esse viés, procura historicizar a maior ou menor intensidade da integração de cada região nas redes mediterrânicas. Desse modo, isso fez com que houvesse uma história da integração mediterrânica marcada por avanços e recuos em diferentes modalidades (temporais, espaciais), fazendo com que seus limites sejam móveis em função da própria integração, “[...] e a ênfase no caráter processual abre espaço para as contestações à integração e refundação das fronteiras tanto territoriais quanto sociais, culturais e econômicas³²².”

Frente a isso, a História Global auxilia aos estudos voltados para a Antiguidade em uma confluência na crítica ao eurocentrismo, problematizando o excepcionalismo ocidental e a rigidez das fronteiras nacionais como suporte morfológico. Além de, por respaldo, combater o internalismo metodológico que caracteriza a história centrada em um povo, região, civilização ou unidade política. Viabilizando análises históricas de uma História Antiga marcada por processos de longa duração. As vias e possibilidades presentes na confluência entre o Global e a Antiguidade são diversas, de modo que, o conceito de globalização possa ser pensado para descrever os processos históricos antigos, entre a ‘globalização totalizante’: por exemplo, a dominação imperial exercida por Roma; passando pela ‘microglobalização’: marcado por processos de integração e

³²⁰ MORALES; SILVA, 2020, p. 130.

³²¹ A nova massa de pesquisas arqueológicas e renovação teórica levou a um novo movimento de interpretação do Mediterrâneo a partir das possibilidades de conexão, em que um dos maiores exemplos desse movimento é o livro *The Corrupting Sea, a Study of Mediterranean History* de Peregrine Horden e Nicholas Purcell (2020).

³²² MORALES; SILVA, 2020, p. 131.

desintegração, na formação de novos grupos sociais; e até mesmo uma ‘globalização parcial’: aplicado apenas a determinadas formas de interação social³²³.

Sendo assim, o Império passa a ser pensado como uma construção que, ao longo do tempo, foi marcado por processos de integração, desintegração, novas formas de gestão do espaço e, a partir disso, ocorrem as modificações das práticas sociais nos territórios provinciais, responsável tanto pela constituição de novos grupos sociais, e também pela definição de novas elites provinciais que desempenhavam o papel administrativo, econômico, político, social e cultural a serviço do *Imperium*.

Isso significa que, em meio a esse processo, formam-se novos padrões identitários de acordo com mecanismos culturais que, na geografia do Império, e pela necessidade de ordem e estabilidade do poder romano, são responsáveis por definir uma nova cultura das elites integradas ao domínio de Roma - em que a própria formação do *Imperium* depende dessa maleabilidade identitária. Richard Hingley³²⁴ apresenta que aquilo que conhecemos como ‘identidade romana’ pode ser definido a partir de formas sociais que foram identificadas e reproduzidas, concebidas como um método pelo qual certos grupos de pessoas deram sentido a práticas simbólicas de representação social. Nas províncias romanas, isso deu forma a um sistema de comunicação individual e coletivo, originando novas formas identitárias de comportamento, o que significou um novo e poderoso sistema para pessoas com *status* dentro da dinâmica imperial se identificarem enquanto indivíduos com direitos latinos e estabelecerem sistemas de contatos com outros em amplas áreas na vastidão dos domínios de Roma.

Em linhas gerais

Essas modificações que resultaram na incorporação das sociedades nativas no Império em expansão dotaram de valor a adoção da cultura romana pelos grupos das elites locais, numa forma de ordem auto reforçada que se baseou numa concepção coordenada de identidade³²⁵.

Como resultado desse processo, temos grupos de elites que passam a definir a si mesmos não somente pela posse de poder e sua reprodução, mas por níveis de autoconhecimento e consciência de si mesmos, constituindo uma cultura, práticas e níveis sociais de destaque em comum. Entre os mecanismos de estabelecimento de poder, a

³²³ MORALES; SILVA, 2020, p. 138.

³²⁴ HINGLEY, 2005, p. 50

³²⁵ HINGLEY, 2005, p. 50 - 51. Tradução nossa.

aristocracia do Império usou o latim e a escrita para estabelecer e policiar seus limites. Como resultado, a formação de um comportamento aristocrático na sociedade romana ocorreu por meio de uma educação em grego e latim, além de conhecimento de literatura e pela definição e adoção de uma cultura em comum³²⁶.

Esse sistema de representação social e cultural não significou a supressão da cultura local em detrimento da adoção de novos padrões comportamentais e de performance social implementados pela integração ao Império. A nova cultura imperial parece ter se desenvolvido em um contexto de mudança social pela nova necessidade de gestão do espaço, planejamento urbano e definição jurídica dos territórios provinciais, a adoção local dos novos padrões culturais representou muito mais uma forma de coexistência, da necessidade de adaptação e das possibilidades de ganho de prestígio social, do que o abandono total de traços culturais prévios ao domínio de Roma. Ganhar a cidadania latina ajudou nos processos de negociação de poder entre os espaços locais com o Império, oferecendo novas possibilidades de conciliar as diferenças³²⁷.

De toda forma, também serviu ao interesse da administração romana promover ativamente a adoção dos costumes romanos entre as elites provinciais, por serem indivíduos inseridos nas dinâmicas de governo local que criaram a estabilidade das relações que deram forma ao Império. Nestes termos, a identidade romana tinha efetivamente uma dimensão simbólica, uma vez que servia para ligar pessoas influentes ao sistema imperial em evolução. A nova paisagem provincial foi resultado de uma combinação entre ambientes físicos e imaginativos, dentro dos quais essa nova população passou a viver³²⁸.

Se pensarmos nos mecanismos envolvidos na consolidação da gestão e organização territorial promovida pelo poder imperial, isto gera novas formas de se entender os espaços provinciais a partir das novas condições de existência que levam a uma variedade de reações das províncias pela necessidade adaptativa. Enquanto isso, o latim tem um papel referencial, tanto por ser um fator de integração na realidade social e material, quanto um regulador das formas de administração e jurisdição do Império. Pois, o “latim, como uma nova forma de comunicação, ofereceu oportunidades a certos grupos³²⁹”.

³²⁶ HINLEY, 2005, p. 55.

³²⁷ HINGLEY, p. 56.

³²⁸ HINGLEY, p. 56.

³²⁹ HINGLEY, 2005, p. 94. Tradução nossa.

A escrita e o uso do latim não necessariamente querem dizer uma adoção e formação clássica por parte dos grupos provinciais, ou o surgimento de uma nova elite letrada à serviço de Roma. Evidências mostram que, em várias partes do Império no Ocidente, o latim e a escrita da língua se espalharam por grande parte das sociedades provinciais, embora fossem usadas frequentemente de forma ‘vulgar’, desta forma, a linguagem e as tecnologias de escrita provavelmente se espalharam devido ao valor prático direto que essas inovações tinham para as pessoas em uma variedade de contextos, desde sistemas organizacionais, administrativos ou até mesmo de representação social ou pela cultura material. Da mesma forma, o conhecimento do latim e da escrita não estavam disponíveis em toda a sociedade. Apesar da difusão de formas não elitistas do latim, é mais provável que a maioria dos habitantes do Império, especialmente longe dos centros urbanos e fortes, não sabiam falar nem escrever em latim.

Grego Woolf, quando escreveu sobre o poder e a escrita no mundo antigo, nos apresenta que a divulgação, ou a adoção da escrita no Ocidente marca uma série gradativa de adoções, adaptações e rejeições em escala local e global no contexto de um mundo em que o poder social, político e econômico era muito fragmentado. Frente à expansão imperial, acompanhada por uma mudança nas práticas culturais, a escrita ganha novos significados, fazendo com que o poder e a cultura escrita estivessem interligados. A escrita foi uma dentre tantas expressões culturais, ao exemplo da vinicultura ou a arquitetura em pedra, responsável pela perpetuação simbólica de grupos que, paulatinamente, integravam com maior ou menor proporção, às áreas dominadas por Roma³³⁰.

Com a crescente adoção da língua e da escrita, que foram reflexo da influência de Roma, o crescimento do Império também coincidiu com um maior aumento da circulação de artefatos e movimento migratórios de pessoas. As sociedades que foram incluídas no sistema comercial de Roma foram, muitas vezes, posteriormente incorporadas ao Império e o comércio também pode ser intimamente ligado à consolidação das relações imperiais. O consumo - cultural e de mercadorias - acompanhou a expansão da indústria e ofereceu novas formas de viver. Portanto,

talvez esse aumento na cultura do consumo proporcionou oportunidade e motivação para os membros da sociedade que, em termos imperiais

³³⁰ WOOLF, 1998, p. 118.

mais amplos, não eram particularmente ricos ou bem conectados, para se transformarem a fim de explorar seus novos contextos dentro do Império³³¹.

Quando combinados esses aspectos ao desenvolvimento do poder romano na Hispânia, percebe-se como as comunidades nativas passam a se tornar cada vez mais envolvidas nas operações mineiras sob a supervisão direta da administração romana, e como isso tem sido usado como argumento para justificar a atuação dos membros da elite nativa na gestão dos sistema de exploração natural e, em contrapartida, como utilizavam do prestígio trazido a partir desses cargos para construção de poder e autoridade social na província.

Face aos registros arqueológicos, sobretudo epigráficos, percebe-se como o papel administrativo dessa elite provincial tornou-se cada vez maior a nível regional na medida em que a exploração econômica de Roma aumentava no noroeste da Península Ibérica. Enquanto, em consoante, o nucleamento urbano e semiurbano também parece estar se desenvolvendo em prol da organização do espaço fundamentado nas atividades econômicas da província.

Na medida em que a atuação desses indivíduos torna-se mais proeminente no contexto provincial, em termos de administração das atividades econômicas e ocupação de cargos públicos frente à gestão do espaço, também fica evidente como o desenvolvimento de novas práticas de atuação social foram formadas frente ao contato com Roma e de acordo com as necessidades locais de adaptação. Não obstante, para aquelas comunidades que se desenvolveram em outros aspectos da vida social, sem riqueza mineral, havia duas possibilidades: mandar homens para servir no exército romano, enquanto outras direcionavam pessoas para trabalhar nas minas. Possivelmente, como apontado por Hingley, essas áreas sem ricos depósitos minerais podem ter fornecido soldados auxiliares ou mão de obra como forma alternativa de tributação³³².

O que queremos dizer com isso é que, a geografia, as reformas urbanas e o planejamento da exploração na Hispânia seguiram uma lógica fundamental de gestão de pessoas e riquezas mineiras. Desta forma, dentre a mesma população, àqueles considerados mais influentes, passam a ocupar cargos de prestígio em prol da administração cabeceada por Roma na província, enquanto isso lhes concedia uma série de privilégios frente ao direito latino e a ocupação de novos círculos sociais.

³³¹ HINGLEY, 2005, p. 107.

³³² HINGLEY, 2005, p. 104

Não é possível, no entanto, saber qual a proporção de soldados auxiliares, sejam do Vale do Baixo Reno ou do noroeste da Península Ibérica, que retornaram às suas terras natais após o término do serviço militar. As interpretações possíveis acerca desses acontecimentos, é que em boa parte das regiões, sejam por fatores econômicos ou aqueles ligados ao exército, as populações locais que foram incorporadas no Império passaram a adquirir novas características e modos de vida - entre aspectos ligados aos povoadamentos, ao planejamento urbano e objetos de uso cotidiano -, de forma processual e lenta.

Sendo assim, as sociedades locais formaram as suas identidades como adaptações locais baseadas nos recursos de seus respectivos territórios e nas oportunidades que surgiram como resultado do contato com Roma. A existência de um grupo de elite governante na área de mineração do noroeste da Ibéria indica que essas pessoas foram atraídas por alguns aspectos da cultura romana de elite, a partir da concessão de privilégios e pelo exercício dos deveres. Da mesma forma, o processo de integração não foi horizontal, gerando discrepâncias entre as regiões da Península, formando identidades que contrastavam com a trajetória das outras sociedades do leste e do sul da Península Ibérica, ou outros territórios provinciais, como é o caso do sul da Gália³³³.

Dentre esses mecanismos de performance e representação para 'se tornar romano' indicam que esses indivíduos, em partes diferentes do Império Ocidental, foram capazes de se adaptar ao processo da expansão imperial em modos que os permitia tirar proveito do novo contexto causado pela gestão do espaço, desenvolvendo aspectos culturais que combinavam traços pré-existentes das identidades locais, com os recursos territoriais possíveis³³⁴.

Nesse ponto, devido à atividade econômica exercida na região peninsular, entendemos que, como resultado da nova paisagem provincial, entre uma combinação da exploração do solo e formação de uma nova realidade material, novos mecanismos de performance e representação social começam a dar forma ao espaço. Como expressão da renovação cultural, política, social e econômica da Lusitânia, temos a inscrições epigráficas, que devido a sua versatilidade, não se limitaram apenas aos grupos privilegiados da sociedade - embora fossem amplamente utilizadas por eles como recursos de representação de poder e preservação da memória individual e coletiva -,

³³³ HINGLEY, 2005, p. 104.

³³⁴ HINGLEY, 2005, p. 105.

abarcando níveis sociais diversos, surgindo como um meio de reverberação de poder, de preservação da memória e da atuação cotidiana dos cidadãos.

Em linhas gerais,

por intermédio das inscrições podemos conhecer vários aspectos do mundo romano, encontrando-se documentação referente desde a imperadores até a humildes artesãos e escravos; informam sobre a titulação imperial, a exata sucessão dos cargos e funções do *cursus honorum* das duas principais ordens, a senatorial e a equestre; fornecem também informações sobre cargos municipais ou dos escalões inferiores; ilustram a composição dos diferentes efetivos do exército, como as legiões, as cortes pretorianas, os corpos auxiliares, esclarecendo-nos sobre a hierarquia militar, as zonas de recrutamento, as modalidades de "aposentadoria" ao final do serviço³³⁵.

As inscrições epigráficas iam além da monumentalidade, representavam os usos da escrita³³⁶, as fórmulas utilizadas e os conteúdos a partir da função exercida. As palavras, limitadas, em número e forma, ao material de sua produção, faziam com que o texto fosse comprimido em um espaço restrito, levando à tendência de proposições curtas, justificando o uso de abreviaturas. Isso dificultava sua leitura no estudo epigráfico atual, mas que na época da produção, além de codificar termos decorados, também aumentava seu uso a partir de uma população com uma base boa de latim, além daqueles com conhecimentos superficiais.

De modo que, além da amplitude da produção epigráfica no mundo romano, as epígrafes passaram a compor categorias de testemunho valioso da língua não literária de sua época, remetendo ao local de origem, mostram as variações do latim de acordo com a realidade regional; ou seja, a sintaxe, a gramática pode ser trabalhada usando estes documentos, que muitas vezes autênticos da língua falada, registram até eventuais 'erros' de vocabulário. A grande maioria das inscrições eram incisivas; as letras eram esculpidas na pedra, com uma incisão de secção reta e fundo côncavo, sendo por vezes cobertas de um pigmento colorido. Em monumentos públicos, particularmente importantes, a depender da função, as letras poderiam ser feitas de bronze ou de outro metal e fixadas com grampos ou pinos num sulco separado, enquanto as inscrições mais elaboradas ou bem acabadas, exigiam uma fase preparatória, em que o lapicida executava

³³⁵ CORASSIN, 1999, p. 206.

³³⁶ Os tipos de escrita são separados de duas formas: uma 'capital', referindo-se aos 'capita' dos manuscritos. E outra 'cursiva', ou 'comum'.

um esboço preliminar. As letras capitais poderiam ser ‘guiadas’, ou seja, desenhadas com esquadro e seguindo uma medida padrão; outras vezes, poderiam ser esculpidas à mão livre³³⁷.

O que queremos abordar com isso, é que as inscrições públicas são abundantes, comemorativas da construção ou restauração de monumentos públicos; podiam estar presentes em fóruns, nas termas e aquedutos; em ambientes públicos ligados à vida cívica da população, como cúria do Senado; ou até mesmo em bibliotecas, fontes, arcos e obeliscos. Feitas pela comunidade ou com fundo particular, de colégios ou associações³³⁸. Contudo, nem todos que produziam as epigrafias sabiam ou eram formados a partir da norma culta do grego e do latim, as fórmulas e abreviações, por serem facilmente ‘decoradas’ e ‘reproduzíveis’, ganham uma amplitude maior. Possivelmente esta é a razão da incidência recorrente de produção epigráfica nas províncias ocidentais, de um modo geral, em que os mecanismos de representação e destaque social estariam acessíveis por uma elite com muito ou pouco conhecimento de latim, das fórmulas epigráficas e com capital necessário para financiar sua produção.

As inscrições mostram os usos da escrita quando relacionada ao poder no mundo ibérico, por isso a diversidade de materiais, fórmulas e conteúdo. A epigrafia faz parte da nova paisagem provincial, pertencendo às cidades, à malha urbana local, aos edifícios, processo que, gradualmente, transforma os monumentos epigráficos em veículos de poder, de Roma até as províncias. No território provincial, como escreveu José D’Encarnação, o monumento epigráfico pode ser também considerado como um mecanismo de contrapoder. Evocando a imagem de uma memória, uma identidade que não se quer perder, que não hesita em se representar perante um espaço artificialmente criado, a partir de uma decisão exterior³³⁹.

3.3. A Produção epigráfica emeritense

De modo geral, a reorganização da Península Ibérica no I século a.C. operacionalizada pelo *princeps* teve três bases: arranjo da província enquanto estatuto jurídico funcional, com a repartição das áreas geográficas em cidades e eixos-sede para

³³⁷ CORASSIN, 1999, p. 209.

³³⁸ CORASSIN, 1999, p. 210.

³³⁹ D’ENCARNAÇÃO, 2016, p. 343 – 354.

divisão do território; reestruturação local e regional das populações; e pela emergência de novas identidades locais nesse afluente de transformações sociopolíticas³⁴⁰.

A nova paisagem geográfica da colônia fundamentava-se, essencialmente, na compreensão de que os espaços foram transformados em territórios que combinavam paisagens organizadas, estratégias de exploração do solo, a definição das propriedades públicas e privadas, a acessibilidade dos lugares e uma nova organização social para o espaço físico. As cidades e as comunidades locais:

constituíam, então, a ‘ossatura das províncias’. Suas heranças culturais alicerçavam uma construção geográfica, que fora reconduzida pelas autoridades imperiais e recaracterizadas pela regionalização e adaptação às realidades locais³⁴¹.

A província passa a ser definida, neste aspecto, como o local da autoridade, simbólico e administrativo, extensível e maleável às especificidades locais, formando um sistema de controle e regulação das áreas conquistadas.

Enquanto obtemos nos relatos de Estrabão³⁴² e, em menor medida, de Plínio³⁴³, informações sobre o território peninsular que, em sua maioria, são descrições esquemáticas e generalizadoras que caracterizam o território como regiões montanhosas, estéreis e com um clima sujeito a intempéries, mas rica em minérios e gado, marcando um estranhamento com os costumes dos povos que habitavam os confins ocidentais da Península; por outro lado, pelo testemunho epigráfico, para além de relatos geográficos e etnográficos descritivos, temos acesso direto a respeito das práticas culturais, funerárias e políticas que são deixadas de lado nos registros literários³⁴⁴.

Frente aos limites impostos pela literatura latina, podemos entender a linguagem epigráfica com “[...] uma importância singular, [...] primeiro [...] à perenidade dos materiais na elaboração dos suportes – metal ou pedra – o que teria contribuído para sua resistência ao tempo [...]”³⁴⁵; assim como o acesso à linguagem cotidiana da vida cívica, aos usos e às funcionalidades das práticas espaciais.

³⁴⁰ BORGES, 2016, p. 87; LE ROUX, 2007, p. 50.

³⁴¹ BORGES, 2016, p. 87.

³⁴² **Geographia**, livro III, 2, 15

³⁴³ A saber, a *Baetica* (Livro IV, 3, VV 7-17), a *Hispania Citerior* (Livro IV, 3, VV 18-30 e Livro IV, 4, VV 110-112) e a *Lusitânia* (Livro IV, 4, 113-118).

³⁴⁴ BORGES, 2016, p. 82.

³⁴⁵ BORGES, 2016, p. 82.

O campo científico da Epigrafia apresenta-se como uma ferramenta de estudos, decifração e interpretação das inscrições antigas encontradas sobre diversos materiais. O objetivo dos estudos epigráficos auxilia-nos na decifração e interpretação das inscrições antigas. Pois, como bem afirma Francisco Isoldi: “As inscrições representam um precioso material de controle, e, são, às vezes, os únicos documentos, sobre os quais se pode fundar a história antiga³⁴⁶.”

Para Ramsey Macmullen³⁴⁷, as inscrições constituem uma janela muito familiar para o estudo da realidade romana, entre uma prática que se estende às várias áreas do Império. Embora nunca cheguemos a saber o porquê de as inscrições terem nascido, ou porque as pessoas tinham vontade de passar uma mensagem em pedra, ainda há questões que podem ser suscitadas a partir dos estudos epigráficos. Pois, o hábito epigráfico, ou seja, uma cultura compartilhada por indivíduos do império de se apresentarem e representarem em inscrições, é um forte indicador de duas questões: (1) seria uma prática compartilhada entre homens e mulheres que têm conhecimento do latim, por formação ou vivência cotidiana e, por conseguinte, (2) não eram todos que teriam acesso, apenas quem pudesse financiar a sua produção.

O hábito de produção de inscrições epigráficas nas regiões do Império é um sinal que denota o contato com Roma. Pois “no norte da Itália, na maior parte do norte da África, em grande parte das terras do Danúbio e em toda a Espanha e noroeste da Europa, era uma característica não nativa³⁴⁸”. Na forma, no conteúdo e na matéria, percebe-se as influências de Roma, assim como as adaptações locais; na latinidade das nomenclaturas e na consistência da produção, podemos inferir que a produção epigráfica foi levada a sério por uma grande quantidade da população, sobretudo aqueles que tinham condições de se materializarem no mármore e na pedra, sendo assim grandes proprietários de terras, senadores e agentes imperiais. No mais, ainda que menos frequente, o contingente populacional que se apresenta nas inscrições pode ser lido e interpretado como diverso, entre as elites, libertos, homens, mulheres, crianças, peregrinos, entre tantos outros indivíduos que se apresentam nos monumentos epigráficos³⁴⁹.

A produção epigráfica teve um pico de crescimento a partir do I século a.C., atingindo seu ápice em meados do século II d.C., momento em que teremos uma

³⁴⁶ ISOLDI, 1952, p. 89.

³⁴⁷ MACMULLEN, 1982, p. 235.

³⁴⁸ MACMULLEN, 1982, p. 238. Tradução nossa.

³⁴⁹ Ou, para aqueles materiais ‘menos nobres’, como o granito ou pedra, podemos ver uma população menos horizontal e homogênea.

substancial produção material, sobretudo em áreas onde haviam populações mais abastadas, ou então em zonas que tinham uma atividade econômica consistente, como no caso das áreas de mineração na Hispânia. Na antiguidade, a pedra, o mármore, o suporte epigráfico e a inscrição se converteram (assim como as representações em moedas) num veículo de propagação de poder. Como os homens se declararam nas inscrições remetia a quem tinham sido em vida, por exemplo, se um Imperador incluísse em seu nome o título de *Imperator*, referia-se ao fato de ter recebido o poder pela força das armas, ou então *divus*, para classificar que teria sido divinizado após a morte³⁵⁰.

A epigrafia nos ajuda fundamentalmente a traçar a história de um povo, neste caso, aqueles vinculados ao Império, em especial dentro da dinâmica provincial-imperial. Nos estudos epigráficos, podemos extrair conjuntos homogêneos de epígrafes funerárias sobre demografia, movimentos migratórios, mortalidade, esperança média de vida, entre tantos outros fatores. Isto nos mostra que há fontes para além dos registros literários, há mais indivíduos além daqueles presentes nas fontes chamadas de oficiais³⁵¹. À margem dos imperadores, percebemos indivíduos que conquistaram grande reputação em meio ao Império, incluindo realidades locais e municipais, a respeito de suas funções profissionais. Nas inscrições honoríficas, registrava-se a carreira política de um indivíduo, o seu *cursus honorum*, além dos feitos notórios; nas inscrições votivas, percebia-se a relação dos homens com seus deuses, as práticas religiosas e as marcações entre divino e profano.

Nas inscrições

A própria fórmula onomástica de qualquer romano – o seu nome – [...] é de grande utilidade para nós [...]. O nome romano sempre tinha um *praenomen* (variável para cada indivíduo); um *nomen* (equivalente ao nosso apelido³⁵²) que o identificava com uma família, com uma *gens* (do mesmo modo que hoje falamos dos Silvas, dos Costas..., então se falava dos *Atilii*, dos *Cassii*...); a filiação [...]; a tribo [...]; e um *cognomen* (variável para cada indivíduo)³⁵³.

³⁵⁰ PINTADO, 1997, p. 102.

³⁵¹ Chamamos os registros literários de ‘oficiais’ frente ao argumento de que são produções escritas por intelectuais romanos sobre o espaço e os povos provinciais. A partir do registro epigráfico apreendemos vivências que fogem a uma visão tipicamente romanocentrada, as inscrições emeritenses, neste caso, são produtos da própria localidade.

³⁵² Equivalente ao nosso sobrenome.

³⁵³ PINTADO, 1997, p. 100.

No caráter dinâmico das inscrições epigráficas, podemos percebê-las em diversas formas, que aparecem em momentos e lugares diferentes do Império. Ao percebê-las como um fenômeno cultural, Francisco Beltrán Lloris afirma que podemos compreendê-las em sua maior amplitude, numa união indissolúvel entre o texto e o monumento. Pelo hábito epigráfico, observamos homens de elite que deixavam para trás uma recordação permanente de sua proeminência social, “[...] para que não apenas seus contemporâneos, mas também os posteriores continuem a se lembrar deles³⁵⁴”. As inscrições epigráficas marcam as práticas socioculturais de homens que tentavam vencer o tempo, fazendo com que a memória de suas vidas e seus feitos perdurasse para a eternidade.

A mensagem epigráfica lhes garantia a sobrevivência simbólica em um tempo em que sua produção estava ligada ao poder. Na honra aos mortos, aos deuses ou na significação da paisagem urbana, as epígrafes ocuparam os espaços públicos e privados do Império, dando-lhes poder e história. Deve-se ao grande número de epígrafes no mundo romano que podemos considerá-lo, essencialmente, uma civilização epigráfica, justificando até mesmo a seleção dessas fontes como recursos históricos amplos para conhecimento de um passado diverso, em que vários agentes atuaram nas engrenagens do *Imperium*. O uso da produção epigráfica fazia parte de uma *humansissima ambitio* de deixar para os vivos um memorial pessoal, tanto contemporâneos como para as subsequentes gerações³⁵⁵.

Quando Greg Wolf³⁵⁶ realiza seus estudos sobre as origens da civilização ocidental da Gália, ressalta que a difusão do hábito epigráfico nas províncias romanas pode ser interpretada como “indícios de mudanças culturais”, de encontros entre as áreas anexadas com o Império e as práticas culturais mediterrânicas. Richard Hingley³⁵⁷ segue uma estrutura similar de pensamento ao falar do contexto plural para o Império Romano a partir de sua diversidade regional. Percebemos, então, o latim como forma de integração ou exclusão de indivíduos na dinâmica imperial e, em alguns casos, na própria transformação do espaço urbano: pensando a lógica material de construção de monumentos e registros epigráficos.

Além disso, nota-se que em áreas onde a exploração do território é mais consistente, como no caso da Hispânia e suas regiões de mineração, há a ascensão de uma

³⁵⁴ LLORIS, 2014, p. 132. Tradução nossa.

³⁵⁵ LLORIS, 2014.

³⁵⁶ WOOLF, 1998, p. 80.

³⁵⁷ HINGLEY, 2005, p. 50.

elite aristocrática responsável por uma produção epigráfica expressiva (ver mapa a seguir). A partir disso, há a formação de uma identidade local de acordo com as possibilidades entre a dominação, o diálogo e a resistência ao poder romano. O Império nasce, desse modo, em meio a processos de integração das áreas provinciais, gestão do território, planejamento urbano e um suporte jurídico que media a estruturação do espaço provincial.

Mapa 6 - Produção epigráfica nas províncias ocidentais



Densidade epigráfica nas províncias ocidentais, percebe-se uma maior produção onde há uma atividade econômica expressiva na região³⁵⁸.

Considera-se, então, pelos estudos de Hingley e as práticas de contato no Império Romano, uma elite, sobretudo local-provincial, formada não pelo domínio imperial, mas por práticas culturais, trocas identitárias e mecanismos de performance e representação adquiridos pela experiência. O Império é formado por um trânsito de mercadorias e

³⁵⁸ WOOLF, G. **Becoming Roman: the origins of provincial civilization in Gaul**. Cambridge: CambridgeUniversity Press, 1998, p. 82

práticas culturais moldadas de acordo com a cultura romana e a cultura local, que diversificam as formas de se entender os espaços provinciais.

A própria onomástica presente nas inscrições epigráficas de Emérita representa bem essa diversidade que integra sua organização social. Em sua forma mais complexa, de acordo com José Carlos Saquete Chamizo³⁵⁹, podemos identificar cerca de 190 gentílios, representando 723 indivíduos que fizeram parte da sociedade emeritense. Dos quais não iremos nos ater a todos, apenas nos deteremos para com aqueles vinculados aos *Iulius*, *Cornelius* e *Aemilius*, e ainda assim, em um recorte bem razoável pela proporção do trabalho³⁶⁰.

Em nossa dissertação, passamos a entender que a onomástica emeritense apresenta uma intrínseca relação com o processo de mescla cultural, política e econômica com a realidade provincial lusitana. Um dos traços marcantes dela é a considerável variedade e dispersão dos *nomina*, que se deve tanto ao fato das deduções realizadas em Emérita, como também aos grandes fluxos migratórios que a colônia recebia, desse modo, a latinização da onomástica dos cidadãos emeritenses ocorreu conforme esse fluxo – entre migrações internas da própria província e a expansão das práticas sociais compartilhadas pelas elites sociais.

A presença dos gentílicos assentados em Emérita, na sua maioria, apresentavam descendência etrusca, romana ou itálica, e oriental. Grande parte dos grupos da elite emeritense estavam relacionados ao comércio de azeite, estabelecendo redes de relações familiares que os alçaram a níveis de influência social e política considerável na comunidade e, posteriormente, conseguindo ascensão ao ramo senatorial. No campo político, magistrados coloniais em Emérita eram pouco encontrados, no entanto, nota-se a presença de duúviro que exerciam trabalhos na política da cidade³⁶¹.

Atualmente, o conjunto total de inscrições conhecidas de Augusta Emérita supera o número de 1500, das quais são divididas entre: 100 imperiais, 50 votivas, mais de 1000 honoríficas e funerárias, 200 cristãs, 150 do *territorium* e 47 falsas. Muitas foram publicadas em *corpora* para a comunidade científica: as imperiais (Ramírez Sábada, 2003); parte das funerárias (García Iglésias, 2013; Edmondson, Nogales Basarrate e Trillmich, 2001; Edmondson, 2011; Murciano Calles, 2016; entre tantos outros).

³⁵⁹ CHAMIZO, 1997, p. 80.

³⁶⁰ Recortamos temporalmente as inscrições entre o I século a.C. ao II d.C.

³⁶¹ CHAMIZO, 1997, p. 80.

A proporção dos *Iulius*, que é o grupo mais presente na cidade – citado cerca de 90 vezes entre os *nomina* emeritenses, se deve em grande parte às missões militares realizadas por Júlio César na Península Ibérica, entre as quais fundou cidades como *Pax Iulia* (atual Bêja) e os demais municípios com o epíteto *Iulia* na Bêurica Céltica, além de, claro, as missões imperiais realizadas por Augusto no I século a.C. Um grande número de epígrafes encontradas em Mérida data do recorte entre o I século a.C. e o II século d.C., e em sua maioria, são relacionadas aos descendentes dos primeiros colonos emeritenses que fixaram-se na região durante o principado augustano³⁶².

Por conseguinte, temos uma lista extensa de *nomina*s tipicamente latinos que são reconhecidos na onomástica emeritense, contudo, citamos, devido ao nosso recorte, os *aemilius* (16 registros) e *Cornelius* (26 registros), que também aparecem amplamente difundidos entre os indivíduos registrados em Emérita³⁶³. A presença desses gentílicos em Emérita remonta a tradição republicana, sendo assim, numerosas nas províncias hispânicas, sobretudo em relação à presença de diversos governadores romanos nestes lugares.

3.4. A produção epigráfica aplicada à análise da sociedade emeritense

Dentro do universo epigráfico romano, há dois tipos de epígrafes: as públicas, criadas por artesãos profissionais, materializadas em pedra ou bronze, com uma grafia marcada por letras grandes e cuidadosamente esculpidas (as *litterae lapidariae*), encontradas em monumentos localizados nos espaços públicos; e as epígrafes privadas, com letras menores, em estilo cursivo, com mensagens particulares e dedicadas a um público específico, utilizadas em objetos de uso cotidiano, sobretudo em materiais de cerâmica, osso ou metal³⁶⁴. Nosso estudo terá por foco tanto as epígrafes públicas (lê-se imperiais), localizadas nos prédios públicos de Mérida, como também as privadas, as

³⁶² CHAMIZO, 1997, p. 90.

³⁶³ Nem todos puderam ser encontrados nas plataformas digitais das quais dispomos e, mesmo que o fossem, ainda assim passaria pelo recorte temático da pesquisa, em que uma parte não poderia ser aplicada às funcionalidades da nossa argumentação.

³⁶⁴ BORGES, 2019, p. 20.

funerárias – relacionadas aos *Iulius*, *Aemilius* e *Cornelius* –, onde observamos informações atreladas aos indivíduos que as produziram³⁶⁵.

Nas províncias ocidentais, como apontado por Walter Trillmich³⁶⁶, o ideal da *pax romana* constituiu-se na base ideológica para reorganização ideológica das áreas conquistadas, e na paisagem urbana, nos espaços públicos e privados essas noções podem ser lidas por meio dos estudos epigráficos referentes a uma cultura material produzida por grupos que participaram desse mundo em transformação. Em que tanto a nova elite provincial-local, quanto a própria cidade de Emérita, irão fazer parte de uma complexa estrutura jurídica e administrativa de direta relação com o Império.

Como bem afirma Airan dos Santos Borges³⁶⁷, na escala provincial, os principais promotores do modo de vida romano foram os grupos de elite, estes que se aproximaram da administração provincial pela prática da benemerência, isto é, pelo financiamento de obras públicas com recursos privados. Entre realidades culturais tão distintas, o domínio imperial e a cultura romana se ampliaram nas regiões dominadas não de maneira coercitiva, mas buscando conhecer e consolidar o domínio dos territórios e suas gentes através de redes de administração específicas. Em que “a ordenação do território conquistado, criando ou mantendo as cidades, constituiu-se em uma eficaz forma de manter a unidade de territórios distintos e assegurar o domínio³⁶⁸”.

As cidades (*civitas*) reuniam os fundamentos da educação, da moral, da administração e jurisdição do universo romano, sendo assim, um elo intermediário entre o Estado e a família. A cidade, enquanto sistema de vida coletivo, na concepção romano-republicana, os separava dos selvagens/bárbaros, era um espaço essencial para o exercício da *humanitas*. No curso da conquista e dominação territorial, a fundação ou transformação de um aglomerado nativo em uma cidade seguindo a estrutura aos moldes romanos foi um momento crucial na transformação da dinâmica urbana e nos modos de vida, em aspectos político-administrativos, porém também culturais e sociais³⁶⁹.

Na cidade se formavam os fundamentos do ser romano, da constituição cidadã, da afirmação da identidade e alteridade. No Fórum, nas reuniões das Assembleias, nos cultos

³⁶⁵ No corpo do texto será feita uma relação entre o texto analítico e as epígrafes presentes no *corpus epigráfico* em anexo à dissertação. Para ter um panorama geral das epigrafias catalogadas, consultar o anexo.

³⁶⁶ TRILLMICH, 1998, p. 50.

³⁶⁷ BORGES, 2016, p. 80.

³⁶⁸ BORGES, 2016, p. 66.

³⁶⁹ BORGES, 2016, p. 66.

públicos que se aprendia a ser cidadão, que se construía uma identidade e se compartilhava uma visão de mundo. Augusta Emérita, enquanto colônia, resultou de uma *deductio*, isto é, uma instalação maciça de imigrantes promovida pela autoridade romana. Uma fundação inteiramente nova (ex nova). Diante disso, a sua própria criação, desde o nome, remete às relações com Roma, com o Império e, particularmente, com Augusto³⁷⁰.

Na lógica do simbolismo imperial presente nos registros epigráficos, podemos voltar ao contexto dos monumentos epigráficos públicos emeritenses, que torna comum perceber como as figuras relacionadas ao Império aparecem nos contextos urbanos da cidade. É o caso de uma inscrição³⁷¹ em uma placa de mármore, rompida na parte inferior e em ambos os lados, encontrada na cidade de Mérida e que registra a seguinte inscrição:

[A]grippa[e Iulio] / [- - -]August[i f. Caesari]

“A Agripa, A Júlio [---] Augusto, filho de César³⁷²”

A datação da inscrição consta entre os anos de 4 e 14 d.C. dada a menção aos personagens que aparecem no texto. Foi identificada como uma dedicatória a Agripa, além disso, destaca-se a seguinte variante de leitura: “[- - -A]grippa[- - -] / [- - -]August[- - -]”³⁷³.

O mesmo acontece com outra inscrição epigráfica encontrada no dintel da porta que liga o teatro ao anfiteatro romano de Mérida, em uma dedicação imperial a Agripa, com a seguinte fórmula:

*M(arcus) Agrippa L(uci) f(ilius) co(n)s(ul) III / trib(unicia) pot(estate) III*³⁷⁴

“Marcos Agripa, filho de Lucio, 3 vezes Cônsul, no terceiro ano do poder tribúncio³⁷⁵”.

³⁷⁰ BORGES, 2016, p. 75; LE ROUX, 2014, p. 50.

³⁷¹ N° de registro: 032, no *corpus epigráfico em anexo*.

³⁷² Tradução por BORGES, 2016, p. 410.

³⁷³ BORGES, 2016, p. 410.

³⁷⁴ **N° de Registro no corpus epigráfico: 039**

³⁷⁵ BORGES, 2016, p. 412.

As inscrições têm datas cronológicas próximas devido à presença de Agripa na região da Península Ibérica ao longo dos anos. O governador havia viajado pela região peninsular e ligando-se por meio do patronato a lugares como *Ulia*, *Gades* e *Carthago Nova*. Do mesmo modo, é muito provável que Agripa estivesse em Emérita, onde estabeleceu vínculos estreitos com a comunidade local, como é confirmado pela inscrição comemorativa no teatro da cidade (inaugurado entre 16 e 15 a.C.)³⁷⁶ – nota-se que em 16 a.C. houve a *inauguratio* da cidade, sendo Agripa o *deductor*.

É interessante perceber como as narrativas presentes na materialidade da cidade, são frutos de processos de seleção, e, portanto, também de silenciamento, pois, em Roma, a família imperial via a si mesma como um modelo de conduta familiar. De modo que, em respaldo, os governantes identificavam a estabilidade de seus governos com a harmonia construída e simbolizada pelo domus imperial. Em meio a essas relações sociais, transformadas em aspetos públicos - a partir da materialidade - a família imperial ganha força política, “já que as instituições da *Res Publica* passam a identificar-se na pessoa do imperador e nos membros familiares da domus imperial, uma vez que a domus augusta, de modo geral deveria tornar-se um modelo social³⁷⁷”.

As memórias produzidas pela cultura material nos espaços públicos remetem às figuras importantes na administração imperial, e por extensão, a Roma. Pois, a nova organização do espaço e o planejamento urbano da cidade, tinham como premissa à consolidação do romano na província, a integração da região como uma das áreas a serviço de poder romano, que passou tanto a designar os traços da paisagem, como também as práticas sociais de reverberação do poder do Império.

Neste aspecto, as inscrições públicas passam a estar também relacionadas à administração provincial, pois como observado no exemplo a seguir, nota-se a presença da homenagem a homens que estão envolvidos na dinâmica da cidade e ocupam cargos de poder. Borges³⁷⁸ analisa em sua tese a inscrição de C. Salenino, Rufo Juliano e Tito Aemilio Saturnino que, em uma lápide funerária, nos são apresentadas informações importantes para os indivíduos ali registrados. Vemos o *cursus honorum* de Rufo Juliano, o pertencimento a uma tribo por Tito Aemilio, e, de forma geral, a integração desses indivíduos dentro da dinâmica de poder da Lusitânia.

A inscrição consta o seguinte texto:

³⁷⁶ CHAMIZO, 1997, p. 50.

³⁷⁷ GOMES, OMENA, 2018, p. 355.

³⁷⁸ BORGES, 2016, p. 411.

[---]C[---/---]i Saelia[n(o)---/---]o Rufo Iulian[o / co(n)s(uli)] proco(n)s(uli)
prov(inciae) / [Af]ric(ae) VIIvir(o) epul(onum) / [fet]iali sodali Flavi/[a]li Titiali / ex
testamento / T(iti) Aemili T(iti) f(ili) Pap(iria) / Saturnini

“---]C[---/---]i Saeliano ---/---]o Rufo Juliano, cônsul, procônsul da província da África, duúnviro das festas e banquetes públicos, fecial do colégio dos Tito Flávios. Por testamento de Tito Aemilio Saturnino, filho de Tito, da tribo Papiria.³⁷⁹”

A epígrafe foi encontrada durante as escavações realizadas na cidade de Mérida entre 1934 e 1936, no “Molino de Pancaliente”. Possui medidas de 102 x 60 x 16,5 cm e é parcialmente fragmentada. Rompida na parte superior, porém, com molduras conservadas. Rufo Juliano é o que nos é apresentado com maior riqueza de detalhes. Foi cônsul, procônsul da província da África e duúnviro. Deste modo, “trata-se de um indivíduo que circulou entre as províncias ocidentais, sobretudo, África, Hispânia, além do centro imperial. Por não haver o registro da *tribu* nem da *origo*, não é possível afirmar se se tratava de um indivíduo da península³⁸⁰”. Quanto ao Tito Aemilio, pertenceu à tribo Papiria, então possuía cidadania romana, e faz parte da *gens* dos *Aemilii*, tradicional entre a onomástica latina e amplamente difundidos na Hispânia, sendo assim cidadão emeritense.

Quando analisadas em conjunto, nos é particularmente interessante o funcionamento cultural das epigrafias imperiais e funerárias, a partir da memorização da fama, pois é isso que garante aos homens importantes do Império a forma mais certa de imortalidade: a proeminência social gravada, em pedra, através dos monumentos epigráficos. As epigrafias nos passam uma imagem de poder, de destaque e também de importância, construindo espaços onde o discurso epigráfico se mostra eficaz na construção da memória desses indivíduos – de Augusto, Agripa, das elites sociais emeritenses, de Roma. Os textos epigráficos fazem parte de uma construção bem recortada e selecionada da memória.

Tudo que sabemos desses homens se deve à cultura material, que representa informações baseadas honra, nas conquistas e destaque social, construindo personagens que são diferentes de como se comportavam em vida – algo que nunca saberemos precisamente como foi³⁸¹. Ainda assim, a mensagem passada pelo texto epigráfico é uma

³⁷⁹ N° de Registro 033 no *corpus epigráfico*; BORGES, 2016, p. 411.

³⁸⁰ BORGES, 2016, p. 411.

³⁸¹ ASSMANN, 2011, p. 60.

construção, e assim como toda construção, recorta e seleciona aquilo a ser homenageado. A memória é um produto cultural, sendo, talvez, o mesmo que iremos presenciar, por exemplo, em Homero³⁸²: se conhecêssemos os troianos a partir deles mesmos, e não a partir da perspectiva dos poemas homéricos, teríamos uma imagem totalmente diferente deles³⁸³. “A função do poeta como cultor da fama é uma função memorial: almeja superar a morte corporal na medida em que torna os indivíduos famosos e seus nomes perenes³⁸⁴”. A fama é a melhor sepultura; e a ideia memorial de glorificar implica desde o início certo ceticismo com relação à forma simbólica e também à forma material que os monumentos possuem à determinada localidade a qual estão vinculados.

Esse mecanismo, combinado com os modos de integração, nos leva a algumas interpretações: Roma procurou sustentar os mecanismos de poder exercido sobre seus domínios a partir da criação de modelos de comportamento, que foram aprendidos e reproduzidos por aqueles responsáveis pelos cargos administrativos nos territórios provinciais. Emérita, por representar uma colônia transformada em uma capital, com direitos latinos e uma população que se tornou cidadã do Império, foi responsável tanto por promover a família imperial, o ideal da *Res Publica* e um modelo de urbano, como também pela formação de uma elite que suportava os valores romanos de comportamento e destaque social, que procurou consolidar seu poder através de uma carreira política, representação social e diálogo com as comunidades locais.

Prosseguindo, para analisarmos como a noção da cidade vincula-se à vida dos indivíduos emeritenses – e ultrapassa os limites das muralhas de Emérita –, partimos de um registro epigráfico de telha carimbado com as iniciais do nome de Emérita – *CIAE*, encontrada durante escavações realizadas por Antonio García y Bellido, entre 1961 a 1962, em Mérida. Nas escavações, foi descoberta uma série de edículas funerárias alinhadas em uma antiga via romana que cruza o rio Guadiana a caminho de Hispalis (Sevilha), neste espaço, localizamos nossas primeiras considerações.

A escavação nos é interessante por uma série de motivos, sobretudo: primeiro, com seu descobrimento, podemos ampliar a rede urbana de Emérita através de uma sequência de construções funerárias de seus habitantes. Conseqüentemente, um maior conhecimento sobre as construções funerárias monumentais da Espanha e a própria

³⁸² Há uma diferença de fontes, as epigrafias são materiais e os textos de Homero são literários, contudo, focamos, para além da materialidade da fonte, a função da memória na construção e representação da memória dos mortos, a quem a proeminência social lhes é dada pela recordação.

³⁸³ ASSMANN, 2011, p. 42.

³⁸⁴ ASSMANN, 2011, p. 42.

relação dos vivos com a preservação da memória dos mortos. Por fim, a utilização dos símbolos da cidade por seus cidadãos em construções privadas – o edifício funerário era, provavelmente, familiar.

Entre construções que vão do século I ao III d.C., os mausoléus apresentam tamanhos diversos, porém os materiais e a técnica das construções permanecem iguais. Entre os sete edifícios, divididos entre “A” a “G”, nossa fonte está localizada no edifício C (figura 11), que, entre todos, é o maior. Em formato retangular, o edifício possuía paredes de 80 a 85 cm de espessura. Já no seu interior, próximo ao corpo ali enterrado, estava a inscrição com as letras em relevo (figura 13): *GIAE*. Ao lado da inscrição, foram encontrados outros utensílios como uma vasilha de cerâmica, um jarro com asa de cerâmica roxa³⁸⁵ e um anel ao lado direito do esqueleto (figura 12).

Assim como aponta García y Bellido³⁸⁶, é muito provável que os edifícios funerários tenham pertencido aos primeiros colonos de Emérita e a seus descendentes. Apresentando boa qualidade no uso dos materiais, assim como um caráter monumental na produção. Atualmente, os materiais estão localizados no *Museo Nacional de Arte Romano*, que fica em Mérida, no inventário de número 25660. De modo geral

O edifício C era provavelmente um *columbarium*³⁸⁷. As paredes e suas fundações não foram preparadas, dada a sua escassa espessura e o tamanho do recinto, para receber qualquer tipo de cobertura. Era, então, uma área retangular aberta ao céu³⁸⁸.

A inscrição, em sua forma por extenso, *C(oloniae) I(uliae) A(ugustae) E(meritae)*, apresenta-se com o nome completo da cidade, reafirmando a vinculação daqueles que ali estavam enterrados com Emérita. Feita de telha, comum a um edifício funerário familiar³⁸⁹, possuía medidas de 45 x 55 cm.

No presente trabalho foi dado destaque à telha carimbada com as iniciais da cidade pois, como proposto, tenta-se perceber os símbolos dentro dos círculos urbanos dos moradores que tinham condições de se inserirem dentro da dinâmica social da cidade. E como antes dito, o próprio nome da cidade carregava as relações com o Império. Seria, deste modo, importante vincular-se à capital da província, demonstrando pertencimento

³⁸⁵ Possivelmente uma *terra sigillata*.

³⁸⁶ GARCÍA Y BELLIDO, 1962, p. 4.

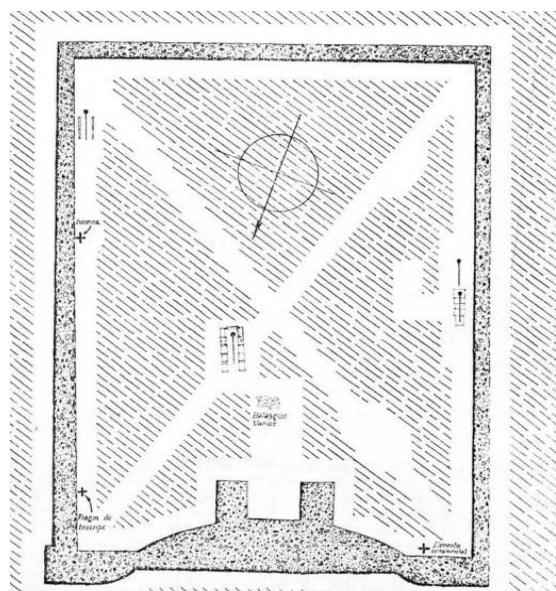
³⁸⁷ Conhecido como uma estrutura para o armazenamento dos mortos. Contendo urnas funerárias de restos mortais cremados.

³⁸⁸ GARCÍA Y BELLIDO, 1960, p. 4.

³⁸⁹ O recinto era dividido em pequenas edículas, podendo ser tanto um mausoléu individual ou familiar.

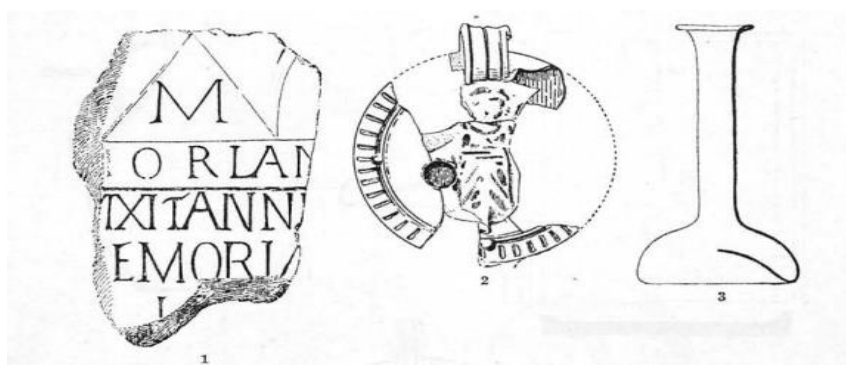
simbólico de um indivíduo, ou, neste caso, de uma família, à uma região administrativa da Lusitânia.

Figura 11 - Planta do edifício C



Planta baixa do edifício C onde foram realizadas as escavações³⁹⁰.

Figura 12 - Artefatos encontrados nas escavações

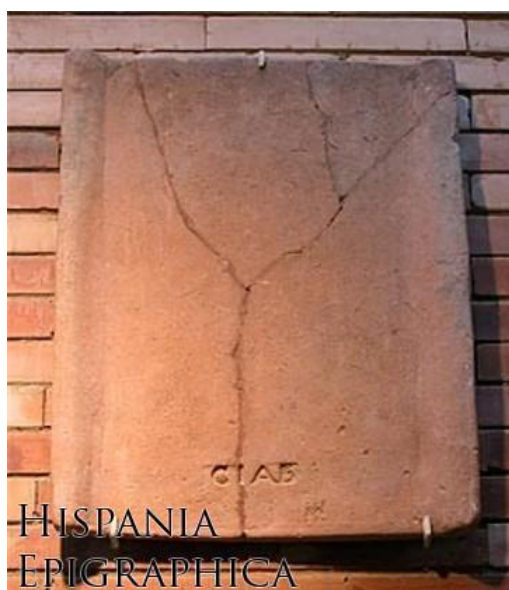


Achados arqueológicos próximos ao muro do interior do prédio: uma vasilha de cerâmica, um jarro com asa de cerâmica roxa e um anel ao lado direito do esqueleto³⁹¹.

³⁹⁰ GARCÍA Y BELLIDO, 1960, p. 8.

³⁹¹ GARCÍA Y BELLIDO, 1960, p. 9.

Figura 13 - Telha Carimbada com as iniciais CIAE



Telha carimbada com as iniciais de Emérita encontrada em uma necrópole nas proximidades da ponte da cidade³⁹².

O uso por esses indivíduos de símbolos que remetiam à cidade os inseria em uma dinâmica de poder e performance social. O viver em contato com o Império, a representação da memória fúnebre junto ao local que habitaram os permitiu estar intimamente conectados com uma cidade de destaque dentro da província. Isto nos mostra como esses homens ocupavam o espaço que viviam, as suas marcas permaneceram presentes, sobrevivendo ao tempo.

As próprias necrópoles de Emérita, segundo Abel Morcillo Leon e Nova Barreto Martín³⁹³, seguiram sua localização em normas que imperavam em todo o Império Romano. As necrópoles estavam dispostas fora das muralhas da cidade, ao longo das principais vias que partiam da cidade. Elas seguiam os ritos fundacionais dos próprios espaços urbanos reconhecidos em documentos como a Lei das Doze Tábuas (451 – 449 a.C.). Em princípio, se tinha um sentido religioso, de um espaço delimitado que coincidia com o traçado da própria muralha da cidade, se convertendo em um solo sagrado, o *pomerium*. Não obstante, também era uma norma que tentava seguir fórmulas de salubridade, evitando contágios de doenças e incêndios devido à cremação dos corpos.

³⁹² *Hispania Epigraphica*. Disponível em: [HispaniaEpigraphica Online Database - Record Card \(eda-bea.es\)](https://hispaniaepigraphica.com/record-card/eda-bea.es). Acesso às 18:20 do dia 23 de junho de 2022.

³⁹³ LEON; MARTÍN, 2009, p. 30,

Os ritos funerários, mesmo diversos, possuíam estes elementos de exteriorização aos enterramentos propriamente ditos, que foram realizados para identificar e honrar os mortos.

Ao nos inserirmos na esfera das inscrições funerárias, estamos face a noções que implicam interpretações diferentes àquelas aplicadas para compreensão das epigrafias imperiais. Na morte, observamos as relações religiosas, os ritos funerários e o papel do morto dentro da lógica da sociedade romana-emeritense. A morte, no universo romano, faz parte da sociedade, e enquanto prática religiosa, está envolta em um simulacro de práticas ritualísticas, em que o próprio sentido da religião, no latim *religare*, implica uma noção de religar, conectar-se, tendo como principal meta conectar os homens aos deuses; celebrar a memória familiar e o recebimento do morto entre os manes. A religião romana é também uma forma de relação social³⁹⁴.

As construções funerárias em determinados espaços ao entorno de Emérita, ou no intercurso de suas rotas, eram locais de uma força memorável, e antes de tudo, cheia de símbolos, onde sua ligação torna-se fixa e duradoura com histórias familiares. “Em um local de gerações como esse, os membros de uma mesma família nasceram e morreram, em uma corrente inquebrável de gerações³⁹⁵”. O ser humano, o antigo colono emeritense, aparece como alguém que se autodetermina e relaciona-se ao seu destino, estando ele mesmo, ligado à Emérita.

No contexto da sociedade emeritense, ou do Império como um todo, as fundações das cidades não aconteceram em um espaço neutro, os centros urbanos, sobretudo as capitais, tornaram-se modelos de referência, que ao lado de sua utilidade administrativa ou econômica, incluíam uma relevância simbólica dos locais. Talvez, por isso, a necessidade dos indivíduos de se colocarem como pertencentes a esse espaço. As inscrições funerárias revelam-se em um mundo em que os locais são constantemente ressignificados e construídos como espaços culturais de recordação, de modo que a sociedade se enche de significado a partir da presença da prática epigráfica dentro do contexto de conexão com os costumes romanos.

A seguir, menciona-se uma inscrição particular, vinculada a *gen dos iulius* e datada entre os séculos II e III d.C., sobretudo entre os anos de 150 a 250. Trata-se do epitáfio de *Gaius Lancius Iulianus*, um jovem emeritense de 16 anos (figuras 14 e 15). O

³⁹⁴ SCHEID, 2003; CÂMARA, 2019.

³⁹⁵ ASSMANN, 2011, p. 320.

monumento foi encomendado por sua mãe, *Iulia Probra*, em homenagem ao seu “piedoso filho”. Em honra aos manes, isto é, aos antepassados dos entes queridos falecidos da família, a mãe deseja que o filho seja bem recebido entre os ancestrais, e que a terra lhe seja leve, em seu descanso eterno.

Fazendo parte do conjunto monumental do tipo das Aras³⁹⁶ funerárias, seguia uma produção padronizada realizada em blocos monolíticos, normalmente em material nobre, como é o caso do mármore. Imitava um modelo de templo, bem esculpido na frente e nas laterais, e na parte central da frente estava localizado o texto epigráfico. Enquanto nas laterais se repetem tipos iconográficos que remetem a uma decoração floral³⁹⁷.

O monumento faz parte de práticas sociais compartilhadas nas sociedades romanas que incluíam rituais performáticos dentro das celebrações fúnebres. Processo que, no espaço urbano, compuseram um fenômeno social, não apenas de caráter pessoal, mas como uma ação coletiva, que reverbera uma relação familiar, uma ênfase catártica dos sentimentos e emoções experimentadas pelos participantes³⁹⁸. Neste caso, há uma relação clara entre a maternidade e a preservação da memória de um filho por sua mãe.

O epitáfio foi encontrado nas imediações de Mérida, em sua descrição, percebemos uma ara de mármore acinzentado, decorada com motivos ovais em arcos pontiagudos e pontas de lança. Possui uma coroa com um par duplo de espirais. A área da inscrição é esculpida na frente do monumento e bem moldada, embora seja finalizada retangularmente pela parte inferior, ela fecha pela parte superior com um arco semicircular. A moldagem está danificada no lado direito. Localizada atualmente no *Museo de Arte Romano*, integra o inventário de número 16803 e possui medidas de 52 x 25 cm. A inscrição do texto epigráfico apresenta uma fórmula comum ao gênero:

D(is) M(anibus) s(acrum) / G(aius) Lancius / Iulianus / an(norum) XVI / h(ic) s(itus) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(evis) / Iul(ia) Proba mater / filio piissimo faci/endum curavit

“Consagrados aos deuses Manes, *Gaius Lancius Iulianus*, de 16 anos. Aqui está enterrado, que a terra te seja leve. Sua mãe, *Iulia Probra*, mandou fazer para seu precioso filho.³⁹⁹”

³⁹⁶ Altar onde estão localizados os monumentos funerários.

³⁹⁷ LEON; MARTÍN, 200, p. 201.

³⁹⁸ OMENA; GOMES, 2017.

³⁹⁹ MURCIANO CALLES, José María; ALONSO, Javier. El hito funerario de G. Lancius Iulianus. educación y escritura en Augusta Emerita. Mérida, *Anas*, n. 24, p. 213-229, 2011.

Por conseguinte, temos outro monumento funerário datado na primeira metade do século I d.C. (figura 16). A datação, assim como na fonte anterior, segue pelos registros paleográficos, levando alguns fatores em destaque como é o caso do texto, do material e do tipo da fonte.

O texto segue uma dedicatória fúnebre a Lúcio Júlio Amoeno, que morreu aos 21 anos de idade. A escritura é uma dedicatória encomendada por sua mãe, Cássia Amoena. Podemos ler a mensagem que se inicia em honra e glória aos Manes, para que o filho seja recebido entre seus ancestrais, e em seguida, deseja-lhe que a terra seja leve, que o descanso do seu filho seja eterno. Nas súplicas maternas, chama seu filho de piedoso, honrando sua memória com um monumento exuberante, elegante, uma ara de mármore decorada com motivos florais, com colunas coríntias e em formato de templo. Esse tipo de comemoração é a memoração sagrada aos mortos, muito observada em rituais fúnebres romanos, possibilitando que os familiares se lembrem do falecido.

A inscrição, deste modo, conta com uma fórmula similar ao caso de Gaius Lanius Iulianus:

D(is) • M(anibus) • S(acrum) / L(ucio) • Iulio / Amoeno / ann(orum) • XXIII / h(ic) • s(itus) • e(st) • s(it) • t(ibi) • t(erra) • l(evis) / Cassia • Amoena / filio • piissimo / fecit

“Consagrado aos deuses Manes. Para Lúcio Júlio Amoeno, 21 anos, aqui está enterrado, que a terra lhe seja leve. Cássia Amoena fez este monumento para seu filho mais piedoso⁴⁰².”

O monumento é uma ara sepulcral de mármore branco em forma de templo. A inscrição está feita entre pódios, colunas coríntias e o frontispício. A peça está em bom estado de conservação. Foi encontrado em uma casa na Rua Marquesa de Pinares, de propriedade de D. Juan Vinagre, e atualmente faz parte do acervo do *Museo Nacional de Arte Romano*. Com dimensões de 39 x 24 cm, integra o inventário de número 24236.

⁴⁰² LEÓN; MARTÍN, 2010, p. 201.

Figura 16 - Altar de Lucio Iulio Amoeno



Ara funerária em formato de templo de Lucio Iulio Amoeno⁴⁰³.

O interessante sobre os monumentos funerários discutidos anteriormente, e sobre a própria noção da morte e do morto na sociedade romana, é a importância da memória e das festividades para lembrar e homenagear os antepassados, em ritos simbólicos que constroem um mundo permeado pelos espíritos dos mortos. O rito fúnebre, neste caso, “funde o ‘ethis’, a conduta moral a ser seguida, com a visão de mundo, ou crença, que aqui é representada nos aspectos sutis ao ser feita a ação⁴⁰⁴.”

Quando Brent Shaw⁴⁰⁵ escreveu sobre o significado cultural da morte entre as famílias romanas, ele afirmou que o propósito dos ritos funerários e das inscrições epigráficas funerárias tinham um papel principal: a memorização da morte. O próprio

⁴⁰³ *Hispania Epigraphica*. Disponível em: [HispaniaEpigraphica Online Database - Record Card \(eda-bea.es\)](https://hispaniaepigraphica.com/record-card/eda-bea.es). Acesso às 18:30 do dia 23 de junho de 2022. LEÓN, Abel Morcillo; MARTÍN, Nova Barrero, 2010, p. 201.

⁴⁰⁴ CÂMARA, 2019, p. 82.

⁴⁰⁵ SHAW, 1991, p. 67.

monumento funerário seria um ato cultural, representando as relações e sentimentos sociais recordados. A morte de um indivíduo evoca uma responsabilidade emocional, “[...] sentimento que é reificado na lápide⁴⁰⁶”.

Nas palavras de Luciane Munhoz de Omena e Erick Messias Costa Otto Gomes:

A construção dos monumentos de pedra em espaços mais visíveis possibilitava aos familiares e seus mortos a transmissão de suas *uirtutes* que, incorporadas à *Res Publica*, transformavam, a partir dos epitáfios, dos ornamentos móveis e imóveis da sepultura e da própria monumentalidade da tumba, a história familiar em questão pública⁴⁰⁷.

Por isso que, mesmo que haja a dedicação de uma mãe para um filho, como são os casos acima citados, os exemplos não indicam somente um ato de amor, mas também refletem o valor social do gesto. O ato de encomendar um monumento funerário, junto a uma inscrição, estava integralmente conectado com um sentimento de dever e reflexo social de demonstração de status entre os vivos.

O valor social desses ritos e atos públicos fúnebres povoam as paisagens do ocidente romano. Pelo caráter dos monumentos, assim como o trabalho presente da materialidade da fonte, indicam que não estamos falando de uma família pobre, pois além do texto epigráfico estar sob um mármore, ele também foi bem esculpido e trabalhado, mostrando o cuidado com o monumento, agregando ao seu valor cultural e simbólico, respaldando em seu valor social, simbolizando a própria família que aquela lápide representa.

Em retrospecto, comentando um pouco sobre as epígrafes funerárias de Gaius Lancius Iulianus, e de Lúcio Júlio Amoeno, temos alguns aspectos a serem notados que são tão importantes quando um estudo social da produção epigráfica na sociedade emeritense. O primeiro e mais perceptível é a questão da onomástica latinizada desses homens que, desde *a priori*, na construção dos monumentos e na celebração da memória dos mortos, evocam o contato com Roma e o compartilhamento de práticas sociais nos espaços que marcam a relação com o poder romano.

José D’Encarnação⁴⁰⁸ já nos falava a respeito desse tema. Segundo o autor, desde cedo, no que se refere à onomástica da Lusitânia romana, se procurava detectar estados de uma evolução dos mais simples estudos onomásticos – a latinização, ainda que

⁴⁰⁶ SHAW, 1991, p. 67.

⁴⁰⁷ GOMES; OMENA, 2017, p. 342.

⁴⁰⁸ D’ENCARNAÇÃO, 1984. p. 15.

incipiente, dos nomes únicos pelos quais os indígenas eram conhecidos na sua comunidade restrita, geralmente acompanhados do patronímico como elemento distintivo – até uma adoção mais oficial do sistema onomástico romano, utilizado em grande parte entre aqueles inseridos na dinâmica político administrativa da província - *Iulio, Aemilio, Cornelius*, etc. Em ambos registros epigráficos, podemos perceber o *tria nomina* – o *praenomen, nomen* e *cognomen*. Seguindo uma fórmula essencialmente latinizada, aos moldes dos nomes romanos. Isso se dá pelo fato que, entre o I ao III século d.C., ao qual nossas fontes pertencem, o poder romano já está bem consolidado e amplamente estabelecido na Península Ibérica.

Frente a isso, as epigrafias funerárias têm um valor físico, obviamente, estão indissolúvelmente ligadas ao espaço de sua produção e ao local onde foram depositadas, representando o convívio claro entre os vivos e a memória dos mortos. Contudo, também nos é interessante o seu valor simbólico, sua produção de sentido entre a sociedade que a produziu, suportado por seus mecanismos de funcionalidade social.

Essa memória também apresenta significado cultural, pois cada família guarda o nome de seus mortos, tem uma importância geracional e religiosa, apresenta quem esses homens foram em vida, é uma perpetuação honorífica dos mortos, entre *pietas* e a fama⁴⁰⁹. Os ritos, as celebrações, o comer e beber é a forma elementar na construção das comunidades e, ao lado das sepulturas, transforma-se na unificação ritual dos vivos com os mortos. A memória cultural transforma os espaços fúnebres em locais de recordação, da proeminência social dos mortos, da memória familiar e do pertencimento à cidade.

Inserindo nossa discussão no âmago da complexidade perante às relações sociais que existiam na sociedade emeritense, cita-se aqui um conjunto funerário de inscrições de *libertos* de Aemilia Amanda, datadas do I século d.C.

A primeira epígrafe (figura 17) é um epitáfio múltiplo, na inscrição constam-se três nomes, sendo assim, o texto nos chegou da seguinte forma:

Cn(aeus) · Aemilius / Amandae · l(ibertus) / Iucundus · h(ic) · s(itus) · e(st) / s(it) · t(ibi) · t(erra) · l(evis) / Cn(aeus) · Aemilius · Servo/lus · an(norum) · XXII · h(ic) · s(itus) · e(st) · s(it) · t(ibi) · t(erra) l(evis) / Cn(aeus) · Aemilius · Cn(aei) · f(ilius) · Pap(iria tribu) / Callaecus · an(norum) · XXIII · h(ic) s(itus) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) · l(evis)

⁴⁰⁹ ASSMANN, 2011, p. 320.

“A Cneu Emílio Iucundo, liberto de Amanda, aqui jaz enterrado, que a terra te seja leve. Cneu Emílio Servolo, 22 anos, jaz enterrado aqui, que a terra te seja leve. Cneu Emílio Caleco, filho de Cneu, da tribo Papiria, 28 anos, jaz enterrado aqui, que a terra te seja leve⁴¹⁰”.

Figura 17 - Os libertos de Amanda



Inscrição de Cneu Emílio Iucundo, Cneu Emílio Servolo, Cneu Emílio Caleco⁴¹¹.

Pela descrição paleográfica, a inscrição foi feita em uma placa de mármore branco. Um pouco mais alta na parte esquerda que a direita, e mais ampla na parte inferior que no topo, com medidas de 48 x 47 x 3,5 cm. Encontrada durante as obras de fundação do Quartel de Artilharia, na parte oriental da cidade. Atualmente integra o inventário 666, do *Museo Nacional de Arte Romano*, de Mérida.

A inscrição é uma dedicação funerária aos libertos de Aemilia Amanda, totalizando três libertos. A placa foi originalmente designada para comemorar o Cneu Emílio Iucundo, devido às características paleográficas. Dito isso, observamos que, o nome *Iucundus* era comumente um *cognomen* possuído por ex-escravos em Emérita,

⁴¹⁰ Tradução do latim para espanhol por Edmondson (2008, p. 167), do espanhol para o português é tradução nossa.

⁴¹¹ EDMONDSON, Jonathan. Amanda's Former Slaves: Epigraphy, Archaeology and Social History at Augusta Emerita (Mérida). In: LA ROCCA, Eugenio; LEÓN, Pilar; PRESICCE, Claudio Parisi. (eds.). **Le due patrie acquisite. Studi di archeologia dedicati a Walter Trillmich**. *Bullettino della Commissione Archeologica Comunale di Roma. Supplementi*, 18, Roma, p. 163-173, 2008.

revelando-nos seu status social perante os demais⁴¹². O segundo, *Servolo*, não podemos designar com precisão se era um liberto ou um indivíduo nascido livre, o próprio *cognomen Servolus*, significa, pela análise de Edmondson⁴¹³, “pequeno escravo”; contudo, se ele fosse livre desde nascimento, possivelmente seu nome possuiria o *cognomen ingenuus*, mas podemos indicar sua liberdade devido sua vinculação com os outros indivíduos do texto epigráfico.

Em contrapartida, o terceiro indivíduo citado não deixa dúvidas perante seu status: era livre e cidadão romano. Participante da tribo Papiria, de Emérita, pode ter sido filho do *Iucundus*, nascido depois da alforria de seus pais. Por ser integrante de uma tribo da cidade, ganhou notoriedade nos círculos sociais de Emérita, tornando-se um membro respeitável e aceito na comunidade. A escolha do *cognomen* do filho ser *Calleacus*, é de destaque e um pouco rara. A cidade foi fundada e povoada por veteranos militares, em 25 d.C., e esse nome faz referência a um grupo étnico não romano, de indígenas locais do noroeste da península, os *Gallaeci*, podendo indicar, como analisado por Edmondson⁴¹⁴, uma importância ideológica que Emérita possuiu no contexto das vitórias militares romanas contra as forças das tribos do norte da província.

Na segunda epígrafe (figura 18), catalogada do conjunto dos libertos da Amanda, temos uma placa de mármore em dedicação a Cnaeus Aemilio. Na inscrição, consta o seguinte texto epigráfico:

Cn(aeus) • Aemilius / Amandae • l(ibertus) / Fundanus / h(ic) • s(itus) • e(st) • s(it)

“Cnaeus Aemilio / Liberto de Amanda / Fundanus / Aqui jaz enterrado”

Embora conheçamos um número considerável de *Aemilii* na província da Lusitânia, sobretudo em Emérita, Amanda continua sendo um cognome raro, encontrado apenas em regiões próximas a Olisipo. Podemos inferir que, pela variedade de placas funerárias de ex-escravos dela, Amanda foi uma patrona influente. Pela fórmula presente na sua própria inscrição *dis manes militates*, é possível presumir que esses registros materiais estão localizados na primeira metade do primeiro século d.C.

⁴¹² EDMONDSON, 2008, p. 167.

⁴¹³ EDMONDSON, 2006, p. 168.

⁴¹⁴ EDMONDSON, 2008, p. 168.

Nestes exemplos, há a construção da memória a partir da recordação pessoal, que nos informa sobre a identidade desses homens, sobretudo como uma identificação formada por meio da genealogia familiar (sobretudo no caso de Cneu Emílio Iucundo, Cneu Emílio Servolo, Cneu Emílio Caleco). A memória dos indivíduos torna-se parte do patrono ou da *gen* que serviram; quando refletida pela realidade material das epigrafias funerárias, recorda também a própria genealogia dos locais, pois o simbolismo das práticas fúnebres transforma também os locais em sujeitos, portadores de recordação e possivelmente dotados de uma memória que ultrapassa a memória humana – esses espaços de recordação, solidificam e validam a continuidade de indivíduos, épocas e também culturas, através dos artefatos⁴¹⁵.

Figura 18 - Epitáfio de Cneu



Epitáfio de Cnaeus Aemilio⁴¹⁶. O texto está bem preservado, enquanto o próprio monumento possui poucas danificações, que não interferem no conteúdo escrito.

“A missão primordial do monumento epigráfico consiste em salvar o indivíduo do mortal medo do esquecimento, a prática epigráfica possibilitou a inserção do indivíduo

⁴¹⁵ ASSMANN, 2011, p. 50.

⁴¹⁶ EDMONDSON, Jonathan. Amanda's Former Slaves: Epigraphy, Archaeology and Social History at Augusta Emerita (Mérida). In: LA ROCCA, Eugenio; LEÓN, Pilar; PRESICCE, Claudio Parisi. (eds.). **Le due patrie acquisite. Studi di archeologia dedicati a Walter Trillmich**. Bullettino della Commissione Archeologica Comunale di Roma. Supplementi, 18, Roma, p. 165, 2008.

no espaço da cidade, integrando-os nos espaços públicos⁴¹⁷.” O viver na cidade, incluía o sistema social, os ritos e as religiões nas diversas práticas de sociabilidade⁴¹⁸. Na medida em que essas elites sociais adquiriram certo valor e *status* na aristocracia imperial, passam a existir em um jogo identitário entre o pertencimento à nobreza romana e, posteriormente, como membros das sociedades locais.

As adaptações onomásticas (percebamos o caso de Cneu Emílio Caleco) e a adoção seletiva de elementos do estilo de vida romano, são catalisadores desse processo de contatos culturais intensos e dinâmicos, que necessitam de respostas diferentes dos indivíduos em relação aos diferentes níveis de diálogo com o sistema imperial romano. As epigrafias são o resultado dessas mudanças nas formas de representação social materializadas em outras formas de identificação e inclusão em uma rede social ampla, que comporta valores e atitudes heterogêneas, frente aos sistemas locais de organização social, com base em relações de parentesco e regras sociais de comportamento⁴¹⁹.

Observamos, nesse contexto, também o caso presente na inscrição de Cornélio Oristis (figura 19), do II século d.C.⁴²⁰. O monumento conta com a parte superior de uma ara funerária moldada com acrobatas. A ara, de modo geral, apesar de danificada nas arestas e estar fragmentada, ainda apresenta um texto legível e identificado pela seguinte fórmula:

D(is) M(anibus) [s(acrum)] / Cor(nelius) Oristis [---] / marito -----

“Consagrado aos deuses manes / Cornélio Oristis / Ao marido.....⁴²¹”

A inscrição foi encontrada no local do antigo quartel de artilharia Hernán Cortés. A peça apareceu usada na construção de uma casa antiga tardia, na parte sudoeste do local. Atualmente está localizada no armazém do consórcio de Mérida.

O nome do indivíduo, Oristis, é uma forma iotizada de Orestes. O monumento é uma homenagem funerária de sua esposa, sendo este um homem liberto cujo seu nome

⁴¹⁷ BORGES, 2016, p. 129.

⁴¹⁸ BELTRÃO, 2015, p. 70.

⁴¹⁹ FLEMING, 2015, p. 41.

⁴²⁰ Datado pelo cognome e também pela paleografia da peça.

⁴²¹ Tradução: MARTÍNI, Luis Ángel Hidalgo; HIDALGO, Fernando Sánchez. Aportaciones a la epigrafía funeraria de Augusta Emerita: nuevas inscripciones del solar del antiguo Cuartel Hernán Cortés (Mérida, España). **Espacio, Tiempo y Forma**, Serie II, Historia Antigua, t. 25, 2012, p. 39-74. Epígrafe com número de registro 32556 no *corpus* epigráfico da dissertação.

antigo, de escravo, Oristis (=Orestis/es), tem reminiscência grega. O nome, assim como apresenta Martín e Hidalgo⁴²², é pouco presente na sociedade emeritense, poucos exemplos foram mapeados até então. O liberto pertenceu à família dos *Cornelii*, que provavelmente possuiu um importante sítio funerário no local, tendo em vista que outras lápides foram encontradas nas obras realizadas na região onde nosso registro arqueológico foi descoberto.

Figura 19 - Lápide de Cornélio Oristis



Epitáfio com o texto fragmentado⁴²³.

O caso associa o liberto com a *gen* a que pertenceu, assim como seu monumento funerário dentro de uma construção familiar da família que um dia foi escravo. Sendo uma dedicatória de sua esposa, provavelmente ela também estaria associada de alguma forma a *gen* dos *Cornelii*, e, possivelmente, os dois passaram a ter cidadania romana depois da manumissão. A morte de Cornélio Oristis aparece como a memorialização⁴²⁴ de seu nome enquanto liberto associado a uma família importante e a celebração de sua nova condição social. É uma memória que perdura entre tantos outros fatos que caíram no esquecimento, como por exemplo, o nome de sua esposa.

⁴²² MARTÍN; HIDALGO, 2012, p. 39.

⁴²³ MARTÍNI, Luis Ángel Hidalgo; HIDALGO, Fernando Sánchez. Aportaciones a la epigrafía funeraria de Augusta Emerita: nuevas inscripciones del solar del antiguo Cuartel Hernán Cortés (Mérida, España). **Espacio, Tiempo y Forma**, Serie II, Historia Antigua, t. 25, p. 39-74, 2012.

⁴²⁴ ASSMANN, 2011, p. 42.

As sepulturas presentes na construção familiar a qual o liberto está associado protege a memória privada e pública da família, enquanto o memorial funerário assegura a lembrança de uma comunidade muito maior, da *pólis*, do estatuto cívico e da própria proeminência desses indivíduos. “Ao vermos tantas lápides afundadas na terra, a vida após a morte pode parecer-nos, então, uma segunda vida, na qual se ingressa através de uma imagem, de uma inscrição, e na qual se permanece mais tempo que nesta própria vida⁴²⁵”.

Pelas assertivas de Maurice Halbwachs⁴²⁶, a memória tem bases sociais. Isto define o que é lembrado e, pelo intercurso entre aquilo a ser lembrado e aqueles que o lembram, temos a formação de uma memória coletiva, compartilhada por grupos que possuem bases identitárias em comum. A memória possui, assim, elementos como aspectos exteriores aos indivíduos que são internalizados. Para Jan Assmann⁴²⁷, essa memória também é comunicativa, e através da comunicação e contato, ela ganha sentido.

A memória é a faculdade que nos capacita a formar a consciência da nossa própria identidade, sendo assim, relacional ao tempo. Em seu *nível social*, a memória⁴²⁸ é comunicativa e faz parte da interação social dos indivíduos, ela nos capacita a viver em grupos e formar comunidades, como uma função da nossa vida social. Ao contextualizarmos os estudos epigráficos como vinculados aos espaços sociais que as produziram, como marcadores de expressões culturais na construção de espaços simbólicos de perpetuação de poder e identidade, a memória assume uma forma coletiva, compartilhada por um conjunto de pessoas e por práticas em comum, como resultado, temos o hábito epigráfico.

Para entender esse contexto epigráfico, apoiamo-nos em duas bases: primeiro, a construção dos monumentos funerários como uma ação que se reverbera na preservação da memória familiar, para que o defunto seja recebido entre os Manes e sua memória vença o tempo; por conseguinte, como um gesto social, ao qual é empregado recursos financeiros não acessíveis a qualquer público, revelando o local social desses homens e mulheres em uma rede de homenagens que os coloca no mundo, eternizando o que foram em vida, assim como sua apresentação para os transeuntes que passarem por seus túmulos - pois, o monumento epigráfico é, além de tudo, comunicativo.

⁴²⁵ ASSMANN, 2011, p. 63.

⁴²⁶ HALBWACHS, 1990, p. 20.

⁴²⁷ ASSMANN, 2011, p. 15.

⁴²⁸ ASSMANN, 2011, p. 15.

Os rituais funerários e a memória de um indivíduo morto envolvem a introdução, no presente, de algo que está tornando-se distante. Para que a memória dos familiares, dos agentes imperiais e funcionários administrativos tenham espaço no dia a dia. A memória é produzida por instituições, coisas e pessoas, através do uso de artimanhas como símbolos, textos, imagens, ritos, cerimônias, lugares e monumentos. Juntos, formam a lembrança de um grupo que reflete uma identidade em comum, baseada na seleção e exclusão, do útil e não útil, do relevante e irrelevante a ser lembrado⁴²⁹.

Chamizo aponta que “são os indígenas que deviam sentir-se romanos⁴³⁰”. Pois o *sentir-se* implicava a cidadania, o acesso ao pertencimento a uma tribo, possivelmente um cargo na ordem equestre, a ocupação de um cargo de magistrado municipal ou o tornar-se flâmine municipal. Contudo, entendemos que essa noção da integração também pode ser pensada por óticas diferentes. Emérita, enquanto capital, era sede do *concilium*, onde circulavam personalidades importantes e atrativas da província, onde elegia-se os patronos, os libertos faziam parte de um grupo amplo e os ciclos de migração eram constantes.

Participar dessa dinâmica, sobretudo como vimos a partir dos registros epigráficos, garantia-lhes elevação do *status* social, graus de poder e riqueza, além de inserção social em uma sociedade com influências distintas. Percebemos origens itálicas, gregas, e orientais na formação de uma sociedade integrada ao cerne das relações sociopolíticas desenvolvidas no horizonte do Império Romano do Ocidente.

Nossa interpretação se propôs a entender e conduzir nosso olhar à observação de como a documentação epigráfica, das elites locais emeritense, dialogou com a profundidade da oficialidade romana, e mesmo assim, ainda se ajustou às realidades locais. O espaço passa a ser preenchido de memória na conjuntura da dialética das relações culturais e sociais. A cultura material inclui estruturas simbólicas que dão forma e caracterizam as relações sociais, refletindo os esquemas organizacionais de poder simbólico, político e econômico da sociedade emeritense.

Na dinâmica interna dos textos epigráficos e dos monumentos funerários, percebemos os diferentes níveis de integração desses indivíduos ao contexto romano peninsular. A compreensão da historicidade de fórmulas conceituais como *civitas*, *civis*, *municipium*, *ordo*, dentre outras, permitiu examinar a plasticidade das formulações

⁴²⁹ Discussão presente no artigo “Memory, Individual and Collective”, autoria de Aleida Assmann (2006, p. 210).

⁴³⁰ CHAMIZO, 1997, p. 143.

jurídicas e sua adaptabilidade às conjunturas locais, tão plurais quanto a vida cotidiana, assim como apresentadas nos monumentos epigráficos, caracterizados, a nossa interpretação, como fórmulas que dão molde e nos ajudam a compreender a construção cultural das epigrafias associadas aos indivíduos que as produziram⁴³¹.

⁴³¹ BORGES, 2016, p. 70.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao exposto, através da escrita dos capítulos do presente trabalho, nosso esforço se deu em direcionar o estudo epigráfico como uma resposta para entendimento do novo espaço provincial, criado artificialmente com base no direito latino e no planejamento urbano operacionalizado por Roma, em que os mecanismos de integração foram responsáveis por produzir uma cultura material que, quando combinada entre a materialidade da fonte e as novas formas de representação social, povoam a paisagem da Península Ibérica de sentido e significado.

Com base no estudo das epigrafias imperiais, votivas e funerárias, percebemos como a produção epigráfica se desenvolveu como um hábito, e, do mesmo modo, a construção do nosso acervo se deu com base nisso, em perceber as variadas formas de performance e representação identitária de indivíduos e grupos em Augusta Emérita. Dito isso, focamos em problematizar, de forma eficaz, as decisões externas, fundamentadas em dinâmicas e disputas de poder internas à sociedade, responsáveis por fazer com que os indivíduos de Augusta Emérita escolhessem os monumentos epigráficos como forma de perpetuação da memória individual, reforçando os laços identitários com o grupo ao qual pertenceram e revelando as dinâmicas de contrapoder perante o domínio de Roma na região.

De acordo com a reorganização político-administrativa da Lusitânia, observamos como ocorreu a definição ou reafirmação de novas centralidades e eixos de circulação decorrentes de uma lógica da hierarquização da sociedade e estruturação do território. Neste meio, analisamos a função de Augusta Emérita, a nova capital da província, como consequência do novo ordenamento territorial.

A reforma de Augusto marcou uma nova gestão organizacional do espaço a partir da readaptação das antigas estruturas romanas, criando novas centralidades a partir de povoados locais, suportados por um estatuto jurídico que direciona a gênese do planejamento urbano, convergindo os elementos políticos e os aspectos administrativos que direcionam a constituição do espaço provincial. A ação de Augusto levou a uma alteração social das comunidades locais, com uma nova dinâmica entre os povos a partir de novos ordenamentos jurídicos, através da constituição das *civitates*, municípios e colônias, seguido pelo reagrupamento da população em modelos planejados de assentamento. Mecanismo que, além de constituir exemplos paradigmáticos, acabaram por reestruturar paulatinamente as estruturas sociais pré-romanas, proporcionando a

formação de redes de sociabilidade e criando uma ordem por meio da comunhão de valores itálicos e regionais.

Esses mecanismos e tipologias de domínio, marcados pela introdução do direito latino como base reguladora da integração, criou um suporte social para formação de uma aristocracia local, que para além da introdução de formas de representação, privilegiou as práticas relacionais de inclusão e não de exclusão como fator fundamental para a reprodução e perpetuação do Império.

Esta dinâmica relacional não só não inibiu a permanência da diversidade, como favoreceu a integração das províncias e atuou como mecanismo de identificação das elites locais ao "modo de vida Romano"⁴³². Parece-nos, portanto, compatível afirmar que a luta pela hegemonia e a manutenção das fronteiras do Império não se restringiu, dessa forma, a soldados e armas, abrangendo também ideias, formas, imagens, representações, sustentadas por potentes formações ideológicas que consolidaram a autoridade.

Diante disto, procuramos mostrar como o Império Romano não foi responsável ou exigiu que os indivíduos e comunidades adotassem uma 'identidade romana', baseada na exclusão de qualquer outra. Nota-se como nas regiões provinciais, sobretudo na Lusitânia, as identidades locais sobreviveram, não somente isto, floresceram, em termos individuais, comunais, regionais e supra-regionais.

Com a expansão romana, o que percebemos, é a necessidade de uma implementação política de reordenamento espacial, sobretudo durante o Principado, que fosse compatível com a percepção de um mundo civilizado, o que, de certo, necessitou de estratégias⁴³³ capazes de manter uma unidade politicamente unida entre as comunidades integradas ao universo romano. Pensando nisso, foi importante, e necessário, a estruturação de um espaço social privilegiado, que viabilizasse a congregação dos mais diversos símbolos que corresponderam a este novo estilo de vida e que pudesse, ou conseguisse, ser adotado, seguido, reproduzido e compartilhado pelas comunidades provinciais.

Dessa forma, as *civitas* desempenharam essa função de estatuto sociojurídico, combinando um assentamento populacional num espaço urbano (*Urbs*) e rural (*ager*), e devido à variedade de status político-jurídicos concedidos às *civitates*, temos a formação de um novo contingente de indivíduos alçados à condição de cidadãos romanos e que, da

⁴³² ARAÚJO; MENDES, 2005, p. 262.

⁴³³ CERTEAU, 2003, p. 99.

mesma forma, passaram a ocupar cargos públicos municipais responsáveis pela administração da vida política dos centros urbanos e administração da comunidade. As *civitates*, para tanto, passam a significar uma estrutura de domínio baseada em relações de poder do tipo patronal, que verticalizaram as relações sociais, como um mecanismo regulador de teor altamente promocional, “[...] o qual foi determinante para o equilíbrio social e compensava, de certa forma, as influências das estruturas administrativas do centro imperial⁴³⁴.”

Para tanto, as cidades, além de representarem um aparato organizacional do espaço, também fundamentaram as bases do domínio e da adaptação da cultura romana, locais onde convergiam as decisões políticas, militares e o controle econômico regional através do sistema tributário. Juntamente ao planejamento urbano, a transformação de assentamentos nativos em zonas administrativas do poder romano, a concessão da cidadania aos provinciais impunha limites e modelavam de várias formas a vida pública e privada através de um conjunto multifacetado de dispositivos capazes de regular a atuação pública, a gestão territorial, o acesso aos privilégios e deveres do direito latino, a organização administrativa, instituições e à carreira militar. Como fruto disso, há a criação de novos valores sociais que, nas províncias, estabelecia um elo entre aqueles que queriam exercer o poder e os sistemas políticos implantados.

Dito isso, procuramos expor como a formação de Emérita, entre a introdução de hábitos e sistemas de organização, significou a aproximação das elites locais das instituições e elementos culturais romanos, funcionando como um fator de influência na construção de relações de identidade e alteridade com o Império. Portanto, nota-se como esses aspectos, quando relacionados à realidade material do território, podem ser percebidos pela remodelação do espaço a partir de um planejamento territorial, responsável pela construção dos diversos tipos de marcos espaciais urbanos, como fóruns, teatros, os anfiteatros, as termas, as basílicas, os templos, as estátuas, os arcos, as estradas, as muralhas, e rurais: as *uillae* e necrópoles.

Em termos práticos, observamos, como estes lugares passaram a atuar como "lugares antropológicos", isto é, lugares que no interior de um mesmo grupo social compartilhados, especializados e transformados em "lugares de memória". Ao mesmo

⁴³⁴ MENDES, 2006, p. 244.

tempo em que são delimitadores da posição dos grupos sociais no sistema de valores, na hierarquia social e nas relações de poder⁴³⁵.

Procuramos examinar o papel da província enquanto uma ferramenta administrativa utilizada para estabilização do território, ao introduzir novas regras de funcionamento e usos do espaço. Deste modo, sua intercessão funcionava entre o governo imperial e os cidadãos (novos ou não), enquanto a organização espacial introduzida passou a transformar os espaços em paisagens organizadas, que seriam responsáveis por gerenciar as estratégias de exploração do solo, a definição das propriedades públicas e privadas, o acesso às terras e a organização social que premeditava a vivência do espaço físico.

Em consoante, as formas de representação e vivência simbólica nos espaços produzidos artificialmente, ou aqueles adaptados a partir de comunidades preexistentes, introduziram uma lógica de uma cultura material que, em si, revela-se também como um espelho da sociedade, da materialidade do homem, no mais, como sua produção está envolvida com as práticas e performances sociais ali estabelecidas, que suportam o contexto de sua produção. A compreensão da historicidade de fórmulas conceituais como *civitas*, *civis*, *municipium*, *ordo*, dentre outras, permitiu examinar a plasticidade das fórmulas jurídicas, e devido a sua adaptação às conjunturas locais, a análise da cultura material produzida a partir desse contato ganha um novo significado em meio a sociedade que a produziu.

A epigrafia, e a prática de sua produção frequente, revela como os fatores da reorganização do espaço, do planejamento urbano, do direito latino e da administração local ganham um sentido simbólico de representação suportado pela materialidade de uma fonte que, no que se refere à dinâmica das relações sociopolíticas, fundamenta o espaço transformando em 'social'. Ao nos focarmos em um conjunto de dados epigráficos, em uma variedade de fórmulas, suportes e conteúdo, não nos atentamos a desenvolver uma análise unicamente centrada no texto epigráfico e em sua dinâmica interna de significado, pudemos ampliar nossos horizontes interpretativos no que se refere à dinâmica das relações sociais estabelecidas na sociedade emeritense, a partir do conjunto epigráfico selecionado.

As epigrafias, entendidas como produtos sociais, de memorização e preservação da proeminência social dos indivíduos que as produziram, nos revelam muito mais que

⁴³⁵ MENDES, 2007, p. 1-20.

um conjunto homogêneo de agentes: pudemos encontrar a presença, na materialidade e em sua rede de significados, de homens, mulheres e crianças livres, de representantes da família imperial, libertos, entre tantos outros grupos de indivíduos que, através dos monumentos, passaram a ocupar os espaços públicos e privados da cidade, assim como as rotas no entorno do circuito urbano de Emérita, que, no entanto, uniam-se pelo sentido de pertencimento simbólico ao espaço.

A análise epigráfica se mostrou, na pesquisa, enquanto um sistema de negociação constante entre os indivíduos e o mundo social, entre o direito romano e a integração das comunidades locais, entre o planejamento urbano e a nova paisagem social ocupada pelos monumentos epigráficos, enfim, uma negociação entre as tradições locais e a visão do mundo imperial. As epigrafias, os epitáfios, dispostos em suportes específicos conforme a finalidade, funcionaram como enunciados que visam tornar pública a lembrança do indivíduo, amenizando os efeitos destrutivos do tempo, livrando-o do anonimato para as gerações futuras, constituindo, dessa maneira, um *monumentum* que perpetua a memória, na medida em que celebra os feitos e conquistas pessoais ou de um grupo.

REFERÊNCIAS

Referências da documentação textual

AUGUSTO. **Res Gestae Divi Avgvsti**. LEONI, G. D. (trad). São Paulo: Nobel, 1857.

CAIO SUETÔNIO TRANQUÍLO, **A vida dos Doze Césares**, Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: MARTIN CLARET, 2004.

[CÍCERO]. **Retórica a Herênio**. Trad. A.P.C. Faria, A.P. C. e A. Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

DION CASIO. **The Roman History: the reign of Augustus**. CARTER, J., SCOTTKILVERT, I. (trad. E Introd.). New York: Penguin, 1987.

DION CASIO. **Historia Romana** – Tomos I e II. Madrid: Gredos, 2004.

ESTRABÃO, ‘Cosmographia’, 2.5.8 *Apud*. WHITTAKER, C.R. **Frontiers of the Roman Empire. A social and economic study**. London: Johns Hopkins University Press, 1994. p.12ss.

ESTRABÃO. **Geografia**. Livro III: introdução, tradução do grego e notas. DESERTO, Jorge; PEREIRA, Susana da Hora Marques (trad.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Annablume, 2016.

GUERRA, A. **Plínio-o-Velho e a Lusitânia**. Lisboa: Colibri, 1995 (coleção Arqueológica e História Antiga).

PLINY. **Natural History**. Libri III – VII. The Loeb Classical Library. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1961.

TITO LÍVIO (59 a.C. – 17 d.C.). **História de Roma** – livro I: a monarquia (Ab Vrbe Conditā, liber I). Tradução Mônica Vitorino; introdução e notas: Júlio César Vitorino. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.

Documentação Epigráfica

EDMONDSON, J. Los monumentos funerarios como espejo de la sociedad emeritense: secretos y problemas sociofamiliares a la luz de la epigráfica. In.: NOGALES BASARRATE, T. (Edt.) **Augusta Emerita: territórios, espacios, imágenes y genes em Lusitania Romana** – Monografias Emeritenses 8. Mérida: M.N.A.R. 2004.

EDMONDSON, J.; NOGALES BASARRATE, T. e TRILLMICH, W. **Imagen y memória – monumentos funerários com retratos em la colonia Augusta Emerita**. Madrid: Real Academia de la Historia: Museu Nacional de Arte Romano, 2001.

ENCARNAÇÃO, J. d’ **Inscrições romanas do Conventus Pacensis: subsídios para o estudo da romanização**. Coimbra: Inst. Arq. da Fac. de Letras, 1984.

HÜBNER, E. **CIL II**. Berlim, 1869 (*supplementum* editado em 1892).

SAQUETE CHAMIZO, J. C. **Las Elites Sociales de Augusta Emerita**. Mérida: MNAR, 1997.

Catálogos online

Hispania Epigraphica. Disponível no *website*: www.eda-bea.es/pub/search_select.php, acessado em 26 de julho de 2023.

Bibliografia geral

ANTIQUERA, Moises. Poder e imagens antintônicas na narrativa de Tito Lívio: os retratos de Cincinato e Ápio Cláudio no Livro 3. In: CORASSIN, Maria Luiza. (Org.). **Cinco estudos sobre Tito Lívio**. São Paulo: LCTE Editora, 2014, p. 11 – 42.

ANTIQUERA, Moisés. Augusto, Tito Lívio e as ambiguidades do divino Rômulo. In: CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa; CANDIDO, Maria Regina. (Orgs.). **Caesar Augustus: Entre práticas e representações**. Vitória/Rio de Janeiro: DLL-UFES/UERJ-NEA, 2014, p. 129 – 151.

ARAÚJO, Yuri Corrêa; MENDES, Norma Musco. Epigrafia, Sociedade e Religião: O caso da Lusitânia. **PHOÍNIX**, Rio DE JANEIRO, 13: 257-279, 2007.

ALARCÃO, J. (Coord.) **Nova história de Portugal: Portugal das origens à Romanização**. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

ALARCÃO, J. As cidades da Lusitânia: imagens de um processo cultural. In.: NOGALES-BASARRATE, T. (Edt. Cient.) **Augusta Emerita: territorios, espacios, imágenes y gentes em Lusitania romana – monografias emeritenses nº8**. Mérida: MNAR/Ministério de Cultura, 2004, p. 261.

ALVAREZ MARTINÉZ, J-M. Algunas observaciones sobre el ‘territorium emeritense’. In.: **Homenaje a Samuel de los Santos**. Murcia: Albacete, 1988, p. 185 - 192.

ALMAGRO BASCH, M. La topografia de Augusta Emerita. In.: **Bimilenario de la colônia Caesaraugustana** (vol. 1). Zaragoza: Univerciudad de Zaragoza, 1976.

ASSMAN, Aleida. Memory, Individual and Collective. In. GOODIN, Robert E.; TILLY, Charles. (eds.). **The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis**. New York: Oxford University Press, 2006, p. 210 – 226.

ASSMAN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Unicamp, 2011.

ASSMAN, Aleida. Memory, Individual and Collective. In. GOODIN, Robert E.; TILLY, Charles. (eds.). **The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis**. New York: Oxford University Press, 2006, p. 210 – 226.

ASSMANN, Jan. Communicative and Cultural Memory. In: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Org). **Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook**. Berlin: Walter de Gruyter, 2008, p. 109-118. Tradução na revista: **História Oral**, v. 19, n. 1, p. 115-127, jan./jun. 2016.

BASARRATE, Trinidad Nogales; MARTÍNEZ, José M^a. Álvarez. Colonia Augusta Emerita. Creating a city at the time of Augustus. **Stud. Hist.**, História Antiga, Salamanca, v.32, p. 209 – 247, 2014.

BRADLEY, Keith. **Esclavitud y sociedad en Roma**. Ediciones Península: Barcelona, 2008.

BARROS, Sidney de Souza; CANDIDO, Maria Regina. O REVELAR DE UMA INSCRIÇÃO, A RES GESTAE DIVI AUGUSTI. **NEARCO**: Revista Eletrônica de Antiguidade. Volume XI, Número I, p. 117 - 129, 2019.

BELTRÃO, Cláudia da Rosa. A Religião na Urbs. In. **Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2006, p. 137 – 160.

BELTRÃO, Cláudia da Rosa. Prefácio. In: BORGES, Airan dos Santos; GOMES, Raquel de Moraes Soutelo. **Escrito para a Eternidade: A Epigrafia e os Estudos da Antiguidade**. Curitiba – PR: Appris, 2018, p. 6 – 9.

BERNARDES, J. P. ‘Ab Oppidum ad Urbem: Algarve’s urban landscape variations throughout the roman age’. In.:CORSI, C. & VERMEULEN, F. **Changing Landscapes: the impact of Roman towns in the Western Mediterranean** - Proceedings of the International Colloquium, Castelo de Vide, Marvão, 15th-17th May, 2008. Bologna: Ante Quem, 2010.

GARCÍA Y BELLIDO, Antonio. **Mérida: a grande necrópole romana na saída da ponte**. Escavações arqueológicas na Espanha 11, Madrid: Ministério da Educação Nacional, 1962.

BODEL, John. Inscriptions and Literacy. In. BRUUN, Christer; EDMONDSON, Jonathan. (Orgs.). **The Oxford Handbook of Roman Epigraphy**. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 745 – 763.

BORGES, Airan dos Santos. Hospitalidade e Patronato nos monumentos funerários da Lusitânia romana no século II E.C.. **HÉLADE (RIO DE JANEIRO)**, v. 5, p. 185-209, 2019.

BORGES, Airan dos Santos; PIRES, Thiago de A. L. Arqueologia Semiótica e As Artes no Principado: Um Estudo de Caso do Fórum de Augusto e do Fórum de Augusta Emerita. **Hélade**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2016, p. 52 – 61.

BORGES, Airan dos Santos. A EPIGRAFIA JURÍDICA FLÁVIA E OS PROCEDIMENTOS DE INTEGRAÇÃO PROVINCIAL NA HISPANIA ROMANA. **PHOÏNIX**, Rio de Janeiro, v. 22, n.2, p. 76 - 95, 2016.

BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1998.

BLÁZQUEZ MARTINEZ, J. M. 'El nombre de Hispania em la Historia: los hispanos em el Império Romano'. Disponível em: <http://www.fondazionecanussio.org/palaestra/blazquez.pdf>, acessado em 15 de janeiro de 2024, às 17h 25min.

BRUNEAU, Philippe. “Fontes textuais e vestígios materiais: reflexões sobre a interpretação arqueológica”, In: **Melanges G. Daux**. Texto datilografado, tradução de Flávia Faleiros. Paris, 1974.

BUSTAMANTE, R. M. C. Práticas Culturais no Império Romano: Entre Unidade e a Diversidade. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (Org.). **Repensando o Império Romano** – Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural. Rio de Janeiro: Mauad: Vitória; Espírito Santo: EDUFES, 2006. p. 110-123.

BRAVO, Gonzalo; SALINERO, Raúl González. Introducción. In: _____. **Formas de integración en el mundo romano**. Actas del VI Coloquio de la Asociación Interdisciplinar de Estudios Romanos, Madrid: Signifer Libros 2009, p. 11 - 16.

CÂMARA, Matheus Breno Pinto da. **A vida para além da morte: o mundo dos mortos na narrativa do canto VI da Eneida**. Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2019.

CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. **Otávio Augusto e as suas redes-político religiosas nos quattuor amplissima collegia sacerdotum romanorum (29 AEC- 14 EC)**. 2017. 394 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. A Literatura Latina como Documentação nas Pesquisas Históricas: Um Estudo de Caso em Tito Lívio. In: NETO, José Maria Gomes de Souza (Org.). **Antigas Leituras – Diálogos entre a História e a Literatura**. Pernambuco: Edupe, 2012, p. 107-116.

CARDOSO, Zelia de Almeida. **A Literatura Latina**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano 1 - artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CHAMIZO, Jose Carlos Saquette. **Las Elites Sociales de Augusta Emerita**. Mérida: MNAR, 1997.

CLARKE, Katherine. **Between Geography and History. Hellenistic Constructions of the Roman World**. New York: Oxford University Press, 1999.

CLARKE, KATHERINE. In Search of the Author of Strabo's Geography. **Journal of Roman Studies**, vol. LXXXVII, 1997, pp. 92-110.

CONRAD, Sebastian. **What is Global History?** Princeton: Princeton University Press, 2016.

CORASSIN, Maria Luiza. O uso da escrita na epigrafia latina. **Clássica**, São Paulo, v. 11/12, n. 11/12, p. 205-212, 1998/1999.

CORREIA, Virgílio Hipólito. Emerita e as cidades na origem da Lusitânia. In. NOGALES BASARRATE, Trinida; MARTÍN, Nova Barrero. (eds.). **La fundación de Augusta Emerita y las orígenes de Lusitânia**. Mérida: MNAR, 2018, p. 175 – 188.

CORBIER, Mireille. "L'écriture dans l'espace public romain". In: **L' Urbs. Espace urbain et histoire**. Rome: Ecole Française de Rome, 1987. p. 27-60. (Collection de L'Ecole Française de Rome, 98).

CUNLIFFE, B. 'Diversity in the Landscape: the geographical background to urbanism in Iberia'. In.: CUNLIFFE, B. & KEAY, S. (Orgs.) **Social complexity and the development of towns in Iberia**. Oxford: British Academy, 1995, p. 5 - 28.

CUTRO, L. Fontes materiais e fontes escritas: estudo de caso da História de Roma de Tito Lívio. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 9, 127 - 141, 1999.

CRUZ, Pedro Mateo. Topografía y urbanismo en Augusta Emerita. **Actas Congreso Internacional 1910 – 2010: El Yacimiento Emeritense**, Mérida, 2011, p. 127 – 144.

CRUZ ANDREOTTI, G.; LE ROUX, P. & MORET, P. (Edts.) **La invención de una geografía de la Península Ibérica: I. La época republicana**. Madrid/ Málaga: Casa de Velázquez/ Servicio de Publicaciones del Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga, 2006.

CRUZ ANDREOTTI, G.; LE ROUX, P. & MORET, P. (Edts.) **La invención de una geografía de la Península Ibérica: II. La época imperial**. Madrid/ Málaga: Casa de Velázquez/ Servicio de Publicaciones del Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga, 2007.

DAVIDSON, J. **A construção de um espaço para o Império Romano: arquitetura, monumentos e ordenamento espacial**. Tese de Doutorado (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

D'ENCARNAÇÃO, J. **Inscrições romanas do Conventus Pacensis: subsídios para o estudo da romanização**. Coimbra: Inst. Arq. da Fac. de Letras, 1984.

D' ENCARNAÇÃO, J. **Epigrafia**. As pedras que falam, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010.

D'ENCARNAÇÃO, José. O epitáfio poético: modelo literário, reflexo de mentalidades. **REVISTA PORTUGUESA DE ARQUEOLOGIA**, Lisboa. volume 15, p. 181 – 193, 2012.

D'ENCARNAÇÃO, José. As transformações nas cidades do poder à luz da epigrafia na Lusitânia. **Revista de Historiografia**, n. 25, p. 343 - 354, 2016.

D'ENCARNAÇÃO, José. Estudos Epigráficos em Portugal. In. BORGES, Airan dos Santos; GOMES, Raquel de Moraes Soutello. (Orgs.). **Escrito para a eternidade: a epigrafia e os estudos da antiguidade**. Curitiba: Appris, 2018, p. 19 – 43.

DIETLER, M; LÓPEZ-RUIZ, C. **Colonial encounters in ancient Iberia**. Phoenician, Greek, and indigenous relations. Chicago: University of Chicago Press, 2009.

DUECK, Daniela. **Strabo of Amasia**. A Greek Man of Letters in Augustan Rome. London; New York: Routledge, 2000.

DURÁN-CABELLO, R-M. **El Teatro y el Anfiteatro de Augusta Emerita: contribución al conocimiento histórico de la capital de Lusitania**. Oxford: BAR International Series 1207 / Archaeopress, 2004, anexos.

DOODY, Aude. **Pliny's Encyclopedia: The reception of the Natural History**. New York: Cambridge University Press, 2010.

ECK, W. **The age of Augustus**. Malden: Blackell Publishing, 2007.

EDER, W. “Augustus and the power of tradition”. In.: **The Cambridge Companion to the Age of Augustus**. Austin: Cambridge University Press, 2007.

EDMONDSON, Jonathan C.; NOGALES BASARRATE, Trinidad; TRILLMICH, Walter. **Imagen y memoria: monumentos funerarios con retratos en la Colonia Augusta Emerita (Monografías Emeritenses)**. Madrid: Real Academia de la Historia, 2001.

EDMONDSON, J. Los monumentos funerarios como espejo de la sociedad emeritense: secretos y problemas sociofamiliares a la luz de la epigráfica. In.: NOGALES BASARRATE, T. (Edt.) **Augusta Emerita: territorios, espacios, imágenes y genes em Lusitania Romana** – Monografías Emeritenses 8. Mérida: M.N.A.R. 2004.

EDMONDSON, Jonathan; MURCIANO CALLES, José María. Las Estelas Funerarias Marmóreas de Augusta Emerita: novedades, revisiones y apuntes tipológicos, técnicos e iconográficos. **Anas**, Mérida, n. 25-26, p. 133-17, 2012/2013.

EDMONDSON, Jonathan C.; CAMPO LASTRA, Raquel; GAGO SALDAÑA, María del Val. La aplicación de la técnica del Modelo de Residuo Morfológico (M.R.M.) para la recuperación de los textos de dos *cupae* funerarias emeritenses. **Anas**, 24/2011, p. 115-126, 2014.

EDMONDSON, J.: “Inmigración y sociedad local en *Augusta Emerita*, 25 a.C. - 250 d.C.”. GORGES, J. G.; CÁCERES, E. Cerrillo Martín de; BASARRATE, T. Nogales. (eds.). **Las comunicaciones: V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania romana**. Cáceres, Facultad de Filosofía y Letras, noviembre de 2002, Madrid, 2004, p. 321–368.

EDMONDSON, J. “A Tale of Two Colonies”: Augusta Emerita (Mérida) and METellum (Medellín) in Roman Lusitania. In. SWEETMAN, Rebecca J. (Org.) **Roman Colonies in The First Century of Their Foundation**. Oxford: Oxbow Books, 2011, p. 32 – 54.

EDMONDSON, Jonathan. La formación de una sociedad colonial en Augusta Emerita. In. NOGALES BASARRATE, Trinida; MARTÍN, Nova Barrero. (eds.). **La fundación de Augusta Emerita y las orígenes de Lusitânia**. Mérida: MNAR, 2018, p. 54 – 84.

FERNANDÉZ, Javier de Santiago. La Epigrafía: Evolución conceptual y metodológica. **Documenta & Instrumenta**. Madrid, n. 1, 2004, p. 203-220.

FUNARI, Pedro Paulo. Ensaio sobre a retórica, a argumentação e a historiografia. **Antiguidade Clássica** (Apucarama), v. 7, p. 140-149, 2011.

FUNARI, Pedro Paulo; GUARRAFONI, Renata Senna. **Historiografia: Salústio, Tito Lívio e Tácito**. Campinas – SP: Editora Unicamp, 2016.

FLEMING, M. I. D. ‘Cotidiano e sociabilidades no Império Romano e as vasilhas de metal para banquete’. In.: SILVA, G. (*et all*). **Cotidiano e Sociabilidades no Império Romano**. Vitória: Editora GM, 2015, p. 41.

FORNI, G. ‘La popolazione di Augusta Emerita’. In.: **Homenaje a Saenz de Buruaga**. Madrid: s/e 1982, pp. 74-79.

GUARINELLO, N. L. Ordem, Integração e Fronteiras no Império Romano: Um Ensaio. **Mare Nostrum**, 1(1), 113-127, 2010.

GUZMÁN AMARIO, Francisco Javier. *Asyrum Romulii*: Balance histórico de la integración del *otro* en la civilización romana. In: _____. **Formas de integración en el mundo romano**. Actas del VI Coloquio de la Asociación Interdisciplinar de Estudios Romanos, Madrid: Signifer Libros 2009, p. 17 - 30.

GOMES, Erick Messias Costa Otto; OMENA, Luciane Munhoz de. Materialidade e comemoração da morte no Principado romano: uma leitura dos Funera de Druse e Germânico em Tácito (séculos I – II d.C.). **Revista M.**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 339-360, jul./dez. 2017.

GARCÍA IGLESIAS, Luis. **Epigrafía romana de Augusta Emerita**, Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1973.

GARDNER, A. Pensando sobre o Imperialismo Romano: ‘Pos-colonialismo, Globalização e Além’. **Britannia**, 2013, - link <http://journals.cambridge.org/BRI> - 15 de fevereiro de 2024, p. 1-25.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. 2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

HAZARD, Sonia. The material turn in the Study of Religion. **Religion and Society: Advances in Research**, v.4, p. 58–78, 2013.

HERNÁNDEZ RAMÍREZ, J.: **Augusta Emerita. Estructura urbana**. Badajoz: DIPUTACION DE BADAJOZ, 1998.

HINGLEY, Richard. Fragmenting identities. *In*: HINGLEY, Richard. **Globalizing Roman Culture**. Unity, diversity, and empire. New York: Routledge, 2005. Cap. 5. p. 91-116.

HIDALGO DE LA VEJA, M. J. 'Algunas reflexiones sobre los límites del oikoumene em el Imperio Romano'. *In*.: **Gérion**, 2005, nº 7, pp. 273-278.

HOPE, Valerie. **Roman Death: The Dying and the Dead in Ancient Rome**. Londres: Continuum, 2009.

ISOLDI, F. 'A epigrafia, síntese geral'. **Revista de História**, volume IV, n 9, São Paulo, USP, 1952.

JIMÉNEZ SALVADOR, J.L. 'Las ciudades hispanorromanas'. *In*.: Cuadernos de Arte Español nº 30, Historia 16. Madrid, 1992.

KOLB, F. 'La ciudad en el mundo romano'. *In*.: **La ciudad en la antigüedad**. Madrid: Gredos, 1992.

KUSCHNIR, K. & CARNEIRO, L. P. 'As dimensões subjetivas da política: Cultura Política e Antropologia da Política'. *In*.: **Revista de Estudos Históricos**. Vol. 13. nº 24. Rio de Janeiro, 1999. p. 227-250.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1991.

LEMING, M. I. D. 'Cotidiano e sociabilidades no Império Romano e as vasilhas de metal para banquete'. *In*.: SILVA, G. (et all). **Cotidiano e Sociabilidades no Império Romano**. Vitória: Editora GM, 2015, p. 41.

LEÓN, Abel Morcillo; MARTÍN, Nova Barrero. Los monumentos funerarios hispanorromanos y su epigrafía en el Museo Nacional de Arte Romano de Mérida. Una propuesta didáctica para alumnos de Cultura Clásica y Latín de ESO y del Bachillerato. **Tejuelo**, nº 7, 2010, p. 176-206.

LE ROUX, P. 'Geographie péninsulaire et épigraphie romaine'. *In*.: **La invención de una geografía de La Península Ibérica I II – La época imperial**. (Edt. CRUZ ANDREO TTI, G., LE ROUX, P. & MORET, P.(Actas Del Colóquio Internacional). Madrid: Casa de Velázquez, 2007, p. 208.

LE ROUX, P. **La péninsule ibérique aux époques romaines: fin Du III^a S. AV. N. È. – début Du VI^e S. De N. È.** Paris: Armand Colin, 2010, pp. 19-47; HURLET, F. **Rome et l'Occident (II^e siècle av. J.-C. – II^e siècle apr. J.-C.): gouverner l'Empire**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.

LE ROUX, Patrick. Os territórios romanos de Portugal no Alto Império. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. Suplemento número 19. São Paulo, Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, 2014.

LEMING, M. I. D. ‘Cotidiano e sociabilidades no Império Romano e as vasilhas de metal para banquete’. In.: SILVA, G. (et all). **Cotidiano e Sociabilidades no Império Romano**. Vitória: Editora GM, 2015, p. 41.

LINDSAY, Hugh. Amasya and Strabo’s patria in Pontus. In: DUECK, Daniela; LINDSAY, Hugh; POTHECARY, Sarah. **Strabo’s Cultural Geography**. The making of a kolossourgia. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 180-199.

LLORIS, Francisco Beltrán. The “Epigraphic Habit” in The Roman World. In. BRUUN, Christer; EDMONDSON, Jonathan. (Orgs.). **The Oxford Handbook of Roman Epigraphy**. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 131 – 148.

MACMULLEN, R. ‘The epigraphic habit in the roman empire’. **American Journal of Philology**, Marylan/U.S.A, vol.103, 1992, p. 233-246.

MARQUES, Juliana Bastos. A ideia de História em Tito Lívio. In: SILVA, Glaydson José da (org.). **A ideia de História na Antiguidade Clássica**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2015, p. 469 – 494.

MARQUES, Juliana Bastos. **Tradição e renovações da identidade romana em Tito Lívio e Tácito**. São Paulo: USP, 2007, 258 p.

MARTINS, Paulo. Texto e imagem: História. Como se faz a História sob(re) Orávio/Augusto. In: SILVA, Glaydson José da (org.). **A ideia de História na Antiguidade Clássica**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2015, p. 437 – 468.

MENDES, N. M. ‘O impacto romano sobre a comunidade nativa da Lusitânia.’ Publicada nas atas do III Simpósio Nacional e II Internacional de Estudos Celtas e Germânicos: “Saber e Poder entre Celtas e Germânicos: formação, representação e transformação”. São João Del Rei/ MG: UFSJ/ **BRATHAIR**, 2008, p. 61-85.

MENDES, Norma Musco. O conceito de Romanização: Uma reflexão. In. ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 24 ed. Anais... São Leopoldo, 2007, p. 1 – 9.

MENDES, N. M. Romanização e a Construção da Paisagem Imperial no Sul da Lusitânia. Rio de Janeiro, **Phoínix**, 12, 2006, p. 231 -256.

MENDES, Norma Musco; DA SILVA, Diogo Pereira. AS REPRESENTAÇÕES DO PODER IMPERIAL NA TETRARQUIA. **PHOÏNIX**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 306–328, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/phoenix/article/view/33132>. Acesso em: 11 jun. 2024.

MENDES, N. ‘Limes Reno-Danubiano: conceito e prática no alto Império’. In: Revista PHOÏNIX. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

MENDES, Norma Musco. O Sistema Político do Principado. In. SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco. (Orgs.). **Repensando o Império Romano**: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2006, p. 21 – 51.

MORALES, Fábio Augusto; SILVA, Uiran Gebara da. História Antiga e História Global: afluentes e confluências. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 40, n. 83, p. 125 - 150, 2020.

MORLEY, N. **Trade in Classical Antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

MOSCA, G. **The Ruling Class**. New York: McGraw Hill, 1939 (1ª Edição em 1896), p. 50.

MOSCA, G., **Elementi di scienza política** (1896) Edição especial com uma segunda parte inédita. Torino: F. Bocca, 1923. Disponível em: http://www.liberliber.it/mediateca/libri/m/mosca/elementi_di_scienza_politica/pdf/mosca_elementi_di_scienza_politica.pdf, acessado em 17 de dezembro de 2023, às 18h 19min.

MURCIANO CALLES, José María. **Monumenta. Tipología monumental funeraria en Augusta Emerita. Origen y desarrollo entre los siglos I a.C. y IV d.C.** Sevilla: Universidad Pablo Olavide (Tesis doctoral), 2016. [<https://rio.upo.es/xmlui/handle/10433/2366>].

NICOLAI, Roberto. The Place of History in the Ancient World. In: MARINCOLA, Jhon. **A companion to greek and roman historiography**. Nova Jersey/EUA: Blackwell Publishing, 2007, p. 13 – 26.

NICOLET, Claude. **L'inventaire du monde: géographie et politique aux origines de l'Empire romain**. Paris: Fayard, 1988.

NICOLET, C. L'Empire Romain: espace, temps et politique. **Ktema**, Strasbourg, v. 8, p. 163 – 173, 1983.

NICOLLET, C. **Space, Geography and politics in the early Roman Empire**. Michigan: Michigan University Press, 1991.

NOVILLO LÓPEZ, Miguel Ángel. La administración cesariana en la *Provincia Hispania Ulterior*: la integración de la población hispana en el modelo de la *civitas romana*. In: _____. **Formas de integración en el mundo romano**. Actas del VI Coloquio de la Asociación Interdisciplinar de Estudios Romanos, Madrid: Signifer Libros 2009, p. 281 - 296.

OMENA, Luciane Munhoz de; GOMES, Erick Messias Costa Otto. Materialidade e comemoração da morte no Principado Romano: uma leitura dos Funera de Druso e Germânico em Tácito (séculos I – II d.C.). **Revista M**, Rio de Janeiro, v.2, n. 4, p. 339 – 160, jul./dez., 2017.

PARETO, V. **Systèmes socialistes**. Paris: V. Giard & E. Brière, 1902.

PASTOR, Mauricio; PASTOR ANDRÉS, Héctor F. El Derecho latino como forma de integración em la Hispania romana. In: BRAVO, Gonzalo; SALINERO, Raúl González. (ed.). **Formas de integración en el mundo romano**. Actas del VI Coloquio de la Asociación Interdisciplinar de Estudios Romanos, Madrid: Signifer Libros 2009, p. 297 – 318.

PETIT, P. **A Paz Romana**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1984.

PINTADO, Javier Andreu. Epigrafia Latina e Lusitânia Romana. **Munda**, n. 34, p. 97 – 103, Coimbra, 1997.

QUEIROGA, F.M.V.R. **War and Castros. New approaches to the northwestern Portuguese Iron Age**. Oxford: Publishers of British Archaeological Reports Gordon House, 2003.

RADLEY, Keith. **Esclavitud y sociedad en Roma**. Barcelona, 2008.

RAMÍREZ SÁDABA, José Luis. **Catálogo de las inscripciones imperiales de Augusta Emerita** (Cuadernos Emeritenses, 21), Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2003.

REIS, Sara Henriques. EPIGRAFIA FUNERÁRIA NA HISPANIA ROMANA: UMA REVISÃO À PRÁTICA DA INDICATIO PEDATURAE NOS TITULI SEPULCRALES. **Conimbriga**, Coimbra, v. 57, p. 97-138, 2018.

RIBEIRO, Alaide Matias. **A África na Geografia de Estrabão: a construção de paisagens egípcias, etíopes e líbias no Império Romano – Volume I**. 2022. Dissertação (mestrado). Centro de Ciências Humanas, letras e Artes, Programa de pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2022.

RICHARDSON, J. S. **Hispaniae: Spain and the development of Roman imperialism, 218-82 b. C.** Cambridge: Cambridge University Press, 1896.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. de Alain François. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

RUFINO, Antonio F. Caballos (Org.). **Del municipio a la corte: la renovación de las elites romanas**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2012.

ROSA, C. B. ‘Cotidiano e sociabilidades, a *congregatio* imperial’. In.: SILVA, G. (*et all*) **Cotidiano e Sociabilidades no Império Romano**. Vitória: Editora GM, 2015.

SÁNCHEZ, A.; CORRALES, J. ‘El proceso de Romanización de la Lusitania Oriental: la creación de asentamientos militares’. In.: GORGES, J-G. e BASARRATE, N. **Sociedad y cultura en Lusitania romana – IV Mesa Redonda Internacional**. Mérida: Junta de Extremadura, 2000. p. 85 - 100.

SAID, SUZANNE. Myth and historiography. In: MARINCOLA, Jhon. **A companion to greek and roman historiography**. Nova Jersey/EUA: Blackwell Publishing, 2007, p. 76 – 88.

SCATOLIN, Adriano. Retórica e Memória na Roma Antiga. **Revista Música**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 25–39, 2016.

SCOPACASA, Rafael. Hegemonia Romana e Transformações Culturais no Mediterrâneo (Séculos IV-II a.C.): Novas Perspectivas da História Global. **Revista História**, São Paulo, n. 177, p. 1 – 35, 2018.

SHAW, Brant. The cultural Meaning of Death: Age and Gender in the Roman Family. In.: KERTZER, David J.; SALLER, Richard P. (Ed.). **The Family in Italy: from Antiquity to Present**. London: Yale University Press, 1991, p. 66 – 90.

SCHEID, J. **An introduction to Roman Religion**. 1º ed. Bloomington: Indiana University Press, 2003.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP** – espaço e tempo, São Paulo, N°32, p. 89- 109, 2012.

SILVA, A. ‘Portuguese Castros: the evolution of the habitat and the proto-urbanization process’. In.: CUNLIFFE, B & KEAY, S. (Orgs.) **Social complexity and development of towns in Iberia**. Oxford: British Academy, 1995, p. 263 - 289.

SILVA, Bruno. **Entre o Atlântico e o Mediterrâneo**: os processos de integração na Turdetânia ao final do primeiro milênio a.C. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. 291p. 2019.

SOJA, E. **Geografias Pós-Modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TRILLMICH, W. ‘Las ciudades hispanorromanas: reflejos de la metrópoli’. In.: **Hispania el legado de Roma, septiembre-noviembre de 1998**. Zaragoza: Ministério de Educación y cultura, 1998, p. 163-174.

TORRE, A. ‘Un tournant spatial em histoire? Paysages, regards, ressources’. In.: **Annales**: histoire, sciences sociales. Septembre-octobre 2008, n° 5, p. 1127-1144.

VASCONCELOS, Paulo. Usos da História na intriga da Eneida de Virgílio. In: SILVA, Glaydson José da (org.). **A ideia de História na Antiguidade Clássica**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2015, p. 413 – 436.

VEYNE, Paul. O Império Greco-Romano. Tradução: Marisa Motta. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

WEBSTER, J. & COOPER, N. (Edit.) **Roman Imperialism**: post-colonial perspective. Leicester: University of Leicester, 1996.

WOOLF, G. **Becoming Roman**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

WOOLF, Greg. **Tales of the barbarians**: Ethnography and empire in the Roman west. John Wiley & Sons, 2010.


WOOLF, Greg. O poder e a difusão da escrita no Ocidente. In: BOWMAN, Alann K.; WOOLF, Greg. (Org.). **Escrita e poder no mundo antigo**. São Paulo: Editora Ática, 1998, p. 104 – 121.

ZULIANI, Fabiana M. “**Passado e Presente em Estrabão**: As Estruturas Espaço-temporais da Geografia e suas Relações com o Império Romano”. Dissertação de Mestrado, FFLCHUSP, 1999.

ZANKER, P. **Augusto y el poder de las imágenes**. Madrid: Alianza Forma, 2008.

CORPUS EPIGRÁFICO

*Epigrafias imperiais*⁴³⁶

Nº de Registro: 032		Palavra-Chave: Imperial. Administração colonial.
A. Localização e Dados Gerais		Imagem
Procedência	Mérida, Badajoz, Estremadura.	
Localização	MNAR – Mérida/Es (Sala II).	
Nº do Inventário	-	
Tipologia	Placa.	
Material	Mármore.	
Medidas	(53) x (38,5) x 6 cm.	
Descrição: Placa rompida na parte inferior e em ambos os lados.		
B. Inscrição		
[A]grippa[e Iulio] / [- - -]August[i f. Caesari]		
Interpretação ⁴³⁷		
A Agripa, a Julio [---] Augusto, filho de Cesar.		
C. Comentário Histórico		
<p>Utilizamos uma datação com base em García Iglesias entre 4 e 14 d.C. Além disso, percebemos na peça uma dedicação voltada a administração pública e a Agripa, como bem enunciado por Iglesias (1973) e Borges (2016, p. 410). Em Emérita é muito comum o aparecimento de dedicações à família imperial e a Agripa, sobretudo nos principais prédios que envolvem a administração e as atividades lúdicas: o teatro, anfiteatro e no fórum provincial. Índícios que revelam a proximidade da cidade, enquanto capital provincial, com os símbolos e agentes do poder imperial, fator que comprova e reafirma a prática da</p>		

⁴³⁶ Importante reforçar que, apesar de presentes no *corpus*, as epigrafias imperiais serão muito mais utilizadas para contextualizar a conexão Emérita - Império Romano, e, sobretudo, problematizar as bases de formação da sociedade emeritense. Para, então, darmos espaço para as *gens* que iremos focalizar o debate: *iulius*, *Cornelius* e *Aemilius*.

⁴³⁷ Tradução por García Iglesias (1973) e Borges (2016).

epigrafia como presente na sociedade emeritense e extensível a outras esferas sociais: práticas funerárias, religiosas, administrativas e políticas.


Datação: 4 e 14 d.C.

D. Bibliografia

BORGES, A. **A construção da Paisagem Imperial nas cidades da Lusitânia:** um estudo comparado das formas de integração das elites provinciais entre os séculos I a. C. e III d.C. (Catálogo da Tese). Rio de Janeiro: PPGHC, 2016, p. 410.

GARCÍA IGLESIAS, Luis. **Epigrafía romana de Augusta Emerita**, Madrid: Universidad Complutense de Madrid (Tesis doctoral inédita), 1973.


Acervo Online: HEpOnl 24739

Nº de Registro: 039		Palavra-Chave: tria nomina, administração colonial.
A. Localização e Dados Gerais		Imagem
Procedência	Mérida, Badajoz, Extremadura, Espanha.	
Localização	Dintel da porta que liga o teatro ao anfiteatro romano de Mérida.	
Nº do Inventário	-	
Tipologia	Dintel.	
Material	Granito.	
Medidas	60 cm x 450 cm x 70 cm	
Descrição: a peça foi achada em 1791 por D. Manuel de Villella. As inscrições foram encontradas em grande parte conservadas.		
B. Inscrição		
M(arcus) Agrippa L(uci) f(ilius) co(n)s(ul) III / trib(unicia) pot(estate) III		

Interpretação⁴³⁸: Marcos Agripa, filho de Lucio, 3 vezes Cônsul, no terceiro ano do poder tribunício
C. Comentário Histórico
Dedicação a Marcos Agripa, localizada em um dos prédios públicos da cidade, datada em 16 d.C. Atribui-se essa data porquê de acordo com apontamentos de Chamizo (2017) e Edmondson (2018, p. 70), Agripa teve grande participação no contexto administrativo da Península Ibérica. O monumento, feito de granito, está localizado na entrada do local. O programa propagandístico da inscrição se deve relacionar ao fato de que é uma das epígrafias gravadas com letras de bronze e que possui uma altura considerável para que todos aqueles que entrassem no recinto pudessem lê-la. Sua demarcação cronológica remonta julho de 16 a.C. a 30 de junho de 15 a.C., quando Agripa obteve seu 3ª ano de poder tribunício.
Datação: 16 d.C.
D. Bibliografia
GARCÍA IGLESIAS, Luis. Epigrafía romana de Augusta Emerita , Madrid: Universidad Complutense de Madrid (Tesis doctoral inédita), 1973. Lám., 44b. BORGES, A. A construção da Paisagem Imperial nas cidades da Lusitânia : um estudo comparado das formas de integração das elites provinciais entre os séculos I a. C. e III d.C. (Catálogo da Tese). Rio de Janeiro: PPGHC, 2016, p. 412.
Acervo Online: HEpOnl 25800

Nº de Registro: 010	Palavra-Chave: tria nomina, sacerdote imperial (Flâmíne)
A. Localização e Dados Gerais	imagem
Procedência	Mérida, Badajoz, Estremadura, Espanha.
Localização	-
Nº do Inventário	-
Tipologia	Bloco.

⁴³⁸ Tradução por Borges (2016).

Material	Mármore.	
Medidas	-----	
<p>Descrição: Fragmento superior esquerdo de um bloco de mármore. Aparentemente recortado nos lados direito e inferior para ser reutilizado como plinto. Por conta disso, calcula-se que foram perdidas duas partes da linha 1-2, assim como as últimas linhas da inscrição original. Na face superior do bloco há um orifício circular de 5 cm de diâmetro distante do extremo esquerdo da parte frontal em 15 cm. Presume-se sua utilização como base de um objeto votivo, possivelmente um busto ou estátua de bronze.</p>		
B. Inscrição		
<p>Divo Augusto [et divae Aug(ustae)] / Albinus Albi f(ilius) flamen d[ivi Augusti et] / divae Aug(ustae) provinciae Lusitan[iae dedicavit]</p>		
Interpretação ⁴³⁹		
<p>Aos divinos Augusto e divina Augusta, Albino, filho de Albuus, flâmine do divino Augusto e da divina Augusta, da Província da Lusitânia, dedicou.</p>		
C. Comentário Histórico		
<p>Autores como Borges (2016, p. 406) e Edmondson (1997, p. 92), analisam a peça como um registro do culto imperial, associado à dedicação a Augusto e Lúvia deificados. O indivíduo dedicante, Albinus, tem sua estrutura onomástica pouco conhecida na região, assim podemos concluir algumas coisas a partir dos fatos apresentados. Deste modo, “frente a ausência dos <i>tria nomina</i> do dedicante, várias hipóteses foram formuladas: (1) tratar-se-ia de um membro da elite indígena que havia desempenhado a função de flâmine provincial nas primeiras etapas da implantação do culto imperial na província, ou (2) pela menção ao <i>cognomen Albinus</i>, referindo-se a um indivíduo recém romanizado, um cidadão de pleno direito, já conhecido na colônia a partir de outra inscrição e por isso identificável facilmente apenas pela indicação do <i>cognomen</i>.”(BORGES, 2016, p. 406). O <i>cognomen</i> do indivíduo reportado não é amplamente difundido na região, sendo mais presente nas regiões ocidentais da Lusitânia, no centro e no norte de Portugal.</p>		

⁴³⁹ Tradução por Edmondson (1997) e Borges (2016).

É importante perceber a mescla onomástica que compõe os cidadãos que integram o corpo social de Emérita, sendo uma capital, o trânsito de pessoas, mercadorias e informações é constante. Por ser o centro administrativo da província, casos como esse são amplamente percebidos nos registros onomásticos e epigráficos.


Datação: Século I d.C. – Governo de Cláudio

D. Bibliografia

EDMONSON, J. ‘New light on doctors, medical training and links between Augusta Emerita and Olisipo in the mid-first century AD’. In.: **Espacios, Usos y formas en la epigrafía hispana**. Anejos de AEspa XLVIII, 1997, p. 91-103, láms. 6b-7.

BORGES, A. **A construção da Paisagem Imperial nas cidades da Lusitânia**: um estudo comparado das formas de integração das elites provinciais entre os séculos I a. C. e III d.C. (Catálogo da Tese). Rio de Janeiro: PPGHC, 2016, p. 406.

Acervo Online: HEpOnl 21492

Nº de Registro: 244		Palavra-Chave: tria nomina, tribo, sacerdote imperial (Flâmine).
A. Localização e Dados Gerais		Imagem
Procedência	Encontrada em Mérida, Badajoz, Estremadura, Espanha.	
Localização	MNAR – Mérida/Es.	
Nº do Inventário	-	
Tipologia	Não Encontrada.	
Material	Não Encontrado.	
Medidas	Não Encontradas.	
Descrição: Não Encontrada.		
B. Inscrição		
C(aius) Pompeius L(uci) f(ilius) Pap(iria) Priscus / flam(en) col(oniae) IIVir flam(en) pr(ovinciae) Lusit(aniae) / huic ordo decrevit loc(um) sepult(urae) / impens(am) funer(is) statuam et laudat(ionem) / ann(or)um XXXVII h(ic) s(itus) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(evis)		
Interpretação ⁴⁴⁰		
Aqui jaz Caio Pompeu, filho de Lucio Prisco, da Tribo Papíria, flâmine colonial, duúnviro, flâmine da província da Lusitânia. A ele o conselho (municipal) decretou o local da sepultura e dedicaram-lhe a estátua e o elogio fúnebres. 38 anos, que a terra te seja leve.		
C. Comentário Histórico		
O registro, como analisado por Borges e García Iglesias, faz referência a Caio Pompeu, flâmine, duúnviro e associado ao culto imperial. Por integrar a tribo Papíria, era um cidadão romano, por sua carreira associada ao sacerdócio, é um homem de elite e percebemos a presença de seu <i>tria nomina</i> . Assim utilizamos do registro para entender como o convívio com a cultura imperial está presente no exercício dos cargos, no		

⁴⁴⁰ Tradução por Borges (2016).

cumprimento de deveres perante o império e também nas celebrações fúnebres dos indivíduos emeritenses. Mesmo com a datação imprecisa, utilizamos a inscrição no *corpus* para relacioná-la a vivência na cidade e os aspectos culturais e políticos que o pertencer a um cargo desse porte proporcionava a um indivíduo.

Possuir a cidadania romana/latina, falar latim e ocupar um cargo de prestígio na cidade marca a vivência do indivíduo com sua proeminência social. A própria inscrição acima remete a um elogio fúnebre, a associação desse homem as práticas imperiais estão claras dado seu exercício dentro da administração provincial e dos cultos públicos.


Datação: Não Atribuída

D. Bibliografia

GARCÍA IGLESIAS, Luis. **Epigrafía romana de Augusta Emerita**, Madrid: Universidad Complutense de Madrid (Tesis doctoral inédita), 1973. Lám., 112.

BORGES, A. **A construção da Paisagem Imperial nas cidades da Lusitânia**: um estudo comparado das formas de integração das elites provinciais entre os séculos I a. C. e III d.C. (Catálogo da Tese). Rio de Janeiro: PPGHC, 2016, p. 363.

Acervo Online: HEpOnl 20175

Nº de Registro: 031		Palavra-Chave: dedicação imperial.
A. Localização e Dados Gerais		Imagem
Procedência	Encontrada em 1758 no Hospital de Jesús, zona do atual Parador Nacional, Mérida, Badajoz, Estremadura, Espanha.	 <p>HISPANIA Dibujo del pedestal de Tiberio del manuscrito inédito de Forner EPIGRAPHICA del Museo Nacional de Arte Romano de Mérida).</p>
Localização	O suporte foi destruído para a construção da borda da cisterna do Hospital de Jesús.	
Nº do Inventário	-----	
Tipologia	Não Encontrada.	
Material	Não Encontrado.	
Medidas	105 x 105 x 29 cm	
Descrição: Inscrição bastante picada com letras de grandes proporções, lidas com clareza.		
B. Inscrição		
Tib(erio) · Caesari / divi · Augusti · f(ilio)		
Interpretação		
A Tibério Cesar, filho do Divino Augusto		
C. Comentário Histórico		
Previamente analisada por Chamizo (2005, p. 278) e Borges (2016, p. 400), a inscrição integra o conjunto epigráfico votivo a figura do Imperador divinizado. Possivelmente relacionada ao culto imperial.		
Datação: Não Atribuída.		
D. Bibliografia		
SAQUETE CHAMIZO, J. L. ‘Materiales epigráficos procedentes del área del gran templo de culto imperial de Augusta Emerita: una revisión necesaria’. Revista Habis 36, 2005, p. 278-281, fig. 1.		

BORGES, A. A construção da Paisagem Imperial nas cidades da Lusitânia: um estudo comparado das formas de integração das elites provinciais entre os séculos I a. C. e III d.C. (Catálogo da Tese). Rio de Janeiro: PPGHC, 2016, p. 400.

Acervo Online: HEpOnl 25668

Nº de Registro: 033		Palavra-Chave: tria nomina, tribo, administração colonial, administração provincial.
A. Localização e Dados Gerais		Imagem
Procedência	Encontrada durante as escavações realizadas entre 1934 e 1936 por Floriano no “Molino de Pancaliente”, Mérida, Badajoz, Estremadura, Espanha.	
Localização	MNAR – Mérida/Es.	
Nº do Inventário	-	
Tipologia	Lápide.	
Material	Mármore.	
Medidas	(102) x (60) x 16,5 cm.	
Descrição: Fragmento de uma lápide rompida na parte superior (especialmente no lado direito e um pouco menos no esquerdo). Conserva molduras laterais que permitem calcular a amplitude do espaço perdido nas linhas incompletas.		
B. Inscrição		
[- - -]C[- - - / - - -]i Saelia[n(o) - - - / - - -]o Rufo Iulian[o / co(n)s(uli)] proco(n)s(uli) prov(inciae) / [Af]ric(ae) VIIvir(o) epul(onum) / [fet]iali sodali Flavi/[a]li Titiali / ex testamento / T(iti) Aemili T(iti) f(ili) Pap(iria) / Saturnini		
Interpretação		

---]C[---/---]i Saeliano ---/---]o Rufo Juliano, cônsul, proconsul da província da África, duunviro das festas e banquetes públicos, fecial do colégio dos Tito Flavios. Por testamento de Tito Aemilio Saturnino, filho de Tito, da tribo Papiria.

C. Comentário Histórico

A inscrição foi interpretada por Borges (2016, p. 401) a partir da presença de três personagens importantes: um C. Saeliano, um Rufo Juliano e um Tito Aemilio Saturnino. Rufo Juliano foi cônsul, proconsul da província da África, duunviro dos baquetes e Feacial dos Tito Flavios; Tito Aemilio Saturnino apresenta o *tria nomina* que o associa aos *Aemili*, *gen* conhecida na região e que torna-se progressivamente mais presente na Península Ibérica a partir do período tardo-republicano e início do principado. Além de registrar a filiação a tribo Papiria, sendo assim um cidadão romano (tanto pela vinculação aos *Aemilii* como também pelo pertencimento a uma tribo que lhe concedia direitos e privilégios sociais).

Caballos Rufino (1990) disserta que nem sempre podemos perceber pela epigrafia a descendência dos governadores e cidadãos da Hispânia, contudo, no caso de Rufo Juliano, pelo seu *cursus honorum*, temos algumas informações disponíveis a partir dos cargos políticos e administrativos que ocupou em vida. Isto é, podemos inferir que ele foi um indivíduo que circulou entre as províncias ocidentais, sobretudo, África, Hispania, além do centro imperial. Pela ausência de mais informações sobre sua *origo*, ficamos incapacitados de afirmar se é natural da Península Ibérica. No mais, trata-se de um indivíduo notável dentro da dinâmica imperial.

Em linhas gerais, os três indivíduos são proeminentes socialmente, dado o fato de que somente possuir a cidadania romana já os integra à dinâmica imperial, mas com o adicional da descrição da carreira política, sobretudo no caso de Rufo Juliano, há a relação próxima entre esses indivíduos e as *gens* que integram a partir da menção onomástica.


Datação: 100 – 200 d.C.

D. Bibliografia

CABALLOS RUFINO, A. Los senadores hispanorromanos y la romanización de Hispania (siglos I – III p.C.). Tomo I: Prosopografía. Écija: Editorial Grafica Sol, 1990.

BORGES, A. **A construção da Paisagem Imperial nas cidades da Lusitânia:** um estudo comparado das formas de integração das elites provinciais entre os séculos I a. C. e III d.C. (Catálogo da Tese). Rio de Janeiro: PPGHC, 2016, p. 411.

Acervo Online: HEpOnl 16754

Nº de Registro: 247		Palavra-Chave: tria nomina, exército.
A. Localização e Dados Gerais		Imagem
Procedência	Encontrada em Mérida, Badajoz, Extremadura, Espanha.	
Localização	MNAR – Mérida/Es.	
Nº do Inventário	-	
Tipologia	Placa-Epitáfio.	
Material	Mármore.	
Medidas	29 x 40 x 5 cm.	
Descrição: Placa de Mármore.		
B. Inscrição		
M(arcus) . Tavonius . / M(arci) . f(ilius) . Rom(ilia) . Firmus . / dom(o) . Ateste . mil(es) . / leg(ionis) . VI . Victr(icis) . (centuria) . P(ubli) . Sexti / an(norum) . XXX . Era(orum) . XI . H(ic) . S(itus) . E(st) . / s(it) . T(ibi) . T(erra) . L(evis) .		
Interpretação ⁴⁴¹		
Marco Tavonio Firmo, filho de Marcio, da tribo Romilia, domiciliado em Ateste, soldado da legião VI Victrix na centúria de Publio Sexto, de 30 anos, da ERAORUM (?) XI, aqui jaz, que a terra vos seja leve.		
C. Comentário Histórico		
A placa funerária faz referência ao epitáfio de Marco Tavonio Firmo, um indivíduo que, provavelmente, pertenceu a primeira leva de colonos veteranos instalados em Mérida durante a fundação da cidade. Borges (2016, p. 372) aponta que o nome Victrix foi atribuído à legião por Nero. Talvez, então, estejamos falando de um dos descendentes desses primeiros colonos emeritenses.		

⁴⁴¹ Tradução por Carezo Magán (1968) e Borgs (2016).

Fazemos referência a essa epígrafe pelo papel desempenhado pelo exército em Emérita, assim como em outras partes do Império, na administração colonial, adoção do latim e propagação dos costumes romanos. O exército é por nós encarado como uma célula com diversos agentes propagadores dos costumes romanos nas áreas provinciais. A partir do assentamento dos veteranos na Hispania, há uma diversificação de práticas sociais na região que vão ser encontradas na sociedade emeritense.

Datação: Governo do Nero.

D. Bibliografia

CEREZO MAGÁN, M. "Miscelánea epigráfica. Inscripciones de la provincia de Badajoz", *Emerita*, v. 36, p. 318, 1968, lám. 3.

BORGES, A. **A construção da Paisagem Imperial nas cidades da Lusitânia:** um estudo comparado das formas de integração das elites provinciais entre os séculos I a. C. e III d.C. (Catálogo da Tese). Rio de Janeiro: PPGHC, 2016, p. 372.

Acervo Online: HEpOnl 20205

Epigrafias vinculadas a gen dos Iulius

Nº de Registro: 24219		Palavra-Chave: Religião, Ataecina, voto.
A. Localização e Dados Gerais		Imagem
Procedência	Mérida, Badajóz.	
Localização	MNAR – Mérida.	
Nº do Inventário	Não Registrado.	
Tipologia	Votiva.	
Material	Mármore	
Medidas	33 x 14 x 0,9 cm.	
Descrição: Ara de mármore branco com base sem o ângulo esquerdo e coroa deteriorada. Apresenta uma estrutura danificada na parte de trás e possui os lados lisos.		
B. Inscrição		
Deae • Sanc(tae) • / Turib(rigensi) • / L(ucius) • Iuventi/us • Iulia/nus • a(nimo) • l(ibens) • v(otum) • s(olvit)		
Interpretação: Para a santa deusa turibrigense, Lúcio Iuventius Juliano cumpriu com prazer o voto que havia feito.		
C. Comentário Histórico		
<p>O texto epigráfico faz referência a um voto a santa deusa turibrigense, por Lúcio Iuventius Juliano, como forma de agradecer a um pedido. Percebemos, então, uma mistura nas manifestações religiosas ibéricas, com o amplo mundo da religiosidade arcaica mediterrânea, tomando como ponto de partida os materiais arqueológicos que nos mostram essas alusões a partir de representações que fluem entre práticas itálicas, ibéricas, etruscas e orientais.</p> <p>A deusa é identificada como Ataecina, dado o adjetivo geográfico especificamente exclusivo da divindade. A abreviatura do texto epigráfico concebida por García Iglesias também pode</p>		


ser Turib./Turibi como Turibi(gensis). O uso do tria nomina e paleografia são típicos da segunda metade do século I ou início do século II d.C.

Datação: I – II d.C.

D. Bibliografia

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. **Diccionario de las Religiones Prerromanas en Hispania**, Madrid: Istmo, 1975, p. 142-143.

Acervo Online: HISPANIA EPIGRÁFICA. **Ex voto a la santa diosa Turibirgense.**
Disponível em: http://eda-bea.es/pub/record_card_2.php?refpage=%2Fpub%2Fsearch_select.php&quicksearch=Iulia+Augusta+Emerita&page=26&rec=24219. Acesso em 29 de julho de 2023.


Nº de Registro: 16803		Palavra-Chave: tria nomina, <i>incolae</i> .
A. Localização e Dados Gerais		Imagem
Procedência	Mérida, Badajoz.	
Localização	MNAR - Mérida	
Nº do Inventário	Não Registrado	
Tipologia	Epitáfio.	
Material	Mármore	
Medidas	52 x 25 cm.	
<p>Descrição: Ara de mármore acinzentado decorada por motivos ovais em arcos pontiagudos e pontas de lança. Possui uma coroa com um par duplo de espirais. A moldagem está danificada no lado direito.</p>		
B. Inscrição		
D(is) M(anibus) s(acrum) / G(aius) Lancius / Iulianus / an(norum) XVI / h(ic) s(itus) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(evis) / Iul(ia) Proba mater / filio piissimo faci/endum curavit		
<p>Interpretação: Consagrados aos deuses Manes, Gaius Lancius Iulianus, de 16 anos. Aqui está enterrado, que a terra te seja leve. Sua mãe, Iulia Proba, mandou fazer para seu precioso filho.</p>		
C. Comentário Histórico		
<p>Pelo <i>tria nomina</i>, há a indicação que Gaius Lancius é um cidadão de pelo direito, um <i>ingenuus</i> integrado à cultura romana. Tanto a mãe, como também o filho, são considerados por Ramírez Sábada, como indígenas integrados à sociedade emeritense. Se a família de Lancius era realmente indígena, tiveram que instalar-se inicialmente como <i>incolae</i> domiciliados em Augusta Emérita, tendo em vista que no momento da fundação somente os veteranos militares ali assentados eram <i>cives romani</i>.</p> <p>Outro aspecto fornecido é a cronologia, que data a peça a meados do século II d.C., justificase a escola devido a própria tipologia do documento, ao aparecimento da abreviatura aos deuses manes, o <i>cognomen</i> do falecido com o sufixo -ianus, e o aparecimento do termo de afeto (<i>filio piissimo</i>) relativamente raro no primeiro século.</p>		

Datação: meados do século II d.C.

D. Bibliografia

MURCIANO CALLES, José María; ALONSO, Javier. El hito funerario de G. Lancius Iulianus. educación y escritura en Augusta Emerita. Mérida, **Anas**, n. 24, p. 213-229, 2011.

Acervo Online: HISPANIA EPIGRAPHICA. **Epitáfio de G. Lancius Iulianus.** Disponível em: https://edabea.es/pub/record_card_1.php?refpage=%2Fpub%2Fsearch_select.php&quicksearch=Gaius+Lancius+Iulianus&rec=16803. Acesso em 26 de julho de 2023.

Nº de Registro: 24478		Palavra-Chave: libertos, tria nomina, origem.
A. Localização e Dados Gerais		Imagem
Procedência	Mérida, Badajoz, Extremadura, Espanha. Entregue por Ángel Vivas.	
Localização	MNAR – Mérida.	
Nº do Inventário	-	
Tipologia	Estela honorífica.	
Material	Mármore.	
Medidas	(26) x 18 x 3,5.	
Descrição: O suporte corresponde à metade central de uma estela de mármore, dividida em dois fragmentos interligados, que seguramente não continham nenhum texto na parte inferior. Uma linha incisa paralela às bordas direita e esquerda delimita o campo epigráfico.		
B. Inscrição		
----- / Augustob(rigensi) / Hispano / C(aius) Iulius / Nectar(eus?) / lib(ertus) / posuit		
Interpretação ⁴⁴² A [-----], de Augustóbriga, hispânico, Caio Iulio Nectáreo, seu liberto, encomendou.		
C. Comentário Histórico		
O fragmento é de uma possível estela, um epitáfio honorífico, erigida para comemorar um imigrante de Augustobriga em Augusta Emérita. Sua identificação étnica – <i>Augustob(rigensi)</i> – e por sua origem regional – <i>Hispano</i> – é rara, e carece de paralelos. Já o <i>Cognomen</i> do liberto aparece na forma de NECTAR, na linha 5, contudo, de acordo com Edmondson e Murciano Calles (2012, p. 133), não existem paralelos para esse <i>cognomen</i> grego em nenhuma parte do Império Romano, se nos referirmos, no entanto, ao liberto como		

⁴⁴² Tradução por Edmondson e Murciano Calles (2013).

Nectar(eus?) ou *Nectar(ius?)*, o *cognomen* é conhecido, porém ainda pouco difundido no universo romano.

Datação: II d.C.


D. Bibliografia

EDMONDOSON, Jonathan; MURCIANO CALLES, José María. Las Estelas Funerarias Marmóreas de Augusta Emerita: novedades, revisiones y apuntes tipológicos, técnicos e iconográficos. *Anas*, Mérida, n. 25-26, p. 133-17, 2012/2013.

Acervo Online: HISPAIA EPIGRAPHICA. **Inscrição realizada por C. Iulius Nectar.**

Disponível em: [http://eda-](http://eda-bea.es/pub/record_card_1.php?refpage=%2Fpub%2Fsearch_select.php&quicksearch=iulius)

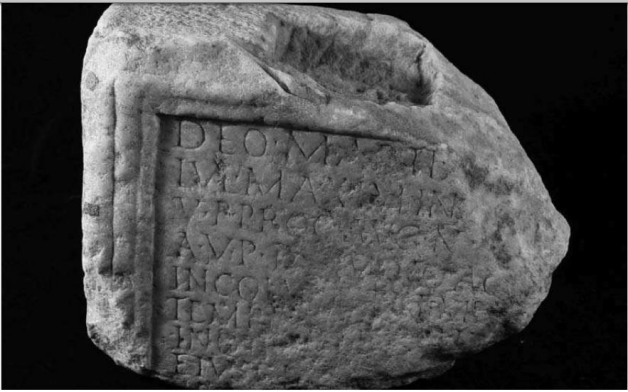
[bea.es/pub/record_card_1.php?refpage=%2Fpub%2Fsearch_select.php&quicksearch=iulius](http://eda-bea.es/pub/record_card_1.php?refpage=%2Fpub%2Fsearch_select.php&quicksearch=iulius)
&page=18&rec=24478 Acesso me 25 de junho de 2023.

Nº de Registro: -----		Palavra-Chave: <i>Iulius</i> .
A. Localização e Dados Gerais		Imagem
Procedência	Mérida, Espanha.	
Localização	MNAR.	
Nº do Inventário	7490.	
Tipologia	Estela.	
Material	Mármore	
Medidas	36,5 x 26,6 cm.	
<p>Descrição: Estela de mármore de cor creme com veios acinzentados do tipo encontrado em Extremoz. Sua parte superior e contato inferior direito sofreram fraturas que causaram a perda da primeira linha de consagração ao Dis Manes e os traços superiores das três primeiras letras da linha 2.</p>		
B. Inscrição		
<p>[Dis] Manibus sacrum Iulia Vitula • ann(orum) XXX h(ic) • s(ita) • e(st) • s(it) • t(ibi) • t(erra) • l(evis) •</p>		
<p>Interpretação⁴⁴³</p> <p>Consagrado aos deuses Manes, Júlia Vitula de 30 anos. Aqui jaz. Que a terra lhe seja leve.</p>		
C. Comentário Histórico		
<p>O epitáfio, segundo Edmondson e Murciano Calles (2013, p. 133) conservava a memória de uma mulher que morreu com 30 anos de idade. Não podemos designar sua condição social porque sua denominação não inclui filiação nem libertação. Sabe-se que o <i>cognimen</i> latino Vitulus (que significa bezerro/vitela) é mais documentado no centro urbano de Emérita. A vinculação a <i>gen</i> dos <i>Iulius</i> é clara, provavelmente possuía cidadania, mas aspectos mais precisos sobre sua condição social ainda são imprecisos.</p>		
Datação: II d.C.		
D. Bibliografia		

⁴⁴³ Tradução por Edmondson e Murciano Calles (2013).

EDMONDOSON, Jonathan; MURCIANO CALLES, José María. Las Estelas Funerarias Marmóreas de Augusta Emerita: novedades, revisiones y apuntes tipológicos, técnicos e iconográficos. **Anas**, Mérida, n. 25-26, p. 133-17, 2012/2013.


Acervo Online:

Nº de Registro: 26866		Palavra-Chave: culto imperial.
A. Localização e Dados Gerais		Imagem
Procedência	Mérida, Badajoz, Extremadura, Espanha.	 <p>HISPANIA EPIGRAPHICA</p>
Localização	MBAR – Mérida.	
Nº do Inventário	-----	
Tipologia	Ara.	
Material	Pedra.	
Medidas	23,1 x 29,5 x 11,5 cm.	
Descrição: o pedestal está quebrado na parte inferior e seu lado direito está muito danificado, especialmente na parte superior e inferior da pedra.		
B. Inscrição		
Deo Marti A[ug(usto)] / Iul(ius) Maximinu[s] / v(ir) p(erfectissimus) proc(urator) Aug(usti) n(ostri) / a(gens) v(ice) p(raesidis) p(rovinciae) [L(usitaniae) ex] voto ac [p(ro)] / incolum[i]ta(te) temp[or(um)] / templ[i] por[t]icus res[ti]t[ui]t[ur] / in q[ui]b[us] sig[n]a [dei cum imag(inibus)] / eius cl[ipeisq]ue dedicav(it)		
Interpretação ⁴⁴⁴		
Para o deus Marte Aug(ustus). Iul(ius) Maximus, vir perfectissimus, procurador do nosso Aug(ustus), agindo no lugar do governador da província da Lusitânia, no cumprimento de um voto em retorno pela segurança dos tempos [restaurando] os [pórticos] do templo [no qual ele dedicou estátuas do deus junto com imagens dele e escudos]		
C. Comentário Histórico		
Voto em dedicação ao Augusto divinizado, e devido ao contexto, de acordo com Edmondson (2007, p. 541), provavelmente estava localizado no centro urbano da cidade, no santuário da divindade à qual foi dedicada. Pela referência a segurança dos tempos, possivelmente também possuía, quando completa, um pedestal de suporte de bronze ou um busto de Marte junto a referências militares.		
Datação: II – III d.C.		
D. Bibliografia		

⁴⁴⁴ Tradução por Edmondson (2007).

EDMONDOSON, J. The Cult of Mars Augustus and Roman Imperial Power at Augusta Emerita (Lusitania) in the Third Century A.D.: a New Votive Dedication. In. BASARRATE, T. Nogales; GONZÁLEZ, T. (ed.). **Culto imperial: política e poder**. Roma: 'L'Erma' di Bretschneider, 2007, p. 541-575.

Acervo Online: HISPANIA EPIGRAPHICA. **Ara de Mármore**. Disponível em:
http://eda-bea.es/pub/record_card_1.php?refpage=%2Fpub%2Fsearch_select.php&quicksearch=iulius&page=20&rec=26866 Acesso em 24 de junho de 2023.

Nº de Registro: 24886		Palavra-Chave: Altar, Origo, Irmão.
A. Localização e Dados Gerais		Imagem
Procedência	Mérida, Badajóz, Estremadura, Espanha.	
Localização	MNAR – Mérida.	
Nº do Inventário	-----	
Tipologia	Altar.	
Material	Granito.	
Medidas	90 x 51 x 36.	
Descrição: Não apresentada.		
B. Inscrição		
Dis Manibus / sacrum / Lupi Rufi f(ilius) / Aemi[nie]nsis / Q(uintus) Iulius [Ruf]inus / frater / d(e) s(ua) p(ecunia) f(aciendum) c(uravit)		
Interpretação ⁴⁴⁵		
Aos manes / Sagrado/ Lupi Rufi Filius / Aeminium / Quintus Iulius Rufinus / irmão / Teve o cuidado de fazer com seu próprio dinheiro		
C. Comentário Histórico		
<p>Se, como bem afirma Edmondson (2004, p. 363), as epigrafias funerárias nos permitem localizar os indivíduos em seu contexto familiar, o presente registro material nos auxilia a entender o arranjo dos estrados sociais da população da colônia emeritense.</p> <p>Percebe-se, a partir do altar encomendado por Iulius Rufinus para o seu irmão, um caso perplexo que relata imigrantes de Aeminium, que, no caso de Rufinus, apresentam um <i>tria nomina</i>, sendo assim cidadão romano ou ao menos latino; enquanto, pela nomenclatura, Lupi Rufi, era peregrino. A própria utilização do termo <i>fater</i> na inscrição ainda é imprecisa,</p>		

⁴⁴⁵ Tradução por Edmondson (2004).

possivelmente usada para designar o que equivale a “colega”, sem designar um vínculo estrito de parentesco. No entanto, de acordo com os nomes e a forma como são colocados na inscrição, o *cognomen* do Lupi parece ter uma derivação em comum do nome do mesmo pai – *Rufus*, por isso iremos assumir que são irmãos.

Os irmãos são documentados em uma das primeiras aras funerárias da colônia, datadas no primeiro século d.C., época em que Vespasiano havia beneficiado toda a Península Ibérica com o *ius Latii*, outro aspecto importante que utilizamos como base para inferir que tratam-se de cidadãos latinos que tiveram um monumento erguido em Emérita. Aeminuim (hoje Coimbra), neste momento, convertida em *Oppidum iuris Latinini*, teve seus cidadãos classificados como *cives latini*, isto é, cidadãos romanos.

Pelas palavras de Edmondson: “Lupus Rufi f. nació cuando la comunidad de Aeminium era civitas stipendiaria, pero al contrario su hermano, Q. Iulius Rufi nus, vino al mundo después de la concesión del derecho latino, en un momento cuando su padre Rufus se convirtió en ciudadano latino, lo que marcó con un cambio de nombre en Q. Iulius Rufus” (2004, p. 363).

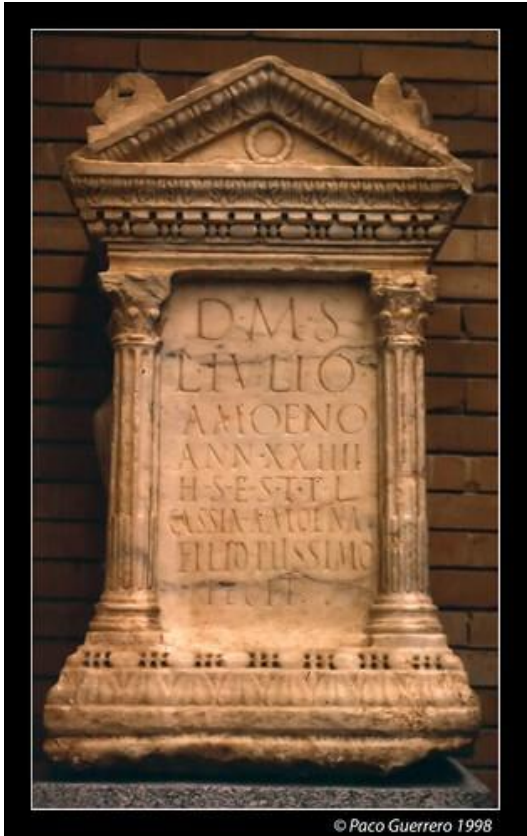
Datação: I d.C.

D. Bibliografia

GARCÍA Y BELLIDO. “Parerga de arqueología y epigrafía hispano-romanas”, *AEspA*, 33, 1960, 180, nº 3, fig. 28.

EDMONDSON, J. Los monumentos funerarios como espejo de la sociedad emeritense: secretos y problemas sociofamiliares a la luz de la epigrafía. In. T. Nogales Basarrate (ed.) **Augusta Emerita**. Territorios, Espacios, Imágenes y Gentes en Lusitania Romanana, Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2004.

Acervo Online: HISPANIA EPIGRAPHICA. **Epitáfio de Lupus**. Disponível em: http://eda-bea.es/pub/record_card_1.php?refpage=%2Fpub%2Fsearch_select.php&quicksearch=iulius&page=18&rec=24886 Acesso em 24 de junho de 2023.

Nº de Registro: No. 24236		Palavra-Chave: Tria nomina. Epitáfio.
A. Localização e Dados Gerais		Imagem
Procedência	Foi encontrado numa casa na Calle Marquesa de Pinares, propriedade de D. Juan Vinagre.	 <p style="text-align: right; font-size: small;">© Paco Guerrero 1998</p>
Localização	Museu Nacional de Arte Romana – Mérida.	
Nº do Inventário	-----	
Tipologia	Ara Funerária.	
Material	Mármore.	
Medidas	77 x 45,5 x 30,5.	
<p>Descrição: Ara sepulcral de mármore branco na forma de um templo. A inscrição é emoldurada entre o pódio, colunas coríntias e frontispício. O frontão as cornijas, a arquitrave e o pódio são profusamente decorados com motivos vegetais estilizados, variante do cimácio lésbico, por balcões, folhas de acanto, dentadas e, em vão do frontão uma coroa insolada. Em ambos os lados do frontão carrega as duas protuberâncias superiores, ligeiramente danificados, como acróteras. No topo há focos circulares.</p>		
B. Inscrição		
D(is) • M(anibus) • S(acrum) / L(ucio) • Iulio / Amoeno / ann(or)um • XXIII / h(ic) • s(itus) • e(st) • s(it) • t(ibi) • t(erra) • l(evis) / Cassia • Amoena / filio • piisimo / fecit		
<p>Interpretação:</p> <p>Consagrado aos deuses Manes. Lúcio Júlio Amoeno, 21 anos, jaz enterrado aqui, que a terra seja leve para você. Cassia Amoena fez este monumento para o seu filho mais piedoso.</p>		
C. Comentário Histórico		

Epitáfio de um jovem de 21 anos, pertencente a *gen* dos *Iulii*, provavelmente cidadão romano devido a sua vinculação onomástica, em dedicação, temos o monumento encomendado por sua mãe, Cássia Amoena.

O monumento seguia todos os requisitos para os ritos fúnebres na sociedade emeritense, na demonstração de riqueza, na construção da memória social do defunto, e da ornamentação da peça localizada da necrópole da cidade.


Datação: primeira metade do século I d.C.

D. Bibliografia

GARCÍA Y BELLIDO, A. **Esculturas romanas de Espanha e Portugal**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1949, p. 303, lám. 243.

LEÓN, Abel Morcillo; MARTÍN, Nova Barrero. Los monumentos funerarios hispanorromanos y su epigrafía en el Museo Nacional de Arte Romano de Mérida. Una propuesta didáctica para alumnos de Cultura Clásica y Latín de ESO y del Bachillerato, **Tejuelo**, nº 7, p. 176-206, 2010.

Acervo Online: HISPANIA EPIGRAPHICA. **Epitáfio de L. Julio Ameono**. [HispaniaEpigraphica Base de Dados Online - Cartão de Registo \(eda-bea.es\)](http://HispaniaEpigraphica Base de Datos Online - Cartão de Registo (eda-bea.es)). Acesso em 26 de julho de 2023.


Nº de Registro: 25228		Palavra-Chave: Epitáfio, <i>Iulius</i> , Exército.
A. Localização e Dados Gerais		Imagem
Procedência	Mérida, Badajoz, Extremadura, Espanha - Mudou-se para o castelo de Navas del Marqués.	
Localização	MNAR - Mérida	
Nº do Inventário	20223	
Tipologia	Ara.	
Material	Mármore.	
Medidas	-----	
Descrição: -----		
B. Inscrição		
D(is) • M(anibus) / Lebisiniae • Auges / P(ublius) • Cussius • Phoebianus / proc(urator) • Aug(usti) • maritus • et / M(arcus) • Iulius • Verianus / filius •		
Interpretação ⁴⁴⁶		
Aos manes / Lebisiane Auges / P(ublius) Cassius Phoebianus / Pro(curador) de Aug(usto), marido e / filho M(arcus) Iulianus Verianus		
C. Comentário Histórico		
Essa lápide faz parte de um conjunto epigráfico que há muito pensava-se estar perdido (HÜBNER, 1894, p. 469), as letras são do século II, e fazem referência a um dos procuradores do imperador na província da Lusitânia, funcionários pertencentes à ordem equestre. O nome da mulher Lebisinia Auge é inteiramente novo e tem um caráter peregrino, sendo assim, não podemos determinar se possui origem ibérica, celta ou africana. Sabe-se que, como o filho M. Julio Veriano não possui o nome de P. Cassius, o indivíduo provavelmente era filho de sua mãe em um primeiro casamento com um Júlio.		
Datação: II d.C.		

⁴⁴⁶ Tradução nossa.

D. Bibliografia

E. Hübner. Inscripciones romanas de Mérida, BRAH 25, 1894, p. 469-470, nº 7.

Acervo Online: HISPANIA EPIGRAPHICA. **Epitáfio de Lebisinia Auge.** Disponível em: http://eda-bea.es/pub/record_card_2.php?refpage=%2Fpub%2Fsearch_select.php&quicksearch=iulius&page=19&rec=25228. Acesso às 26 de junho de 2023.

Nº de Registro: 22586		Palavra-Chave: Família, Libertos, Enterro.
A. Localização e Dados Gerais		Imagem
Procedência	Encontrada no dintel de entrada do túmulo, identificada pelos proprietários. Mérida, Badajoz, Estremadura, Espanha.	
Localização	MNAR – Mérida.	
Nº do Inventário	---	
Tipologia	Tábula.	
Material	Mármore.	
Medidas	36 x 55 x 4,5.	
Descrição: Placa retangular simples, quebrada em três dos seus ângulos, com quatro linhas de inscrição e embutida na entrada do túmulo.		
B. Inscrição		
C(aius) • Iulius • C(ai) • I(ibertus) • Felix / Quinta • Caecilia / (C invertido) (mulieris) • I(iberta) • Mauriola • s(it) • t(ibi) • t(erra) • I(evis) / C(aius) • Iulius • Modestus • ann(orum) • XXVII		
Interpretação ⁴⁴⁷		
Caio Júlio Feliz, Liberto de Caio. Quinta Cecília Mauriola, mulher liberta, que a terra lhe seja leve. Caio Júlio Modesto, 27 anos.		
C. Comentário Histórico		
Como observado nas características paleográficas, há uma diferença entre as letras esculpidas na tábula de mármore, o que indica que o epitáfio foi inicialmente feito aos dois primeiros sujeitos, sendo marido e mulher. O nome do terceiro provavelmente pertence ao filho do casal. A mulher possui <i>praenomen</i> , aspecto raro dentro da epigráfica latina e juridicamente impróprio. Pode ser natural da Mauritânia, devido ao apelido de Mariola – que por terminar com o sufixo <i>iola</i> possui valor afetivo. A inscrição pode ser datada entre o período de Tibério		

⁴⁴⁷ Tradução por Edmondson (2004).

e o governo de Cláudio. Nos ateremos a cronologia que a relaciona ao governo de Cláudio (entre 41 e 54 d.C.).


Datação: Cláudio (c. 41-54 d.C.)

D. Bibliografia

MÁRQUEZ, J. Os Columbários. Arquitectura e Paisagem Funerária, Mérida: IAM (Ataecina 2), 2007.

Acervo Online: HISPANIA EPIGRAPHICA. **Epitafio de libetos, los Iulii.** Disponível em: http://eda-bea.es/pub/record_card_1.php?refpage=%2Fpub%2Fsearch_select.php&quicksearch=iulius&page=15&rec=22586. Acesso em 27 de junho de 2023.

Epigrafias vinculadas a gen dos Aemilius

Nº de Registro: 24225		Palavra-Chave: Libertos.
A. Localização e Dados Gerais		Imagem
Procedência	Mérida, Badajoz, Extremadura, Espanha. Encontrado durante as obras de fundação do Quartel de Artilharia, na parte oriental da cidade.	
Localização	MNAR – Mérida.	
Nº do Inventário	n. 666.	
Tipologia	Funerária.	
Material	Mármore.	
Medidas	48 x 47 x 3,5.	
Descrição: Placa de mármore branco. Um pouco mais alta na parte esquerda que a direita, e mais ampla na parte inferior que no topo.		
B. Inscrição		
Cn(aeus) · Aemilius / Amandae · l(ibertus) / Iucundus · h(ic) · s(itus) · e(st) / s(it) · t(ibi) · t(erra) · l(evis) / Cn(aeus) · Aemilius · Servo/lus · an(norum) · XXII · h(ic) · s(itus) · e(st) · s(it) · t(ibi) · t(erra) l(evis) / Cn(aeus) · Aemilius · Cn(aei) · f(ilius) · Pap(iria tribu) / Callaecus · an(norum) · XXIIIX · h(ic) s(itus) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) · l(evis)		
Interpretação ⁴⁴⁸ : A Cneu Emílio Iucundo, liberto de Amanda, aqui jaz enterrado, que a terra te seja leve. Cneu Emílio Servolo, 22 anos, jaz enterrado aqui, que a terra te seja leve. Cneu Emílio Caleco, filho de Cneu, da tribo Papiria, 28 anos, jaz enterrado aqui, que a terra te seja leve.		
C. Comentário Histórico		
A inscrição é uma dedicação funerária aos libertos de Aemilia Amanda, totalizando três libertos. A placa foi originalmente designada para comemorar Cneu Emílio Iucundo, devido		

⁴⁴⁸ Tradução por Edmondson (2008) para o espanhol, a tradução ao português é nossa.

as características paleográficas. *Iucundus* era comumente um cognome possuído por ex-escravos em Emérita (Edmondson, 2008, p. 168). O segundo, Servolo, não podemos designar com precisão se era um liberto ou um indivíduo nascido livre, o próprio cognomen “*Servolus*”, significa, pela análise de Edmondson (2004, p. 75), “pequeno escravo”; contudo, se ele fosse livre desde nascimento, possivelmente seu nome possuiria o cognome “*ingenuus*”, contudo, indicamos sua liberdade devido a vinculação com os outros indivíduos do texto epigráfico.

Em contrapartida, o terceiro indivíduo citado não deixa dúvidas perante seu status: era livre e cidadão romano. Participante da tribo Papiria, de Emérita, pode ter sido filho do *Iucundus*, nascido depois da manumissão de seus pais. Por ser integrante de uma tribo da cidade, ganhou notoriedade nos círculos sociais de Emérita, tornando-se um membro respeitável e aceito na comunidade. A escolha do cognome do filho ser “*Calleacus*”, é de destaque e um pouco rara. A cidade foi fundada e povoada por veteranos militares, em 25 d.C., e esse nome faz referência a outro grupo étnico local do noroeste da península, os *Gallaeci*, podendo indicar, como analisado por Edmondson, uma importância ideológica que Emérita possui, no contexto das vitórias militares romanas – e expressa pela adoção onomástica –, contra as forças das tribos do norte da província.

Datação: I d.C.

D. Bibliografia

NAVARRO DEL CASTILLO, V. **Historia de Mérida y pueblos de su comarca**. Mérida: Extremadura La Muralla, 1975, p. 155.

EDMONDSON, Jonathan. Amanda’s Former Slaves: Epigraphy, Archaeology and Social History at Augusta Emerita (Mérida). In: LA ROCCA, Eugenio; LEÓN, Pilar; PRESICCE, Claudio Parisi. (eds.). **Le due patrie acquisite. Studi di archeologia dedicati a Walter Trillmich** (= Bullettino della Commissione Archeologica Comunale di Roma. Supplementi 18), Roma, 2008, p. 163-173.

Acervo Online: HISPANIA EPIGRAPHICA. **Epitafio de Cneo Emilio Iucundo, liberto de amanda, y sus hijos Cneo Emilio Servolo y Cneo Emilio Caleco**. Disponível em: https://eda-bea.es/pub/record_card_1.php?refpage=%2Fpub%2Fsearch_select.php&quicksearch=Cn%28aeus%29+%C2%B7+Aemilius+%2F+Amandae+&rec=24225 . Acesso em 15 de junho de 2023.

Nº de Registro: No. 15717		Palavra-Chave: Libertos.
A. Localização e Dados Gerais		Imagem
Procedência	Descoberto no quartel de artilharia. Mérida, Badajoz, Extremadura, Espanha.	
Localização	<i>Museu Nacional de Arte Romano – Mérida.</i>	
Nº do Inventário	n. 581.	
Tipologia	Placa.	
Material	Mármore.	
Medidas	51 x 43 x 4.	
Descrição: Placa de mármore branco. Tem incompleta a fórmula funerária final. Marcas de desgaste principalmente na parte inferior.		
B. Inscrição		
Cn(aeus) • Aemilius / Amandae • l(ibertus) / Fundanus / h(ic) • s(itus) • e(st) • s(it)		
Interpretação ⁴⁴⁹		
Cnaeus Aemilio / Liberto de Amanda / Fundanus / Aqui jáz enterrado		
C. Comentário Histórico		
Essa inscrição faz referência a um conjunto de placas funerárias para comemorar um grupo de libertos, outros escravos, de uma mulher chamada <i>Aemilia</i> Amanda, como bem aponta Edmondson (2008, p. 163). Embora conheçamos um número considerável de <i>Aemilii</i> na província da Lusitânia, sobretudo em Emérita, Amanda continua sendo um cognome raro, encontrado apenas em regiões próximas a Olisipo. Podemos inferir que, pela variedade de placas funerárias de ex-escravos dela, Amanda foi uma patrona influente. E pela fórmula presente na sua própria inscrição “ <i>dis manes militates</i> ”,		

⁴⁴⁹ Tradução por Edmondson (2008) para o espanhol, a adaptação ao português é nossa.

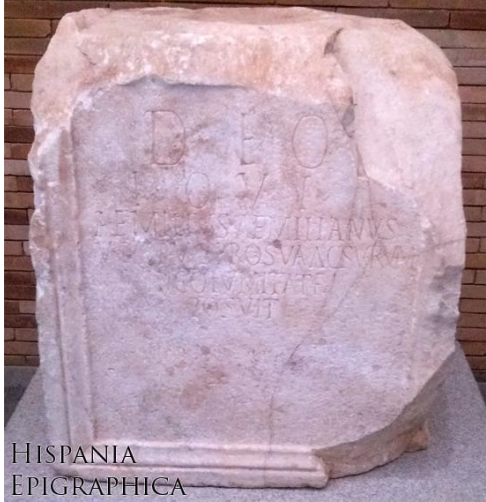
consideramos que esses registros materiais estão localizados na primeira metade do primeiro século d.C. A placa, simples e precisa, comemora outro liberto de Aemilia Amanda, semelhante ao caso anterior.

Datação: I d.C.


D. Bibliografia

EDMONDSON, Jonathan. Ex-Escravos de Amanda: Epigrafia, Arqueologia e História Social na Augusta Emérida (Mérida). In. LA ROCCA, Eugenio; LEÓN, Pilar; PRESICCE, Claudio Parisi. (eds.). **Le due patrie acquisite**. Studi di archeologia dedicati a Walter Trillmich. Roma: L'Erma di Bretschneider, 2008, p. 163-173.

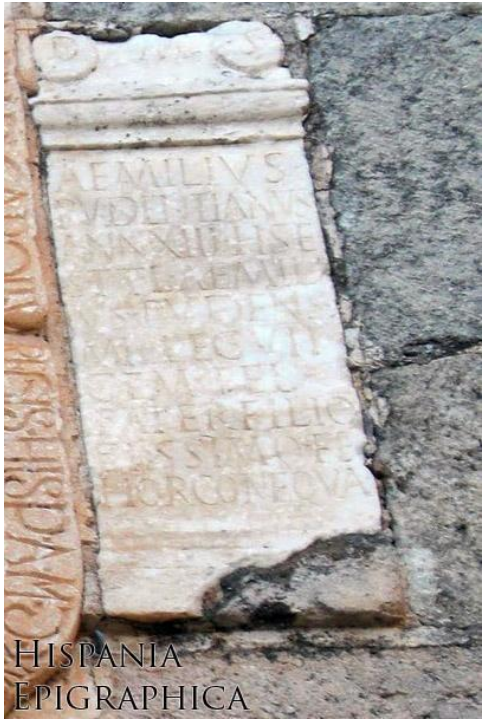
Acervo Online: HISPANIA EPIGRAFICA. **Epitáfio de Fundanus**. Disponível em: [HispaniaEpigraphica Base de Dados Online - Cartão de Registo \(eda-bea.es\)](http://HispaniaEpigraphica Base de Dados Online - Cartão de Registo (eda-bea.es)). Acesso em 26 de julho de 2023.

Nº de Registro: 20663		Palavra-Chave: religião, administração provincial.
A. Localização e Dados Gerais		Imagem
Procedência	Nas proximidades do fórum municipal em Mérida, Badajóz, Extremadura.	 <p>HISPANIA EPIGRAPHICA</p>
Localização	MNAR.	
Nº do Inventário	---	
Tipologia	Votivo.	
Material	Pedra.	
Medidas	-----	
Descrição: Placa votiva em pedra em dedicação ao deus Júpiter, com desgastes nas laterais.		
B. Inscrição		
Deo Iovi / Aemilius Aemilianus / v(ir) p(erfectissimus) p(raeses) p(rovinciae) u(lterioris) L(usitaniae) pro sua ac suorum / incolumitate / posuit		
Interpretação		
O deus Júpiter. Emílio Emiliano, cavaleiro e governador da província da Lusitânia Ulterior, pela sua integridade e de sua família, ergueu (o monumento).		
C. Comentário Histórico		
Pela designação da inscrição, podemos datá-la entre o século II e III d.C. a designação a Júpiter também é por vezes entendida como referência a Diocleciano, podendo também ser datada entre a época da tetrarquia, entre 285 e 326 d.C.		
Datação: I – IV d.C.		
D. Bibliografia		
RAMÍREZ SÁDABA, José Luis. Catálogo de las inscripciones imperiales de Augusta Emerita (Cuadernos Emeritenses, 21), Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2003.		

Acervo Online: HISPANIA EPIGRAPHICA. **Dedicación al Dios Júpiter.**
Disponível em: [HispaniaEpigraphica Base de Datos Online - Cartão de Registo \(edabea.es\)](http://HispaniaEpigraphica Base de Datos Online - Cartão de Registo (edabea.es)). Acesso em 26 de julho de 2023.

Nº de Registro: 24436		Palavra-Chave: tria nomina, filho, fragmentada.
A. Localização e Dados Gerais		Imagem
Procedência	Mérida, Badajoz, Extremadura, Espanha - Encontrado na lagoa oriental do Templo de Diana (Solar de Sta. Catalina). Faz parte de um conjunto de escavações no fórum colonial.	
Localização	Armazéns do consórcio de Mérida.	
Nº do Inventário	-----	
Tipologia	Placa.	
Material	Mármore.	
Medidas	(65,5) x (52) x 3,5-2,5.	
Descrição: Placa de mármore branco com veios cinza-azulados, quebrada em seis pedaços interligados, quebrados no topo e à direita. As bordas laterais esquerda e inferior são genuínas, o que preserva um furo, a 13 cm da borda esquerda, o restante do clipe de fixação. O texto é organizado em duas colunas verticais alinhadas e 11 linhas, todas escritas pela mesma mão.		
B. Inscrição		
<p>-----? / (vacat v.1) / [- -] (vacat) [- -]lius · C(ai) · f(ilius) · [- - / - -]acer (vacat) M(arcus) · Iulius · C(ai) · f(ilius) · [- -] / [-] · Iulius · M(arci) · f(ilius) · Rufinus (vacat) C(aius) · Valerius · C(ai) · f(ilius) · [- -] / L(ucius) · Iulius · L(uci) · f(ilius) · Macer (vacat) M(arcus) · Aemilius · M(arci) · f(ilius) · [- -] / C(aius) · Iulius · L(uci) · f(ilius) · Bassus (vacat) L(ucius) · Aemilius · M(arci) · f(ilius) [- -] / L(ucius) · Antonius · M(arci) · f(ilius)</p>		


<p>· Laetus (vacat) L(ucius) · Flavius · L(uci) · f(ilius) · U[- - -] / M(arcus) · Antonius · M(arci) · f(ilius) · Priscus (vacat) L(ucius) · Marcius · L(uci) · f(ilius) · +[- - -] / L(ucius) · Valerius · L(uci) · f(ilius) · Aper (vacat) P(ublius) · Marcius · L(uci) · f(ilius) · +[- - -] / C(aius) · Valerius · C(ai) · f(ilius) · Capito (vacat) L(ucius) · Fabius · L(uci) · f(ilius) · Asp+[- - -] / M(arcus) · Iulius · M(arci) · f(ilius) · Clemens (vacat) M(arcus) · Manilius · C(ai) · f(ilius) · +[- - -] / Q(uintus) · Iulius · M(arci) · f(ilius) · Laetus (vacat) C(aius) · Iulius · C(ai) · f(ilius) · Satu[rninus] / (vacant vv. 6)</p>
<p>Interpretação</p>
<p>C. Comentário Histórico</p>
<p>Como apontado por Stylow e Villaneuva (2009, p. 450), o texto é composto por 22 nomes, mediados pelo <i>praenomen</i>, <i>nomen</i>, filiação e <i>cognomen</i>. A ausência da tribo se justifica dado que, pela ocupação descrita, todos eram <i>cives emeritensis</i> inscritos na tribo Papiria. Em relação com inscrições previamente analisadas por Ramirez Sábada (2003, p. 372), procedendo do mesmo lugar, o achado epigráfico faz parte de escavações realizadas no fórum colonial de Augusta Emerita e seu entorno. Muitas relacionadas ao chamado “Templo de Diana”. A epigrafia integra um conjunto de achados arqueológicos do catálogo de “<i>Fasti Duovirales Coloniae Augustae Emeritae</i>”. Os autores interpretam que o monumento pode tratar-se de um <i>albus decurionum</i>, tendo em vista que os casos listados fazem parte de uma <i>centúria</i> ou membros de um <i>collegium</i>, mas a questão ainda fica em aberta. No entanto, desde a dedução da colônia, vários casos similares são apresentados, podendo ser também uma tábula que correspondia aos <i>Fasti Duovirales</i>, em que os nomes foram adicionados ao longo dos anos.</p>
<p>Datação: Idade Flaviana, talvez extensível ao tempo de Trajano.</p>
<p>D. Bibliografia</p>
<p>STYLOW, A.; VENTURA VILLANUEVA, Á. Los hallazgos epigráficos. In. VÉLEZ, R. Ayerbe; VERA, T. Barrientos; GARCÍA, F. Palma. (eds.). El foro de "Augusta Emerita": genesis y evolución de sus recintos monumentales, ANEJOS DE AEspA LIII, 2009, 455-457, nº 1, fig. 1-2.</p> <p>RAMÍREZ SÁDABA, J. L. Anexo C. Epigrafía. In. ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M.; NOGALES BASARRATE, T. Forum Coloniae Augustae Emeritae. Templo de Diana. Mérida: Asamblea de Extremadura, 2003, p. 372-374, nº 28, lám 119.</p> <p>VENTURA VILLANUEVA, Á. Fasti Duovirales Coloniae Augustae Emeritae: reflexiones sobre la concepción, gestación y nacimiento de la ciudad de Mérida. Zeitschrift Für Papyrologie Und Epigraphik, 170, p. 215–246, 2009.</p>
<p>Acervo Online: HISPANIA EPIGRAPHICA. Fasti Duovirales. http://eda-bea.es/pub/record_card_1.php?refpage=%2Fpub%2Fsearch_select.php&quicksearch=amilius&page=7&rec=24436. Acesso às 18:00 de junho de 2023.</p>

Nº de Registro: 21507		Palavra-Chave:
A. Localização e Dados Gerais		Imagem
Procedência	Mérida, Badajoz, Extremadura, Espanha	
Localização	Torremejía, Badajoz, Extremadura, Espanha - Na fachada do antigo Palácio da Mexía	
Nº do Inventário	-----	
Tipologia	Ara	
Material	Mármore	
Medidas		
Descrição: -----		
B. Inscrição		
D(is) M(anibus) s(acrum) / Aemilius / Pudentianus / ann(or)um XIII h(ic) s(itus) e(st) / s(it) t(ibi) t(erra) l(evis) Aemili/us Pudens / mil(es) leg(ionis) VII / Gem(inae) Fel(icis) / pater filio / piissimo fe(cit) / Horco nequa(m)		
Interpretação		
<p>Consagrado aos deuses Manes. Emílio Pudenciano, de 13 anos, aqui jaz. Que a terra lhe seja leve. Emílio Pudente, soldado da 7ª legião Gêmeo Feliz, como pai, ele fez isso para seu filho mais piedoso. Para o inútil Horco (que não serve para nada).</p>		
C. Comentário Histórico		
<p>Algumas expressões ainda não são compreendidas, tal como <i>Orco nequa</i> (talvez seja referente a Orco, em menção ao mundo dos mortos [?]), podendo ser tanto uma expressão obscura como também um erro na escrita. Pode-se entender também como uma expressão relacionada ao destino, no desejo de que a alma do filho não fosse ao mundo dos mortos. A questão ainda está em aberto sobre as intenções de Emílio.</p> <p>No geral, a fórmula no superlativo de <i>piissimo</i>, com valor afetivo (filho piedoso), além da fórmula sagrada, indica resquícios da segunda metade do século II.</p>		
Datação: metade do século II d.C.		
D. Bibliografia		

L. García Iglesias, *Epigrafía romana de Augusta Emerita*, (tesis doctoral dactilografiada). Madrid, 1972, lám. 130.

Acervo Online: HISPANIA EPIGRAPHICA. **Epitafio de Pudentianus**. Disponível em: http://eda-bea.es/pub/record_card_1.php?refpage=%2Fpub%2Fsearch_select.php&quicksearch=aemilius&page=7&rec=21507 . Acesso em 17:08 de junho de 2023.

Epigrafias vinculadas a gen dos Cornelius

Nº de Registro: 32556		Palavra-Chave: Liberto, grego.
A. Localização e Dados Gerais		Imagem
Procedência	Mérida, Badajoz, Extremadura, Espanha - Local do antigo quartel de artilharia Hernán Cortes. A peça apareceu usada na construção de uma casa antiga tardia, na parte sudoeste do local.	
Localização	Mérida - Armazéns do Consórcio de Mérida.	
Nº do Inventário	-----	
Tipologia	Ara funerária.	
Material	Mármore branco.	
Medidas	(15,5) x (13,5) x 7,5.	
Descrição:		
Porção superior de uma ara moldada com acrobatas gravados. Mutilado no canto superior esquerdo e por debaixo da segunda linha do texto.		
B. Inscrição		
D(is) · M(anibus) · [s(acrum)] / Cor(nelius) · Oristis [- - -] / marito · -----		
Interpretação		
Consagrado aos deus manes / Cornélio Oristis / Ao marido.....		
C. Comentário Histórico		
O nome do indivíduo, Oristis, é uma forma iotizada de Orestes. O monumento é uma homenagem funerária de sua esposa, sendo este um homem liberto cujo seu nome antigo, de escravo, Oristis (=Orestis/es), tem reminiscência grega. O nome, assim como apresenta		

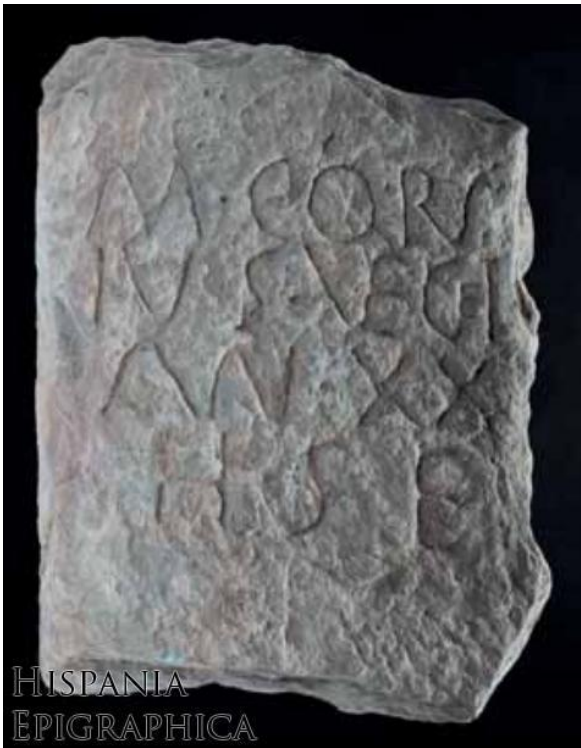
Martín e Hidalgo (2012, p. 39), é pouco presente na sociedade emeritense, poucos exemplos foram mapeados até então. O liberto pertenceu à família dos Cornélii, que provavelmente possuiu um importante sítio funerário no local, tendo em vista que outras lápides foram encontradas nas obras realizadas na região onde os registros arqueológicos foram descobertos.

D. Datação: II d.C.

E. Bibliografia

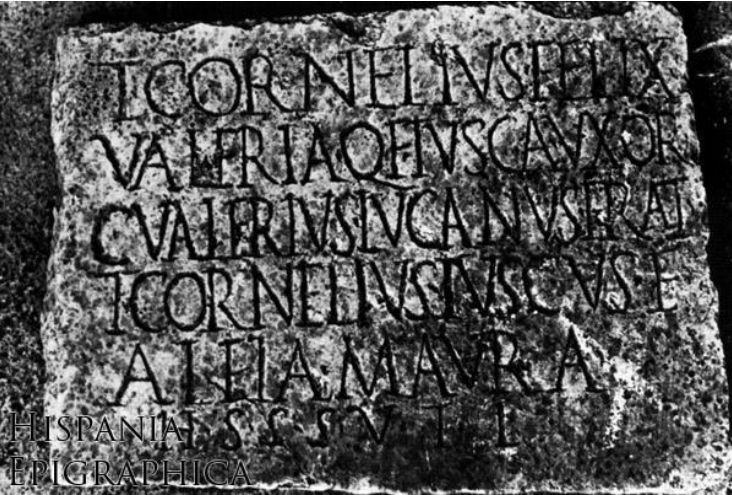
MARTÍNI, Luis Ángel Hidalgo; HIDALGO, Fernando Sánchez. Aportaciones a la epigrafía funeraria de Augusta Emerita: nuevas inscripciones del solar del antiguo Cuartel Hernán Cortés. **Espacio, Tiempo y Forma**, Mérida/Espanha, Serie II, Historia Antigua, t. 25, p. 39-74, 2012.

Acervo Online: HISPANIA EPIGRAPHICA. **Epitafio de Cornelioius Oristis**. Disponível em: [HispaniaEpigraphica Base de Datos Online - Cartão de Registo \(edabea.es\)](#). Acesso em 26 de julho de 2023.

Nº de Registro: 33280		Palavra-Chave: Dedicção fúnebre.
A. Localização e Dados Gerais		Imagem
Procedência	Entorno de Mérida, Badajoz, Estremadura, Espanha.	
Localização	MNAR.	
Nº do Inventário	-----	
Tipologia	Estela	
Material	Mármore	
Medidas	(73,5) x (57,5) x 14,5	
<p>Descrição: Estela funerária com suporte em pedra. Lastra retangular de quartzito, preservando as laterais; Lado esquerdo e traseira são fragmentadas. Todas as superfícies são muito irregulares.</p>		
B. Inscrição		
M(arcus) · Corn[el]ius· Veget[us] / an(norum) · XX [...] / h(ic) s(itus) e(st)		
Interpretação		
Marcos Cornélio Vegetus / 20 anos de idade / Aqui jaz enterrado		
C. Comentário Histórico		
A peça de mármore com suporte de pedra é uma reconstrução feita por José María Murciano Calles, e apesar das poucas informações sobre a estela funerária, podemos inferir que é uma dedicação fúnebre a Marcos Cornélio, que morreu aos 20 anos de idade. Em sua honra, erigiu-se um monumento em mármore com um suporte de pedra que chegou até nós fragmentado.		
D. Datação: I – II d.C.		
E. Bibliografia		

MURCIANO, J. M. **Monumenta. Tipología Monumental Funeraria en Augusta Emerita.** Origen y desarrollo entre los siglos I a. C. y IV d. C. (Monografías Emeritenses, 12), Mérida: MNAR, 2019, lám. 96.

Acervo Online:

Nº de Registro:		Palavra-Chave: Família, matrimônio.
A. Localização e Dados Gerais		Imagem
Procedência	Mérida, Badajoz, Estremadura, Espanha.	
Localização	MNAR – Mérida.	
Nº do Inventário	-----	
Tipologia	Placa.	
Material	Mármore.	
Medidas	33-30 x 43,5 x 5.	
Descrição: Placa de mármore branco. Tem arestas e costas ásperas e algumas pequenas lascas na guarnição.		
B. Inscrição		
T(itus) • Cornelius • Felix • / Valéria • Q(uinti) • f(ília) • Tusca • uxor / C(aius) • Valerius • Lucanus • frat(er) • / T(itus) • Cornelius • Tuscus • f(ilius) • / Alfia • Maura • / h(ic) • s(iti) • s(unt) • s(it) • v(obis) • t(erra) • l(evis)		
Interpretação		
Tito Cornelio Feliz. Sua esposa, Valeria Tusca, Filha de Quinto. Seu irmão, Caio Valerio Lucano. Seu filho, Tito Cornélio Tusco. Alfia Maura. Aqui jazem. Que a terra lhes seja leve.		
C. Comentário Histórico		
A epigrafia nos permite analisar nexos familiares entre os vários personagens citados. No exemplo, vemos quatro famílias da Mérida romana. É uma memória funerária de cinco defuntos, que só são especificados na sua interrelação familiar, com exceção da Alfia Maura, que talvez tenha sido esposa do último citado. Podemos entender que os demais se relacionaram por matrimônio.		
D. Datação:		
E. Bibliografia		

GARCÍA IGLESIAS, L. Notas de epigrafía emeritense. **Revista de Estudios extremeños, Espanha**, Mérida, vol. 3, p. 577 – 590, 1983.

Acervo Online: HISPANIA EPIGRAPHICA. **Memoria funerária de cinco defuntos.**
Disponível em: [http://eda.bea.es/pub/record_card_2.php?refpage=%2Fpub%2Fsearch_select.php&quicksearch=corne
lius&page=11&rec=20443](http://eda.bea.es/pub/record_card_2.php?refpage=%2Fpub%2Fsearch_select.php&quicksearch=cornelius&page=11&rec=20443). Acesso às 18:00 de junho de 2023.